

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**IDENTIDADE EXISTENCIAL NA TERCEIRA IDADE:
MEDIAÇÕES DO ESTADO E DA UNIVERSIDADE**

AGOSTINHO BOTH

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Ufrgs como exigência parcial para a obtenção
do título de doutor em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Estela Dal Pai Franco
Coorientador: Prof. Dr. Hugo Otto Beyer

Porto Alegre, 1998

BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**IDENTIDADE EXISTENCIAL NA TERCEIRA IDADE:
MEDIAÇÕES DO ESTADO E DA UNIVERSIDADE**

TESE DE DOUTORAMENTO

AGOSTINHO BOTH

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Estela Dal Pai Franco
Coorientador: Prof. Dr. Hugo Otto Beyer

Porto Alegre, 1998

BANCA EXAMINADORA

Presidente.....
Prof. Dra. Maria Estela Dal Pai Franco

Componentes.....
.....
.....
.....

Da vida ao meio da jornada, tendo perdido o caminho verdadeiro, achei-me embrenhado em selva escura. Descrever qual fosse tal aspereza umbrosa é tarefa assaz penosa...

Tão triste era que na própria morte não haverá muito mais tristeza. Mas, desejando celebrar o bem que ali encontrei, também direi a verdade sobre as outras coisas vistas.

(Dante, Divina Comédia, Canto 1)

AGRADECIMENTOS

Imbuído da certeza de que a verdade habita entre as pessoas e, por consequência, de que a produção deste trabalho é resultado de esforços da solidariedade, dedico minha conquista

- aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da Ufrgs representados no nome de seu Coordenador, Nilton B. Fischer, que não tiveram a preocupação de olhar a minha idade;

- aos colegas da minha Universidade que tiveram a preocupação de estimular os avanços de meus estudos, representados no nome de Pe. Élydo Alcides Guareschi;

- aos profissionais interlocutores sobre as mediações do Estado e da universidade, Anita Liberalesso Neri, Lúcia T. Gonçalves e Nara Costa Rodrigues, cujas contribuições foram decisivas para o desenvolvimento da Tese;

- aos alunos do Centro Regional de Estudos e Atividades para a Terceira Idade, Alice Costi, Conrado Hexel, Herbeni Fachini, Ofélia Bortolin, Olga Caetano, Rosa e Zaida Camargo;

- à banca examinadora da proposta, profs. Juan Jose Mosquera Mouriño, Lúcia Gonçalves, Hugo Otto Beyer, Nadja Hermann Prestes;

- aos secretários e funcionários do Programa de Pós-Graduação em educação da Ufrgs;

- aos colegas da UPF, Maria Emilse Locateli e a Marcos Niederauer;

- à Profa. Maria Estela Dal Pai Franco a quem devo solidariedade e inestimável agradecimento: a exemplar orientadora;

- ao Prof. Hugo Otto Beyer por sua co-orientação solidária e competente;

- à minha família, Solange, Fernanda e Tatiana.

RESUMO

A presente tese trata das categorias de desenvolvimento da identidade existencial na terceira idade e das categorias mediadoras do Estado e da universidade. Investiga a possibilidade de se constituir a gestão social de uma identidade humana auto-expressiva na velhice por meio de estudos teóricos com autores e de análise de proferimentos de velhos e de profissionais envolvidos com as questões gerontológicas.

A tese pretende enriquecer o conhecimento sobre a identidade existencial da terceira idade através das categorias da sabedoria, intimidade e sentido na vida e sobre as mediações sociais e culturais através das categorias do Estado e da universidade. Pretende ainda compreender as implicações das instituições na construção de estratégias eficazes para a produção da expressividade humana na terceira idade. Como desdobramento o trabalho visa suscitar novas parcerias para o encaminhamento cultural e social das questões que envolvem a gestão da longevidade, despertando uma visibilidade renovada do envelhecimento e da velhice através das conclusões e das proposições que apontem para expressivas representações sobre a periodização da velhice.

A investigação justifica-se pelo fato de haver uma significativa mudança no perfil demográfico mundial. A diferença entre a base e o vértice da pirâmide populacional está diminuindo, o que significa que teremos para breve aproximadamente um quarto da população com mais de sessenta anos. Surge um novo acontecimento populacional e pessoal que solicita a mudança de convenções para a construção de categorias da identidade e de mediações do Estado e da universidade pelas quais os mais velhos possam encaminhar o sentido na vida e assim resolver sua crise existencial e a sociedade ter como aperfeiçoar a justiça a eles devida. A tese pretende chegar a algumas definições mais claras sobre as representações sobre a identidade que se altera com o advento da velhice e sobre as tarefas do Estado e da universidade diante desta questão. De modo especial busca-se

produzir conhecimentos e atitudes que venham contribuir para a gestão solidária das idades, verificando-se as mediações do Estado, da universidade e das parcerias sociais necessárias para a construção dos meios de desenvolvimento da vida em toda sua extensão.

A investigação desenvolve-se em três etapas distintas e relacionadas.

Na etapa I são analisadas as concepções da identidade existencial na terceira idade com base em diversos autores o que permite selecionar as categorias referentes da sabedoria, intimidade e sentido na vida e as categorias referentes do Estado e da universidade na perspectiva de um discurso advocatório. Compreende a fundamentação teórica relativa à identidade existencial da terceira idade da vida adulta e às responsabilidades do Estado e da universidade nas ações e esclarecimentos a respeito da longevidade e suas implicações culturais e sociais.

Na etapa II são analisados os proferimentos de idosos e de gerontólogos para a construção de categorias substanciais, aprofundando-se e contextualizando-se as categorias referentes da identidade no envelhecimento (sabedoria, intimidade e sentido na vida) e das mediações do Estado e da universidade.

Na etapa III são explicitadas as definições conclusivas do estudo e seu desdobramento em proposições com vistas a gestão social do envelhecimento e da velhice.

A investigação se desenvolve à luz da teoria da ação comunicativa. Ela se ancora numa metodologia dialógica e qualitativa e na análise dos documentos produzidos por velhos e por profissionais da área de gerontologia.

Na análise de documentos faz-se uso de categorias referentes, selecionadas com base nas observações do autor e nas leituras de pensadores envolvidos na questão do desenvolvimento. Faz-se também uso de categorias conceituais inspirada à luz da teoria comunicativa e de categorias substanciais construídas no processo de análise dos proferimentos dos mais velhos para desvelamento da sua identidade a partir da sabedoria, intimidade e sentido na vida e dos proferimentos dos profissionais de gerontologia para o desvelamento das mediações do Estado e da universidade. Os proferimentos dos mais velhos, para a revelação da identidade, e de profissionais, para a revelação do Estado e da universidade, são considerados suficientes para designar significados uma vez que

consistentes e representativos de um contexto sociohistórico. Resumidamente pode-se dizer que a metodologia da investigação sobre a identidade existencial na terceira idade e sobre as mediações do Estado e da universidade abarca fontes diversas, faz uso de categorias referentes, conceituais e substanciais e de procedimentos de análise de conteúdo. As fontes são constituídas de textos de autores, de texto legal, de textos de idosos e de profissionais. As categorias referentes são constituídas pela sabedoria, intimidade e sentido na vida, para revelação da identidade existencial, e pelo Estado e a universidade, para revelação das mediações. As categorias conceituais que iluminam o olhar da investigação ancoraram-se princípios da teoria da ação comunicativa. As categorias substanciais foram reveladas no processo da investigação sob os contornos das categorias referentes já mencionadas.

Os resultados demonstram que existe a possibilidade de um potencial de desenvolvimento real expresso na sabedoria, intimidade e sentido na vida. Pela análise dos proferimentos dos idosos foram construídas categorias substanciais, delineando-se novas perspectivas para o desenvolvimento. A sabedoria contribui para com o desenvolvimento enquanto se manifesta em diferentes graus pela individualidade do entendimento, por sua operacionalidade e pela manifestação da maturidade. O desenvolvimento manifesta-se pela intimidade ao se revelar em encantamento, em densidade afetiva e em valorização da vida. O desenvolvimento, pelo sentido na vida, é consubstanciado significativamente pela fé, pelas mediações institucionais ao mesmo tempo que o sentido na vida regula o potencial de desenvolvimento e a auto-realização. Demonstram ainda os resultados da análise dos proferimentos que a solidariedade dos mais velhos e suas aprendizagens no ciclo de vida anterior são categorias que consubstanciam tanto a sabedoria como a intimidade e o sentido na vida e, por conseqüência, o desenvolvimento na terceira idade. A análise revelou, finalmente, a categoria substancial dos protestos pelos quais são reveladas as suas necessidades e pelos quais são recomendados que se iniciem os projetos de uma política social.

Os resultados sobre as mediações do Estado e da universidade revelam, nesta investigação, que o centro de toda atenção deve centrar-se no mundo-da-vida dos mais velhos. Isso significa que o Estado deve aprimorar a sensibilidade em relação ao bem-estar social e afastar-se ainda mais dos costumes de uma legislação e administração

centralizadoras. Significa também que a universidade, para ser responsável em relação às demandas do envelhecimento e da velhice, deve se tornar crítica face aos preconceitos diante de um período que solicita esclarecimentos e visibilidade expressiva. Ambos os espaços sociais, Estado e universidade, possuem a responsabilidade de novos discursos com vistas a uma releitura cultural e um conjunto de medidas legais e incentivadoras para a gestão social do envelhecimento e da velhice.

ABSTRACT

This thesis deals with the development categories of the existential identity at the elderly age and of the mediating categories of the State and of the university. It investigates the possibility to constitute the social management of a self-expressive human identity at old age by means of theoretical studies with authors and utterance analysis of elderly people and practitioners involved in gerontological questions.

This thesis intends to enrich the knowledge about existential identity of the elderly age through the categories of wisdom, intimacy and life sense and about the social and cultural mediations through the categories of the State and the university. It also intends to understand the implications of the institutions of efficacious strategies for the production of human expressivity at the elderly age. As an unfolding, the work aims at raising new partnerships for the cultural and social submission of the issues which involve longevity, awakening a renewed view of getting old and old age through the conclusions of the propositions which point to expressive representations about the periodization of old age.

The investigation is justified by the fact that there is a meaningful change in the world demographic profile. The difference between the base and the top of the populational pyramid is decreasing, which means that shortly we will have one fourth of the population over sixty years of age. A new populational and personal event is arising which asks for a change of conventions for the building of categories of identity and mediations between the State and the university by which the older ones may submit the meaning in life and thus solve their existential crisis and that society may have a way to improve justice which is due to them. The thesis intends to arrive at some clearer definitions on the representations about identity which changes with the advent of old age and about the tasks of the State and of the university before this issue. One seeks especially to produce knowledge and attitudes which may contribute to the solidary management of the ages, checking the mediations of

the State, of the university and of the social partnerships necessary for the building of the means of development of life in its whole scope.

The investigation is developed in three distinct and related steps.

In step I one analyses the conceptions of existential identity at elderly age based on various authors, which permits to select the referent categories of wisdom, intimacy and meaning in life and the referent categories of the State and of the university in the perspective of an advocating speech. It comprises the theoretical fundamentals relative to the existential identity of the third age of adult life and to the responsibility of the State and of the university in the actions and clarifications about longevity and its cultural and social implications.

In step II one analyzes the utterances of old people and of gerontologists for the building of substantial categories, deepening and contextualizing the referent categories of identity at the aging process (wisdom, intimacy and meaning of life) and of the mediations of the State and of the university.

In step III one explicates the conclusive definitions of the study and its unfolding into propositions with the purpose of the social management of getting old and old age.

The investigation is developed in the light of the theory of communicative action. It is held by a dialogical and qualitative methodology and by the analysis of documents produced by old people and by practitioners in the area of gerontology.

In the document analysis, one uses referent categories based on observations of the author and readings of thinkers involved in the aging question. One also uses conceptual categories inspired by the communicative theory and by substantial categories built on the analysis process of utterances of the older ones for the unveiling of their identity departing from wisdom, intimacy and the meaning of life and from the utterances of gerontology practitioners for the unveiling of the State and of the university mediations. The utterances of the older ones for the unveiling of their identity, and of practitioners for the revelation of the State and of the university are considered sufficient to designate meanings since they are consistent and representative of a socio-historical context. In summary, one can say that the investigation methodology of existential identity at the elderly age about the mediations of the State and of the university embraces various sources, uses referent, conceptual and

substantial categories and analyzes procedures of content. The sources consist of texts of authors, of a legal text, of texts of elderly people and of practitioners. The referent categories consist of wisdom, intimacy and meaning of life for the revelation of existential identity and, by the State and the university, for revelation of mediations. The conceptual categories which shed light on the investigation are based on principles of the theory of communicative action. The substantial categories have been revealed in the investigation process under the contours of the already mentioned referent categories.

The results show that there is the possibility of a real development potential expressed in wisdom, intimacy and meaning of life. By the analysis of the utterances of old people, substantial categories have been built, delimiting new perspectives for development. Wisdom contributes to development while it is manifested in different degrees by the individuality of understanding, by its operability and by the manifestation of maturity. Development is manifested by intimacy as it reveals itself in charm, in affective density and in appreciation of life. Development, through meaning in life, is substantiated significantly by faith, by individual mediations at the same time as the meaning of life regulates development potential and self-accomplishment. The results of the utterance analysis also show that solidarity of the older ones and their learning in the cycle of their previous lives are categories that substantiate wisdom as well as intimacy and meaning of life and, consequently, development in elderly life. Finally, the analysis has revealed the substantial category of the protests by which their needs are revealed and by which one recommends that projects of a social policy be started.

The outcomes about the mediations of State and university reveal in this investigation that the main attention must be centered in the life world of the older ones. That means that State must improve its sensibility concerning social well-being and turn away more from the customs of a centralizing legislation and management. It also means that the university, in order to be responsible with regard to the demand of getting old and old age, must become critical in view of the prejudices in a period which requires clarifications and expressive visibility. Both social spaces, State and university, are responsible for new discoveries regarding a cultural rereading and a set of legal and motivating measures for the social management of getting old and old age.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	ix
SUMÁRIO.....	xii
LISTA DE QUADROS.....	xvii
INTRODUÇÃO.....	19
1 - DAS FONTES PARA A REVELAÇÃO DA IDENTIDADE EXISTENCIAL DOS IDOSOS.....	31
1.1 - O diálogo advocatório.....	31
1.2 - Fontes para organização do corpo analítico sobre a identidade existencial na terceira idade.....	31
1.3 - Fontes para a revelação das mediações do Estado e da universidade.....	33
2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE DO CORPO ANALÍTICO DA SEGUNDA ETAPA.....	33
3 - PRODUTOS ESPERADOS NA INVESTIGAÇÃO.....	34
ETAPA I - A IDENTIDADE EXISTENCIAL NA TERCEIRA IDADE E AS MEDIAÇÕES DO ESTADO E DA UNIVERSIDADE: PERSPECTIVAS TEÓRICAS.....	37
CAPÍTULO I - O DISCURSO DA AÇÃO COMUNICATIVA COMO FUN- DAMENTO DO CONHECIMENTO, DAS PRÁTICAS SOCIAIS E DA EXPRESSIVIDADE NA LONGEVIDADE.....	38
1 - O CONHECIMENTO DISCURSIVAMENTE CONSTRUÍDO: A VERDADE A SERVIÇO DE UMA IDENTIDADE RENOVADA.....	42
2 - A ÉTICA DISCURSIVAMENTE CONSTRUÍDA: A MORAL A SERVIÇO DE UMA IDENTIDADE RENOVADA.....	46

2.1 - Objetivos da ética comunicativamente construída	46
2.2 - Conhecimento e ética da longevidade no discurso comunicativo	48
2.3 - Condições mínimas do discurso ético: a performance da pragmática	51
2.4 - Discurso comunicativo e mudança social	53
2.5 - Credenciamento do discurso comunicativo como instrumento de mudança.....	54
2.6 - Dificuldades e decisões de uma ética discursiva em relação à terceira idade.....	58
3 - O POTENCIAL DO DISCURSO COMUNICATIVO PARA O CONHECIMENTO E A ÉTICA NA TERCEIRA IDADE	61
CAPÍTULO II: UM DISCURSO ADVOCATÓRIO : PERSPECTIVAS PARA A IDENTIDADE EXISTENCIAL NA TERCEIRA IDENTIDADE.....	65
1 - IDENTIDADE EXISTENCIAL: AUTO-REFERÊNCIA E CULTURA NO DESENVOLVIMENTO HUMANO TARDIO.....	67
1.1 - Identidade cultural e envelhecimento	69
1.2 - Identidade existencial e envelhecimento	74
2 - IDENTIDADE NA TERCEIRA IDADE: CRISE OU EXCLUSÃO.....	79
3 - MODELOS DE ABORDAGENS DA TERCEIRA IDADE	82
4 - PARA UMA RENOVAÇÃO DA IDENTIDADE HUMANA NA TERCEIRA IDADE.....	85
4.1 - O potencial de desenvolvimento e as mediações: contribuições de Vygotsky para o entendimento da identidade existencial na terceira idade.....	85
4.2 - Do potencial de desenvolvimento para a sabedoria e a intimidade ..	93
5 - POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO E O SENTIDO PARA A VIDA.....	108
5.1 - Para além das categorias tradicionais: o passado como sabedoria e intimidade em busca de significados.....	112
5.2 - As alternativas pedagógicas frente à longevidade: flexibilização do sentido na vida.....	113
CAPÍTULO III: MEDIAÇÕES DO ESTADO E DA UNIVERSIDADE FACE A LONGEVIDADE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	119
1 - O ESTADO: UM LUGAR DOS MAIS VELHOS.....	120
1.1 - Os movimentos civis como lugar da ética de um estado como políticas sociais para o envelhecimento	122
1.2 - Para a organização civil e pública com vistas a uma política para a longevidade.....	126

1.3 - Dos lugares concretos para a aplicação do discurso ou da contextualização ética e cultural da linguagem.....	129
1.4 - A lei 8 842 e o potencial emancipador para a longevidade.....	131
2 - A UNIVERSIDADE: UM LUGAR DOS MAIS VELHOS	137
2.1 - Apelos por uma universidade cidadã.....	139
2.2 - Caminhos metodológicos da universidade e suas práticas face a longevidade.....	149
CAPÍTULO IV: POSIÇÕES CONCLUSIVAS SOBRE OS FUNDAMENTOS TEÓRICO: OS POLOS COMUNICATIVOS DA IDENTIDADE E DAS MEDIAÇÕES..	156
ETAPA II: A IDENTIDADE NA TERCEIRA IDADE: O OLHAR DOS MAIS VELHOS; AS MEDIAÇÕES DO ESTADO E DA UNIVERSIDADE: O OLHAR DOS PROFISSIONAIS; PERSPECTIVAS PRÁTICO-EMANCIPADORAS	164
CAPÍTULO V: PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS.....	165
1 - SOBRE AS FONTES	168
1.1 - Para a investigação da identidade existencial.....	169
1.2 - Para a investigação das mediações do Estado e da universidade.....	171
2 - SOBRE AS CATEGORIAS.....	173
2.1 - Constituindo categorias.....	174
3 - SOBRE OS PROCEDIMENTOS.....	181
3.1 - Obtenção dos textos.....	181
3.2 - Análise de conteúdo	182
CAPÍTULO VI: IDENTIDADE EXISTENCIAL NA TERCEIRA IDADE: ESTUDO ANALÍTICO E CRÍTICO DE PROFERIMENTOS DOS IDOSOS.....	185
1 - CATEGÓRIAS DA IDENTIDADE EXISTENCIAL SOB O TESTEMUNHO DOS MAIS VELHOS.....	188
1.1 - Da sabedoria e da intimidade	190
1.2 - O sentido na vida como categoria para a integridade.....	193
2 - CATEGORIAS DA IDENTIDADE EXISTENCIAL NOS TEXTOS OPINATIVOS DOS IDOSOS.....	195
2.1 - Da sabedoria	195
2.2 - Da intimidade.....	197
2.3 - Do sentido na vida.....	198

3 - DESVELANDO NOVAS CATEGORIAS EM TORNO DA IDENTIDADE.....	201
3.1 - Desvelando categorias em torno da sabedoria.....	201
3.2 - Desvelando categorias em torno da intimidade.....	204
3.3 - Desvelando categorias em torno do sentido na vida.....	207
3.4 - Desvelando categorias comuns à sabedoria, intimidade e sentido na vida.....	211
CAPÍTULO VII: O ESTADO E A UNIVERSIDADE: MEDIAÇÕES PARA A IDENTIDADE EXISTENCIAL NA TERCEIRA IDADE: ESTUDO ANALÍTICO COM BASE EM PROFERIMENTOS DE GERONTÓLOGOS....	223
1 - CATEGORIAS MEDIADORAS DA IDENTIDADE EXISTENCIAL NA TERCEIRA IDADE A PARTIR DO ESTADO E DA UNIVERSIDADE SOB O OLHAR DOS GERONTÓLOGOS.....	225
1.1 - O Estado como categoria mediadora no pronunciamento dos profissionais.....	226
1.2 - A universidade como categoria mediadora no pronunciamento dos profissionais.....	234
2 - DESVELANDO CATEGORIAS MEDIADORAS EM TORNO DO ESTADO E DA UNIVERSIDADE.....	241
2.1 - Desvelando categorias em torno do Estado.....	241
2.2 - Desvelando categorias em torno da universidade.....	246
2.3 - Desvelando categorias comuns em torno do Estado e da Universidade.....	251
ETAPA III - <i>DOS ENCAMINHAMENTOS CONCLUSIVOS PARA A GESTÃO SOCIAL DO ENVELHECIMENTO E DA VELHICE</i>.....	261
CAPÍTULO VIII - POSIÇÕES CONCLUSIVAS: REVISITANDO OS FUNDAMENTOS, A IDENTIDADE E AS MEDIAÇÕES.....	262
1 - A COMUNICAÇÃO À LUZ DA INVESTIGAÇÃO: DA CONSTRUÇÃO AOS FUNDAMENTOS.....	262
2 - DO OLHAR DOS MAIS VELHOS AO DIÁLOGO TEÓRICO DOS AUTORES: CAMINHOS PARA SER.....	265
3 - DO OLHAR DOS PROFISSIONAIS AOS ENTENDIMENTOS TEÓRICOS DAS MEDIAÇÕES: CAMINHOS POR FAZER.....	269

4 - OS DISCURSOS DA IDENTIDADE EXISTENCIAL NA TERCEIRA IDADE E DAS MEDIAÇÕES DO ESTADO E DA UNIVERSIDADE: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA.....	272
5 - REVISITANDO CATEGORIAS: AS RELAÇÕES ENTRE A IDENTIDADE E AS MEDIAÇÕES.....	273
CAPÍTULO IX: OS POTENCIAIS POLÍTICOS DA INVESTIGAÇÃO: PROPOSIÇÕES PARA O ESTADO, PARA A UNIVERSIDADE E PARA OUTRAS INSTITUIÇÕES.....	275
1 - DO DISCURSO DA AÇÃO COMUNICATIVA PARA AS PRÁTICAS POLÍTICAS: PROPOSIÇÕES GERAIS.....	275
1.1 - Desvelando proposições gerais com base no discurso comunicativo....	280
2 - PROPOSIÇÕES POLÍTICAS A PARTIR DAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A IDENTIDADE EXISTENCIAL NA TERCEIRA IDADE.....	284
2.1 - Desvelando proposições com base no discurso teórico sobre a identidade existencial na velhice.....	290
3 - AS CATEGORIAS SUBSTANCIAIS DA IDENTIDADE EXISTENCIAL: DESAFIOS PARA A GESTÃO SOCIAL DAS IDADES.....	294
3.1 - Desvelando proposições com base nas categorias substanciais da identidade existencial na velhice.....	297
4 - IMPLICAÇÕES POLÍTICAS COM BASE NAS MEDIAÇÕES DO ESTADO E DA UNIVERSIDADE.....	302
4.1 - Da gestão social da velhice a partir das perspectivas teóricas do Estado.....	304
4.2 - Da gestão social da velhice a partir das categorias substanciais do Estado.....	309
4.3 - Da gestão social da velhice a partir das perspectivas teóricas da universidade.....	312
4.4 - Da gestão social da velhice a partir das categorias mediadoras substanciais.....	316
4.5 - Da gestão social da velhice a partir das categorias comuns ao Estado e a universidade.....	320
5 - REVISITANDO PROPOSIÇÕES: AS RELAÇÕES ENTRE A IDENTIDADE E AS MEDIAÇÕES.....	324
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	327

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo da análise crítica de conteúdos na revelação da identidade na terceira idade a partir de princípios da ação comunicativa.....	36
Quadro 2 - Resumo da investigação com análise crítica de conteúdos na revelação das mediações a partir do Estado e da universidade e com base nos princípios da ação comunicativa	36
Quadro 3 - Correlações intervenientes no processo de desenvolvimento	101
Quadro 4 - Síntese metodológica da análise dos textos	169
Quadro 5 - Fontes, categorias e procedimentos na análise da Identidade na Terceira Idade segundo proferimento dos mais velhos.....	187
Quadro 6 - Síntese dos proferimentos sobre as categorias substanciais da identidade existencial na terceira idade: a sabedoria.....	202
Quadro 7 - Síntese dos proferimentos sobre as categorias substanciais da identidade existencial na terceira idade: a intimidade	205
Quadro 8 - Síntese dos proferimentos sobre as categorias substanciais da identidade existencial na terceira idade: o sentido na vida	208
Quadro 9 - Síntese dos proferimentos sobre as categorias substanciais comuns à identidade existencial na terceira idade: a solidariedade da vida anterior, aprendizagens e o protesto.....	211
Quadro 10 - Síntese da análise sobre as categorias referentes	220
Quadro 11 - Fontes, categorias, procedimentos na análise das mediações do Estado e da universidade sobre a identidade na terceira idade segundo proferimentos dos profissionais	225
Quadro 12 - Síntese dos proferimentos relacionados às categorias substanciais do Estado	242

Quadro 13 - Síntese das categorias substanciais relativas à universidade.....	247
Quadro 14 - Síntese dos proferimentos sobre as categorias substanciais comuns ao Estado e à universidade: as mediações fundamentais e a renovação conceitual e atitudinal.....	251
Quadro 15 - Síntese da análise sobre as categorias referentes	259
Quadro 16 - Síntese das proposições políticas gerais com base na teoria Comunicativa.....	280
Quadro 17 - Síntese das proposições políticas com base no discurso teórico sobre a identidade existencial na terceira idade	290
Quadro 18 - Proposições políticas com base nas categorias substanciais da identidade existencial na terceira idade	298
Quadro 19 - Proposições políticas com base nas perspectivas teóricas do Estado	306
Quadro 20 - Proposições políticas com base nas categorias substanciais do Estado	310
Quadro 21 - Proposições políticas com base nas perspectivas teóricas da universidade.....	313
Quadro 22 - Proposições políticas com base nas categorias substanciais da Universidade.....	318
Quadro 23 - Proposições políticas com base nas categorias substanciais comuns ao Estado e à universidade	321
Quadro 24 - Síntese das proposições formuladas para o Estado, a Universidade e outras instituições com vistas à gestão social do envelhecimento e da velhice.....	323

INTRODUÇÃO

A presente tese trata das categorias de desenvolvimento da identidade existencial na terceira idade e das categorias mediadoras do Estado e da universidade, investigando a possibilidade de se constituir a gestão social de uma identidade humana auto-expressiva na velhice. Buscaram-se evidências teóricas e práticas à luz de várias perspectivas teóricas e da análise de proferimentos de idosos e de profissionais, sobre a identidade e as mediações com o propósito de desvelar comunicativamente a condição humana no processo de envelhecimento e da velhice.

O sentido da liberdade humana compreende o afastamento de limites diante das perspectivas de desenvolvimento. Com o advento da longevidade neste século, duas questões fundamentais surgiram: a primeira está vinculada ao conhecimento do potencial humano na velhice e suas possíveis expressões a serem reveladas. O avanço da expectativa de vida saudável suscitou perspectivas de desenvolvimento para a fase tardia do ciclo de vida, o que significa que o perfil biopsicossocial do ser humano passou a exigir novos enfoques culturais e sociais. Em consequência da longevidade, a personalidade transforma-se e, como em todo o processo do desenvolvimento humano, tensionam-se as relações de poder em função das exigências da periodização dessa fase. Essa é a segunda questão a ser considerada .

O Estado possui decisiva responsabilidade na promoção de normas e iniciativas éticas frente à longevidade. De outra parte, a universidade, como instituição de desenvolvimento cultural, não pode deixar de participar na construção do conhecimento sobre a identidade humana no envelhecimento.

A investigação sobre a identidade existencial na terceira idade e as mediações do Estado e da universidade centrou-se, portanto, sobre a possibilidade de o desenvolvimento estar inconcluso no instante que o ser humano atinge sua última fase adulta.

Tradicionalmente, e isso é observado especialmente nas práticas pedagógicas, tem-se como relevante a construção formal do pensamento destinado às práticas de solução de problemas voltadas para fins que envolvem sucesso na produção. Dessa forma, não é costume perguntar-se sobre a possibilidade do aperfeiçoamento subsequente do pensamento e de suas operações ou se ele apenas se reproduz indefinidamente da mesma maneira, em conteúdo e forma.

Nesta investigação, analisou-se a questão de o pensamento, na terceira idade da vida adulta, não se concluir em proposições abstratas, compreendidas como esquemas de operações que se esgotam ao final da adolescência. Acrescenta-se a esse estágio um conteúdo simplificador, pelo qual são abstraídas operações de menor importância para as questões que exigem novas soluções. De outra parte, o pensamento dos mais velhos pode aproximar-se mais generosamente dos interesses éticos referentes ao mundo-da-vida, apresentando relações afetivas selecionadas e enriquecidas pela experiência. Isso leva a se pensar que a sabedoria ocorre em todos os níveis de pensamento e não somente nas operações abstratas.

Pode haver, portanto, a constatação de um potencial de desenvolvimento mediado pela sabedoria e pela intimidade, em condições de oferecer ao indivíduo que envelhece novos parâmetros para o sentido na vida. Essa disposição do desenvolvimento articula-se às interpretações culturais e sociais conferidas por dispositivos legais e institucionais, o que envolve a necessidade de mediações do Estado e da universidade, visando a novas interpretações sociais e culturais. Por consequência, outras instituições e institucionalizações poderão assumir a responsabilidade de realizar intervenções expressivas para que sejam produzidos novos costumes e concepções a fim de se obter um perfil humano mais expressivo para essa nova categoria social; também, possivelmente, novas perspectivas possam ser realçadas no processo de desenvolvimento durante todo o ciclo de vida.

A investigação partiu da suposição de que existe um potencial de desenvolvimento que deve ser explicitado com o apoio do Estado e da universidade. Os mais velhos sozinhos não conseguem descobrir nem realizar sua identidade; precisam de uma sociedade

e de uma cultura solidárias e de estratégias para realização mais expressiva de sua identidade. Observações sobre o cotidiano têm revelado a existência de sabedoria e de maior preocupação com o mundo-da-vida quando do envelhecimento. Essas qualidades emergentes, com o avanço da idade, podem conceder melhor destino humano aos mais velhos e ser meios de obtenção de sentido na vida. O que se pretendeu foi que essas e outras categorias de interpretação do desenvolvimento humano se desvelassem ainda mais no processo da investigação; que se compreendesse ainda melhor em que medida a categoria da universidade é capaz de mediar essa fase da vida e o Estado de promover relações de poder com vistas a uma ética mais expressiva. Com isso evidencia-se o interesse em se ouvir o mundo-da-vida para iluminar a construção de costumes, criticando-se as distorções da lógica da razão instrumental.

A investigação se desenvolveu à luz da teoria da ação comunicativa e a sua validade se ancora na metodologia dialógica e qualitativamente produzida pela análise dos documentos escritos por velhos e por profissionais da área de gerontologia. A teoria da ação comunicativa é proposta nesta investigação como demonstração de confiança na razão humana enquanto capaz de avançar no conhecimento e na ética por meio de justificativas e argumentos postos em diálogo.

Avaliou-se, nesta investigação, a terceira idade como categoria social, que compreende uma população socialmente distinta, que traz características diferenciadas e que, de diversas formas, se sente agredida com as relações de violência social e evidentes traços de exclusão. No Ocidente, a lógica da razão instrumental orientou as ciências no sentido de que dominassem a natureza e o homem, deixando de lado a reflexão sobre os resultados de sua dominação. Pelos sistemas do poder político e da economia, geraram-se hegemonias e exclusões, perdendo-se o bem-estar de grande parte dos indivíduos. A hegemonia dos jovens e dos adultos e o sistema político e econômico, movidos pela lógica da dominação, inibem precocemente o desempenho social e psicológico daqueles com mais de sessenta anos.

Muitos estudos apontam para a superação do modelo deficitário do desenvolvimento mental na terceira idade, o qual está baseado nas pesquisas comparativas destinadas a medir a inteligência adulta. Essas afirmam haver perdas na qualidade do desempenho à medida em que se dá envelhecimento (Lehr, 1980, p.55). Nesta investigação, contudo, o entendimento da terceira idade da vida adulta assumido foi de que o modelo do

ciclo de vida compreende formas diferenciadas de desempenho mental para os diferentes estágios do desenvolvimento, sobretudo do desenvolvimento psicológico na velhice. As categorias do potencial de desenvolvimento e das formas de expressão intelectual e afetiva, caracterizadas pela sabedoria e intimidade, apontam para a possibilidade de perspectivas generosas na construção da identidade na longevidade, apelando para a renovação do estoque cultural e social mediador. Tematizou-se a identidade existencial resultante da interação das construções sociais e das inclinações naturais das operações intelectuais e estados afetivos. A identidade existencial reflete a realidade humana particular, que pode ser mais ou menos expressiva, dependendo das condições mediadoras. Para a elaboração de uma identidade expressiva, foram apresentadas suposições iniciais sobre a necessidade de sentido para a vida, que pode ser construído pela mediação de conhecimentos e de relações sociais, cuja concretização depende de instituições como a universidade e o Estado. Com esse entendimento, a universidade, o Estado e outras instituições podem se transformar em meios constituidores de representações favoráveis à renovação das condições culturais e sociais na existência daqueles que envelhecem.

Pretendeu-se, portanto, nesta investigação, problematizar a identidade existencial dos mais velhos, deslocando-se o foco do desenvolvimento ideal da vida adulta, vigorosa e produtiva, para fronteiras mais largas. Tratou-se de problematizar as formas tradicionais da cultura e da sociedade para, mediante interlocutores sociais constituídos por velhos e profissionais da área de gerontologia, pôr em questão o modelo obscuro e negativo imposto para a vida depois dos sessenta anos, apontando para instâncias institucionais gestoras de uma expressiva identidade existencial.

As suposições desta investigação foram de que os mais velhos podem operar com a realidade, relacionando-se com a natureza, a cultura e a sociedade, selecionando respostas criativas em função da construção de operações e contatos (sabedoria, intimidade); porém, para tanto necessitam de oportunidades mediadoras (sentido na vida) e de outras virtudes que são promovidas pelas experiências durante e no advento da velhice. Esse potencial de desenvolvimento não é entendido dentro de uma visão essencialista nem somente sob parâmetros do construtivismo social. A construção da identidade supõe uma subjetividade expressa por falas e organizada em discurso, mas não está aí como uma folha em branco. Entende-se, por isso, que a consistência da identidade somente se realiza com outorgas e recursos aprendidos e que o exercício efetivo de seu potencial exige espaços sociais para a

arquitetura do ser humano que envelhece, ao mesmo tempo em que o sujeito e as comunidades podem se auto-referir na gestão do desenvolvimento.

O material teórico constitui-se em obras de autores que trataram do desenvolvimento humano e o empírico, em proferimentos dos mais velhos, para a elucidação da identidade, e de profissionais de gerontologia, para desvelamento das mediações do Estado e da universidade.

Parece oportuno, antes de serem abordadas as questões específicas da investigação, adentrar no próprio fenômeno do envelhecimento como acontecimento social e suas implicações para uma nova ordem social a ser atendida.

As conquistas das áreas biomédicas ensejaram, desde o final do século passado, uma significativa mudança no perfil demográfico mundial. A base da pirâmide, que antes apresentava uma população eminentemente jovem, vem se transformando, diminuindo a diferença entre a base e o vértice, o que significa que teremos para breve aproximadamente um quarto da população com mais de sessenta anos. (Programa de Formação em Gerontologia, p. 54) As implicações dessas transformações, se não bem estudadas e socialmente consideradas, podem estabelecer conflitos e, mesmo, relações de violência.

A longevidade implica a possibilidade de a população não permanecer muito tempo envelhecida, mas, sim, de levar mais tempo para envelhecer. Advém disso um potencial biopsicossocial que pode acarretar um prolongamento e, mesmo, um aperfeiçoamento na condição humana. A constituição orgânica pode, mediante a longevidade, representar vigor físico aos setenta anos, respostas afetivas e eróticas marcadas por densidades, inteligência com níveis de abstração aperfeiçoados e relações sociais com potenciais ainda não esgotados. A história cultural, política e educacional construiu suas teorias de interpretação humana sobre idéias cujos conteúdos refletiam a hegemonia do ser humano adulto e tão somente voltado para a produção e a reprodução. As instituições contemplam, portanto, relações de ajustes sociais tendo em consideração a brevidade da vida e interesses da razão instrumental. Com todas essas mudanças, torna-se necessário uma nova concepção da gestão social da identidade existencial por meio de uma periodização significativa da velhice.

Isso significa que os conceitos em torno do ser humano carecem de interpretações condizentes com os potenciais emergentes na longevidade. Se houver

interesse em criar condições mínimas de diálogo e emancipação, os esclarecimentos culturais e sociais deverão atualizar o estoque interpretativo da realidade do desenvolvimento e das leis e normas éticas, oportunizando justiça entre a quantidade dos anos e a qualidade a ser-lhe impressa.

Pretendeu-se avançar, com a investigação, na compreensão do envelhecimento e da velhice e em suas implicações sociais, buscando:

- enriquecer o conhecimento sobre a identidade existencial da terceira idade e sobre as mediações sociais e culturais do Estado e da universidade, à luz de um discurso advocatório teórico e dos proferimentos dos idosos e dos profissionais de gerontologia;

- ampliar as formas de compreensão da identidade existencial dos mais velhos e das implicações sociais e culturais dessa emergente população, pela construção de categorias de desenvolvimento existencial e de categorias mediadoras na terceira idade;

- compreender as implicações das instituições na construção de estratégias eficazes para a produção da expressividade humana na terceira idade, suscitando novas parcerias para o encaminhamento cultural e social das questões que envolvem a gestão da longevidade;

- despertar uma visibilidade renovada do envelhecimento e da velhice por meio de proposições que apontem para expressivas representações sobre a periodização expressiva da velhice.

A tese foi desenvolvida em três etapas distintas e relacionadas, assim constituídas:

Etapa I - A identidade no envelhecimento e as mediações do Estado e da universidade na perspectiva do discurso comunicativo: perspectivas teóricas.

Etapa II - A identidade no envelhecimento e as mediações a partir do Estado e da universidade na perspectiva do discurso comunicativo: perspectivas empíricas.

Etapa III - Conclusões e proposições políticas com base na teoria comunicativa, nas perspectivas teóricas e empíricas da identidade existencial; com base na sabedoria, intimidade e sentido na vida e nas perspectivas teóricas e empíricas do Estado e da universidade.

A primeira etapa do estudo compreendeu a fundamentação teórica relativa à identidade existencial da terceira idade da vida adulta e às responsabilidades do Estado e da

universidade nas ações e esclarecimentos a respeito da longevidade e suas implicações culturais e sociais. A etapa constituiu-se de quatro capítulos explicitados em sequência.

O primeiro capítulo apresenta reflexões suscitadas por questões da teoria da ação comunicativa e da terceira idade. Tais considerações convergiram para as categorias conceituais no transcurso de toda a tese e especialmente para a metodologia da investigação.

No capítulo seguinte foram apresentados os fundamentos teóricos para a compreensão da identidade existencial na velhice, empreendendo-se um diálogo edificante com um número expressivo de autores, nele se especificando melhor o objeto teórico. Nesse sentido, foram realizadas análises entrelaçando e distinguindo proferimentos entre Vygotsky, Frankl, Baltes, Carstensen e outros autores. O discurso advocatório apresenta-se, no capítulo, como uma forma de expressão da teoria da ação comunicativa.

No terceiro são tematizadas questões do Estado e da universidade frente às questões da longevidade. Propõe-se que a identidade existencial se construa a partir de mediações sociais e culturais e se transforme comunicativamente com referências pessoais e comunitárias. A longevidade, concebe-se, expressivamente à medida que houver mediações da cultura e dos costumes sociais, isto é, à medida em que o estoque das interpretações e das relações de poder for qualificado no processo de envelhecimento e na velhice. Dessa maneira, a ética social probabilizará o desenvolvimento de acordo com as relações de poder que se estabelecem em torno daqueles que envelhecem. O estoque cultural acerca da velhice pode ser aperfeiçoado pela universidade e outras instituições à medida que elas produzam novos conhecimentos, testem-nos eficazmente na sociedade e realizem uma educação direcionada comunicativamente à gestão do envelhecimento e da velhice.

Analisaram-se as responsabilidades do Estado e da universidade e as formas como os movimentos civis podem realizar a interlocução sobre a presença dos mais velhos na sociedade. Interpretam-se também aquelas medidas já normatizadas (Lei 8 840 - da política nacional dos idosos), projetando-se seus potenciais e efeitos sociais.

O capítulo quarto resume os fundamentos teóricos, destacando elementos que foram investigados na segunda etapa, a qual compreendeu a coleta de dados e a análise de seu conteúdo face ao desenvolvimento da identidade existencial na terceira idade e face às questões da universidade e do Estado diante desse fenômeno humano e social.

A segunda etapa foi dividida em três capítulos. Inicialmente foi apresentado o conjunto de entendimentos metodológicos que embasou a análise do corpo analítico composto pelos proferimentos de idosos e de profissionais. No capítulo sexto, foram interpretados os conteúdos dos proferimentos dos mais velhos a fim de avançar o esclarecimento a respeito dessa fase do desenvolvimento. Os dados tiveram por base diferentes textos e questões, delimitando-se as reflexões dos mais velhos em torno de sua identidade. Os idosos participantes foram alunos do Centro Regional de Estudos e Atividades para a Terceira Idade - CREATI - da Universidade de Passo Fundo.

Inicialmente, foram considerados textos abertos que tematizaram suas histórias de vida após os sessenta anos, e pronunciamentos extraídos do livro *Coragem de Envelhecer* (Berman, s/d). Para aprofundamento das categorias referentes - SABEDORIA - INTIMIDADE E SENTIDO DA VIDA, quatro alunos do referido centro, mediante a apresentação de um texto, construíram os seus entendimentos, corrigindo, aperfeiçoando e ampliando as categorias inicialmente apresentadas. Realizada a coleta dos textos, foi feita a análise de seu conteúdo.

No capítulo sétimo, avaliaram-se os proferimentos de três profissionais da área gerontológica: o primeiro é doutor na área de gerontologia e coordena o programa de mestrado e doutorado em Gerontologia pela Universidade Estadual de Campinas(PI)¹; o segundo presidiu as atividades do Conselho Estadual do Idoso e participou da elaboração da lei 8 842, que trata da política nacional do idoso, (PII); o terceiro possui pós-doutorado em gerontologia e coordena o programa de pós-graduação em enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (PIII).

Os textos dos profissionais sobre as responsabilidades do Estado e da universidade foram produzidos a partir do capítulo terceiro desta investigação. Pretendeu-se, mediante as formulações dialógicas, produzir entendimentos significativos em torno da gestão social a partir do Estado e da construção da cultura em torno da longevidade a partir da universidade.

A terceira parte compreende o capítulo oitavo e nono onde foram produzidas as conclusões e as proposições:

¹ PI, PII, PIII - Abreviações utilizadas para os interlocutores profissionais.

- sobre as conclusões e a gestão social do envelhecimento e da velhice apoiadas na teoria da ação comunicativa

- sobre as conclusões e a gestão social do envelhecimento e da velhice a partir das perspectivas teóricas e empíricas da identidade existencial;

- sobre as conclusões e a gestão social do envelhecimento e a velhice com base nas perspectivas teóricas e empíricas do Estado e da universidade.

A metodologia da investigação sobre a identidade existencial na terceira idade e sobre as mediações do Estado e da a universidade foi construída através de fontes, categorias referentes, conceituais e substanciais, e de procedimentos de análise de conteúdo. As fontes eram constituídas de textos de autores, textos dos idosos e dos profissionais. As categorias referentes foram suscitadas pela observação e por leituras anteriores e constituídas pela sabedoria, intimidade e sentido na vida, para revelação da identidade existencial, e pelo Estado e a universidade, para revelação das mediações. As categorias conceituais foram constituídas pelos princípios da teoria da ação comunicativa e, por fim, as categorias substanciais foram reveladas no processo da investigação a partir das referentes.

O discurso teórico foi construído com base em autores e o discurso empírico, com base nos escritos dos mais velhos, visando esclarecer sua identidade existencial; os escritos dos profissionais, por sua vez, explicitam as responsabilidades do Estado e da universidade. As convicções, portanto, resultarão de entrecruzamentos discursivos entre os participantes da investigação (autores, sujeitos da pesquisa: velhos, profissionais e autor da tese). Os discursos teóricos serviram de base para o discurso dos interlocutores, sendo aí avaliado o sentido das categorias vistas então como substanciais uma vez que ocorreram durante a investigação e consubstanciaram as referentes, buscando-se avançar no processo de entendimento dos objetos fundamentais da investigação, delimitados pela identidade existencial dos mais velhos e pelas mediações do Estado e da universidade.

Isso foi realizado de acordo com a necessidade do discurso passar de propostas teóricas para um processo de entendimento do sentido histórico-social, organizando-se as falas para que se perceba o contexto, a legitimidade das proposições teóricas; construindo-se outros conhecimentos comunicativos e o que autenticamente interessa aos mais velhos; finalmente, para que fossem produzidas as estratégias políticas para pôr em ação as

revelações da teoria e da organização prática do discurso, oportunizando-se a expressividade da identidade. Revelou-se dessa maneira o que diz Habermas (1987b):

A mediação da teoria e prática só pode ser clarificada se não confundir três funções que se medem segundo critérios diferentes: a formação de teoremas críticos resistentes aos discursos científicos; em continuidade, a organização de processos de ilustração nos quais se podem utilizar tais teoremas e que podem comprovar-se de uma maneira peculiar no desencadeamento de processos de reflexão em determinados grupos com um objetivo; e, finalmente, a eleição de estratégias adequadas, a solução de perguntas táticas, a condução da luta política (p.41).

A investigação sobre a identidade existencial e sobre as mediações do Estado e da universidade atendeu a algumas categorias conceituais expressas em princípios prático-emancipadores da teoria da ação comunicativa, os quais podem ser resumidamente postos nos seguintes itens:

- Princípio do mundo-da-vida como mediador da racionalidade de manipulação;
- Princípio da interlocução e de entendimento democrático como superador da monologia;
- Princípio da emancipação como corolário da interpretação hermenêutica, promovendo criticamente seu avanço;
- Princípio da construção política como busca de superação de uma ciência neutra;
- Princípio da razão argumentativa.

O discurso teórico mediado por autores sobre a identidade existencial e sobre as mediações do Estado e a universidade foi tomado advocatoriamente. Em outras palavras: os autores tornaram-se presentes com suas idéias advogando um conhecimento que não necessariamente constituía motivo de suas preocupações iniciais, mas que contribuiu para elucidar o tema da investigação.

Os escritos dos mais velhos e dos profissionais foram elaborados de forma edificante a partir de textos constituídos pelos capítulos II e III. Partindo de textos previamente elaborados, os mais velhos e os profissionais foram estimulados a comprová-los, negá-los e/ou a avançar o entendimento em torno das proposições temáticas. Os textos iniciais dos

idosos foram acompanhados de questões a serem respondidas com a finalidade de se fazerem emergir percepções autenticamente significativas e diferenciadas sobre as categorias. As falas dos mais velhos e dos profissionais representaram o mundo-da-vida onde a tradição se expressou. Buscou-se aí verificar as propostas de entendimento, acolhendo-se as posições indicativas de um quadro representativo de noções sobre o perfil contextualizado da terceira idade e das mediações. Em última análise, pretendeu-se dizer ao Estado, à universidade e às outras instituições mediadoras o que devem realizar tendo por base o mundo-da-vida expresso pelos idosos e pelos profissionais da área de gerontologia. O investigação, portanto, desenvolveu-se com base numa metodologia hermenêutica e nas ciências sociais reconstrutivas, tendo por suposição a idéia de que o conhecimento tem sua fonte na linguagem; assumiu-se, pois, o ponto de vista de Habermas, que entende serem o conhecimento e a ética passíveis de construções racionalmente sustentadas, justas e transportadoras de uma visibilidade expressiva, evitando-se, assim, a tendenciosidade de interesses particulares da cultura e da sociedade.

O processo comunicativo da investigação teve a pretensão de construir, pela força dos proferimentos e pelo grau de protestos, novas perspectivas nas relações sociais. O que se buscou foi a compreensão do universo dos mais velhos por meio de uma leitura honesta do sentido que conferem a si mesmos e das mediações a serem criadas pelo proferimento de interlocutores.

A seguir realizam-se algumas pontuações relativas às categorias e aos procedimentos metodológicos para a compreensão dos objetos estudados.

A preferência pelas categorias conceituais da teoria da ação comunicativa foi estabelecida em função de seu projeto emancipador. A emancipação aqui se trata de uma conquista não apenas do conhecimento como fruto da consciência dos sujeitos, mas enquanto processo comunicativo interlocutório, isto é, a emancipação pode ser pretendida quando o conhecimento é integrado ao sentido de justiça e universalidade de seus princípios, com a finalidade de desenvolver a expressividade dos indivíduos. A emancipação pode ser pretendida quando o processo interlocutório do conhecimento, da justiça e da expressividade vai *contra a pretensão de exclusividade das ciências experimentais nomológicas, contra o idealismo hermenêutico da sociologia compreensiva, contra a tendência objetivista de um funcionalismo sistêmico* (Habermas, 1990a, p. 14). Isso revela que a emancipação só pode ser alcançada dentro de um processo comunicativo, rompendo-

se com as pretensões da teoria do conhecimento nomologicamente construído. Trata-se de dizer que, nas ciências sociais e humanas, somente é possível chegar a um conhecimento livre de dominação num processo de aprendizagem que *procede em termos reconstrutivos* (Idem, p.16).

A investigação compreendeu, neste estudo, a constituição das categorias da sabedoria, intimidade e sentido na vida para investigar a identidade existencial da velhice, do Estado e da universidade para investigar as mediações. As categorias referentes serviram de base para a composição do corpo de análise exposto nas falas dos idosos e dos profissionais. Da análise desses proferimentos, emanaram as categorias substantivas derivadas do processo da investigação empírica. Os proferimentos dos sujeitos da pesquisa foram válidos na medida em que foram representativos dos mais velhos e dos profissionais como interlocutores de uma realidade cultural da qual fazem parte. Os sujeitos da pesquisa foram intérpretes dos objetos da investigação com vistas a um processo de entendimento e *não há nada que permita decidir a priori quem tem de aprender de quem* (Habermas, 1989, p. 43).

Na investigação, os intérpretes dos objetos em questão não assumiram uma atitude performativa completa, isto é, o diálogo não se constitui numa comunidade ideal de fala, pois os interlocutores não se confrontaram face a face na construção de seus entendimentos; apenas foram acolhidos seus textos com a finalidade de desvelar categorias da identidade e de mediações em seus proferimentos. Não se pretendeu alcançar uma interpretação correta, mas, sim, uma interpretação adequada dos objetos de investigação. A partir de textos iniciais, os intérpretes estabeleceram suas asserções, que passaram a constituir um corpo analítico do qual foram desveladas as categorias substanciais.

Na investigação, foi preconizada a interação entre autor e sujeitos da pesquisa com a finalidade de superar a proposta monológica da produção do conhecimento. O texto inicial, objeto da interação, estabeleceu apenas a área de concentração do diálogo edificante. Realizada a produção do texto pelos sujeitos da pesquisa, foram considerados principalmente os proferimentos representativos do objeto. Para tanto, foram apreciadas as idéias constantes em todos os interlocutores, as idéias presentes, mas não constantes e as idéias singulares e expressivas para a compreensão do objeto.

Em seqüência, examinam-se os passos que foram utilizados na investigação.

1 - DAS FONTES PARA A REVELAÇÃO DA IDENTIDADE EXISTENCIAL DOS IDOSOS

1.1 - O diálogo advocatório (Primeira Etapa)

Para a discussão teórica da identidade existencial dos idosos (capítulo II), diversos foram os autores chamados para a interlocução, cujas noções foram trazidas para ampliar e esclarecer a questão por meio de aproximações e interpretações de seus pontos de vista relativos ao desenvolvimento no processo do envelhecimento e da velhice. Embora nem todas as afirmações teóricas de Vygotsky, Baltes, Carstensen, Frankl e outros fossem disciplinadas para a velhice, contribuíram para uma interpretação esclarecedora sobre o potencial da última etapa do desenvolvimento humano. No diálogo advocatório, foram compreendidas as categorias referentes da sabedoria, da intimidade e do sentido na vida.

1.2 - Fontes para organização do corpo analítico sobre a identidade existencial na terceira idade (Segunda Etapa)

História de Vida

Este procedimento foi utilizado para introduzir o capítulo quinto, no qual foi produzido o estudo empírico da identidade existencial na terceira idade.

Pode-se afirmar que as categorias conceituais da teoria da ação comunicativa aproximaram-se do método biográfico.

Assim, o cientista não usa apenas uma técnica de recolher relatos orais: ele é levado, também, a desenvolver um método biográfico. Ele procura operacionalizar aquelas relações conceituais que a teoria lhe sugere, tornando-as adequadas aos testemunhos diversos, contidos no relato oral. Dito de outro modo, o cientista procura reconstruir, reorganizar e reler, mediante um referencial teórico e não imediatamente dado, o material empírico, constituído, em sua primeira fase de relatos orais (Marre, 1991, p. 90).

No caso da presente investigação, os relatos escritos são olhados, tendo em vista as categorias da identidade existencial sob a luz da teoria comunicativa.

Na história de vida compreendeu-se o que Marre (1991) propõe: *para que essa construção do objeto científico seja iniciada desde a coleta dos relatos até a interpretação dos dados, torna-se importante desvendar, pelo menos parcialmente, como o pesquisador pode auxiliar o pesquisado a expressar sua vida, a entregar um pouco a riqueza dessa mina de ouro que é a experiência humana vivida* (p. 106).

Atos de fala constatativos expostos comunicativamente para verificação apresentaram-se como verdadeiros na medida de sua qualidade expressiva, sendo apresentados com vistas a entendimentos e à emancipação uma vez que revelam também situações de protestos ou apelos.

No caso da investigação com categorias conceituais da ação comunicativa, não existiu o interesse de ver apenas confirmada uma hipótese ou várias delas, mas de reconstruir a trajetória histórico-cultural de um grupo humano que tem a pretensão de ampliar a compreensão do desenvolvimento daqueles que envelhecem, respeitados os referenciais teóricos e de possivelmente desvelar outras categorias que contextualizam e consubstanciam as categorias da identidade existencial dadas como referentes.

Os proferimentos dos idosos

No primeiro momento, propôs-se o objeto a ser investigado coletivamente, que é a identidade existencial dos idosos por meio de categorias referentes *da sabedoria, da intimidade e do sentido da vida*, explicitando-se que os textos são apenas convite a interpretações sobre a sabedoria, intimidade e sentido na vida. Num segundo momento, a partir dos textos iniciais suscitadores da interlocução, os sujeitos idosos construíram seus textos e tiveram autonomia para expressar livremente seus pontos de vista sobre o objeto em abordagem. Em última instância, o material foi analisado, aproveitando-se os proferimentos que se desvelaram em eixos esclarecedores de desenvolvimento na terceira idade. O resultado da análise do conteúdo dos proferimentos, juntamente com seus testemunhos de vida, constitui o capítulo quinto desta etapa. O resultado final manifestou um conjunto de categorias substanciais expressivas do entendimento que os mais velhos tiveram de sua identidade.

1.3 - Fontes para a revelação das mediações do Estado e da universidade

Os proferimentos dos profissionais da área de gerontologia

Para investigar a questão da realidade mediadora a partir do Estado e da universidade face à população idosa, o procedimento foi o de coleta de um corpo analítico com a participação de três profissionais, aos quais foi solicitada a elaboração de textos a partir de duas propostas iniciais constituídas pelo capítulo terceiro desta investigação. Os interlocutores apresentaram suas concepções sobre a responsabilidade do Estado e da universidade na questão do envelhecimento e da velhice, apontando também os impedimentos da relação destas duas instituições com o mundo dos mais velhos. Os interlocutores indicaram proferimentos de outros autores os quais foram citados na análise.

Os critérios de escolha dos profissionais foram ditados pelo envolvimento que possuem na relação de suas atividades universitárias com o envelhecimento e por suas reflexões em torno do tema.

2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE DO CORPO ANALÍTICO DA SEGUNDA ETAPA

Análise de Conteúdo

A função da análise de conteúdo foi de organizar o discurso prático. A sistematização do discurso em categorias ou eixos explicitadores práticos não absorveu da técnica sua característica quantitativa, mas se apropriou do seu potencial para organizar os proferimentos dos idosos e dos profissionais, contribuindo para um delineamento mais conciso da identidade existencial dos mais velhos e das mediações a serem oferecidas pelo Estado e pela universidade. Dessa maneira, pela análise de conteúdo dos documentos sobre a identidade existencial e sobre as mediações das categorias substanciais, foi constituído, juntamente com as referentes, um discurso de unidades de pensar que tornam visíveis a produção cultural de um tempo em busca de entendimentos e de expressão social.

3 - PRODUTOS ESPERADOS NA INVESTIGAÇÃO

Procurou-se esclarecer, na primeira parte da investigação, tanto as categorias referentes da identidade existencial na terceira idade como as categorias mediadoras do Estado e da universidade.

Com base nessas categorias foram produzidos textos. Os idosos pronunciaram-se sobre a sabedoria, intimidade e sentido na vida, e os profissionais, sobre o Estado e a universidade. Da análise dos textos, resultaram as categorias substanciais constituintes principais da pesquisa, uma vez que revelaram as formas contextualizadas de entendimento sobre as categorias referentes, facilitando a organização das conclusões e, como desdobramento destas, as proposições da investigação.

Resumindo a metodologia da investigação, pode-se afirmar que, em primeiro lugar, tematizou-se a questão da teoria da ação comunicativa uma vez que suas categorias conceituais estariam presentes em toda a investigação. As categorias conceituais iluminam, portanto, toda a investigação.

O interesse principal da primeira etapa foi o de constituir os fundamentos teóricos da identidade existencial na terceira idade e das mediações do Estado e da universidade. Foram consideradas como referentes da identidade existencial na terceira idade as categorias da sabedoria, da intimidade e sentido na vida e, como referentes das mediações, as categorias do Estado e da universidade. Entendeu-se por categorias referentes as construções iniciais de entendimento para constituição dos estudos teóricos sobre o objeto de investigação e de informações recolhidas anteriormente. Essas categorias foram recortes auxiliares na delimitação do campo a ser pesquisado, servindo como contornos iniciais da investigação.

Na segunda etapa, foram utilizados procedimentos de análise de conteúdo sobre depoimentos de história de vida e de proferimentos dos mais velhos, para organização do discurso da identidade existencial, e de proferimentos de profissionais, para construção das mediações sociais e culturais a partir do Estado e da universidade à luz de princípios comunicativos.

Na análise das histórias de vida, foram realizadas as primeiras aproximações dos resultados do discurso advocatório com a realidade existencial dos mais velhos. A história

de vida constitui-se em uma forma exploratória de se entender o universo dos mais velhos. A seguir, avançou-se na coleta do corpo analítico com proferimentos escritos sobre as categorias e exploração de outras que vêm definir o universo existencial da identidade dos mais velhos e de seus impedimentos. O diálogo intersubjetivo foi realizado em etapas sucessivas com a finalidade de se constituir as categorias substanciais resultantes do processo comunicativo. Entendeu-se por categorias substanciais aquelas que representam questões centrais de entendimentos sobre o objeto em investigação, que esclareceram o universo das representações dos interlocutores, ordenando, em conjuntos de idéias, os proferimentos dos mais velhos e dos profissionais em torno da sabedoria, intimidade e sentido na vida e do Estado e da universidade respectivamente.

A escolha de interlocutores da terceira idade com certa experiência no tratamento de suas questões existenciais facilitou a qualidade dos proferimentos.

O corpo analítico dos proferimentos sobre as mediações referentes do Estado e da universidade foi construído a partir dos escritos constantes no capítulo terceiro. Os três interlocutores foram considerados suficientes uma vez que a qualidade dos proferimentos escritos foi capaz de causar convicção sobre o objeto em investigação. A escolha dos interlocutores deveu-se ao envolvimento e à profundidade com que eles se dedicam ao fenômeno social da terceira idade, à representatividade de suas falas e à aproximação com mundo-da-vida daqueles que envelhecem.

As idéias fundamentais da metodologia estiveram associadas à convicção de que, em ciências sociais, o conhecimento pode ser estabelecido com base em interpretações dos fenômenos investigados. Os conhecimentos com base na linguagem de autores representativos e na solidez de suas leituras sobre o universo em descoberta foram fidedignos uma vez que representam o mundo-da-vida. Isso significa que o universo das interpretações emanadas da realidade viva dos idosos e dos profissionais foi suficiente para produzir o conhecimento em torno da identidade existencial na terceira idade e em suas mediações avaliadas através do Estado e da universidade.

Explicitadas as categorias referentes e substanciais, construídas no processo analítico julgou-se oportuno organizar as conclusões e sugerir as proposições com vistas à gestão social do envelhecimento e da velhice. Como a velhice é resultante do processo de todas as fases da vida, considerou-se necessário ampliar a visão da velhice estendendo a preocupação também para o processo de envelhecimento, ainda que permanecesse a fase

tardia como a questão central da investigação. Isso foi decidido durante a investigação pela força das posições levantadas na primeira e segunda etapas. O processo metodológico está resumidamente exposto nos quadros 1 e 2.

Quadro 1 - Resumo da análise crítica de conteúdos na revelação da identidade na terceira idade a partir de princípios da ação comunicativa

FONTES	PROCEDIMENTOS	PRODUTO
<p>Diálogo Advocatório Universo teórico da tese Compreende a interlocução de autores, num processo de interpretação da identidade, à luz de princípios comunicativos</p>	<p>Organização do entendimento sobre identidade em Vygotsky, Castersen, Baltes e Frankl e outros à luz das categorias conceituais: princípios comunicativos</p>	<p>Análise teórica das categorias referentes: - sabedoria, intimidade e sentido da vida.</p>
<p>Testemunhos de vida Universo prático Compreende a interlocução com idosos mediada pela vida depois dos sessenta anos.</p>	<p>Organização das experiências de vida dos velhos e de suas percepções e proferimentos em torno das categorias referentes por convergência temática, atribuindo nome e definindo as novas categorias.</p>	<p>Desvelamento das categorias substanciais em torno da sabedoria, intimidade e sentido na vida.</p>
<p>Participação escrita dos idosos Compreende a interlocução através de proferimentos escritos dos mais velhos à luz de princípios prático-emancipadores.</p>	<p>O mesmo procedimento realizado acima</p>	<p>Desvelamento de categorias substanciais a partir das referentes.</p>

Quadro 2: Resumo da investigação com análise crítica de conteúdos na revelação das mediações a partir do Estado e da universidade e com base nos princípios da ação comunicativa.

FONTES	PROCEDIMENTOS	PRODUTO
<p>Participação escrita de profissionais Proferimento de profissionais da área de gerontologia.</p>	<p>Organização dos proferimentos dos profissionais em torno das categorias referentes do Estado e da universidade, por convergência temática, atribuindo nome e definindo as mediações construídas no processo de análise.</p>	<p>Revelação das categorias substanciais do Estado e da universidade.</p>

PRIMEIRA ETAPA

A IDENTIDADE EXISTENCIAL NA TERCEIRA IDADE E AS MEDIAÇÕES DO ESTADO E DA UNIVERSIDADE: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Esta etapa da investigação sobre a identidade existencial da terceira idade da vida adulta e as mediações do Estado e da universidade está embasada nos parâmetros do discurso comunicativo. O primeiro capítulo apresenta a fundamentação do discurso comunicativo face ao envelhecimento humano. Os dois capítulos seguintes assumem uma abordagem teórica em torno do envelhecimento e das implicações sociais, particularmente do Estado e da universidade. A pretensão de validade do conhecimento sobre a identidade dos mais velhos tem seu fundamento nos discursadores advocatoriamente trazidos para o tema e na investigação comunicativa. A pretensão de validade das afirmações sobre as relações sociais em torno do Estado e da universidade está igualmente firmada sobre o grau de convencimento das afirmações dos autores trazidos para refletir essas categorias mediadoras.

O entendimento, por ser discursivo, é provisório e seu aperfeiçoamento, no que refere à verdade, deverá ter sua continuidade na universidade e em outros lugares de construção do conhecimento para que se aperfeiçoem as interpretações culturais e a ética. A pretensão do entendimento em torno das relações sociais apresentada nesta investigação é também provisória devendo seu aperfeiçoamento, no que se refere à justiça, ter sua continuidade nas direções políticas assumidas pelo Estado e pela sociedade civil, mediadas pelo mundo-da-vida e, particularmente, pela expressividade dos indivíduos que envelhecem.

CAPÍTULO I

O DISCURSO DA AÇÃO COMUNICATIVA COMO FUNDAMENTO DO CONHECIMENTO, DAS PRÁTICAS SOCIAIS E DA EXPRESSIVIDADE NA LONGEVIDADE

O capítulo pretende organizar os fundamentos teóricos das categorias conceituais a partir da teoria da ação comunicativa. Isso significa que, nas questões da metodologia e nos seus produtos, procura-se obedecer aos princípios da teoria da ação comunicativa. Tanto na análise teórica como na análise dos documentos sobre a identidade existencial dos mais velhos e sobre as mediações do Estado e da universidade, estão presentes as categorias conceituais com base no paradigma da comunicação.

As críticas aos esforços da lógica da razão manipulativa e aos seus resultados práticos recaem sobre a permanente presença dos preconceitos, sobre os interesses de grupos dominadores, sobre a violência praticada em nome da lei e sobre as verdades politicamente produzidas. O idealismo grego, o projeto cristão da Idade Média e a proposta da racionalidade iluminista com base na consciência individual não responderam aos anseios de justiça e solidariedade. O resultado social dos esforços da filosofia tradicional, da ciência e, mesmo, do casamento entre filosofia e ciência não foi suficiente para a emancipação e para a expressão da liberdade e da dignidade, ou seja, para onde quer que se olhe, existem vestígios de violência e, particularmente, de exclusão.

Diversas são as causas da desconfiança sobre a identidade humana construída e engendrada pelo cristianismo e pelo iluminismo. O homem racional, europeu, produtivo, responsável, adulto, branco, filho de Deus, dominador e, por decisão de sua vontade, capaz de alcançar a perfeição foi construído metafisicamente, contudo não resistiu às reflexões críticas na modernidade. A análise dos fatos históricos demonstra que a razão iluminista produziu resultados criticáveis quando a ciência, a política e a economia são postas em

questão. Na atualidade, a concepção do homem adulto, produtivo e dominador passa por impasses, pois sua identidade, em razão da longevidade, se envolve em novos desafios.

Não é mais possível tomar-se como critério único a razão monológica do iluminismo, pois, para ter-se confiança na razão, esta não pode ser exercitada sem o controle do argumento coletivo, sem as medidas solidárias e universais e sem a expressividade de todos os indivíduos indistintamente. Arranjos mais elásticos podem ser construídos a partir da associação da filosofia e da ciência, e os novos consensos podem determinar algumas certezas que dêem conta de uma identidade humana diferente, uma vez que são observadas ainda tantas formas de violência. E diante das populações que envelhecem e quando se desmancham os critérios da excelência da produção e da reprodução, tem-se um novo desafio.

Para tanto, de modo especial, o Estado e a universidade podem contribuir para a renovação ética e cultural. A estranheza diante do ser humano que envelhece, em função da ausência de significativas representações, pode dar lugar ao conhecimento e aos laços sociais ainda não convencionados. Por consequência dessas convenções a serem refeitas, pode-se chegar a uma expressividade humana desejada em toda a extensão da vida. Nesse sentido, os discursos incompletos da família, da escola, das empresas, dos municípios e dos mais velhos são espaços importantes para as descobertas da universidade e para as políticas sociais do Estado.

Nesta tese, retratam-se alguns esforços do pensar e do querer social, demonstrando-se que o potencial da racionalidade ainda não foi esgotado. Em todas as suas etapas, está presente o paradigma da comunicação que aponta para a esperança e para a construção de um novo patamar da razão e, por consequência, para a superação do pessimismo e da negação da racionalidade. O encaminhamento da análise teórica e da análise dos proferimentos dos sujeitos da presente pesquisa está orientado pelas proposições da teoria comunicativa. Os procedimentos e os entendimentos a serem elaborados obedecerão aos princípios da construção da linguagem em comunicação, sendo sustentados na seguinte afirmação: *Eu vou argumentar que uma mudança de paradigma para a teoria da comunicação torna possível retornar ao empreendimento que foi interrompido com a crítica da razão instrumental; e isto nos permitirá assumir as tarefas desde então negligenciadas de uma teoria crítica da sociedade* (Aragão, 1992, p. 12).

Ao mesmo tempo em que a investigação aprofunda as questões da identidade da terceira idade, num discurso advocatório de comunicação e de investigação participativa com vistas ao aperfeiçoamento das relações de poder dos mais velhos, pretende propor orientações pós-convencionais à cultura e à sociedade, por meio da universidade e do Estado.

A investigação visa, pela proposta comunicativa, partilhar da construção cultural, social e educacional. A apresentação dos mais velhos, com um potencial de desenvolvimento a ser mediado pela política e pela universidade, visa contribuir para a construção de um novo projeto social sob a luz da ação comunicativa. O objetivo é aperfeiçoar a interpretação da condição humana face à longevidade, melhorar as regulações sociais e conseguir um perfil humano mais interessante. Os esforços buscam comprovar que o conhecimento e as relações sociais têm melhor chance de serem melhorados pelo debate aberto e por mudanças sinceramente desejadas.

Aragão, analisando Habermas, afirma:

*Ora, se a linguagem (como é dito no livro *Conhecimento e Interesse*) é o traço distintivo da Humanidade, o que lhe dá sua característica essencial, e na própria linguagem está inscrita a inclinação para a comunicabilidade, para alcançar um entendimento, então pode-se dizer que a comunicabilidade é também um traço distintivo do ser humano. É nesta premissa que Habermas baseia todo o seu otimismo teórico, que vai servir de aposta num futuro melhor, em que as relações humanas e sociais serão mais transparentes e menos violentadoras (1992, p.13).*

A ação comunicativa, assim, é uma premissa para o serviço de interesses universalizáveis a partir de discursos teóricos, práticos e mutuamente complementares. Não se tem a pretensão, neste trabalho, de propor alternativas sociais generalistas, nem de denunciar as penas e limitações impostas às grandes massas de excluídos. O trabalho evidencia a necessidade do respeito e da razão com vistas ao conhecimento e à justiça, contextualizados e efetivos, em torno dos mais velhos.

Dessa maneira, a função cognitiva da linguagem tem a responsabilidade de apresentar o conhecimento sobre o envelhecimento e, de modo especial, sobre a velhice, exercendo, ao mesmo tempo em que esclarece, a crítica sobre os preconceitos e a superação

das propostas tradicionais da lógica instrumental. Nesse contexto, à universidade compete proeminente tarefa no desenvolvimento do discurso cognitivo sobre a longevidade.

A linguagem prática tem a função de esclarecer também as normas sociais sobre o envelhecimento e as estratégias contextualizadas para a superação da dominação exercida sobre os mais velhos. O Estado pode constituir-se em mediador e estimulador da organização civil e da legalização de seus costumes no que se refere ao envelhecimento. Dessa maneira, é possível que a linguagem tenha uma função expressiva, concedendo formas singulares e individualizadas à fase tardia do desenvolvimento.

A cultura, a sociedade e a educação constituintes e constituidoras da identidade humana, também na velhice, perfazem o mundo vital que, muitas vezes, se contrapõe ao sistema, centrado nos resultados da produção e sem a preocupação com o destino da vida.

A presente investigação, nos procedimentos de obtenção de informações e na interpretação dos resultados, inspira-se em princípios comunicativos, tendo no horizonte a luz de uma nova razão.

A linguagem, pois, é o medium de constituição e reprodução do mundo-da-vida, e tem como funções básicas fomentar o entendimento mútuo, permitir a coordenação das ações, e promover a socialização (Aragão, 1992, p.51).

Analisando a razão instrumental, percebe-se uma tendência à burocratização, ou seja, um ordenamento social desinteressado na revelação da expressividade e de normas igualitárias; o que importa é o conhecimento e as normas de dominação, pela exploração da natureza e das relações de produção em benefício de quem detém o saber e o poder. O discurso da razão instrumental, desse modo, é centrado no indivíduo ou no grupo de indivíduos, não havendo possibilidade de universalização e sem interesse na expressividade humana.

O discurso da razão do trabalho tende à reprodução dos discursos convencionais restritos aos costumes existentes e localizados em sujeitos, ao passo que os discursos da ação comunicativa tendem a entendimentos justificados por decisões universais e mediatizados pelo mundo-da-vida.

O discurso da ação comunicativa, aqui exercido em torno dos mais velhos, é provisório, mas, enquanto solidariamente argumentado e justificado, constitui-se em

aprendizagem evolutiva e sinceramente comprometida com a verdade e com a justiça. O discurso mediatizado pelo mundo-da-vida busca ultrapassar o discurso do sistema, pois que

a burocratização se apodera dos processos espontâneos da formação de opinião e da vontade coletivas e esvazia seus conteúdos; amplia de um lado o espaço para a mobilização planificada da lealdade generalizada da população mas, de outra parte, facilita a desconexão das decisões políticas a respeito dos aportes de legitimação procedentes dos contextos concretos do mundo-da-vida formadores da identidade (Habermas, 1992, p. 461).

No presente discurso, pela análise das mediações do Estado e da universidade, partilha-se do mundo-da-vida e daí retira-se um aspecto de sua realidade, aquele representado pelos mais velhos. Assim, o discurso desta investigação baseia-se na teoria da ação comunicativa tanto em sua dimensão teórica como na prática metodológica, pois dela são retiradas as categorias conceituais.

1 - O CONHECIMENTO DISCURSIVAMENTE CONSTRUÍDO: A VERDADE A SERVIÇO DE UMA IDENTIDADE RENOVADA

Siebeneichler (1994, p.155) se reporta a Habermas ao dizer que *os sistemas sociais podem formar novas estruturas esgotando as capacidades de aprendizagem de sujeitos socializados, a fim de resolver problemas de comando que ameaçam sua integridade. É por isso que o processo de aprendizagem evolutivo das sociedades depende das competências dos indivíduos que pertencem a ela.* Isso significa que existe a possibilidade de se renovar o potencial cultural e, assim, avançar para níveis mais universalizáveis de entendimentos e de procedimentos sociais. A cultura e a sociedade podem avançar para conhecimentos e normas pós-convencionais, estabelecendo descontinuidades, dessa forma, interpretando e atendendo melhor às necessidades sociais.

Atos de fala constataivos, expostos comunicativamente para verificação, apresentam-se como verdadeiros na medida de sua qualidade argumentativa e são proferidos com vistas a consensos e à emancipação. As afirmações monologicamente construídas reduzem-se a dizer apenas como as coisas se comportam sem haver a

necessidade de um ato de fala comunicativo. Ao contrário as afirmações comunicativamente construídas têm em vista um outro interlocutor.

Se, ao contrário, a linguagem for empregada para o fim do entendimento mútuo, haverá então três destas relações: ao dar uma expressão de aquilo que tem em mente, o falante se comunica com outro membro de sua comunidade lingüística sobre algo no mundo. A epistemologia só se ocupa desta última relação entre a linguagem e a realidade, ao passo que a hermenêutica tem de se ocupar, ao mesmo tempo, da triplíce relação de um proferimento que serve (a) como expressão da intenção de um falante, (b) como expressão para o estabelecimento de uma relação interpessoal entre falante e ouvinte e (c) como expressão de algo no mundo (Habermas, 1989, p.41).

O aprimoramento cultural, sob a ótica da ação comunicativa, torna-se aberto e questionável, submetido a críticas de toda ordem; tem por finalidade o afastamento do preconceito e da formulação unilateral do conhecimento. A formulação das ciências sociais na perspectiva comunicativa possui compromissos com a verdade e tende ao princípio da universalização, isto é, ninguém pode ficar de fora dos proferimentos e ninguém pode constranger-se a aceitá-lo, uma vez que é transparente e sustentado pela consistência dos argumentos.

É oportuno que se diga também que existem diferenças de paradigmas entre os autores citados nesta investigação: Habermas propõe a comunicação com referência para a emancipação; Foucault, por sua vez, considera o poder como força motriz do conhecimento e das relações sociais. Ambos, porém, se aproximam enquanto buscam a emancipação do homem diante da dominação e das linguagens históricas impedidas da libertação. As distâncias teóricas são respeitadas e entendidas, mas são compreendidas particularmente as verdades sobre as más intenções do projeto da racionalidade denunciado por ambos. Outros autores, mesmo que não convergentes ou com suas percepções teóricas marcadamente discordantes das posições comunicativas serão considerados desde que suas descobertas ou narrativas perceptuais sobre os eventos sociais e humanos contribuam para esclarecer as dificuldades da racionalidade instrumental em libertar o homem de suas próprias amarras.

Isso pode ser dito de Freud, Jung, Heidegger, Vygotsky e outros. O discurso comunicativo não elimina vozes discordantes; ao contrário, acolhe-as enquanto capazes de esclarecer as formas opressivas e, de uma ou de outra forma, avaliar as possibilidades de explicar o homem e de libertá-lo de seus impedimentos no processo da racionalidade ainda não esgotada. Habermas recorre seguidamente a autores como, Piaget, Kohlberg e Freud, para sustentar questões pertinentes ao conhecimento, à ética e à emancipação, embora nenhum deles ancore suas teses numa proposta comunicativa da construção da ciência, da justiça e da expressividade. A inserção de diversos autores pretende somente tornar consistentes as postulações teóricas, pois as convicções *têm que poder ser formadas sob as luzes das melhores de todas as informações e razões disponíveis* (Habermas, 1997, p. 96).

As afirmações expostas levam a consciência a reflexões mais avançadas:

Na medida em que as reconstruções racionais explicitam as condições de validade de proferimentos, elas também podem explicar casos desviantes e assim adquirir também, com essa autoridade indiretamente legisladora, uma função crítica. Na medida em que as reconstruções racionais empurram as diferenciações entre as pretensões de validade particulares para além dos limites que a tradição ensinou, elas podem até fixar novos padrões analíticos e, deste modo, assumir um papel construtivo. E, na medida em que tivermos sucesso na análise de condições de validade muito gerais, as reconstruções racionais poderão com a pretensão de descrever universais, constituindo deste modo um saber teórico competitivo (Habermas, 1989, p. 48).

Ao avançarmos no estudo sobre a longevidade e, em especial, sobre a identidade existencial na terceira idade, surgem três questões substanciais: a primeira diz respeito ao porquê das reconstruções racionais; a segunda, a quem particularmente compete realizá-las e a terceira refere-se a como encaminhá-las, ou seja, qual a metodologia a ser adotada para que sejam encontradas as formulações que validam as posições e as proposições desta investigação. Essas questões são analisadas em seqüência.

Os esforços para a emancipação dos mais velhos, pela definição de um perfil mais livre dos preconceitos, podem ser avaliados como se a racionalidade ocidental tivesse dívidas a pagar, pois a lógica instrumental precipitou constrangedoras relações de poder.

Não explicamos

ainda por que a diferenciação dos subsistemas de ação econômica e administrativa vai além dos limites da institucionalização do dinheiro e do poder funcionalmente necessária nas sociedades modernas, por que estes subsistemas desenvolvem uma incontida dinâmica própria e neutralizam sistematicamente âmbitos de ação que incondicionalmente necessitam de uma integração social. Tampouco temos explicado por que a racionalização cultural não só libera as esferas culturais de valor, mas que simultaneamente permanece encapsulada em cultura de especialistas, por que as ciências modernas servem ao progresso técnico, ao fenômeno do crescimento capitalista e à administração racional, mas não a compreensão do mundo e de si mesmos, do que necessitam os cidadãos implicados nos processos de comunicação, por que ficam desativados os conteúdos explosivos da modernidade cultural (Habermas, 1992, p. 465).

O mundo-da-vida, onde estão incluídas a cultura e a construção das normas, não foi suficientemente contemplado pela racionalidade, de forma que tanto o sistema regido pelo dinheiro e pelo poder político empobrecem o sentido da vida e, de modo especial, dos mais velhos, como as universidades e, nelas, os especialistas, mantêm comunicação com as esferas oficiais, servindo de modo especial ao sistema.

O que se propõe é que, embora tardiamente, se passe a fazer parte do projeto iluminista de Condorcet, que se animava com a perspectiva de as ciências não somente promoverem o controle da natureza, mas, também, realizarem a interpretação das necessidades e, com isso, se aperfeiçoarem *as instituições sociais e inclusive a felicidade dos homens* (Habermas, 1992, p. 465). Considerando que a universidade é uma das instituições participantes na renovação do cabedal cultural, não se pode negligenciar sua reponsabilidade com o mundo-da-vida e, nele, com a questão da longevidade

Os processos de entendimento, em torno aos quais se centra o mundo-da-vida, necessitam de uma tradição em toda sua latitude. Na prática comunicativa cotidiana tem que combinar-se e fundir-se entre si interpretações cognitivas, expectativas morais, manifestações expressivas e valorações, e, através das transferências de validade que a atitude realizativa permite, constituir um todo racional (Habermas, 1992, p. 463-464).

Tanto quando se tenta aperfeiçoar o esclarecimento sobre a identidade na terceira idade como quando se investigam as questões do Estado e da universidade relativas ao envelhecimento, usa-se a metodologia performativa, isto é, serão utilizados os recursos da interlocução entre sujeitos. Esses, na parte teórica, se constituirão de autores que se farão advocatoriamente presentes na análise da identidade dos mais velhos; na parte empírica, serão constituídos de sujeitos da terceira idade e de especialistas em gerontologia.

2 - A ÉTICA DISCURSIVAMENTE CONSTRUÍDA: A MORAL A SERVIÇO DE UMA IDENTIDADE RENOVADA

Nesta investigação, não se idealizam as proposições, nem se toma a consciência pessoal como critério para o aprofundamento das questões relativas às relações sociais em torno da longevidade. Persegue-se, sim, construir esclarecimentos constituídos por procedimentos comunicativos entre autores, entre velhos e entre especialistas que são interlocutores do entendimento. As duas dimensões da racionalidade (verdade e justiça), na proposta desta investigação, se solidarizam e se aperfeiçoam mutuamente, visando a um entendimento conquistado pela linguagem, tendo em vista uma ética orientada para a presença mais expressiva dos mais velhos na sociedade.

A tarefa é, seguindo uma linguagem solidária e interpretativa da necessidade dos mais velhos, a de ampliar o seu potencial de identidade com vistas a serem reconhecidos por eles próprios e em instâncias sociais facilitadoras de seu desenvolvimento. Nisso o Estado e a universidade são vistos como mediadores do desenvolvimento humano na longevidade.

2.1 - Objetivos da ética comunicativamente construída

O paradigma da comunicação possui também a emancipação por finalidade, a qual se apresenta como alternativa para minimizar os efeitos da subjugação e das violências historicamente construídas.

O discurso de Habermas aproxima-se do discurso de Foucault na medida em que analisa as estruturas cognitivas e institucionais da vida moderna. Para Habermas, entretanto,

o mundo está aí para ser construído e apresenta, pelo diálogo performativo, condições reais para tal fim; já Foucault apresenta uma abordagem genealógica e crítica das instituições, descrevendo as estruturas e as estratégias como formas naturalizadas da cultura, extinguindo-se aí seu compromisso. O seu discurso pretende ser resolvido pelo paradigma do poder. No discurso comunicativo, evoca-se a racionalidade coletiva como alternativa para a denúncia. Os objetivos do discurso incidem sobre aquelas realidades que constroem o ser humano, as quais se apresentam, basicamente, no mundo dos sistemas e colonizando o mundo-da-vida.

O discurso comunicativo tem como uma de suas intenções minimizar os conflitos entre o sistema e o mundo-da-vida; constitui-se numa proposta de aperfeiçoamento dos discursos sobre o conhecimento ou sobre as relações sociais, aproximando interesses e limitando o poder da ação instrumental. Assim, os movimentos que perseguem a preservação da natureza ou os direitos humanos estabelecem discursos esclarecedores que se contrapõem ao discurso do sistema. Aqui pretende-se realizar um discurso ético com vistas à expressividade pessoal e social dos mais velhos e, portanto, solidária com o mundo-da-vida, ao mesmo tempo em que questiona o sistema.

A perspectiva da ação comunicativa, por meio de interlocutores qualificados, sinceros e interessados, e pelo convencimento performativamente construído, pretende superar os hábitos autoritários inscritos na mente e no corpo, isto é, pretende-se, pela comunicação, fragilizar o poder disciplinador da tradição. Os atos de fala reflexivos pretendem limitar não só o egocentrismo da ética convencional, eivado de formulações não questionadas, como pôr em risco as verdades consagradas, mas não suficientemente verificadas. A ética discursiva visa à transformação racional e, mesmo, à antecipação histórica. Se a construção de projetos com a finalidade de reversão do sofrimento humano é instigante para os agentes sociais, por outra parte, exige a qualidade da gramática e da pragmática dos discursadores. A legitimidade do consenso reside na argumentação e na transferência da ação social pretendida para todos aqueles que em algum lugar estiverem na mesma situação. Exige-se, então, uma regularidade ética que pode ser vivificada pela sensibilidade dos interlocutores quando o princípio ético for contextualizado.

O discurso do agir comunicativo contribui também para com o projeto de uma ética para a solidariedade, enquanto capaz de flexibilizar os indivíduos, de ampliar a frequência dialógica e inaugurar uma nova sociedade. Não mais se pergunta *o que eu devo fazer*, mas

o que nós devemos fazer; não mais se pergunta o que eu posso pensar sobre isso, mas o que podemos pensar disso. Há o primado da ressignificação e do florescimento coletivo sobre o primado do indivíduo.

O projeto ético não se conforma em privilegiar modelos de verdade e de justiça, mas olha o homem como ser capaz de realizar suas relações pelo princípio da universalidade e contextualidade do discurso.

Trata-se portanto de um projeto em que nos confrontamos numa escala global. A contribuição contextualista a esta problemática é investigar formas alternativas de vida e ajudar a construir elos comunicativos entre elas, promovendo práticas interpretativas que assumam a forma de "comentários recíprocos, mutuamente aprofundadores". A contribuição universalista poderia, em conformidade, ser prevista como a formulação de uma das implicações desta tarefa: em particular, como está estabelecida como premissa sobre motivações envolvendo reconhecimento intersubjetivo e ... podem, de alguma forma, ser sustentadas por boas razões cuja força não está esgotada dentro de uma única forma de vida (White, 1995, p.145).

O exercício particular da ação comunicativa nas questões referentes à longevidade e, mais especificamente, aos mais velhos apresenta-se positivamente conquanto investiga a singularidade de seu significado dentro de contextos sociais, suscitando o verdadeiro conhecimento, o que já em si implica novas alternativas sociais. O domínio do conhecimento sobre a natureza do envelhecimento pode promover consideráveis avanços na ética social; em vista disso, podem ser afastados aspectos dolorosos advindos de preconceitos ou de espaços educacionais ainda vazios. O conhecimento discursivo das universidades e de outros lugares pode sinalizar para a organização de redes de relações sociais preocupadas com o conhecimento e as práticas da singularidade.

2.2 - Conhecimento e ética da longevidade no discurso comunicativo

O conhecimento sobre a identidade na terceira idade da vida adulta, enriquecido pelas categorias da sabedoria, intimidade e sentido da vida, analisado adiante, carrega a exigência de uma nova ética. As referências teóricas e empíricas podem suscitar uma forte dissonância cognitiva se não forem acompanhadas de mudanças sociais congruentes com os

significados engendrados teoricamente e empiricamente confirmados. Isso significa que o conhecimento comprovado comunicativamente apela para a exigência de novas relações sociais.

O discurso comunicativamente proposto distingue-se de outros discursos porque visa ao entendimento cooperativo. O conhecimento argumentado torna-se propriedade dos discursadores. A construção consensual argumentada pode avançar ao ser contextualizada. Isso se estabelece nas relações dos discursadores e tem a pretensão de se estender, pela reciprocidade do princípio da universalização, a outros que podem utilizar a mesma interpretação dos seus carecimentos. A construção do entendimento pós-convencional e comunicativamente havido como verdadeiro busca coordenar-se com a ética pela qual efetivamente se completa. A ação comunicativa na ressignificação do envelhecimento traz consigo reivindicações. Portanto, quanto mais esclarecedor e mais singular o discurso mais reivindicador ele se torna.

A revisão cognitiva do envelhecimento clama por uma adequação social, ou seja, o conhecimento completa-se na construção ética, afirmação que revela *precisamente essa coerência que o modelo comunicativo oferece. Seu núcleo é a reivindicação do agente à racionalidade em disputas sobre arranjos coletivos propostos e como essa reivindicação o torna responsável para com os outros* (White, 1995, p.89). O discurso, então, revela-se útil *porque interpreta as condições para deliberação sobre interesses. ... se precisa de uma orientação geral da qual se possa partir para falar sobre os tipos de coisas que constituem manipulações diretas e indiretas da consciência* (Idem, p. 89).

O conhecimento validado pela argumentação, como no discurso da identidade ressignificada dos mais velhos, apela para costumes adequados às exigências concebidas pelos proferimentos contextualizados e pelos discursos de uma política respeitosa em seus conteúdos. As últimas conseqüências do conhecimento se realizam na construção ética; o conhecimento apresenta-se, assim, não apenas como nominalmente verdadeiro, mas apela para a consciência dos discursadores para que superem em ações os mitos da sujeição.

Os recursos da razão podem se expandir solidariamente, ora convergindo o conhecimento para a ética, ora a ética para o conhecimento. O uso quase exclusivo da razão instrumental empobreceu o mundo-da-vida, e o vício histórico da norma para o domínio indiscriminado da natureza e dos homens, sem o competente juízo, deu vasão a toda sorte de subjugação. Somados os vícios de uma razão tradicional aos vícios do estreitamento da

verdade politicamente construída e pelas tecnologias defasadas da racionalidade ética, resulta a violência quase naturalizada. O que se visa nos discursos do agir comunicativo é justamente o contrário:

uma compreensão descentrada do mundo: a) um mundo não só para o domínio objetivo, como um conjunto de todas as entidades em relação às quais enunciados verdadeiros são possíveis, mas também, b) um mundo para o domínio social (normativo), como conjunto de todas as relações interpessoais codificadas por leis, e c) um mundo para o domínio subjetivo, como conjunto das experiências às quais o ego tem um acesso privilegiado (Pinto, 1992, p. 230).

A investigação, como adiante será comprovado, realizando reajustamentos éticos, aponta para a velhice em que, possivelmente, se tenham costumes de maior poder de expressividade e, em vista disso, os velhos estejam mais interessados na vida. Assim, buscam-se sentidos mais densos para a vida com mediações para a conquista de potenciais anteriormente insuspeitados.

Por certo, a ação comunicativa, em seu discurso teórico e ético, é legitimamente humana em sua origem e em seu destino, não alienante uma vez que *distingue-se, pois, da ação estratégica porque a coordenação lograda da ação pode fazer-se derivar, não da racionalidade teleológica das orientações da ação, mas da força de motivar racionalmente que têm os processos de entendimento, isto é, de uma racionalidade que se manifesta nas condições do acordo comunicativamente alcançado* (Pinto, 1992, p. 228).

Os conceitos e a ética performativos podem conceder um ajustamento mais pleno do homem extraviado parcialmente de sua humanidade. O discurso do conhecimento e da ética comunicativa pode oferecer uma correção da trajetória do pensamento ocidental. Se os frutos desse pensamento forem considerados criticamente, é possível que suas formas expressas na construção social tragam pouca admiração, considerando-se a violência das relações do homem consigo e com a natureza. Isso leva a um possível desânimo ou à idéia de que o projeto iluminista está ainda inconcluso.

Isto significa que a racionalização que gerou a modernidade é mais do que aquilo a que pode aceder-se com uma concepção de racionalidade que somente contempla a estrutura cognitivo-instrumental da ação referida a fins. Só com a mudança do paradigma da filosofia do sujeito para o da filosofia da linguagem, se torna possível captar o potencial da racionalidade comunicativa que começa a exprimir-se, agora de modo patente, nas estruturas da consciência moderna (Idem, p. 230).

A aproximação entre o conhecimento e a ética no discurso do agir comunicativo faz com que se manifeste um novo potencial, ao mesmo tempo que se exigem algumas condições para a concretização do novo discurso e a efetivação de suas conseqüências.

2.3 - Condições mínimas do discurso ético: a performance da pragmática

No discurso comunicativo, não mais se fala em nome pessoal, mas alguém fala sobre algo a alguém, o que significa que a linguagem substitui a consciência particular. No interior do discurso, preexistem a reciprocidade e a busca da verdade e da justiça pela cooperação de uma construção performativa veiculada pela linguagem. Portanto, tanto a verdade da identidade na terceira idade como suas conseqüências sociais devem passar pelo discurso consensual, alcançado pela racionalidade argumentativa. A retidão do pensamento teórico e moral tem sempre sua validação entendida *a posteriori*, isto é, o convencimento da verdade ou da justeza da ação emana da solidariedade e sinceridade dos discursadores, sendo provisório, falível, aberto e sempre em busca de entendimentos; portanto, tem-se um projeto de diálogo edificante.

O discurso do agir comunicativo em torno da ética é universal. O que os discursadores de uma comunidade encontraram de significativo para exprimir o potencial e o sentido da vida dos mais velhos ou, mesmo, o que consensualmente a comunidade nomeou como ação favorável à emancipação na longevidade, deve ser estendido para todas as pessoas. O que for gerado consensualmente ultrapassa o imperativo categórico de Kant, apontado na *Crítica da Razão Prática*: age de modo a que a máxima de tua vontade possa em cada momento valer ao mesmo tempo como o princípio de uma legislação universal. O discurso comunicativo não se produz na consciência individual. Se é verdade que Kant produz a moral baseada na razão subjetiva, em Habermas, o discurso é de uma razão

coletiva e também universalizável, isto é, não se aceita que alguns interessados, aqui ou em qualquer lugar, sejam excluídos do discurso, ou que alguns sejam coagidos a aceitar o que pode ser argumentativamente superado. O discurso causa um conhecimento e uma ética que partem de situações reais e que busca a reciprocidade, o que compreende superar as limitações da exclusão.

O discurso validado pela verdade e moralmente justificado pode mediar o caminho das comunidades, questionando as imposições discriminadoras e as relações de poder desequilibradas. Uma das condições de sua existência é que o discurso supere a moral convencional quando o conhecimento da singularidade do objeto do discurso revelar distância entre o ser e o dever-ser. Os sujeitos envelhecidos, percebendo a defasagem entre o potencial de seu desenvolvimento e as formas de sua revelação, impõem-se com novos ajustes naquilo que indicam que devem ser. O discurso revela em seu interior mais uma de suas condições de existência: seu destino pós-convencional. O rompimento das convenções, com certeza, traz resistências, mesmo que se tenha clareza sobre a razão da mudança e das conseqüências nos costumes. O discurso comunicativo traz em si mesmo, como corolário de sua essência, a compreensão do poder. A microfísica do poder pode ser estruturada na elaboração de discursos pós-convencionais e isso, por certo, contém em si um grau de tensão entre a política tradicionalmente impressa e aquela que se faz com base no interesse dos discursadores. As condições para a existência completa do discurso compreendem estratégias de ação para verificação prática do conhecimento e dos novos costumes.

Outra condição refere-se à autenticidade dos discursadores e, como conseqüência, à congruência do próprio discurso. A autenticidade é a condição mais exigente do discurso, pois expressa a veracidade dos sentimentos daqueles que estão envolvidos e os resultados práticos de suas palavras. A expressividade do discurso envolve os sujeitos que pretendem um novo conhecimento ou uma nova proposta social. A sinceridade do discurso transcorre desde a linguagem, até a vontade e conseqüente ação. As formas da vida social dos mais velhos passam pelo conhecimento e pela justiça, adquiridos comunicativamente, e têm sua melhor expressão em contextos sensíveis às interpretações das novas necessidades.

Mudando-se a vida humana pela longevidade, têm-se necessidades de alterações nas instituições ou, mesmo, outras devem ser criadas para abrigar o mundo-da-vida que se renova, de acordo com os discursos e seus efeitos éticos contextualizados.

Se este for o caso, pareceria que Habermas não está ligado a nenhum modelo universalista, biológico de necessidades básicas; antes, o conceito de necessidade é tal que está inevitavelmente entrelaçado com as dimensões sociais e culturais da vida. E isto significaria que ele concorda com aqueles que não pensam que o conceito de necessidade pode nos munir de um ponto de vista sem ambiguidades, arquiemediado para a filosofia moral e política. Um apelo a necessidades simplesmente não tem o poder de prover diretrizes claras para o estabelecimento de princípios de justiça universais determinados (Pinto, 1992, p. 74).

A contextualização ética compreende a discussão localizada, *sob a única reserva de que estes conteúdos (éticos) precisam ser consistentes com os critérios universais de justiça. Significa, portanto, que a substância ética dos diferentes mundos vividos pode e deve desdobrar-se sob o signo da variedade e do pluralismo (Rouanet, 1989, p. 77).*

A contextualização do discurso possui, portanto, o corolário da subjetividade, mesmo que gerado numa linguagem coletiva. A construção do discurso em busca da verdade ou da justiça requer uma clareza reflexiva de interpretação de necessidades. Quando um discursador assume essa posição crítica em relação às normas ou ao conhecimento, leva o outro interlocutor a ter a mesma atitude, perfazendo-se o caminho da subjetividade e uma versão epistemológica espaço-temporal da discussão sobre conhecimentos e possíveis exigências sociais que deles possam advir. O discurso, portanto, nunca é desvestido dos conteúdos e das formas que o mundo-da-vida apresenta, isto é, a sociedade a cultura e a personalidade devem encarnar aquilo que é tido como verdadeiro ou como justo. Em termos práticos, com referência aos mais velhos, isso revela a importância de redes de comunicação pelas quais se corporifique a inquietude das exigências propostas.

2.4 - Discurso comunicativo e mudança social

A construção das realidades sociais, com suas normas e instituições, apresenta-se como histórica e, por essa medida, se traduz e tem a disposição de se manter enquanto os seus agentes julgarem necessário. Os estatutos vigentes nem sempre, porém, resistem às menores críticas. Revela-se, assim, o lado irracional da cultura, dos sistemas de Estado e da economia. A proposta habermasiana busca resgatar o compromisso da singularidade dos

fatos da natureza, do trabalho e das relações sociais. O paradigma da verdade deve superar o impasse do dogma ou da compreensão episódica, avançando da realidade estreita e interesseira para a lógica das operações abstratas.

Tem-se a pretensão de superar a epistemologia teórica e prática da monologia e, para afastar o pesadelo da injustiça, propõe-se a solidariedade de um discurso que deve perpassar a comunidade universal: sua fonte de inspiração é a linguagem como formadora de entendimentos e a capacidade de uma racionalidade pós-convencional; sua propositura serve-se da ciência psicológica e de outras ciências que possam comprovar o acerto de um discurso para a verdade e a ética, com base na ação performativa e reflexiva dos agentes que pretendem superar os conflitos trazidos na construção de uma cultura particularmente excludente.

A ciência, a política e a economia, encapsuladas numa razão instrumental de fins irrefletidos e não avaliados pela moral discursivamente crítica, podem colonizar o mundo-da-vida. O discurso da ação comunicativa revela uma face oportuna e pretende assumir uma função de auxiliar na construção da racionalidade. Isso, necessariamente, implica ser instrumento de mudanças seja pela busca de um conhecimento e de uma ética desimpedidos de meias verdades, injustiças e inautenticidade. Busca-se, dessa maneira, uma nova prática de justiça. Mesmo as questões legais são passíveis de profundas revisões, visando revelar direções com menor índice de violência.

2.5 - Credenciamento do discurso comunicativo como instrumento de mudança

O projeto da racionalidade iniciado pelo iluminismo, em razão de seus resultados, mostrou-se limitado. As críticas da escola de Frankfurt dirigidas à razão instrumental revelam graves limitações na construção social e nas relações com a natureza. As formas de violência e de dominação se distanciam daquelas que o projeto emancipador do iluminismo pretendia conquistar. O Ocidente, mesmo depois de quinhentos anos, não conseguiu livrar-se da fome, da tortura, do desemprego, do perigo atômico e da exclusão precoce dos mais velhos. Se é verdade que a ciência proporcionou a longevidade, os costumes ainda não lhe facilitaram o significado.

O discurso comunicativo traz consigo a alternativa de uma razão solidária, que compreende a superação da inteligência dominadora da natureza voltada somente para os

instrumentos e o sucesso. O uso reflexivo e comunicativo da razão apresenta um novo imperativo categórico: a validade do discurso enquanto submetido ao melhor argumento, à melhor justificativa para as relações sociais e às exigências do mundo-da-vida.

A ética discursiva não se contenta em sustentar-se apenas por sua retórica filosófica, mas põe-se em diálogo com as ciências; pretende ser aplicada e ser universalmente aplicável; pretende ser uma ética que inaugura e expressa uma nova episteme.

Os discursos voltados para a aplicação exigem que se pondere qual das normas prima facie utilizáveis e já pressupostas como válidas se adequa melhor à situação, de modo tanto quanto possível exaustivo e descrita em todos os seus traços normativamente relevantes. Adequação e não generalização vem a ser o critério decisivo, através do qual a razão prática se torna efetiva (Freitag, 1989, p. 20).

O caráter realista do discurso é uma das credenciais para que se constitua em instrumento de mudança. A universalização da norma será efetiva se for seguida por todas as outras pessoas. O discurso transcende o limite de sua aplicação, mas é em sua contextualização que demonstra sua legitimidade.

Ele se assenta também em proferimentos cientificamente comprovados, pois *até mesmo a substância moral do direito e da política, que mediatiza as interações face a face já não pode mais ser avaliada, neste mundo complexo, sem microscópio, sem dados cientificamente elaborados, sem análises minuciosas da sociedade (Idem, 21).*

A interpretação da necessidade de desenvolver o potencial de expressão da vida dada ao envelhecimento e à velhice requer clareza de explicação e sintonia nos costumes, sejam esses de responsabilidade do sistema ou da sociedade civil. A racionalidade, então, apresentá-se como um instrumento de libertação quando sustentada pelo terreno do conhecimento das virtudes humanas e exige sua exteriorização em normas, instituições e ações concretas.

O discurso da identidade existencial na terceira idade veicula o propósito de uma descontinuidade social diante da emergência de um novo fato social. O conteúdo do discurso apresenta-se como possibilidade de uma nova zona de desenvolvimento das comunidades, bem como dos próprios indivíduos que envelhecem. A expressividade da vida

das relações sociais, bem como a expressividade subjetiva, é um elemento significativo e credencia o discurso, por seu conteúdo e por sua forma, como significativo e oportuno. As relações de poder na constelação social podem receber qualidade pela sabedoria e intimidade ao mesmo tempo em que, na construção da renovação ética, a abertura para apresentação de novos projetos de vida pode tornar os mais velhos emancipados dos mitos de inabilidade. O potencial do discurso ético em torno dos mais velhos, mais que normas, exige experimentação e adequação da identidade existencial a ser delineada na prática cotidiana das instituições do sistema e do mundo-da-vida.

As normas explicitadas pela lei 8 842/94 e representativas da política nacional do idoso devem receber sua expressão prática e, de fato, estabelecer as formas da presença social do novo potencial humano, alterando-se o que for necessário para todos os velhos e em todas comunidades. Dessa maneira, cumpre-se o seguinte enunciado do princípio U (da razão comunicativa): *todas as normas válidas precisam atender à condição de que as conseqüências e efeitos colaterais que presumivelmente resultarão da observância geral destas normas para a satisfação de cada indivíduo possam ser aceitas não-coercitivamente por todos os envolvidos* (Rouanet, 1989, p. 27).

Os discursos concretamente disseminados, tendo por base a lei, exigem a contextualização mediada pela realidade dos mais velhos. Os discursos concretos, possivelmente, revelarão novas perspectivas para o potencial de desenvolvimento humano na terceira idade e revelarão novos conhecimentos potencializadores dessa fase.

O discurso comunicativo credencia-se para uma ética de mudança em função de acolher cada indivíduo participante e interessado no discurso. Isso significa que a comunidade não pode tutelar o indivíduo e que este tem direitos complementares aos da comunidade. A comunidade, portanto, não pode perfazer sua responsabilidade sem crítica. Isso se deve ao fato de cada indivíduo poder expressar melhor as normas e exaurir melhor seu potencial ao mesmo tempo em que aperfeiçoa a face da comunidade e a sua própria. Dessa maneira, *o conceito monológico de autonomia é substituído por um conceito intersubjetivo, segundo o qual o livre desdobramento da personalidade de cada um depende da liberdade de todos os outros* (Idem, p. 44).

Revela-se, assim, que o potencial do discurso ético sobre os mais velhos não preconiza o individualismo; mas é o sujeito que potencializa sua personalidade intersubjetivamente. A disciplina do ser não é preconcebidamente definida, mas, histórica e

responsavelmente encaminhada. O interesse pelo conhecimento sobre a identidade existencial no envelhecimento e suas implicações pode aprimorar principalmente o ordenamento do mundo-da-vida e dos sistemas político e econômico. Disso pode resultar um salto de qualidade no potencial de desenvolvimento das comunidades e de todos os indivíduos.

Os intérpretes das normas devem ser os membros de toda a comunidade e de todas as gerações para, assim, se estabelecer um equilíbrio na comunicação e o discurso tornar-se consistente e eficaz. Todos se tornam agentes de mudança e participam *não como intérpretes sem uma linguagem e padrões que lhe pertencem, mas como indivíduos cuja socialização básica e profissional os educou para apreciar diferenças de crenças e prática, trazendo à mente razões (de outras pessoas), ao mesmo tempo que suspendem o juízo sobre elas* (White, 1995, p. 49).

O potencial da ética discursiva em questões da velhice pode constituir-se em testemunho pelo qual o mundo-da-vida qualifica-se melhor pela racionalidade, devolvendo-se, enfim, a confiança na razão e no senso de justiça. A vontade humana pode, assim, encontrar um percurso de antecipação histórica, afastando-se a obscuridade sobre a longevidade. A história das comunidades voltadas criticamente para a interpretação de suas necessidades poderá apresentar uma feição com menor índice de violência e de relações desiguais de poder entre as pessoas e, de modo especial, entre as gerações.

A aproximação que Reis faz entre conceitos de Piaget e de Habermas corrobora a idéia de que há possíveis decisões que se interpõem nas limitações históricas existentes:

Assim, a lógica ... preserva necessariamente, portanto, sua característica operatória e instrumental. Por outro lado, contudo, ela é intrinsecamente constituída e mesmo definida por elementos de natureza social e comunicacional que pertenceriam ao contexto intersubjetivo da interação - resumidamente, a igualdade, a reciprocidade e o equilíbrio do intercâmbio intelectual. Tais elementos - permitindo tratar a lógica como a 'moral do pensamento', na expressão em nada metafórica de Piaget - correspondem de maneira bastante estrita ao modelo da "comunicação competente" que Habermas vincula ao interesse emancipatório e que ele visualiza na 'situação ideal do discurso', distinguida por ser isenta de distorções derivadas da dominação, da ideologia ou da neurose (Reis, 1982, p. 189).

2.6 - Dificuldades e decisões de uma ética discursiva em relação à terceira idade

Se a racionalidade fosse completamente desimpedida e fosse o único instrumento de adaptação, é bem possível que já tivessem sido conquistados melhores resultados culturais e éticos nas relações sociais e, particularmente, em relação à gestão social da velhice.

A esperança alimentada pelos iluministas, de se alcançar um justo equilíbrio entre as pessoas e entre os povos, levou-os a acreditarem no princípio da igualdade e no princípio da fraternidade. Entretanto, interesses de classes e grupos produziram conhecimentos e normas politicamente contaminados, limitando-se a racionalidade da integração.

A ética discursiva interpõe-se como mediadora na interpretação das necessidades sociais e, à força de repetição de uma verdade tida por consenso, exigências legais ou de lutas apresentam-se como meio para uma ordem social mais justa. A resistência dos privilegiados apresenta um discurso que reflete uma lógica transformada em hábitos e que disciplina o corpo físico das pessoas e o seu corpo social, impondo seu discurso habitual e seu entendimento cultural como naturalizado. A razão, portanto, mesmo que assessorada pelas normas, mostra-se, muitas vezes, frágil para tomar lugar e construir uma nova ordem de relações. A descontinuidade histórica foi suficientemente comprovada por Foucault, o que torna esperançoso o discurso da razão comunicativa. E nisso se aproximam os discursos de Habermas e Foucault: ambos acreditam em transformações; um formaliza uma proposta de construção do atendimento das necessidades interpretadas performativamente, outro denuncia as estratégias da manutenção do poder.

Buscando preparar os discursos sobre as normas que pretendem tornar expressivo o potencial de desenvolvimento dos mais velhos, abrindo-lhes possibilidades de sentidos de vida, é conveniente que se analisem algumas estratégias disciplinares impostas sobre eles. Analisar-se-ão, resumidamente, algumas "distorções derivadas da dominação" que Ecléa Bosi (1987) apresenta, ao falar de velhos, em sua tese de doutorado: A sociedade, em razão de o velho não ser mais produtor ou reproduzidor, rejeita-o. A disciplina imposta sobre seu corpo e sua mente torna aos olhos do outro e, por consequência aos seus próprios olhos, a velhice irrealizável. *A característica da relação do adulto com o velho é a falta de reciprocidade que pode se traduzir numa tolerância sem o calor da sinceridade* (Idem, 37).

O diálogo ocorre em torno de banalidades, e os desafios exigentes estão carentes do pensamento denso de conteúdo e de operações significativas. As relações sociais, de onde o velho poderia tirar uma relação de auto-imagem positiva, tornarem-se empobrecidas. O discurso dos adultos - repetido por todos - não é questionado porque a razão instrumental restringe qualquer resistência à dominação e porque, efetivamente, o Ocidente não tem o costume de associar sucesso econômico ou político ao discurso ético. O velho sente-se um indivíduo diminuído cujo trabalho resume-se em continuar vivendo. A disciplina social induz a que se invista no futuro, o que leva os mais velhos a se afastarem precocemente da vida social, desconsiderando-se a sua sabedoria e a intimidade com os objetos de investimento cultural e social. Ele nem pode *mais ensinar aquilo que sabe e que custou toda uma vida para aprender* (Idem, p.37).

O processo de urbanização tem dificultado as relações sociais com os mais velhos, pois a industrialização e os trabalhos burocráticos inibem formas alternativas de ocupação do tempo livre. O homem, de modo especial, fica à margem uma vez que somente sabe lidar com a produção e não possui outras habilidades constituintes e constituidoras de recursos no desenvolvimento pessoal e nas relações interpessoais.

As palavras bondosas mal disfarçam a pena pela degradação, entendida como natural. A sucessão de perdas não é restabelecida por novas oportunidades e, por conseqüência, as relações afetivas se empobrecem; não se disfarça muito bem a intolerância.

Por essas considerações, avaliam-se algumas estratégias de dominação inscritas nos costumes das instituições nas relações com os mais velhos. Parece haver dificuldade de neles encontrar um potencial de desenvolvimento a ser explorado antes e durante a velhice. As palavras de Foucault esclarecem ainda mais sobre as estratégias da razão instrumental, cujos dispositivos não questionam sobre a dignidade humana e sobre as formas de realizar o potencial humano dos mais velhos. A debilidade, mesmo que só aparente, basta para que se construam estratégias vigorosas de exclusão dos melhores espaços de produção, dominação e fruição dos benefícios sociais, exclusão essa que, na maioria das vezes, não é violenta, mas disfarçada.

Não se explica o poder quando se procura caracterizá-lo por sua função repressiva. O que lhes interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social ...Objetivo ao mesmo tempo político e econômico: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente (Foucault, 1995, p. XVI).

As estratégias permitem o controle constante para que o poder se repita no círculo reduzido das hegemonias de macho-jovem-adulto-poderoso-produtor, que se associa à idéia de um poder mais ou menos unilateral. Os mais velhos nesse contexto devem ceder precocemente seus dons e seus exercícios de poder à coorte dos jovem/adultos. O preconceito histórico se associa à força do pensamento estratégico envolvido nas estratégias guiadas para os fins concebidos pela dominação.

A questão que se põe, portanto, é saber se a decisão de um discurso comunicativo é capaz de reinventar as relações éticas a ponto de tornar as pessoas capazes de avançar na interpretação de seus carecimentos. Para limitar o poder da disciplina que *trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista* (Idem, p. XVII), pergunta-se se o discurso comunicativo pode fazer frente à lógica das razões inconscientes e historicamente construídas. Na percepção de Foucault, há uma percepção da política para a verdade mais que uma verdade para a política.

Habermas (1992) propõe uma verdade e uma ética comunicativamente construída, e não considera, como Foucault, a força exclusiva da vontade do poder. Propõe que se invada o universo das realidades humanas e aí se proponha um discurso argumentativo sobre as queixas humanas resultantes de seus carecimentos, esclarecendo sobre o ser que sofre e sobre o que deve ser feito. Acredita no princípio da hegemonia da racionalidade discursiva e que o discurso da linguagem coletiva, argumentando sobre a verdade e sobre as implicações das normas favorecedoras do mundo da vida, impõe limites e, mesmo, supera a irracionalidade histórica. *Os potenciais de protesto surgem em outras direções de conflito...* (p.555). Movimentos e comunidades de discussão assumem posições firmes em favor do mundo-da-vida a ponto de o sistema tomar a si os cuidados defendidos por estas organizações de defesa do mundo da natureza ou do mundo interior; porquanto *novos são*

os problemas de qualidade de vida, da igualdade de direitos, da autorealização individual, da participação e dos direitos humanos (Idem, p.556). Movimentos de toda ordem se impõem com suas argumentações. Se as direções da "antiga política" eram defendidas por empresários, a nova política encontra *partidários na nova classe média, na geração jovem e nos grupos de formação escolar qualificada* (Idem, 556).

O discurso da ação comunicativa entende que existem as patologias da modernidade, muitas delas remanescentes dos interesses de poucos, estrategicamente disciplinadas por leis ou prescritas em costumes que naturalizam até os corpos à sujeição. Vale coletivamente o que é individualmente proposto por Kant : *sapere aude*.

A proposta do discurso comunicativo condiz, muito mais que metaforicamente, com a afirmativa freudiana: lá onde estiver o id que esteja o ego.

3 - O POTENCIAL DO DISCURSO COMUNICATIVO PARA O CONHECIMENTO E A ÉTICA NA TERCEIRA IDADE

Vygotsky afirma que o potencial de desenvolvimento psicológico dos indivíduos depende da qualidade da linguagem mediadora existente na cultura. Isso se torna explícito quando afirma que

o desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem, isto é, pelos instrumentos lingüísticos do pensamento sociocultural da criança. Basicamente, o desenvolvimento da fala interior depende de fatores externos : o desenvolvimento da lógica na criança, como os estudos de Piaget demonstram, é uma função direta de sua fala socializada. O crescimento intelectual da criança depende de seu domínio dos meios sociais do pensamento, isto é, da linguagem (Vygotsky, 1993, p. 44).

A aproximação que se realiza entre o discurso de Vygotsky e o discurso do agir comunicativo não constitui apenas uma metáfora, embora seus paradigmas explicativos sobre o desenvolvimento social sejam diferentes.

Pode-se dizer que Vygotsky e Habermas definem como elemento constituidor do desenvolvimento a interação mediada lingüisticamente: *É ela que permite o agrupamento*

dos indivíduos num todo social, em função de sua participação em um mundo do viver sociocultural comum, que possui como estruturas uma cultura, um padrão social de comportamento e estruturas de formação da identidade (Idem, p. 118). Para ambos, também existe a possibilidade de uma aprendizagem evolutiva que pode aperfeiçoar-se através de discursos. Portanto, o desenvolvimento real de um sujeito e de uma sociedade alcança um novo patamar se for mediado pela linguagem obediente a critérios construídos sobre o que deve ser sua cultura, suas normas e a expressão das singularidades. A diferença entre os dois reside nas formas de entendimento sobre a constituição de verdades e das mudanças. A racionalidade comunicativa não somente institui a verdade, mas avança em suas normas tendentes a um equilíbrio cada vez mais universalizável, tendo como último critério a dignidade para todos.

A teoria da ação comunicativa tem, portanto, condições de oferecer bases sólidas para o empreendimento de aperfeiçoar o desenvolvimento humano no envelhecimento e na velhice. *No medium constituído por comunicações formadoras de normas e valores, e penetradas por experiências estéticas, os conteúdos culturais herdados não são mais os marcos com os quais modelar os carecimentos; ao contrário: em tal medium, os carecimentos podem buscar e encontrar as suas adequadas interpretações* (Habermas, 1990b, p. 72).

O paradigma comunicativo apresenta-se como instrumento e critério para as mudanças no entendimento e nas adequações do discurso. Ao realizar advocatoriamente a discussão, temos a esperança de poder revelar uma face mais verdadeira e justa para com o ser humano que está conseguindo viver mais tempo e, por isso, exige formulações sociais solidamente constituídas com vistas à definição de sua identidade. Pela discussão feita com os mais velhos e com profissionais de gerontologia, espera-se avaliar os caminhos dos carecimentos, de suas virtudes e estratégias de realização.

O discurso comunicativo é considerado adiante como meio para a emancipação dos mais velhos, tanto pelo aprimoramento das definições culturais em torno de sua identidade como pelo aperfeiçoamento das instituições e normas orientadoras do comportamento da sociedade em relação a eles.

A comunicação pode engendrar elementos de qualidade e ampliar as possibilidades de melhoria do discurso, isto é, pela produção do conhecimento a ser feita na universidade, pode-se conceder credibilidade e constante aperfeiçoamento ao discurso cultural e, pela

constante crítica e proposições sociais da sociedade civil ao Estado, pode-se esperar influentes mediações no processo do envelhecimento e da velhice.

A tradição também apresenta suas razões e, subvertê-las, para conceder maior excelência humana, não é tarefa de discursos fugazes. O discurso comunicativo também carece de estratégias e conta com inimigos uma vez que a desinstalação provoca o desconforto daqueles que devem flexibilizar seus domínios e interesses. O mundo-da-vida tem sua forma de ver, de fazer e de expressar seu perfil social, e essa realidade historicamente construída constitui-se num campo de forças que possui sua lei da inércia.

Decerto, esse fluxo comunicativo exige sensibilidade, capacidade de liberar-se dos limites, das dependências: em suma, um estilo cognoscitivo indicado como dependência do campo que, em seu caminho para a autonomia, o Eu superou e substituiu por um estilo de percepção e de pensamento independente de um campo (Habermas, 1990b, p. 72).

Assim como assiste ao indivíduo uma natureza interior capaz de libertá-lo de suas convenções, também a sociedade pode elaborar relações de poder capazes de promover formas mais justas de pensar, de querer e de amar.

Ao finalizar o capítulo, pode-se dizer que a teoria da ação comunicativa apresenta-se como meio para encaminhar a investigação sobre a identidade humana no envelhecimento e na velhice e sobre as mediações do Estado e da universidade. O discurso investigatório, à luz dos princípios comunicativos, favorece a minimização da ciência monologicamente construída e repara as tendenciosidades da lógica instrumental uma vez que é realizado à luz de justificativas, aberto a todos os investigadores e mediado pelo do mundo-da-vida.

O conhecimento, a ética e a expressividade em torno da velhice representam critérios de validez do discurso. Entende-se, assim, que as concepções, as normas e a individualidade devem estar equilibradas nas considerações desta investigação.

As afirmações feitas no capítulo pretenderam esclarecer o que as idéias habermasianas sugerem que pela linguagem solidária é possível edificar mudanças sociais em torno da velhice, oferecer categorias conceituais para a metodologia de investigação e, como adiante é visto, apresentar esclarecimentos sobre o Estado e a universidade frente ao envelhecimento e a velhice.

Revela-se em Habermas a possibilidade de haver renovação do conhecimento e da ética, quando discursivamente construída. Assim, propôs-se que tanto a verdade da

identidade na terceira idade como suas conseqüências sociais devem passar pela racionalidade argumentativa. O pensamento teórico e moral tem sempre sua validação entendida *a posteriori*, isto é, a verdade ou a justeza da ação emana da solidariedade e sinceridade dos discursadores, sendo provisório, falível, aberto e sempre à busca de entendimentos. Portanto, com esses requisitos tem-se um projeto de diálogo edificante.

Isso não significa que o discurso em torno do aperfeiçoamento da identidade na terceira idade da vida adulta e das mediações seja feito sem dificuldades, pois, se a linguagem fosse completamente desimpedida, seriam colhidos melhores resultados sociais e culturais na construção da ética. Entretanto, no discurso do conhecimento, da justiça e da expressividade, interpõem-se as estratégias do poder inconsciente e historicamente constituídas para garantir privilégios hegemônicos. Isso, porém não limita o potencial do discurso comunicativo como meio de conhecer, de renovar costumes e de construir o ser humano expressivamente em todo seu ciclo de vida.

CAPÍTULO II

UM DISCURSO ADVOCATÓRIO: PERSPECTIVAS PARA A IDENTIDADE EXISTENCIAL NA TERCEIRA IDADE

A casa lutava bravamente. A princípio ela se queixava; as piores rajadas a atacaram de todos os lados ao mesmo tempo, com um ódio nítido... Mas ela resistiu. Quando começou a tempestade, ventos mal-humorados dedicaram-se a atacar o telhado...Mas ela curvou o dorso e agarrou-se ao velho vigamento. Então outros ventos vieram e, arremessando-se rente ao solo, arremeteram contra as muralhas. Tudo se vergou sob o choque impetuoso; mas a casa, flexível, tendo-se curvado, resistiu à fera (Bachelard, 1993, p.61).

Este capítulo considera o universo da identidade na terceira idade e as possíveis formas de organizá-la. Para tanto, expõem-se um conjunto de conceitos teóricos sobre a construção do envelhecimento. O discurso advocatório, com base em Habermas, pretende avançar no conhecimento ao propor-se a construção dialógica de representações sobre o ser humano que envelhece. Assim como a identidade feminina está sendo esclarecida e emancipada, fugindo do seu papel de guardiã do lar e de assessora do poder masculino, ao ser humano que envelhece pode-se permitir um conhecimento descentrado da linha de pensamento formulada para os adultos produtivos, socialmente autorizados e fisicamente vigorosos.

Toda crise existencial representa um momento decisivo na biografia dos indivíduos, sendo que vários fatores concorrem para sua solução ou, ao contrário, para que as pessoas sofram conseqüências comprometedoras no processo do desenvolvimento. A renovação da

identidade se realiza a partir da interpretação cultural e social dos indivíduos, que passam a fazer, sob essa ótica, sua leitura de mundo.

A linguagem cultural, ao transformar-se pela investigação científica e pelos eventos sociais, pode suscitar oportunidades; assim, os conceitos tradicionais podem sofrer novas traduções. O fenômeno do rompimento das fronteiras das dicotomias entre binômios, como sujeito/objeto, homem/mulher, e os rompimentos das fronteiras entre culturas nacionais favoreceram interpretações mais flexíveis entre velho/novo, propiciando deslocamentos da percepção da identidade hegemônica da vida adulta.

Pode haver perda de qualidade de vida quando o reconhecimento social e as oportunidades educacionais se concentram sobre a vida adulta vigorosa e inteiramente empenhada no sistema, constituindo-se em norma final e referência do desenvolvimento. Existem, portanto, formas sociais de violência que subtraem as possibilidades de reconhecimento e de construção específica de ser ao adulto tardio. Este capítulo pretende apropriar-se do conhecimento que desvenda algumas categorias de identidade próprias do desenvolvimento humano na velhice. Importa, porém, reconhecer que esse discurso sobre a identidade é inacabado. A intenção é propor um discurso gerador de discontinuidades, que desloque o enfoque cultural sobre o ideal humano centrado na vida adulta, enquanto centrada nos ideais do sistema constituído de interesses da burocratização política e econômica.

O empreendimento de esclarecer sobre a especificidade da pessoa em seu envelhecimento é uma tarefa complexa. Na verdade, esclarecer pode significar pôr em evidência aspectos desconhecidos, o que pode ampliar uma realidade modelada pela história, nem sempre justa com todos os segmentos populacionais. Com o empreendimento, portanto, pretende-se avançar no aperfeiçoamento da identidade e da condição humana. Supõe-se a identidade na terceira idade como uma etapa da vida em potencial, uma identidade em construção e, por força de interpretações, capaz de ser ouvida em seu sentido específico, apresentando-se igualitariamente para a inserção e fruição dos benefícios sociais. O esforço de renovar o estoque cultural sobre o envelhecimento e a velhice, neste capítulo, está ancorado nas contribuições de outros estudiosos do envelhecimento, ao mesmo tempo em que pretende realizar uma Leitura que se orienta na busca da definição de *uma nova zona de desenvolvimento* (Vygotsky, 1994).

Tomando-se por referência as pretensões de validade do discurso comunicativo, pode-se dizer que os mais velhos precisam ser revelados, ter suas relações sociais aperfeiçoadas e uma melhor expressividade. E dentro do paradigma comunicativo da verdade, da justiça e da melhor expressão dos indivíduos é que se propõe entender o perfil humano a ser conquistado pelo discursos comunicativos. Como a identidade humana ocorre num contexto, propõe-se também avaliar as conseqüências políticas emergentes do entendimento de uma nova zona de desenvolvimento a ser considerada e as relações sociais a serem construídas para a viabilidade do pensar, do amar e do querer.

O Ocidente estabeleceu como metas educacionais a produção, o poder e a força como expressões de desenvolvimento. Com o advento do envelhecimento das populações, gera-se a violência se os objetivos do desenvolvimento não se deslocarem para outros parâmetros. A cultura ainda não erigiu interpretações satisfatórias. Ao iniciar-se a análise teórica sobre a identidade existencial na terceira idade, é conveniente que se avaliem os diversos conceitos de identidade e suas implicações e, a partir dessa análise, se delineiem categorias inspiradoras de relações sociais adequadas ao envelhecimento e à velhice.

1 - IDENTIDADE EXISTENCIAL: AUTO-REFERÊNCIA E CULTURA NO DESENVOLVIMENTO HUMANO TARDIO

Ao se tratar do desenvolvimento humano, ocorrem diversas interpretações sobre os processos da formação da personalidade e, particularmente, sobre a identidade. Diversos autores pós-estruturalistas enfocam as diversas identidades que o indivíduo pode assumir ao mesmo tempo e transitoriamente, sem a perspectiva de unidade e organização.

O enfoque que se pretende dar, porém, compreende o sujeito enquanto capaz de abrigar diversos discursos culturais, muitos deles realizados inconscientemente, mas passíveis de auto-reflexão. As referências culturais, vistas como significativas e determinantes para a construção da identidade em qualquer idade, podem determinar efetivamente o grau de entendimento próprio, mas não capturam o indivíduo deterministicamente, liberando-o, com certa flexibilidade, para as escolhas que a cultura e a sociedade têm à disposição.

Pretende-se demonstrar também que os modos vivenciais da organização dos objetos simbolicamente constituídos e organizados para o indivíduo e pelo indivíduo resultam em formas particulares de sentir enquanto partilhados por diferentes sujeitos da cultura. As construções pessoais das determinações culturais podem passar pelo crivo das operações reflexivas dos interpretadores. A força dos significados culturais e do direito ao seu capital simbólico é decisiva para a viabilização da identidade existencial, em outras palavras: a modulação da identidade e sua ressonância pessoal dependem da qualidade das experiências engendradas por uma cultura. Portanto, a perda das oportunidades de participação pode chegar ao ponto de nem liberar o sujeito para as escolhas e nem, ao menos, construir seu significado como presença atual, perdendo-se a atualização de idéias e sentimentos. Isso revela que a identidade

desenvolve-se no tempo, no espaço e numa determinada cultura. Não é apenas um retorno a si mesmo, mas também que levará o indivíduo a ser, porque irá formar a sua estrutura individual a partir daquilo que vê na sua cultura. É uma reflexão observadora que implica um retorno porque cada momento histórico da humanidade tem os seus tipos significativos, que por sua vez, têm papel preponderante na estrutura do indivíduo (Mosquera, 1973, p. 12).

As experiências infantis e aquelas que, a par da reflexão, vão se constituindo fazem parte do capital interpretativo de idéias e sentimentos ao longo da vida, levando o sujeito a envelhecer, muitas vezes, com informações preconceituosas e como cânones de verdade.

A longevidade traz, atualmente, dificuldades consideráveis para a construção da identidade. Homens e mulheres estão aí com suas funções mentais capazes de interpretar e escolher com sabedoria e seleção afetiva o que lhes convém, mas se diluem em dissabores e depressões pela ausência de tarefas a cumprir. Parece haver perplexidade social diante do envelhecimento. A identidade, na ausência de investimento intelectual e afetivo, torna-se um processo regressivo, e a metáfora do estrangeiro sem lei e sem palavra coaduna-se com a expressão perturbada daqueles que envelhecem. A proposta, porém, é apresentar a possibilidade de o sujeito e a comunidade que o envolve serem capazes de olhar criticamente a cultura e a sociedade, estabelecendo novos parâmetros de interpretação do desenvolvimento.

1.1 - Identidade cultural e envelhecimento

Hall (1992) aponta para três conceitos de identidade: O primeiro compreende o indivíduo como possuidor de um *núcleo interior, que emerge pela primeira vez quando o sujeito nasce e com ele se desenvolve, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo - contínuo ou " idêntico " a ele - através da existência* (p. 3).

A segunda concepção contempla as questões das interferências sociais na construção da personalidade; compreende ainda um núcleo interior, passível de modificações em função do diálogo constante com as solicitações culturais.

A terceira idéia aponta para a inteira provisoriedade da identidade. O sujeito como possuidor de um núcleo coordenador e contínuo deixa de existir, passando a ser entendido como fragmentado pelos discursos diversos e mutantes; o sujeito, nessa interpretação de identidade, submete-se aos discursos culturais, desfazendo-se a unidade identitária em favor de identidades provisórias. O discurso pós-estruturalista aponta para a força da linguagem social na construção das identidades e adota uma abordagem multicultural de reconhecimento para as diversidades de expressões culturais, problematizando as hegemonias e as considerações binárias extremadas. A proposição dos deslocamentos das essencialidades para as expressões híbridas de identidades, para as expressões de rompimentos de fronteiras, constitui-se num elemento enriquecedor para a psicologia e para a construção da ética pessoal e social. O rompimento das construções paradigmáticas de identidade dá lugar à desconfiança das narrativas sociais hegemônicas. As identidades não são preestabelecidas, mas resultantes das iniciativas culturais e de suas reformas construídas.

O discurso pós-moderno a respeito das identidades parece, porém, minimizar a possibilidade de uma reorganização de projetos pessoais e comunitários para a realização dos sujeitos.

Em razão da exacerbação da finitude e da incerteza, a continuidade cede aos propósitos da descontinuidade. Os sujeitos sentem-se, pelos rompimentos de quaisquer hegemonias, como que dependurados na história efetiva que os desmancha e os constrói, esvaindo-se, de um lado, a autonomia enquanto, por outro, as mudanças desocultam perspectivas insuspeitadas. Gergen compreende também que o entendimento pós-modernista pode comprometer as relações mais profundas das ações e dos projetos: *Na*

busca da intimidade comprometida, o sujeito pós-moderno enfrenta um chamativo e desconsolador contraste entre a busca de um núcleo interior do ser e a dispersa multiplicidade do eu colonizado (1992, p. 226). O autor considera que, no jogo errático da pós-modernidade, são esquecidos os compromissos de interdependência social; põe em dúvida a força absoluta da desconstrução e aponta para a identidade constituída em discursos significativos e duradouros pelos quais se estabelecem as regras mínimas da identidade, que assume suas variações, mas se aglutina em torno de parâmetros mínimos de organização e criação.

O que se pretende extrair da percepção pós-modernista sobre a construção das identidades é a defesa do direito de cada sujeito construir-se com suas referências culturais. Assim, as mulheres podem deslocar-se para sua centralidade e os negros, para a convivência naturalizada de seus próprios costumes. No discurso em torno dos mais velhos, a pós-modernidade suscita a possibilidade de a longevidade tornar-se um espaço humano tão confortável como a juventude e a vida adulta. A identidade passa a ser, então, uma referência com a qual se estabelecem relações de poder; conseqüentemente, os mais velhos podem possuir sua intimidade e, por uma política social, encontrar formas de revelar seu desenvolvimento. Isso significa que os mais velhos se constituem por discursos, ou seja, são também frutos da linguagem histórica. As formas de operar a realidade possuem seus conteúdos com base das referências culturais. Isso, porém, não afasta o entendimento de o sujeito mediado poder desenvolver estratégias denunciadoras e opções divergentes daquelas originárias de sua cultura. Deduz-se, então, que o espaço da crítica social e pessoal, com base em referenciais lingüísticos, enseja uma função disciplinadora de vontades diferentes daquelas que são estabelecidas pelas hegemonias tradicionais da cultura.

A linguagem cultural e disciplinadora de saber e de poder dos mais velhos constitui-se em fundamento, podendo, entretanto, ser relativizada pela educação e pela política. *Esta, talvez, deva ser a tarefa de uma teoria crítica da educação - a contestação e o questionamento constante, mas não a partir de uma posição superior, vanguardista, epistemologicamente superior, e sim a partir mesmo das relações de poder e do questionamento de seu próprio envolvimento de hierarquias, posições e autoridades privilegiadas* (Silva, 1995, p. 260). O que se propõe é a possibilidade de uma ordem disciplinadora a partir de conhecimentos e políticas discursivamente formulados em contextos variados, os quais respeitem os desejos e as realidades dos interlocutores, sem

utopias e sem verdades metafísicas. A busca de verdades livres de exclusão é uma tarefa complexa. Mas como vivemos nos limites da linguagem, podemos questionar e formular entendimentos destituídos das violências hegemônicas ou, ao menos, resistentes às formas originais de dominação. No dizer de Chambers (1995), isso supõe que *repensar o tempo e o espaço dentro de uma cultura, uma linguagem, uma instituição, uma tradição, um conjunto de histórias, é repensar o propósito, a direção e os limites destas mesmas categorias* (p. 58).

O sujeito que é jogado no seu mundo de linguagens fabricadas *já não pode considerar-se um agente histórico completo e plenamente realizado. Sem uma origem ou destinos estabelecidos este sujeito carece até da relativa estabilidade que lhe proporciona a intersecção acumulativa de múltiplas posições (classe, idade, sexo, raça, nacionalidade* (Idem, p.160). A desestabilização dos vetores culturais parece, porém, não afastar a possibilidade de sustentar-se uma organização de padrões filtrados à luz das exigências de controles pessoais e da solidariedade comunitária. A configuração final das leituras, reconstrutivamente estruturada pelo sujeito, pode resistir às exigências históricas. Apesar da coerência que se estabelece através de operações estruturantes dos valores hegemônicos, não quer dizer que não haja modificação. A visibilidade das mudanças pode ser negociada no interior de cada comunidade e no interior de cada sujeito. A par dos apelos históricos, o sentido crítico pode se aguçar, e a integração pode permanecer coerente com formas críticas de organização. Ocorre, de outra parte, a possibilidade de haver perturbações na estruturação da personalidade, mas também a renovação de sujeitos, coerentes e saudáveis apesar das contradições.

Chambers (1995) insiste em dizer que os conteúdos de elaboração da identidade são sempre referentes às circunstâncias da linguagem cultural, em que *nossa formação, nossa herança, nossa memória e nossa linguagem particulares são re-memorados e temporariamente completados e autorizados* (Ibidem).

Nesses jogos de linguagem, vão se constituindo as regras e as instituições que constantemente se ultrapassam. O próprio jogo constitui-se na construção do sujeito que opera as regras ao mesmo tempo em que se disciplina por elas.

As linguagens históricas de dominação são recorrentes em seus discursos, constituindo clientelas e mantendo a ordem de verdades e políticas de interesse. Isso não representa toda a verdade, uma vez que são historicamente visíveis todas as formas de

resistência para a construção de discursos emancipadores. A metáfora do colonizado equivale à do velho; em ambos existe um potencial de reivindicações suscetíveis de mobilização para o exercício de um novo conhecimento e de uma nova ética. Isso representa o espaço da linguagem, que também é comunicativa e tende a realinhamentos históricos. Mas somente discursos veementes e conscientes de sua fragilidade frente às posições validadas pelas pretensões de poder podem realizar uma direção com significados diferenciados daquelas proposições sociais marcadas por relações de poder unilaterais e carentes de comunicação. Comparação similar pode ser realizada na desconstrução da hegemonia masculina. A mudança da hegemonia adulta traçada pelos ideais da tradição em detrimento dos adultos mais velhos obedece aos mesmos cânones, e a revolução das representações sociais pode percorrer os mesmos caminhos. Com a proposição vigorosa de argumentos em favor de verdades e de justificativas para uma ética expressiva em todas as idades, pode-se chegar a estratégias consistentes de interpretações renovadas e ampliadoras de identidades existenciais. A aplicação de novos discursos contém em si o potencial de constantes e renovados argumentos.

Alcoff (1989) adverte sobre as dificuldades na superação das linguagens históricas ao mesmo tempo em que encaminha a pretensão de novos discursos para a superação da hegemonia masculina:

A idéia aqui é que nós temos pouca escolha no fato de quem somos, pois como Derrida e Foucault nos recordam, as motivações e intenções individuais não contam, ou quase não contam, no esquema da realidade social. Somos construções - isto é - nossa experiência de nossa própria subjetividade é uma construção mediada por e/ou baseada no discurso social que vai além do controle individual (p. 6).

Alcoff (1989) sublinha seu entendimento ao citar Foucault, que afirma sermos corpos totalmente marcados pela história; aponta, porém, para a autoridade do sujeito em *refletir-se no discurso social e desafiar suas determinações* (Ibidem). Isso significa que a identidade passa pelo discurso das operações internas (crítica) e das operações externas (estratégias) dos interlocutores de um jogo possivelmente renovado. Indica a possibilidade de se refazer a experiência da feminilidade ou, mesmo, da masculinidade não somente nas dobras da história, mas nas dobras das descobertas em que os sujeitos podem rearticular-se

dentro de uma experiência histórica apropriada. Mais ainda, *é uma interpretação de nossa história dentro de uma particular constelação discursiva, uma história em que somos sujeitos da e para a construção social* (Idem, *ibidem*). Nessa forma de entender-se a feminilidade ou masculinidade, juventude ou velhice, firma-se a posição de a identidade constituir-se em discursos flexíveis mais do que em atributos estabelecidos pela natureza ou pelo essencialismo histórico.

Se, de uma parte, parece haver um núcleo resistente, uma disposição comunitária e pessoal para a organização de elementos constituidores de identidades, de outra, as mediações dos papéis e representações, cujos significados passam a constituir o conteúdo das operações de integração, dependem das oportunidades e reconhecimento sociais em torno das quais os sujeitos vão estabelecendo suas referências e significados. Se, de um lado, o sujeito branco, distinguido com todos os predicados eurocêntricos, tem facilidades para se vincular a instâncias imaginadas e de cujos conteúdos retira seu ofício de viver e de entender-se respeitado, de outro, o negro ou o índio *et al.*, são construídos como inferiores, e suas relações de poder e de justiça tornam seu acesso social diminuído, perfazendo-se um sujeito com auto-imagem perturbada; seu corpo e mente foram depauperados. Mais que metaforicamente, os mais velhos vão perdendo suas instâncias de representação social, e ao distanciarem-se das funções socialmente reconhecidas e tidas como ideais da vida adulta, tornam irrealizável a construção da identidade. Ao se tornarem incompetentes, afetiva e intelectualmente, perdem o sentido de suas vidas e o potencial de desenvolvimento, isto é, perdendo-se as mediações, desorganizam-se. Em função da elevação da população idosa e da sensação de ameaça dos adultos que envelhecem competentes, percebe-se a instalação da crise diante da longevidade humana. Como tem dito Mercer, *a identidade somente é um tema quando está em crise, quando algo que se supõe fixo, coerente e estável é deslocado por uma experiência de dúvida e incerteza* (Larrain, 1996, p. 93).

A crise, portanto, surge quando são problematizadas as forças de expressão usuais, pondo-se em dúvida a veracidade dos entendimentos convencionados, passando-se a se constituir novos discursos em torno da realidade questionada.

O que se busca são os vetores que atravessam o perfil humano que envelhece. A proposta de Habermas, enquanto aponta novos acordos sociais em torno dos potenciais de protesto, através dos vetores do conhecimento e de diferenciações no ordenamento social, pode levar a uma gramática e a uma pragmática das formas de vida favorecedoras de um

realinhamento cultural e social. O Estado e a sociedade civil podem encaminhar *a defesa e a restauração de formas de vida ameaçadas ou a implantação de novas formas de vida* (Habermas, 1992, p. 556). Os atos de fala capazes de chegar a novos entendimentos sociais e culturais devem constituir-se, porém, em bases argumentativas de tal forma que possam ser transferidos a quem estiver na mesma situação reivindicativa, respeitadas as enunciações do contexto. De toda forma, isso significa que a construção da identidade, no advento do envelhecimento, tem na linguagem cultural a sua morada. A identidade existencial dos mais velhos desenvolve-se, aproveitando-se os termos de Larrain (1996) *em um indivíduo como resultado de suas experiências sociais através da linguagem e da comunicação* (p. 100).

Para tanto, conta o grau democrático da sociedade civil e desta no Estado. Larrain (1996) também concorda com as críticas de Habermas e com sua teoria emancipadora quando escreve: *A razão instrumental produziu muitas conquistas materiais, mas também, como diz Habermas, é culpada de ter invadido com sua lógica reificada e mercantil os mundos da vida onde deveria imperar a razão comunicativa* (p. 244). Contra essa defasagem entre a lógica instrumental e a lógica comunicativa é que se propõem os discursos multiculturais, ou seja, a soberania de existir identidades sem hegemonias tendentes a fazer do homem instrumento de interesses de grupos historicamente excludentes. Retornando às origens da virada lingüística, pode-se dizer que vivemos na *morada da linguagem*, como diz Heidegger, cujas fronteiras são as fronteiras dentro das quais podemos negociar a existência humana e aperfeiçoar o entendimento e a ética para a formulação de uma identidade cultural para os mais velhos.

1.2 - Identidade existencial e envelhecimento

Duas questões são postas no início deste tema: o quanto a identidade pode ser determinada pela auto-reflexão e como a pessoa pode, em seu interior, no processo de envelhecimento, expressar seus sentimentos e resistir diante das linguagens redutoras de seu potencial.

Para iniciar o caminho teórico dessas questões, é oportuno recorrer a Heidegger (1995): *Pode-se, portanto, determinar a cotidianidade da presença como ser-no-mundo aberto na decadência que, lançado, se projeta e que, em seu ser junto ao mundo e em seu*

ser-com-os outros, está em jogo seu poder-ser mais próprio (p. 244). Em outras palavras, o ser humano detém a condição de estar, crítica e participativamente em frente ao seu mundo, quer interno ou externo, e de *buscar uma das possibilidades de abertura mais abrangentes e mais originárias dentro da própria presença* (Idem, 245).

Essa presença humana parece ter sido revelada por Piaget em períodos sucessivos, integrada por fatores de auto-regulação orgânica e psicológica, expressando-se em operações que avançam e na cooperação realizada frente às intervenções sociais. O que Piaget não contempla em suas explicações clínicas do desenvolvimento é a real força dos conteúdos sociais que são operados em níveis concretos e/ou abstratos pelos indivíduos sem, entretanto, penetrar em seus sentidos originais e nas suas autorias. A análise do pensamento piagetiano em torno das operações nos aponta para a expressão pessoal e cooperativa de seu acontecimento; apela para a condição do mecanismo interno de regulação afetiva e intelectual, não a reduzindo a inatismos ou essencialismos preestabelecidos. Mesmo perante os estímulos sociais intervenientes na orientação escolar, *a ação social é ineficaz sem uma assimilação ativa da criança, o que supõe instrumentos operatórios adequados* (Piaget, 1968, p. 142).

As idéias em torno da competência do sujeito em organizar operatoricamente suas realidades são recorrentes também em Kohlberg ao qual Habermas recorre particularmente na busca de entendimento sobre a identidade moral das pessoas. Nesse sentido, compreende-se que a construção de padrões éticos passa pela competência de julgamentos descentrados do próprio sujeito, ao mesmo tempo em que lhe assiste, pela reciprocidade de entendimento, uma capacidade de avaliação solidária e universal, conquistada à medida que os sujeitos avançam no poder de organização da realidade, coincidente com as proposições de Piaget a respeito da evolução da inteligência: período sem convenções, ou seja, da inteligência pré-operacional; período convencional ou das operações concretas; período pós-convencional, que é o das operações abstratas. Neste estágio de desenvolvimento,

o que é justo é definido com base numa decisão da consciência, tomada de acordo com princípios éticos escolhidos autonomamente e que visam a ser logicamente compreensíveis e dotados de universalidade e consistência. São princípios universais de justiça, que dizem respeito à reciprocidade e igualdade dos direitos humanos, bem como à dignidade dos seres humanos enquanto pessoas individuais (Habermas, 1990b, p. 56).

Esse processo de desenvolvimento capaz de autonomia é resultado de amadurecimento e aprendizagem e percorre uma série de estágios mediados pela maturação e cultura cada vez mais organizados. *No **medium** constituído por comunicações formadoras de normas e valores, e penetradas de experiências estéticas, os conteúdos culturais herdados não são mais simplesmente os marcos de modelação dos carecimentos; ao contrário em tal **medium**, os carecimentos podem buscar e encontrar as suas adequadas interpretações* (Idem, p. 72). Deduz-se, então, que as operações mentais podem progressivamente avançar e se aperfeiçoar, como no caso das operações tornadas competentes pela experiência a que podemos denominar de **sabedoria**.

A consciência humana torna-se capaz de operar em diversos níveis à medida que puder produzir e lidar com objetos desafiantes, os quais se constituem regularmente das oportunidades que se abrem nos espaços sociais. Quando as escolhas se reduzem extremamente, existe o processo de desumanização. Isso acontece aos mais velhos que se assemelham aos prisioneiros dos campos de concentração: até há pouco, eram tão consistentes em suas identidades; rapidamente, no entanto, ficam sozinhos e a consciência já não pratica muito mais do que se pode praticar diante de um prato de comida. Iguais aos jovens sem objetos de inserção social, pelos quais se constrói a identidade, os mais velhos estão diante de suas comunidades com seu tempo, incapazes de revelar suas operações mentais sábias - porque capazes de avaliar as melhores respostas pelo grau de flexibilidade adquirida -, afastados dos exercícios necessários para a revelação de seu potencial. São os estranhos em suas casas, nas quais andavam responsáveis e solicitados até há bem pouco.

As relações de violência social, na ausência de recursos internos e de condições institucionais, inibem a qualidade de operações mentais e dimensionam restritivamente a afetividade. Somente a reflexão esclarecedora, reivindicadora e discursos éticos qualificadores podem desconstruir os estereótipos e construir uma disciplina de proposições comunicativas.

A segunda questão inicialmente proposta refere-se aos sentimentos implicados no envelhecimento. Beauvoir (1970) expõe, em sua história sobre a velhice, toda a sorte de lamentos que contundentemente saem da boca dos mais velhos em razão das formas de rejeição nas quais a história os subjugou. Não é possível negar que, em alguns espaços raros e limitados, os mais velhos foram tidos como sábios e guardadores de informações importantes. Em outros momentos, porém, é contraditória a interpretação sobre a velhice.

A velhice se aproxima, muitas vezes, da loucura e pode suceder que nela se conciliem duas imagens contraditórias tradicionais: o velho sábio e o velho louco (p. 187). Os elogios que se faziam aos romanos pelo respeito dado aos senadores referiam-se aos mais velhos da elite, nunca aos velhos plebeus.

Durante toda a história da humanidade ocidental, a interpretação da velhice foi perpassada de conceitos essencialistas, que regularmente expressavam o temor e a rejeição. Cícero, com pouco mais de 35 anos, afirmava sobre o seu sentimento em relação à velhice: *É um movimento de ébrio, hesitante, vertiginoso, informe... Damos o nome de sabedoria, à dificuldade de nossos humores, ao desgosto das coisas presentes* (Idem, 179). Na Idade Média, somente alguns velhos opulentos tinham o privilégio de envelhecer aos cinquenta anos com certa dignidade: *Como a dos velhos, a condição das crianças era muito dura* (Idem, p.190). Beauvoir (1970) analisa a aposentadoria, mostrando que é mais uma forma de discriminação dos tempos atuais: *Certos regimes de assistência pressupõem que a velhice equivale a uma invalidez e a aposentadoria a um auxílio concedido a necessitados: é então interdito ao aposentado qualquer tipo de trabalho remunerado* (p. 254). É natural, então, que, diante do envelhecimento, não havendo mais nada aí que possa encantar, esvazie-se o tempo presente e a velhice se torne um tempo de depressão.²

² Em textos e nas palavras dos mais velhos são encontrados textos que revelam este sentimento:

oh! volta à casa, busca o teu caminho,
vai, mesmo assim, cansado e sem beleza:
lá acharás o rosto que adoravas
quando era jovem toda a natureza (Bosi, 1987, p. 43).

Diferentes não são as expressões dos mais velhos da Oficina Literária do Centro Regional de Estudos e Atividades para a Terceira Idade da Universidade de Passo Fundo que, em seu livro *Retalhos de Vida*, demonstram a dor de não possuírem mais a riqueza dos sonhos infantis nem o prestígio da vida adulta. Os autores e os textos submetem-se à hegemonia cultural da vida adulta e, de alguma forma, lastimam os dias “do passado que já se foi”. Pode-se resumir em Eny Sampaio a angústia construída para o envelhecimento em nossos dias:

Eu sou aquela mulher
de pensamentos distantes
transformando o fruto da saudade
em grãos de esperança (Costi et al., 1996:84).

O conjunto das idéias acima revelado não esgota, entretanto, o potencial a ser mediado no envelhecimento. As narrativas culturais em torno do envelhecimento, as decisões pessoais a custo de resistências diferenciadoras revelam que pode haver formas mais enriquecidas de os sujeitos envelhecidos elaborarem suas identidades. O livro *Coragem para Envelhecer* revela histórias de vida com sentido de realização diante da longevidade. Os títulos das narrativas são emblemáticos da possibilidade de construções felizes sobre o envelhecimento: “A coragem de amar outra vez”, “Ponderações sobre a existibilidade”, “A alegria de ser uma pessoa de bem”, “A criação da imagem como conceito de imortalidade”, “Ainda existem montanhas mais altas a escalar”, “As bênçãos da maturidade”. Mais de quarenta títulos e os contadores de suas histórias revelam caminhos de identidades construídas em satisfatória segurança ontológica. Por certo, os testemunhos inscrevem-se em contextos sociais favoráveis. Um dos vetores que atravessa a vida de todos

O nível diferenciado de insatisfação entre velhos deprimidos e voltados para a realidade do passado, quando possuíam uma reconhecida identidade, e aqueles que encontraram relações satisfatórias na velhice pela sua inserção social, revela a importância de se conceder sentido na vida através de objetos de investimento cognitivo e afetivo.

A identidade, ao ser entendida como a conceituação singular do processo de experiência e de integração de uma pessoa, visando manter a continuidade compreensiva e expressiva de si mesma, num sistema de relações sociais, interpessoais e intrapessoal, necessita de continuados desafios para poder revelar a libido desenvolvida e por constituir-se. Na ausência ou limitação de costumes de apropriação de significados sociais, ao contrário, o processo torna-se constrangido pelo empobrecimento das escolhas.

O conceito de identidade existencial, portanto, foge às implicações essencialistas, assumindo um entendimento voltado para a experiência cultural e singular do envelhecimento. Esse conceito ancora-se na compreensão construtivista de identidade, assumindo a importância das influências históricas e comunitárias sobre os indivíduos, ao mesmo tempo em que adquire uma dimensão integradora e orientadora de direções, a exemplo da interpretação piagetiana do desenvolvimento. Isso significa que a identidade existencial envolve-se com o nominalismo histórico sem negar, no entanto, os processos humanos de desenvolvimento com base em certas determinações intrínsecas.

Pode-se concluir que a identidade existencial está permeada por estágios que se apresentam com regularidade, ao mesmo tempo em que se pronuncia de acordo com os discursos históricos, resultando disso a experiência humana de ser, particular e responsável. Mais ainda, consiste a identidade existencial numa interpretação pessoal e generalizável, inserida num universo particular de discursos e capaz de se sujeitar e ser sujeito de sua história.

A idéia que se apresenta é de que os potenciais afetivos no envelhecimento podem aproximar-se de operações competentes e densas de vigor em busca de objetos ou sentidos facilitadores de uma identidade existencial expressiva. Nesse sentido, Erikson (1970) afirma: *Somente a pessoa que conseguiu sucesso em cuidar de coisas e pessoas e tem gerado produtos e idéias.... chega ao estado de seguridade acumulada do eu com respeito*

eles é a competência dos recursos culturais anteriormente internalizados; um credenciado conjunto de experiências culturais e artísticas mediou a sua realidade existencial.

a sua tendência para a ordem e para o significado (p. 241). Para tanto, o Estado e a universidade podem oferecer mediações decisivas na constituição da afetividade, favorecendo cenários interessantes para a longevidade.

2 - IDENTIDADE NA TERCEIRA IDADE: CRISE OU EXCLUSÃO

Parece que a antinomia entre continuidade-ruptura deve, em numerosos casos, ser superada a partir de uma nova concepção de crise: novas condições biológicas e ambientais provocam uma inadequação entre as possibilidades da pessoa e as exigências do meio, reativando, por isso, *angústias passadas e podendo conduzir às descompensações que recorrem aos mecanismos de defesa depois de longo tempo abandonados* (Léger, 1994, p.32.). O autor reconhece a consideração pessimista da interpretação da crise: *a psicoafetividade do idoso é freqüentemente descrita de um modo unicamente deficitário em termos de enfraquecimento do Ego, de regressão, de hemorragias narcísicas... Dar um lugar preponderante ao déficit parece resultar da agressividade de nossa sociedade em relação ao grupo de idosos* (Idem, p.32).

As proposições referidas interessam à hegemonia adulta uma vez que são garantidos os privilégios das minorias que dão continuidade ao processo de exclusão; mantém-se vivo o inconsciente histórico da repetição excludente. Existe uma linguagem perversa escondida nas ordens que ditam descanso e desligamento. Prefere-se entender a crise emergente na terceira idade como um fenômeno patológico constitutivo da própria natureza dos mais velhos ao invés de avaliá-la como uma oportunidade de aperfeiçoamento humano, pois isso demanda investimento e distribuição mais equânime nas relações de poder. O fator inercial da cultura concorre para a permanência das identidades degradadas no envelhecimento. A identidade hegemônica adulta atrai sobre si a normatividade positiva, inibindo a formulação de identidades diferenciadas. A realidade histórica das categorias de Dussel (1993) sobre as relações entre totalidade/alteridade aplicam-se à abordagem sobre a exclusão do envelhecimento. Temos, assim, o primeiro obstáculo para a superação da crise no envelhecimento: o preconceito da deterioração humana no envelhecimento.

As estratégias da exclusão são diversas e, normalmente, tomam-se características não substanciais nas limitações, mas sobre as quais se fazem afirmações generalizantes e categóricas. Perde-se a singularidade do envelhecimento em favor dos preconceitos;

definições essencialistas naturalizam qualidades historicamente construídas. Formulam-se discursos constituidores de pré-juízos, em relação aos mais velhos, como no caso de nações dominadoras que constroem discursos depreciativos sobre a cultura do povo dominado. Assim, a cultura hegemônica do colonizador produz uma alteridade não desejável e periférica. No caso do universo etário, ocorre o mesmo processo: os adultos passam a constituir o espaço humano hegemônico, e a velhice passa a ser irrealizável uma vez que lhe falta reconhecimento e outorgas dentro das representações da lógica do sistema de produção.

Parece ser mais justo e mais verdadeiro considerar o envelhecimento como uma crise passível de verificação e intencionalmente objeto de novos discursos, seja em práticas sociais descentradas das construções tradicionais, seja em pesquisas realizadoras de novas descobertas suscitadoras de ousadias sociais.

A ruptura ao ser dada por acontecimentos sociais e pessoais pode ser mais ou menos pronunciada e pode constituir-se em oportunidade de desenvolvimento. O que se pretende é demonstrar que há uma inclinação histórica para a exclusão, baseada em categorias não substanciais e que, se verificáveis, não podem ser generalizáveis. Essa tendenciosidade contaminada pode ser substituída pela racionalidade argumentativa segundo a qual se percebe uma crise existencial que, mediada por conceitos esclarecidos e por instrumentos sociais adequados, pode transformar-se na construção de uma identidade humana eticamente aberta e, por consequência, expressiva.

Bianchi (1993) aponta para a questão do sentido humano no envelhecimento: o sentido reorientado daria a condição para a integração e a continuidade existencial da pessoa que envelhece. Uma exigência que podemos chamar de funcional, o Eu entendido, no caso, como sujeito funcional do aparelho psíquico exige que haja continuidade de sentido e só pode encontrá-la mantendo relações contínuas com objetos entendidos como pólos de investimento fora do Eu (p.76). *Pode-se dar assim uma definição meramente funcional do sentido como sendo aquilo que mobiliza o aparelho psíquico para que possa permanecer em atividade, ou seja, manter a continuidade subjetiva. As formas que o investimento fora do Eu podem tomar são elas próprias muito diversas, e... cabe observar que as mais diversas soluções são suscetíveis de cumprir seu ofício* (Idem, p. 78).

A questão fundamental a ser problematizada deve ser posta sobretudo sobre a natureza do objeto de investimento, que, para Freud, é sexual. Em seu livro *A Técnica*

Psicanalítica diz: As pessoas que atingiram ou passaram dos 50 não dispõem mais de plasticidade dos processos psíquicos em que se apoia a terapêutica - pessoas velhas não são educáveis (Messy, 1993, p. 20). Freud afirma também em *Análise Terminada e Interminável*, que há uma viscosidade libidinal, uma perda da plasticidade para a mudança como no caso de pessoas idosas, levadas por uma espécie de entropia psíquica. Tal afirmação pode corresponder a uma verdade se o homem for apenas visto como um ser constituído de forças biofísicas. A interpretação do ser humano obedece, dessa maneira a paradigmas de uma lógica mecanicista.

O sentido reconstruído com base em uma nova integração e continuidade na terceira idade é ampliado com o entendimento de que o ser humano possui a flexibilidade de construção ideativa dos objetos. A carga afetiva, na proposta de Frankl (1992), não é somente de origem biológica, mas cognitiva. Os objetos de interesse podem ter significados cognitivamente elaborados.

Em Léger (1994), a crise é proposta da seguinte maneira:

Certos acontecimentos externos ou internos provocam um desequilíbrio que a pessoa deve corrigir para manter sua homeostasia. Este estado eminentemente instável se desenvolve em um período mais ou menos longo; seu resultado continua sempre incerto até o fim; se positivo, o retorno ao equilíbrio é acompanhado de uma reestruturação a um nível superior da personalidade; se negativo, ele traz descompensações em cascata cujo resultado pode ser a morte ou o retorno aos estágios muito arcaicos da organização psicossomática (p. 50).

No caso do envelhecimento, a ruptura, negativa ou positiva em relação aos estágios anteriores depende de um conjunto de fatores que, de uma forma geral, podem ser vistos sob a ordem das reservas anteriormente construídas, ou sob a ordem das condições de riscos ou disposições emergentes na situação de ruptura.

Nesse contexto, estão compreendidas todas as alterações típicas do envelhecimento, como as privações sensoriais, o comprometimento da motricidade, a fragilização dos sistemas orgânicos e doenças com fenômeno doloroso ou não. Os acontecimentos estão condicionados aos hábitos anteriores e às disposições hereditárias. As conquistas biomédicas suscitam indicações que apontam para os costumes como probabilizadores de

quantidade e qualidade de vida e para a possibilidade de a idade ser também um resultado e não uma direção com marcas essenciais. A longevidade, nessas ponderações, poderá ser entendida como um tempo de crises onde se envolvem as condições culturais e sociais como nas fases anteriores, afastando-se a concepção de se entender a fragilidade da velhice como essencial e na regularidade de um determinado tempo, mas de tê-la como um processo com vigor físico acompanhado de densidades psicológicas inseridas em meios sociais acolhedores. Esse entendimento se aproxima da idéia de o indivíduo não ficar velho muito tempo mas levar mais tempo para ficar velho e mesmo, nesse tempo de fragilidades encontrar as devidas opções para manutenção de sua integridade.

As oportunidades culturais anteriores e os dispositivos legais, habituais e contratuais disponíveis nas instituições podem, dessa maneira, acelerar a crise ou torná-la exitosa. O evento da aposentadoria, a realidade familiar, as oportunidades de ocupação de papéis, as mediações culturais progressas, a previdência e providência de recursos financeiros, a segurança na área da saúde podem ser decisivos no advento da velhice.

O envelhecimento pode ser representado como um universo de espaços vazios a serem organizados pela renovação ética e pelas políticas do conhecimento. Os reducionismos conceituais sobre as faixas etárias constituem-se em regimes disciplinares perversos e, em razão disso, alguns sinais de envelhecimento fazem os sujeitos se afastarem do desenvolvimento.

3 - MODELOS DE ABORDAGENS DA TERCEIRA IDADE

A psicologia do desenvolvimento apresenta conceitos distintos a respeito da terceira idade, cada um deles estabelecendo, por conseqüência, potenciais conceituais e educacionais diferenciados: um representa o *modelo deficitário* da terceira idade da vida adulta e outro, o *modelo do desenvolvimento do curso da vida*. Esse assume uma posição que contém a idéia das diferenças humanas e não de uma essência humana absoluta tida como melhor quando o organismo está em pleno vigor. *Esta orientação supera a colocação tradicional das etapas vitais de crescimento, maturidade e decadência, se são certas para o desenvolvimento fisiológico não o são necessariamente para a vida psíquica e social* (Moragas, 1997, p. 30).

O modelo deficitário do desenvolvimento entende que o ser humano, na velhice, perde suas condições de enfrentamento da realidade. As virtudes intelectuais, afetivas e biológicas diminuiriam e tornariam o sujeito que envelhece incapaz de produzir os mesmos efeitos sobre si e sobre o ambiente por causa de uma generalizada diminuição de desempenho das funções, o que provocaria uma inclinação para o afastamento das atividades e uma perda de auto-imagem. Esse modelo deficitário da condição humana de desenvolvimento apresenta uma rigidez de interpretação e avaliação da dinâmica psicológica.

Como o pensamento e os sentimentos concedem os principais conteúdos e formas humanas para a construção da identidade, esse paradigma do envelhecimento apresenta conseqüências perversas sobre as relações sociais e o desenvolvimento pessoal.

Freud, através do reducionismo libidinal, reforçou os preconceitos históricos sobre os mais velhos, e Miles (Lehr, 1980, p.59), na Universidade de Stanford, provou a perda da performance intelectual dos mais velhos frente ao desempenho dos mais jovens. Faltou aos autores, porém, o entendimento de que as evidências científicas são passíveis de uma política de descobertas. A performance intelectual diferenciada foi dada em função do tempo de aplicação dos testes, não tendo sido consideradas todas as variáveis no desempenho cognitivo.

Com o advento da psicologia existencial e, de modo especial, dos psicólogos do desenvolvimento adulto - Jung, Bühler, Erikson, Havinghurst, Levinson e outros - foi posto em dúvida o modelo teórico deficitário do envelhecimento. As referências mecanicistas da libido foram substituídas pela teoria do self, cujo processo de motivação e auto-regulação vai além do modelo mecanicista ajustado à política do entendimento promotor da hegemonia da vida adulta. Lehr, ancorada em outras pesquisas, afirma que os testes de inteligência indicam um desempenho intelectual similar entre velhos e jovens, bastando, para isso, que seja alterado o tempo de duração da sua aplicação.

As concepções da teoria do curso de vida apontam para uma abordagem não essencialista. E, nesse paradigma de compreensão da natureza humana, existe espaço para um processo dialético, cuja explicação depende mais das intervenções do que de uma fatalidade nomológica. A inexorabilidade da natureza é relativizada pela liberdade, e as forças do corpo e do espírito são disciplinadas de acordo com as normatizações. A questão do envelhecimento, na teoria do curso de vida, pode ser percebida como uma conquista e

um período de potenciais a serem desenvolvidos. Isso parece não representar uma utopia ingênua mas, possivelmente, uma responsabilidade para a política social, para a produção dos conhecimentos e para uma renovação na ética. Quando se pergunta pela próxima fase de desenvolvimento - isso pode ser feito aos 80 ou 90 anos -, então, tanto aquele que envelhece como seus mediadores com quem pode contar - Estado-família-empresa-universidade - devem olhar para as mediações a serem internalizadas ao longo da história e nos hábitos propícios para a expressividade da velhice.

O modelo da política do Estado e da produção do conhecimento da universidade pode estar acompanhado de um conjunto de construtos capazes de fomentar novas opções educacionais. Os espaços conceituais podem constituir novos compromissos pessoais, grupais e políticos, servindo de base para novos contratos sociais e novas leis. A literatura científica da teoria do curso de vida apresenta entendimentos sobre a singularidade e a complexidade do envelhecimento, apontando para:

- um sentido permanente de economia para o desenvolvimento;
- um sentido de auto-regulação e modificabilidade capacitante;
- um sentido de solidariedade entre as faixas etárias, potencializando-se, pela performance, o desenvolvimento seqüente;
- um sentido de solidariedade entre as funções biopsicossociais e respectivos recursos em razão das internalizações passadas e intervenções atuais;
- um sentido de crise e ruptura no envelhecimento e de oportunidades a descobrir ou a praticar;
- um sentido de flexibilidade e diferenciado que se opõe ao sentido indiferenciado e inexorável do envelhecimento.

4 - PARA UMA RENOVAÇÃO DA IDENTIDADE HUMANA NA TERCEIRA IDADE

Para aprimorar a compreensão da identidade no envelhecimento, considera-se o que Vygotsky diz sobre a zona de desenvolvimento proximal ao se referir às crianças. Guardando-se as diferenças entre a velhice e a infância, pode-se deduzir relevantes interpretações de seus conceitos sobre aprendizado e desenvolvimento. Afirma o psicólogo russo: *Ela (zona de desenvolvimento proximal) é a distância entre o desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes* (1994, p.112). Também o desenvolvimento na vida adulta tardia produz-se pelo aprendizado, isto é, pelas mediações sociais, sem as quais o potencial de sabedoria e intimidade ficam reduzidos ou podem regredir a termos preocupantes, esvaziando-se o sentido da vida.

4.1 - O potencial de desenvolvimento e as mediações: contribuições de Vygotsky para o entendimento da identidade existencial na terceira idade

Em termos de construção do pensamento e da afetividade, o velho passa na sociedade por um processo inverso daquele da criança. A criança é estimulada a entrar no mundo dos objetos, das ações e, por maturação-mediação, a conceber o mundo, a percebê-lo e a lidar com ele, com a linguagem e seus significados. Aí é convidada a organizar seus interesses e seus pensamentos de acordo com a linguagem socializada, planejando e se envolvendo com o universo circundante. Ela tem como vantagem um sistema nervoso em vigoroso processo de amadurecimento e capaz de realizar, pela cooperação, sucessivos estágios na formação dos conceitos.

O velho, ao contrário, é forçado a perder o interesse porque se lhe retiram os objetos, a ação e a palavra, empobrecendo-lhe as mediações sociais pela retirada das instituições e porque essas já não oferecem estimulantes objetivos em torno dos quais se formam o pensamento, a linguagem e os sentimentos.

A idéia fundamental é de que os diversos conceitos de Vygotsky permitem que se esclareçam melhor as dificuldades na educação permanente, relativas ao envelhecimento e à velhice. Como as idéias do autor esclarecem sobre as dificuldades do desenvolvimento das crianças com deficiência mental e sobre questões da educação popular, também seu entendimento sobre o desenvolvimento pode contribuir para uma melhor compreensão da educação dos mais velhos.

Para Vygotsky, a liberdade humana se desenvolve a partir das condições de um sistema nervoso aberto e das mediações que promovem a qualidade das respostas. Isso significa que a qualidade do desenvolvimento humano, ao mesmo tempo em que é contextualizada historicamente, depende das internalizações e da organização de um linguagem interior.

A história do processo de internalização da fala social é também a história da socialização do intelecto prático das crianças (Vygotsky, 1994, p. 37). ... Assim as palavras podem moldar a atividade dentro de uma determinada estrutura. Esta por sua vez pode ser reformada quando as crianças aprendem a usar a linguagem de um modo que lhes permitia ir além das experiências prévias ao planejar uma ação futura (Idem, p. 38).

Na verdade, *o caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Esta estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social (Idem, p. 40).* Desta maneira, as funções humanas de pensar, memorizar, amar e responder estão condicionadas às mediações sociais.

Em Vygotsky, a mediação simbólica realizada pela cultura constitui o próprio desenvolvimento das estruturas mentais superiores. A internalização da fala com seus significados atualiza a formação da mente, dando-lhe consistência. A interação com as realidades mediadas pelo uso da linguagem estrutura o pensamento e, por conseqüência, a prontidão e o grau da qualidade do uso simbólico. Isso significa que a ausência da comunicação compromete a estrutura da saúde mental, e a ausência da cooperação verbal sobre objetos coletivamente interessantes pode deixar o sujeito em situação precária na constituição das funções mentais superiores e, mesmo, os afetos, porque associados aos objetos, também comprometidos.

O autor russo entende que o processo do desenvolvimento psicológico depende de duas instâncias, que são a linguagem interpessoal e a linguagem intrapessoal. O que é afirmado por ele sobre o desenvolvimento psicológico das crianças pode ser transposto para o desenvolvimento psicológico dos adultos tardios, mudando apenas a qualidade da mediação simbólica. Enquanto, na criança, o uso dos símbolos refere-se a evocação de objetos concretos, na vida humana tardia, essa evocação pode conter também conceitos abstratos.

Um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal. Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas (interpsicológica), e, depois no interior da criança (intrapsicológica). Todas as funções superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos (Vygotsky, 1994, p. 75).

As operações mentais são, portanto, resultado de formas culturais de lidar com a realidade. A fragilização da constituição mental depende sempre da fragilização do sistema de interação humana. Isso revela a face perversa do afastamento do acesso às instituições que abrigam os seres humanos em torno de atividades significadas. É nesses lugares que se realizam atividades de interesse comum e onde se constróem as linguagens privilegiadas e, por consequência, a atualização simbólica que promove o desenvolvimento mental. Se ainda se impuser a velocidade das mudanças nos significados das palavras que abrigam novos significados em função da interação globalizada, pode-se perceber a gravidade da situação em que se encontram as pessoas fora do contexto social e cultural.

Avançando-se nessa reflexão, pode-se dizer que o sentido na vida humana emerge a partir das finalidades construídas coletiva e simbolicamente definidas pela cultura da inserção das pessoas. As finalidades concedidas para os mais velhos estão carentes de significado uma vez que os costumes elaborados para a construção da identidade social se concentram na vida adulta produtiva e aí se esgotam. Dentro dos fins destinados para as pessoas é que se estabelece o universo da linguagem. A ausência dos fins dados aos mais velhos empobrece a linguagem e, consequentemente, o desenvolvimento das funções mentais superiores. *A internalização de formas culturais de comportamento envolve a reconstrução da atividade psicológica (Idem, p. 75)* e uma vez que a internalização, pelo empobrecimento das relações interpessoais, esteja comprometida, é natural que a atividade psicológica também sofra em seu desenvolvimento.

A zona de desenvolvimento proximal, que se caracteriza pela *distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas daquele do desenvolvimento potencial, mediado pelos outros* (Idem, p.112), oferece a chance de se avaliar diferentemente o desenvolvimento humano. Isto é, sempre existe a possibilidade de se aperfeiçoar a estrutura do pensamento e, por conseqüência, a estrutura qualitativa da resposta quando as intervenções apoiadoras do ambiente estiverem à disposição daquele que aprende.

Ao longo de seu desenvolvimento, marcado pela interação social com adultos e crianças mais velhas, a criança vai ajustando os seus significados de modo a aproximá-los cada vez mais dos conceitos predominantes no grupo cultural e lingüístico de que faz parte (Oliveira, 1995, p. 49). A criança é convidada a ingressar no universo simbólico dos adultos ao passo que os mais velhos, pelos diversos mecanismos e acontecimentos, são excluídos do enriquecimento semântico das palavras e, brevemente, se sentem desambientados e pressionados a perder o sentido da linguagem, instrumento indispensável para o desenvolvimento das funções mentais superiores. A reunião de dois fatores inibidores de desenvolvimento - perda da qualidade comunicativa e a possível fragilização das condições nervosas - estabelece um quadro de múltipla degenerência psicológica e social.

Diante da nova realidade demográfica, que aponta para o envelhecimento populacional, convém salientar a necessidade da revisão dos costumes sociais. A violência praticada, pela retirada das condições da qualidade humana, gera prejuízos graves de forma que os mais velhos, as famílias e a sociedade exigem uma nova posição na gestão social das idades.

É no significado que se encontra a unidade das duas funções básicas da linguagem: o intercâmbio social e o pensamento generalizante (Idem, p. 48). É por ele, portanto, que se estabelecem os meios de o indivíduo entender o mundo, agir sobre ele e manter os avanços intelectuais conquistados.

Essas idéias levam às questões sobre a realização dos direitos humanos fundamentais e sobre a violência praticada no interior das casas e no *seio* da sociedade. Por certo, a presença da nova realidade social dos mais velhos deve conduzir a uma revisão das relações sociais nas empresas, na família e nas políticas públicas.

Com base em Marta Kohl de Oliveira, (1995), pode-se chegar, por metáfora, ao salto regressivo no pensamento verbal dos mais velhos. *A interação com membros mais maduros da cultura, que já dispõem uma linguagem estruturada, é que vai provocar o salto de qualidade para o pensamento verbal* (p. 47). Ao contrário, a privação ou carências na interação social empobrecem as estruturas mentais superiores, comprometendo-se a modificabilidade das funções nervosas.

Essas questões evidenciam *que o processo de internalização como o processo de utilização de sistemas simbólicos são essenciais para o desenvolvimento dos processos mentais superiores e evidenciam a importância das relações sociais entre os indivíduos na construção dos processos psicológicos* (Idem, p. 34).

Se, de fato, o desenvolvimento ocorre nessas condições, então, no universo das instituições, não se trata de se perguntar sobre a idade das pessoas, mas sobre as interações a serem promovidas.

O fato de se promover o desenvolvimento pela confiança e pelo potencial da aprendizagem leva o educador a uma generosa relação e a constantemente perguntar: quais as provocações mediadoras e quais os potenciais de desenvolvimento que ainda podem ser despertados?

Essa interpretação do aprendizado permanente revela a concepção histórica do ser humano, não só como ser que está envolvido no curso da linguagem existencial, mas como aquele que constrói sua linguagem, buscando realizar o que ainda não foi alcançado. Para Vygotsky, isso significa que a escola é uma instituição de alavancagem do desenvolvimento por meio de mediações e finalidades arquitetadas dentro de uma visão otimista de desenvolvimento.

Parece, pois, que a interpretação e descobertas de Vygotsky conduzem à compreensão de uma educação competente e responsável enquanto capaz de decidir e provocar o desenvolvimento. O aprendizado, portanto, é definidor do desenvolvimento... *Ou melhor, o processo de desenvolvimento progride de forma mais lenta e atrás do processo do aprendizado; desta sequenciação resultam, então, as zonas de desenvolvimento proximal* (Idem, p.118). Isso indica que Vygotsky desafia o educador a se perguntar até onde vai o desenvolvimento quando propõe ao aprendiz um estimulante aprendizado, com o propósito de despertar sempre novos horizontes potenciais. E quais

seriam, nessa perspectiva, os horizontes proximais na terceira idade? Que potenciais novos se manifestariam quando fossem conferidas ao ser humano constantes instituições e mediações para o desenvolvimento?

Vygotsky percebe a instituição escolar e em outros ambientes constituidores de aprendizagem como lugares privilegiados de mediações para o aprendizado. Se o aprendizado impulsiona o desenvolvimento, então a escola e as instituições têm um papel essencial na construção do ser psicológico adulto que vive em sociedades escolarizadas... *funcionando como um motor de novas conquistas* (Kastenbaum, 1981, p.62).

A interação face a face entre indivíduos particulares desempenha um papel fundamental na construção do ser humano: é através da relação interpessoal concreta com outros homens que o indivíduo vai chegar a interiorizar as formas culturalmente estabelecidas de funcionamento psicológico. Portanto, a interação social, seja diretamente com outros membros da cultura, seja através de diversos elementos do ambiente culturalmente estruturado, fornece a matéria prima para o desenvolvimento psicológico do indivíduo (Oliveira, 1995, p. 38).

A inserção social cooperativa na busca de objetivos relaciona-se com a vida das instituições. Nesse contexto, é exigido o domínio de linguagem complexa, tanto por causa da comunicação como pela exigência de solução de problemas. As conseqüências para o desenvolvimento parecem evidentes quando o indivíduo é raramente exigido na cooperação, quando as exigências tenham sido mínimas, ou quando o indivíduo se retira voluntária ou compulsoriamente do contexto das instituições com seus objetivos e o universo de mediações.

As afirmações até agora desenvolvidas, com base em Vygotsky, sugerem que aqueles que possuíam um desenvolvimento mental de ordem abstrata, após longo período de desligamento na participação social, recorrem, episódica ou sistematicamente, a níveis de operações mentais próprios de estágios regressivos.

Na base da proposta de Vygotsky, porém, existe uma concepção positiva de desenvolvimento. A personalidade apresenta-se como um organismo biopsicológico capaz de responder favoravelmente desde que a sociedade ofereça mediações para a construção de uma inteligência disposta a assimilar o próximo passo de seus estágios. E não seria, ao

contrário, o descompromisso da sociedade em relação aos mais velhos responsável também pela integridade fisiológica do sistema nervoso central, considerando-se que sua perfusão alimentar estaria diminuída pela falta de desafios a superar?

Ellaine Cumming e William Henri formularam a teoria do desligamento social para elucidar o processo no qual os mais velhos e a sociedade *estão prontos para desvincular-se dos laços ao mesmo tempo* (Kastenbaum, 1981, p.56). Na opinião dos autores, haveria um consenso através do qual, sutilmente ou com violência, os mais velhos são afastados das instituições e de seus compromissos. Na linguagem de Vygotsky, são retiradas as medições e a zona de desenvolvimento proximal deixa de ser alcançada; é possível, inclusive, que fiquem comprometidas as conquistas dos níveis do desenvolvimento anterior.

O sistema nervoso central, como sistema aberto, obedece às mudanças das condições de vida e, por isso, o potencial de aprendizagem pode estabelecer níveis regressivos, dada a ausência de objetivos e as perdas nas mediações.

Dino Pretti, (1991), também avalia a questão de ambientes empobrecidos de linguagem. *Ora, tais ambientes, longe de proporcionarem uma integração dos idosos, na verdade, servem para condená-los a uma vida isolada, silenciosa, introspectiva. A ordem é descansar, os diálogos escasseiam, mormente com pessoas de fora, cortando-se as amarras com a comunidade e com a família* (p.24). As deficiências, na interação social e no sistema nervoso, *redundam na inaptidão de organizar o discurso com a continuidade desejada, seja em função da busca aflitiva de fatos que não afloram à memória, seja por uma natural desorganização no arranjo dos tópicos e dos subtópicos que se sobrepõem com facilidade, lembrando, em certos casos, o desarranjo da linguagem infantil* (Idem, p. 29).

Vygotsky cita Piaget quando fala a respeito de algumas condições para a realização do pensamento lógico:

O pensamento dirigido é consciente, isto é, persegue objetivos... é suscetível de verdade e erro e pode ser comunicado por meio da linguagem. O pensamento autístico não está adaptado à realidade externa, mas cria para si mesmo uma realidade de imaginação ou de sonhos. Tende a gratificar desejos e não estabelecer verdades (Vygotsky, 1993, p.11).

É comum, na idade mais avançada, haver limitações sensoriais que, por certo, não foram ainda suficientemente avaliadas na determinação do pensamento. Se, no dizer de Vygotsky, "o pensamento dirigido é social", então, parece que, em situações de perdas sensoriais, surgirão perdas na comunicação que afetarão o desempenho das funções superiores.

Não é difícil compreender, então, que o desenvolvimento humano, pela limitação do aprendizado mediado, não só inibe a zona do desenvolvimento proximal como parece fragilizar as conquistas dos níveis de desenvolvimento real.

Questão significativa pode ser introduzida ao se pensar os níveis de operações mentais em relação ao desenvolvimento. Riegel, (1976) afirma que a maturidade, que pode compreender a sabedoria, não necessariamente opera em níveis das operações formais. *Somente sob condições muito excepcionais de argumentação lógica e disputas escolásticas concebe-se que uma pessoa assuma tais formas de pensamento. Em suas atividades diárias, serão usadas operações e lógica de nível muito mais baixo* (p.3). Isso significa que as pessoas, não importa o estágio das operações, podem atingir *maturidade dialética sem haver passado pelo período de operações formais* (Idem, p. 5).

Não importa o grau das operações com que o indivíduo lida com a realidade. O que Vygotsky quer dizer é que o desenvolvimento humano é um processo dialético e que, para permanecer no processo evolutivo de seu pensamento, é importante a inserção cultural.

Os mais velhos, com a aposentadoria e com o término da educação dos filhos, muitas vezes ficam sem objetivos sociais, o que os impede de avançarem na participação dos problemas e no interesse de lidar com objetos motivadores de desempenho psicológico. Ficam de lado de uma comunidade de destino e disso resulta uma possível involução por falta de desafios na promoção do desenvolvimento. As investigações de Vygotsky apontam para as possibilidades de se afastar essa violência histórica e de criar-se um novo espaço social para a preservação do direito humano da inserção social. A primeira questão, portanto, está em compreender que o envelhecimento não é fator de impedimento na tarefa de promoção do desenvolvimento. O que se pretende é construir a identidade humana com as características específicas de cada faixa etária. A questão, assim, não é de se perguntar se o idoso já atingiu a maturidade ou se já cumpriu sua tarefa social; *a questão é de se perguntar qual é a sua próxima etapa de desenvolvimento.*

Feuerstein, um dos seguidores de Vygotsky, apresenta alguns conceitos que podem objetivar melhor as condições e os propósitos da educação dos mais velhos. A sua teoria da modificabilidade cognitiva não pressupõe *estágios de desenvolvimento fixos nem normativos na evolução do sujeito; fala, sim, do desenvolvimento cognitivo diferencial entre os sujeitos. Estas diferenças podem ser compensadas e mediadas em qualquer momento da vida do indivíduo, pelo que não se pressupõe períodos críticos involutivos e irreversíveis neste desenvolvimento* (Sanches, s/d, p.34).

A autora afirma que o sistema nervoso possui condições de auto-regulação, o que significa que existem mecanismos de compensação e reequilíbrio quando o indivíduo estiver em situação de aprendizagem continuada. Em última instância, a questão fundamental reside na continuidade da busca de objetivos e condições para resolvê-los.

A suposição dessa tese aponta para a possibilidade de haver formas e objetos sociais a serem construídos e que, pela competência de operar as realidades, possam ser afastadas as referências opressivas em torno dos mais velhos. O seu pensamento opera simplificando os caminhos das respostas às questões de ordem intelectual e ética em virtude da longa trajetória; a avaliação nas respostas se torna mais precisa e eficaz. Essa afirmação parece não ser essencialista, pois pressupõe a ocorrência de certas circunstâncias, como a presença de constantes mediações e das práticas habituais anteriores. Pode-se denominar *sabedoria* aos avanços nas operações formais, e *intimidade* à forma afetiva de, na longevidade, lidar-se com os objetos de cuidado.

Entendido como possível o desenvolvimento dos mais velhos, a próxima questão está em promover as circunstâncias sociais de tal desenvolvimento. Isso significa que a sociedade deve se perguntar sobre as categorias centrais de desenvolvimento dos mais velhos e responder sobre o seu potencial de desenvolvimento específico.

4.2 - Do potencial de desenvolvimento para a sabedoria e a intimidade

Nas proposições de Vygotsky, evidencia-se uma perspectiva de avanços contínuos no desenvolvimento humano. O primado do aprendizado mediado pela cultura promove o desenvolvimento real que, por sua vez, organiza-se em patamares cada vez mais

competentes e prontos para avançar ainda mais através de novas mediações. Assim, o espaço a ser conquistado é aquele do próximo desenvolvimento.

Propõem-se, a seguir, a análise e a possibilidade de se confirmar o aperfeiçoamento tanto da cognição como do desempenho afetivo, se mediados pela cultura.

O aperfeiçoamento na compreensão da realidade, que otimiza as respostas, desde as sensório-motoras até as que envolvem o pensamento abstrato, torna o ser humano habilitado a superar os riscos que lhe são impostos. A representação simbólica e a sua posterior organização preparam as funções mentais superiores para o estágio final das construções hipotéticas e criativas. Essas sucessivas conquistas fazem emergir a condição humana da transformação, evidenciando-se um padrão humano superador dos casuísmos e do imediatismo. Essas questões não asseguram, porém, que em todos os seres humanos ocorram as fases em patamares consecutivos e sistemáticos e, tampouco, que a sabedoria seja atingida somente pelo desenvolvimento do pensamento abstrato. Em cada nível de desenvolvimento, pode haver a sabedoria específica. O grau de desenvolvimento da inteligência concreta ou abstrata é regulado pela experiência, tornando-se a idade um fator importante para o desempenho do patamar coordenado pelas exigências do ambiente.

À medida que a inteligência avança evolutivamente, escapando até de seus vínculos com a realidade, as representações vão perdendo os sinais da realidade imediata, sem, entretanto, perder o essencial daquilo que é representado. Assim, a aproximação constante com o ambiente, com seus objetos e relações, associada a uma generosa relação, dispõe a criança e o jovem a retirar daí uma percepção mediada pelas representações, suas determinações afetivas e disposições para a ação. Ao final de um longo período de cultivo das representações, surgem padrões paradigmáticos e arquétipos de interpretação da realidade. Essa parece ser a tecitura da intimidade e do entendimento que se constitui em filtro dos significados pessoais e culturais sobre as realidades. Da generosidade das representações e de seus conteúdos afetivos, podem advir disposições para uma relação sábia com a realidade. O principal, aos poucos, passa a ser distinguido, e pode-se dizer que, no processo de envelhecimento, já não se busca uma resposta precipitada, mas mediada pela evocação de tudo que se relaciona àquilo que atualmente envolve o sujeito. As finalidades últimas da vida podem apetecer mais que o impulso de uma exigência de ordem pessoal. Fala mais, então, o imperativo da razão reflexiva e criativa que os apelos do ambiente e do

próprio corpo. Essa riqueza interior é mediada pelo nível da linguagem cultural e pelo nível da experimentação construída.

Esse mundo material que cercava o corpo, esse corpo que abriga o cérebro, esse cérebro onde se distinguem centros, são bruscamente dispensados. Essa representação é lançada fora do espaço, para que ela não tenha nada mais em comum com a matéria de onde se havia partido... Será preciso, então, resignar-se e conservar da matéria seu fantasma. Pelo menos ela será despojada de todas as qualidades que constituem a vida...: a partir daí a representação, carregada com os despojos da matéria, se manifestará livremente numa consciência inextensiva (Bachelard, 1993, p.27).

As representações, entretanto, não se esgotam no obscurecimento das evidências do objeto, nem ao menos pelo refinamento da reversibilidade abstrata. No último estágio do desenvolvimento humano, que é o da qualificação das representações, graças às possibilidades criativas, emergem também os significados resultantes da síntese das interpretações e de seu conteúdo afetivo. Os significados aí inseridos, além da história pessoal, revelam a densidade interpretativa e emocional da história das comunidades. Isso equivale a dizer que a qualidade das representações, seu grau de verdade e verificabilidade, insinuações afetivas dependem da qualidade das mediações da linguagem histórica e da qualidade das operações pessoais. As insinuações da realidade na mente dependem das relações sensório-motoras, das operações simbólicas e da densidade afetiva com que se revestem. Disso resultam, finalmente, *a intimidade e a sabedoria humana*. O passado, visto dessa maneira, é causador de uma construção humana diferenciada.

O grau de satisfação da existência, portanto, não se esgota nas oportunidades de oferta atual de contato com a realidade, mas também emerge das disposições representativas, facilitadoras da contemplação, da crítica, da criação e da densidade afetiva. Assim *o espírito retira da matéria as percepções que serão seu alimento, e as devolve a ela na forma de movimento, onde imprimiu sua liberdade* (Idem, p. 204).

4.2.1 - Sabedoria, inserção e envelhecimento

Baltes e Smith (1995) aprofundam um aspecto do ciclo de vida próprio da terceira idade em um ensaio sobre a psicologia da sabedoria. Nesse estudo, a questão inicial está em avaliar a questão cognitiva da terceira idade. Os autores afirmam que *existe crescente evidência de que os idosos podem ser superiores em algumas tarefas de raciocínio cognitivo associado a questões de inteligência social e prática e à integração entre o afeto e a cognição* (p.46).

Os testes usados para conferir a inteligência dos mais velhos indicam que *as tarefas usadas nas pesquisas sobre o envelhecimento cognitivo não têm sido desenvolvidas com atenção adequada às possibilidades da velhice* (Idem, p.47).

A sabedoria, entendida como a consciência instruída sobre fenômenos vitais, pode ser considerada uma especialização na abordagem das decisões que envolvem as pessoas, as atividades profissionais e/ou encaminhamentos de temas sociais. Para tanto, deve haver lucidez e exercícios satisfatórios da vivência em torno da atenção sobre a vida. Isso não significa que a idade produz a sabedoria, mas que um longo tempo de entrega a tarefas significativas produz refinadas representações sobre o encaminhamento de tarefas atuais. No dizer dos autores, a sabedoria é *caracterizada como conhecimento especializado envolvendo julgamento e aconselhamento excelentes no domínio da pragmática fundamental da vida* (Idem, p.51). Os autores aprofundam ainda mais a questão.

O domínio da pragmática fundamental da vida engloba o conhecimento sobre assuntos importantes da vida, sua interpretação e manejo. Inclui conhecimentos sobre as variações, as condições e a historicidade do desenvolvimento no curso de vida; a natureza e a conduta humana as tarefas e metas evolutivas; o relacionamento social e intergeracional, e as incertezas da vida (Idem, p. 17, p.51).

A sabedoria, entendida como o conhecimento da pragmática fundamental da vida, implica que se visualize a possibilidade de maior liberdade inerente aos conhecimentos mais especializados no campo das ciências. Isto não significa a diminuição da importância dos avanços tecnológicos, mas, sim, que a prática prolongada de operações sobre uma determinada área do conhecimento possibilita um domínio da intuição mais completo sobre

aquilo que se constitui um qualificado conhecimento, sobre aquilo que deve ser feito ou sobre aquilo que representa o melhor sentimento estético.

O resultado dessa característica do desenvolvimento humano compreende a possibilidade de se buscarem novos papéis sociais, que tanto podem ser desenvolvidos dentro das instituições tradicionais como podem ser motivo de criação de novas instituições. A longevidade, portadora da excelência das representações, pode significar a zona de um próximo desenvolvimento para aqueles que envelhecem e para as comunidades que lhes oferecem outorgas de inserção social.

4.2.2 - A intimidade: um novo rumo para a solidariedade e a auto-realização

O termo *intimidade* coincide com a tendência psicológica dos mais velhos para um relacionamento mais ou menos próximo e seguro em relação a todas as situações de vida, advindo disso sentimentos de profunda ternura pela familiaridade com as realidades que o cotidiano oferece. Essa idéia aproxima-se da construção hipotética de Carstensen (1995), quando defende *que a proximidade emocional aumentaria em relacionamentos significativos através da vida adulta, mesmo quando as taxas de interação diminuíssem* (p. 120).

As pesquisas em torno das qualidades psicológicas dos mais velhos, comparadas com as dos mais jovens, envolvem questões complexas, considerando-se principalmente a história de vida, as oportunidades sociais atualmente existentes e as questões da especificidade da faixa etária. Muitos dos estudos realizados são feitos com velhos asilados, o que potencializa a possibilidade de haver tendenciosidade nos resultados de qualquer teste aplicado, diminuindo a sua confiabilidade no caso de sua generalização.

Na apresentação das pesquisas realizadas, Lehr (1980), após diversas análises de fatores da personalidade, como de auto-imagem, mudança na motivação, modificabilidade nas atitudes e flexibilidade, chegou à seguinte conclusão: *A situação total da vida (em seus aspectos biográficos e sociais) parece exercer uma influência muito mais decisiva que a idade cronológica, no que se refere às modificações da personalidade* (p.157). Parecem, porém, muito relevantes as observações de gerontólogos como Nara Costa Rodrigues e pesquisadores, como Steglich (1992), Hess e Bradshaw (Lehr,1980), que afirmam serem o

nível de escolaridade, a primeira infância e as condições de vinculação social decisivas na qualidade da personalidade na terceira idade. Os estudos de Carstensen esclarecem três aspectos da afetividade e da personalidade no transcurso da vida:

- os contatos sociais tendem a diminuir e se tornarem mais seletivos já durante a adolescência;
- as reduções do contato diminuem nos relacionamentos periféricos;
- a frequência do contato não é representativa da intimidade emocional.

Ao longo do curso da vida as pessoas tornam-se cada vez mais diferentes umas das outras e cada vez mais especializadas em áreas relativamente circunscritas. Como resultado, cada vez menos parceiros sociais podem servir como fontes de novas informações (Carstensen, 1995, p.123). No campo do investimento emocional, pesquisas indicam também que as respostas emocionais dos mais velhos em torno de memórias são mais densas que as dos jovens, do que se pode deduzir que a experiência vivencial qualifica o conteúdo emocional (Idem, 138).

A tentativa, nesta unidade do capítulo, é provar que o envelhecimento em si mesmo, afastados os mais graves acidentes ou privações, pode trazer o fortalecimento da integridade (Erikson, 1970), uma sensação de profunda solidariedade com a vida e, portanto, transcendente aos estímulos imediatos.

É uma solidariedade com as formas organizadas de épocas remotas e com atividades distintas, tal como se expressam nos produtos e nas atividades. Mesmo que se perceba a relatividade dos estilos de vida que tenham outorgado significado ao esforço humano, o possuidor de integridade está sempre pronto para defender a dignidade de seu próprio estilo de vida contra toda a ameaça física ou econômica (Idem, p. 241).

A integridade, porém, é resultado de um amadurecimento resultante das oportunidades de cuidar coisas e pessoas. Mais que estímulos imediatos, na velhice podem ser percebidas representações vitais, muitas das quais em razão da repetição e do significado, se concentram em arquétipos fundamentais. Assim a figura da mãe, do herói, do homem e da mulher, da criança, do velho, da casa, do mar e de muitas outras situações típicas da vida se tornam carregadas de significados representativos da experiência de vida.

Nos objetos que circundam os mais velhos, concentram-se extensas e intensas revelações afetivas, atualmente rememoradas.

O que foi dito a respeito da construção do conhecimento na terceira idade pode ser dito da afetividade, isto é, as constantes internalizações das representações, com os respectivos significados afetivos e disposições para a ação, despojam-se de suas necessidades particulares, generalizam-se e revelam-se nas realidades posteriores, onde renascem.

Na proposta de Jung, em razão da idade, há a tendência para uma ressignificação da vida, o que, para ele, é resultado de uma experiência que brota do inconsciente coletivo. A tendência para a ressignificação não é, segundo o autor, o resultado de uma exigência interior, adquirida pelas experiências da história pessoal: o fenômeno da individuação transcende a ordem relativizada pela cultura para se tornar uma constante universal. *O reconhecimento de imagens arquetípicas e a integração delas na consciência do ego torna a pessoa mais capaz de compreender o self na sua vida diária. Isto faz parte do processo de realização do self, do processo de tornar verdadeiras e eficazes as potencialidades do self na vida dessa pessoa* (Staude, s/d, p.110). Isto é, o processo da individuação faz com que se reestabeçam as bases da personalidade - não mais as lutas pela sobrevivência e o primado do social sobre o individual devem se sobressair. No processo de aproximação com as zonas mais profundas do *self*, os contatos com a vida, seu significado e sua manifestação apresentam parâmetros para a nova condição humana.

O tempo passado, dentro da concepção da intimidade e solidariedade da vida, passa a assumir um papel de mediador mais ou menos bem disposto. A qualidade da integração está na qualidade das seleções dadas pela cultura e pelas escolhas pessoais.

Jung também percebe que a individuação não é um processo de conquista individual, mas surge na condição da solidariedade que lhe é anterior. *Na opinião de Jung, a individuação só é possível às custas de um trabalho equivalente em benefício do coletivo. Só os que pagaram seu preço à sociedade, que podem atingir os níveis mais elevados da individuação* (Idem, p. 107). A realização humana, assim, se enquadra na convergência da boa vontade do mundo com a pessoa e desta para com ele. Portanto, a realização humana é possível quando mediada por símbolos significativos e de operações mais distantes que os desejos da própria pessoa, isto é, a capacidade de descentração é condição para a realização do plano intelectual, do plano afetivo.

O conhecimento, com seus níveis de qualificação, a afetividade desenvolvida na intersubjetividade, ou seja, na moral construída na solidariedade, são condições para uma expressividade humana.

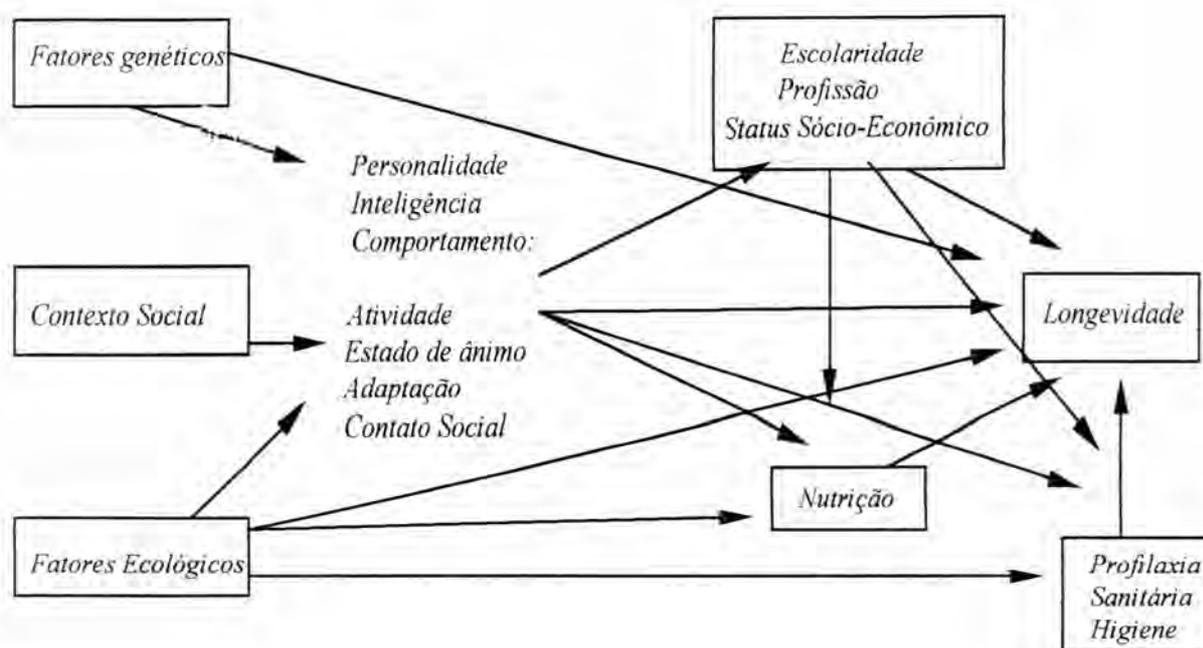
Na verdade, *em condições favoráveis, é possível chegar, na meia idade, a um conhecimento mais profundo do Self do que antes, e começar a dar mais atenção às estruturas arquetípicas, que Jung via como a fonte interior do desenvolvimento da personalidade, da auto-definição, da sabedoria e da criatividade pessoal* (Idem, p.117). Assim, *um objetivo espiritual que transcende o homem puramente natural e sua existência mundana constitui uma necessidade essencial para a saúde da alma* (Idem, p.119).

Questão não menos significativa se põe quando se busca a origem dessa inclinação humana para as questões que clamam mais pela ordem da vida que pela ordem do sistema. As observações referidas indicam que as pessoas possuidoras de uma mediada e significativa experiência pessoal, cuja ordem aponta para uma flexível e profunda verificação afetiva e estética, possuem melhores disposições para ocupar seu tempo e dele retirar uma qualificada relação com a vida do que aquelas que ficaram privadas de relevantes e motivadoras mediações culturais.

4.2.3 - Para um modelo teórico da construção da sabedoria e da intimidade

Toda proposta de um modelo para explicar a construção do envelhecimento é temerária e incapaz de esgotar o conjunto de variáveis intervenientes e, principalmente, o modo das interações com aquele que envelhece. O primeiro modelo de explicação teórico do envelhecimento foi apresentado por Lehr, no seu livro *Psicologia de la Senectud*, em 1980. A autora propõe que o fluxograma vital, abaixo discriminado, possa ser aperfeiçoado. Esta é a proposta apresentada:

Quadro 3: Correlações intervenientes no processo de desenvolvimento (Lehr, p.358)



No modelo apresentado, podem ser interpostos outros fatores e, conseqüentemente, surgir outras correlações. O perfil de identidade dos mais velhos obedece às proposições referidas, e a identidade existencial terá aí seu espaço de organização. A autora não se fixa nos extremos dos fatores endógenos ou exógenos; compreende o desenvolvimento humano como uma dinâmica estrutural onde os discursos culturais significam e ressignificam a vida humana, bem como os discursos do sujeito como constituintes e constituidores do acontecimento humano pessoal.

A compreensão holística da vida e as diversas metas e tarefas a serem cumpridas em seu percurso, também na longevidade, vão produzir seus efeitos no desenvolvimento. A questão pode ser posta da seguinte maneira: os conceitos sobre a potencialidade humana em cada etapa da vida, as respectivas outorgas e medições legais e morais podem suscitar diferentes construções do envelhecimento e da velhice. Os valores pessoais e históricos e a flexibilidade em arranjá-los no advento das perdas são variáveis decisivas para a identidade existencial na terceira idade.

As intervenções sociais e pessoais podem ser decisivas na evolução positiva do envelhecimento e, sem dúvida, as fragilidades e acidentes podem precipitar situações constrangedoras para o desenvolvimento.

O grau de opções intelectuais, afetivas e artísticas, para fazer frente às transformações, podem potencializar favoravelmente o desenvolvimento. Não menos significativas são as condições de acessar aos bens culturais, seja pelo poder econômico, seja pelas disposições políticas. Os esforços, portanto, perpassam a educação de toda a comunidade que pretende renovar seu estoque de interpretação ética e cultural frente ao envelhecimento e a velhice.

O processo da longevidade implica, portanto, variáveis biológicas, psicológicas e sociais, e as suas funções interagem solidariamente. A complexidade dos fatores e suas reclamações parece exigir uma revisão de todas as instituições, além do que, possivelmente, outras devam ser delineadas para abrigar a exigência da dignidade e da liberdade dos mais velhos. Os hábitos anteriores, segundo a autora, probabilizam o grau de liberdade no desenvolvimento. Por tudo isso, fica claro que a intimidade humana e a sabedoria podem evidenciar historicamente uma conquista para o envelhecimento e exigir novas leis e contratos sociais.

Komulainen (198), desenvolveu uma pesquisa com a seguinte preocupação: *Como são os ciclos qualitativa e quantitativamente afetados pelas mudanças de estilos no aprender e pensar pela nova percepção de habilidades criativas, como um fenômeno do ciclo de vida total, na Finlândia?* A pesquisa confirmou que *as habilidades criativas emergem gradualmente conforme o funcionamento da criatividade e personalidade, diferenciação de motivações e produtos os quais se correlacionam com os vários estágios da vida* (p. 179).

Os resultados, no que se refere às competências dos mais velhos, indicam que *há um aumento na integração e na mudança criativa e configuram um quadro positivo no que se refere ao desenvolvimento humano, aprovando o modelo teórico centrado na teoria do ciclo de vida* (p. 179).

O significado do ensino não consiste meramente em levar a pensar concreta e abstratamente, mas, também, em levar a desenvolver a aptidão de se encantar com a vida, realizando tarefas interessantes. Eisner (1987), afirma: *É claro, queremos que nossos filhos escrevam bem, mas será que escrever bem consiste meramente na capacidade de soletrar corretamente e utilizar a gramática e pontuação adequadas? Ou significa também ter alguma coisa interessante a dizer?* (1987 p. 2)

A reprodução de um homem que apenas serve para trabalhar constrange a possibilidade da diversidade de conhecimentos artísticos e culturais diminuindo as opções de escolhas no tempo livre.

O currículo das escolas define para os estudantes as oportunidades que terão para desenvolver suas condições de raciocínio e lhes dá acesso à riqueza intelectual de sua cultura. O que lhes ensinamos e a maneira como lhes ensinamos é que faz a diferença (Idem, p.3). A diferença está em que se proporcione uma visão criativa sobre o cotidiano e *que fornece os fundamentos para novas formas de arte e ciência, vida social e de negócios* (Idem, p.5).

A escola não pode se limitar a fazer o aluno ver o mundo material, medi-lo ou dele, pela cidadania ou profissão, tirar algum lucro. A escola tem a vida como responsabilidade, a qual deve ser compreendida em seu processo global; isso obriga a escola a pôr à disposição da criança e dos jovens recursos para que possam vivê-la plenamente em todo seu transcurso. Isso significa também que o currículo ofereça a oportunidade de desenvolver aptidões e habilidades: *As artes representam uma forma de pensar. Eu não acredito que o acesso às riquezas de nossa cultura ou o cultivo da sensibilidade, imaginação humana, e julgamento sejam objetivos educacionais periféricos* (Idem, p.10). O desenvolvimento dessa sensibilidade pode significar também a aquisição de novas formas de vida, as quais podem encetar atividades voltadas para as artes e os serviços.

O papel curricular possui a função de representações com discursos práticos e teóricos sobre a construção de uma identidade descentrada da hegemonia adulta e sobre a construção da longevidade, entendida como espaço de qualidade de vida em toda a sua extensão. A questão da agenda política para a minimização dos efeitos da exclusão aludida é assim proposta por MacLaren:

Os professores e os que trabalham com cultura possuem acesso a uma linguagem que lhes permite criticar e transformar de forma suficiente as práticas culturais e sociais existentes que são definidas pelos liberais e conservadores como democracia unificadora (1995, p. 12).

O autor insiste na criação de discursos centrados nas diferenças, com relações de poder igualitários e não em categorias sociais tradicionalmente havidas como as politicamente desejáveis. Em outras palavras, concebe-se que a *sabedoria* e a *intimidade*

podem ser mediadas na infância e na adolescência e que a velhice pode ser estabelecida, na medida em que haja recursos e oportunidades, como um estágio realizável do desenvolvimento.

4.2.4 - A casa e a imensidão como metáfora da intimidade e sabedoria na terceira idade

*Digo minha Mãe. E é em ti que penso, ó Casa!
Casa dos belos estios obscuros de minha infância.*

(Bachelard, 1993, p.61).

As idéias e os sentimentos sobre a *intimidade* que se manifesta com o advento do envelhecimento se aproximam daqueles que a casa pode inspirar. O símbolo e o significado da casa se igualam às garantias que se concedem à velhice, dadas as estruturas da personalidade e, particularmente, da memória. *Nessa comunhão dinâmica entre o homem e a casa, nessa rivalidade dinâmica entre a casa e o universo, estamos longe de qualquer referência às simples formas geométricas. A casa vivida não é uma caixa inerte* (Idem, p. 63). Isso pode ser explicado da seguinte forma: *a transposição para o humano ocorre de imediato, assim que encaramos a casa como um espaço de conforto e intimidade, como um espaço que deve condensar e defender a intimidade* (Idem, p.64).

A metáfora parece se completar ainda mais quando são consideradas as características de uma casa que garante proteção e as características da velhice, que fazem com que se possa medir o universo com segurança: *Sua realidade inicial é visível e tangível. É feita de sólidos bem talhados, de vigas bem encaixadas. A linha reta predomina. O fio de prumo deixou-lhe a marca de sua sabedoria, de seu equilíbrio* (Idem, p.63).

A morada, para produzir seus efeitos benéficos, não necessariamente deve ser rica ou muito pública. Os seus traços, firmezas e lembranças boas de construção são mais importantes que a aparente fortaleza externa:

*Morada pobre e secreta com ar de gravura antiga
Que só vive em mim e onde eu entro às vezes,
Sentando-me para esquecer o dia cinzento e a chuva.*

(Lafon, Idem, p.65)

Mas muito mais que uma proteção passageira, a casa serve como irradiação de oportunidades atuais. O universo humano já vivido potencializa também o cotidiano, enquanto capacita a tomada de decisões e enquanto oportuniza a vivência melhor da realidade, tanto no sentido afetivo como no sentido de sua interpretação. *Assim uma imensa casa cósmica existe potencialmente em todo sonho de casa. De seu centro irradiam-se os ventos e as gaivotas saem pela janelas. Uma casa tão dinâmica permite ao poeta habitar o universo. Ou, noutras palavras, o universo vem habitar sua casa* (Idem, p. 67).

Para elucidar melhor a relação da casa no espírito de um poeta com a intimidade que o envelhecimento pode produzir, pode-se trazer de Bachelard a seguinte anedota exemplar. Campenon comentava com o poeta Ducis sobre suas criações em torno da casa, quando este

pôs-se a rir e contou-me que desde sua juventude tinha desejado inutilmente possuir uma casa de campo com um jardimzinho e que agora, com a idade de setenta anos, resolvera dá-los de presente a si mesmo, com sua própria autoridade de poeta e sem nenhuma despesa. Começara por ter a casa, depois, aumentando o gosto pela posse, acrescentara o jardim, o pomar, o bosque etc. Um honesto e bom provinciano, tendo lido nos jornais alguns textos em que ele canta sua pequena propriedade, escrevera, oferecendo-lhe seus préstimos de administrador e pedindo apenas o alojamento e os honorários que ele julgasse convenientes (Idem, p. 75).

Assim pode ser a casa da velhice quando, com cuidados, ela for qualificada: pode ser uma bênção para quem a inventa e para todos que nela queiram morar.

Não menos eloqüente é a metáfora da imensidão íntima de Bachelard e de sua intersecção com a *sabedoria* possível na terceira idade. Para elucidar a *imensidão*, busca auxílio em Baudelaire :

Eu me sentia liberto dos vínculos da gravidade e reencontrava pela lembrança a extraordinária volúpia que circula nos lugares altos. De modo que eu me pintava involuntariamente o estado delicioso de um homem tomado por um grande devaneio, numa solidão absoluta, mas uma solidão com um imenso horizonte e uma larga luz difusa; a imensidão sem outro cenário além dela própria. e esta: num sentimento de êxtase dissolve e absorve, de certa forma, o mundo sensível (Idem, p. 199).

Isso significa que a mente sobrepõe-se à realidade, transformando-a e nela engendrando seus significados. Estes, pela representação esquemática de todas as realidades idênticas, conferem seu poder de interpretação potencializando o sujeito, do entendimento para o sentimento de comunhão, variável de acordo com o que já experimentou. As relações resultantes do entendimento e dos sentimentos potencializam a vontade, daí emergindo as ações que podem ser mais ou menos interessantes para quem as pratica como para quem convive com o sujeito das representações.

Enquanto Bachelard traz esses elementos de sua *Poética do Espaço*, Bergson, (1990), em *Matéria e Memória*, traz elementos para uma possível verificação científica sobre o mesmo tema: *Em suma, a memória sob estas duas formas, enquanto encobre com uma camada de lembranças um fundo de percepção imediata, e também enquanto ela contrai uma multiplicidade de momentos, constitui a principal contribuição da consciência individual na percepção, o lado subjetivo do nosso conhecimento das coisas (p.23).*

O universo das relações possui sua grandeza na medida em que se aprofunda no sujeito a imensidade das possibilidades interpretativas, o que é fruto da atenção à vida e das oportunidades da educação permanente. Em ambos os casos, a história do desenvolvimento pessoal e as mediações culturais são imprescindíveis, ou melhor, as responsabilidades do sujeito e da educação se confundem.

As operações diante da realidade, favorecidas pelas etapas anteriores bem-sucedidas, se estabelecem na própria vida, o que vai além das imediatas pressões das circunstâncias e das instituições. O julgamento de uma avó sobre a gravidez de sua neta pode ser mais compreensivo e melhor medido do que aquele da mãe da menina grávida: a primeira move-se pela experiência, avaliação e atenção à vida; a mãe, pelas razões dos pré-juízos institucionais. Nesse sentido, a imensidão íntima tem a condição de abstrair todas as necessidades imediatas dos acontecimentos e ver, pela abstração das representações, os

valores essenciais. Esse volume de massa crítica permite aos mais velhos, escolarizados ou não, mas sempre vivos, dizer sua opinião bem construída. E esse conhecimento pode estar vivamente pronunciado pelo encantamento. Bachelard aprofunda com Rilke esta questão:

Parece, então, que é por sua imensidão que os dois espaços tornam-se consoantes - o espaço da intimidade e o espaço do mundo. Quando a grande solidão do homem se aprofunda, as duas imensidões se tocam, se confundem. Numa carta, Rilke, se inclina com toda sua alma para "esta solidão ilimitada que faz de cada dia uma vida, essa comunhão com o universo, o espaço numa palavra, o espaço invisível que entretanto o homem pode habitar e que o cerca de inúmeras presenças" (Bachelard, 1993, p.207).

A memória ativa, trazendo o passado todo e aprofundando por ele todo o presente, pode conceder saudades, mas sua virtude construtiva não reside aí. A sabedoria aprofunda a interpretação do presente com suas realidades medidas à luz da energia e competência de todas as compreensões obtidas e que, resumidamente, se estendem sobre o que presentemente se celebra na vida. O potencial humano se aprofunda, e a imensidão da *sabedoria* é capaz de delinear compreensões, desejos e ações sob um ponto de vista aperfeiçoado, o que é concedido pelas funções superiores da mente. A atividade intelectual - fragilizados os sentidos - tem na memória o seu potencial para regular o processo adaptativo e realizar sua auto-regulação pelo princípio da modificabilidade.

Parece ser acertada a preocupação de Eclea Bosi (1987), em *Memória e Sociedade*, quando contrapõe à memória pura a memória elaborada, principalmente pelas demandas das exigências culturais.

O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado... A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que agora estão à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual (Idem, p. 17).

Nesta proposta, a memória pessoal é antes de mais nada, memória social: o presente imprime sua coação, assim como o passado o faz, surgindo, desta forma, a construção das intuições e percepções. A imensidão - sem metáfora - da *sabedoria*, associada à *intimidade*, tanto depende da riqueza de dados internalizados como da representatividade e expressividade do sujeito em seu meio.

Do que foi colocado, pode emanar a qualidade da identidade existencial, a qual detém o poder pessoal de ser uma organização viva e ordenadora das realidades que se pode construir, apreciar e impor sobre a vida.

Essas afirmações perdem sua importância, se não há uma ética que possa abrigar em todas as instâncias sociais o ser humano que envelhece. O Ocidente sistematizou formas severas de exclusão; a hegemonia dos adultos e seus efeitos excludentes inibiram a formação de uma identidade mais expressiva no envelhecimento. Parece ter chegado o tempo, então, de se pôr em evidência a prudência ética, o conhecimento, concedendo melhor expressividade para a população que envelhece, o que pode facilitar a concessão de um sentido para a vida.

5 - O POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO E O SENTIDO NA VIDA

Sartre dizia que “somos o que elegemos”, ou melhor, como avalia Heidegger: somos um ser aí mais que um feixe de motivações ocultas que guiam o homem como a um marionete. O poder da decisão revela o poder da invenção humana, e o prazer de sua criação pode torná-lo apto a praticar sua humanidade. Se é verdade que a libido sofre de uma diminuição em sua origem biológica, também pode ser verdade que a eleição de motivações culturais, simbolicamente construídas, o leve a um parâmetro educacional que lhe revele uma satisfação maior que o mero exercício sobre objetos de natureza biológica.

A atribuição de excelência humana apenas aos que estão na plenitude do poder orgástico, ou que se afirmam produtivamente, pode ser injusta se avaliarmos a possibilidade de o homem eleger objetos a quem atribua significados pessoais e valores que o satisfaçam. A concentração exclusiva em objetos de demandas biológicas ou em aprendizagens sociais da tradição limita as possibilidades cognitivas e afetivas da velhice. As mediações éticas e

culturais podem contribuir para transcender os limites das privações e das interpretações da razão instrumental e das ciências naturais .

Não se pretende negar a dimensão parcialmente determinista dos condicionamentos e das pulsões biológicas, muito menos desmerecê-las; apenas entende-se que não se pode esgotar o ser humano nas narrativas de origem biológica ou exclusivamente naquelas dadas pela história. *Quanto mais se formulem as forças ou impulsos de maneira absoluta e completa, tanto mais se estará falando de abstrações e não do ser humano existente* (May, 1993, p. 17).

Em outras palavras, a liberdade de pensar e de estabelecer significados, a aventura de recorrer à própria vontade, o prazer intenso da compreensão de si na vigência da reciprocidade, produções de valores pós-convencionais podem definir o ser humano que envelhece mais que perdas, como as funções de produção e reprodução. O potencial humano pode obter novos enfoques a partir dos ajustes internos, realizados pelo processo de desenvolvimento maduro e manifestos pela sabedoria e intimidade. As mediações biológicas e sociais podem ser determinantes, mas, à força dos exercícios pessoais e sociais, pode o indivíduo constituir-se em mediador eficiente de seu desenvolvimento pela compreensão de sua presença humana, de suas habilidades intelectuais e afetivas e de seu significado.

Binswanger, em Rollo May afirma ... *pois ser um homem não implica meramente ser uma criatura engendrada por uma vida mortal, presa, exaltada ou deprimida por ela; significa ser um ser que enfrenta seu próprio destino e o da humanidade, um ser que se decide, ou seja um ser que assume a própria situação* (Idem, p. 33).

A decisão de assumir os pressupostos existencialistas de explicações da personalidade estabelece a flexibilização de sua compreensão. Assim, Binswanger aponta Freud como aquele que tem aprofundado a compreensão da natureza humana, não esgotando, no entanto, sua realidade.

A psicologia existencial pretende ampliar a dinâmica da vida humana, focalizando a liberdade e a responsabilidade de oferecer ao ser humano todas as alternativas constituidoras da personalidade. Isso significa que a razão pode estabelecer motivações ou, em outras palavras, pode haver um potencial de desenvolvimento a ser obtido a partir da vontade e da compreensão pessoal ou proposições coletivas.

Disso resulta a possibilidade de os mais velhos, pela experiência e intimidade com a vida obtidas nas oportunidades culturais, poderem estabelecer valores e investir nos objetos de suas aspirações. O exercício da construção humana tem sido inibido principalmente por causa das limitações culturais. A fragilidade dos costumes sociais, motivada pela carência cultural em torno da longevidade, inibe a participação social dos mais velhos e, concomitantemente, o potencial de desenvolvimento dos processos mentais superiores, tornando inúteis as virtudes da sabedoria e da intimidade. Assim, a vontade e a inteligência, como resultados também de formação social da mente, ficam afetadas; as imagens, os movimentos, a tonalidade afetiva e os processos de percepção, elaboração lógica e criação deixam os mais velhos sem condições de cooperar. Nisso consiste a principal característica do processo de desumanização na terceira idade. A sabedoria e a intimidade ficam sem objetos mediadores.

A crise de identidade na terceira idade, portanto, consiste em não haver meios substanciais na tradição da cultura e da sociedade para o exercício da expressividade. As perdas do sentido social da vida, pela aposentadoria ou pelo esvaziamento das formas tradicionais da prática da *intimidade*, deixam os mais velhos desorientados e, em conseqüência, sem as mediações sociais relevantes para as práticas do potencial da *sabedoria* e da *intimidade*. Surge, então, a síndrome das angústias reveladas pelos sujeitos da pesquisa de Ecléa Bosi (1987), e elucidativamente expressas na frase de um dos seus interlocutores:

*A mão trêmula é incapaz
de ensinar o aprendido (p. 38).*

Neste texto a autora refere a inadaptação dos mais velhos, apontando para a renovação da política educacional: *Sobre a inadaptação dos velhos, conviria meditar que nossas faculdades, para continuarem vivas, dependem de nossa atenção à vida, de nosso interesse pelas coisas, enfim, depende de um projeto. De que projeto o velho participa agora?* (Idem, *ibidem*).

A falta de objetivação da *sabedoria* e da *intimidade* desestabiliza as funções mentais superiores; por conseqüência, o potencial de desenvolvimento, sem as mediações, torna-se empobrecido.

A lógica da educação Ocidental desenvolveu dispositivos em torno da razão instrumental, empobrecendo os critérios de validade, principalmente aqueles voltados para a expressão da identidade. O que dizer, então, da imposição feita aos mais velhos e, o pior, de como esses assumem a determinação cultural e as relações sociais?

A razão comunicativa mediada pelo mundo-da-vida suscita uma nova ordem de compreensão para a verdade, para a justiça e para a expressividade dos indivíduos. A proposta da teoria da ação comunicativa contempla a possibilidade de uma nova construção social amadurecida pelo conhecimento argumentado, pelas relações sociais justificadas e pela expressividade dos indivíduos. O conhecimento e a ética do discurso tornam-se completos à medida que o potencial humano pode expressar-se permanentemente.

A visão comunicativa não pergunta pela idade para, depois, avaliar o que pode ser feito ou não, mas dá vazão à própria vida, empenhando-se com o sentimento, com a vontade própria e com a razão nas formas que se potencializam no curso da vida. Isso quer dizer que o envelhecimento não pode sofrer as reservas da tradição carregada de convenções construídas pela lógica instrumental ou apenas pelo pensamento pré-convencional ou convencional.

Assim, pode-se dizer que a vida não pode encaixar-se em avaliações precipitadas; o poder de transcendência da condição humana pode ir além da afirmação convencional; a ciência e a ética podem expressar a dimensão singular e permitir a liberdade de ser na longevidade, com seus potenciais específicos. O investimento na qualidade das oportunidades intelectuais e afetivas curricularmente mediadas pode ampliar as direções éticas no envelhecimento. Desse modo, revela-se que o sentido para a vida pode ser uma questão de uma construção da linguagem; portanto, as convenções podem ser substituídas por elaborações proferidas solidariamente através da comunicação. Nisso o Estado e a universidade têm, na atualidade, uma responsabilidade vital.

5.1 - Para além das categorias tradicionais: o passado como sabedoria e intimidade em busca de significados

O passado não se constitui somente no registro da história pessoal, é a substância humana conquistada, facultando o enriquecimento intelectual e afetivo, exigindo, porém, mediações para a constituição de significados para a vida. A realidade humana do passado densifica o presente e dá garantias de que as funções mentais superiores, pela abstração de dados menos relevantes, podem aperfeiçoar-se em níveis alcançados pela *sabedoria* e pela *intimidade*. A qualidade de pensar não se torna, dessa maneira, apenas remissiva, mas também criativa.

A experiência humana é mais que uma realização passageira. Para tanto, parece importante não somente olhar o tempo como um futuro possivelmente produtivo, mas olhá-lo em seu passado como uma fonte de reelaboração da vida³.

Frankl (1989), aprofunda mais a questão sobre o otimismo do passado quando fala:

Esta, portanto, é a razão pela qual tudo é transitório: tudo é passageiro porque tudo foge da nulidade do futuro para a segurança do passado! É como se cada coisa estivesse dominada por aquilo que os físicos antigos chamavam de horror vacui, o medo do vazio: é por isso que tudo vai correndo do futuro para o passado, do vazio do futuro para a existência do passado. É a razão pela qual há uma congestão na "passagem estreita e na abertura do presente", porque ali todas as coisas são detidas e se atropelam, esperando ser libertadas - como um evento que se faz passado, ou como uma de nossas criações e ações, admitidas por nós na eternidade. O presente é a fronteira entre a não-realidade do futuro e a realidade eterna do passado (p. 101).

³ Num diálogo elucidativo, Frankl (1989), apresenta a importância do tempo conquistado ao conversar com uma senhora entristecida com sua doença terminal e que lhe punha dúvidas sobre o sentido de sua vida: Frankl - A senhora falou de algumas experiências maravilhosas, mas tudo isso está acabando, não é?

Senhora - Sim, tudo acaba...

Frankl - Bem, a senhora pensa que as coisas maravilhosas de sua vida podem transformar-se em nada?

Senhora - (pensativa) Todas essas coisas maravilhosas...

Frankl - Mas, diga-me, a senhora acredita que alguém possa aniquilar a felicidade que a senhora sentiu? Pode alguém apagar isso?

Senhora - Não, ninguém pode apagar isso!

Frankl - Ou que alguém possa apagar a bondade que a senhora encontrou em sua vida?

Senhora - Não, ninguém pode apagar isso (p. 98).

Parece-nos que os projetos de vida e os exercícios cotidianos para o seu cumprimento podem capacitar o idoso a ter a sua vontade e a sua consciência consistentes, tornando o seu passado mais frutífero e o seu futuro mais promissor e conferindo à sua existência um maior grau de liberdade.

5.2 - As alternativas pedagógicas frente à longevidade: flexibilização do sentido na vida

A flexibilização do significado da vida vincula-se também à flexibilização dos valores. Muitas vezes, no processo de desenvolvimento, aquilo que era fundo passa a ser figura e aquilo que era figura passa a ser fundo. A flexibilização pode acontecer pela conquista de novas zonas de desenvolvimento real.

Aqui se aventa a possibilidade de a pessoa ou grupos próximos decidirem um novo encaminhamento de alternativas de outorgas e hábitos pessoais, grupais e sociais carregados de sentido na vida. Nisso o Estado, mediado pela sociedade civil, e os avanços do conhecimento em torno da vida podem suscitar novas oportunidades de inserção social.

As instâncias biopsicossociais do existir humano podem ser ressignificadas, tendo-se em consideração a competência pessoal e comunitária na criação de significados. É nesse sentido que Frankl propõe a vocação para a transcendência, isto é, todo o ser humano carece de um objeto denso de motivos que não se esgota nas instâncias emergenciais das necessidades biológicas. Há uma vocação para a espiritualidade, um chamamento para um sentido que orienta para projetos que aglutinam os desejos numa convergência de significação simbólica. Naturalmente que as razões de ordem física, psíquica ou social podem objetivar um sentido, mas o que se quer dizer é que o sentido da vida possui a característica da flexibilidade: em certos momentos, satisfaz *do que viver* para, logo ali adiante, satisfeitos os meios da sobrevivência, criar-se um vazio existencial onde o *para que viver* assume um papel determinante. E, enquanto não se derem razões substanciais que transcendam as exigências circunstanciais, a pessoa poderá ter a sensação de estar perdida.

O que parece acontecer com o envelhecimento é que as razões físicas (as demandas biológicas da libido) estão diminuídas e, quase sempre, as sociais são retiradas ou por

força da tradição ou por força da aceitação passiva de papéis irrelevantes ou, mesmo, pela aceitação depressiva de perda total de significado social. Assim, aquilo que possuía sentido, por determinação enfática da natureza ou por determinação da tradição, deixa de animar os mais velhos, que, desse modo se sentem desorientados. Advém, da longevidade, portanto, a necessidade de conquistar-se urgentemente a continuidade das disposições motivacionais e das funções interessantes através das quais os mais velhos possam ter a certeza de concentrar suas intenções, de nelas realizar a construção das funções mentais superiores e delas tirar satisfação.

A vida humana, não importa a idade, carece de intenções orientadoras e suficientemente capazes de fazê-la ordenar-se em torno de seu espaço vital, dado por um projeto escolhido ou determinado pela tradição. Isso significa que os objetos da intenção variam de pessoa para pessoa e de cultura para cultura.

Ao finalizar a questão da busca da transcendência, enfatiza-se que *o homem só pode realizar-se de fato na medida em que ele esquece de si mesmo, em que ele, como o olho, não se vê. Numa palavra, a auto-realização só é possível a preço da auto-transcendência* (Frankl, 1990, p. 30).

Essas motivações para a transcendência, carecem de objetos pelos quais se revela a intimidade e a sabedoria e não estão necessariamente condicionadas a determinadas formas de cultura.

Nós vivemos numa época de automação instituída, e ela oferece um tempo cada vez maior de lazer. Mas o homem não sabe o que fazer com ele. Não apenas as horas de lazer mas também a velhice colocam ao homem a questão de como ele deve preencher o seu tempo: também o aumento da expectativa de vida da população confronta o homem, em geral repentinamente afastado de sua atividade profissional, com o vácuo existencial (Frankl, 1991, p. 70).

Frente a esse vácuo existencial, os mais velhos sofrem, principalmente, do carecimento básico de sentido da vida. *Não se trata de darmos ao paciente um sentido da existência, mas apenas de o tornarmos capaz de descobrir o sentido da existência, de ampliarmos, por assim dizer, o seu campo de visão, de forma que ele perceba o espectro completo de possibilidades de sentido e valores pessoais e concretos* (Idem, ibidem, p. 72).

Esses, na proposição de Frankl, podem ser construídos por três caminhos diferentes assim percebidos:

Uma análise fenomenológica da experiência direta não adulterada que podemos verificar no simples homem comum e que somente ainda precisamos traduzir em terminologia científica, revelaria que o ser humano não só busca um sentido - mercê de sua vontade de sentido - mas o encontra, e isto por três vias. Em primeiro lugar vê um sentido em fazer ou criar alguma coisa. Além disso vê um sentido em experimentar alguma coisa, amar alguém; mas também na situação sem esperança na qual nada mais pode fazer, eventualmente também verá um sentido (Frankl, 1992, p.71).

Assim, podemos definir três dimensões de realização do ser humano: o trabalho - o amor - e a esperança que transcende o insucesso.

Em todos os tempos, o homem buscou sua transcendência, e as pessoas que cultivaram, de fato, essa dimensão constituem a prova de realização humana (Frankl, 1990, cap. IV). Os objetos de realização da transcendência, via de regra, são causas que protagonizam a realização pessoal, elevando a pessoa para além de sua individualidade, de seu sofrimento e, mesmo, de sua própria morte. Se, por um lado, o envelhecimento leva o organismo a uma maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos, que terminam por conduzi-lo à morte, de outro, os mais velhos têm a liberdade de encontrar um sentido especial na vida ou pelas obras que podem realizar, pela vivência encantadora que podem ter na vida e, mesmo, pela orientação transcendental que pode ser impressa às suas vidas em situações de extremo limite (Frankl, 1990, p. 50).

Parece importante, portanto, argumentar sobre as exigências de a pessoa e a sociedade investirem recursos de toda ordem no sentido de concederem orientações e funções aos mais velhos para que a instância do desenvolvimento real da sabedoria e da intimidade possa torná-los expressivos⁴.

⁴ Ouvia de um dos velhos com quem convivi em meu trabalho uma metáfora esclarecedora sobre o fio condutor do sentido na vida: "Pois que começar a morar na casa da velhice é como ter que matar o monstro em casa estranha. Como Teseu, favorecido por Ariadne, ato em meus pés uma direção para não me perder nos inconvenientes labirintos e que, a princípio, não conduzem à saída nenhuma. Mais do que a vontade das instituições que agora são os deuses, decifro meu próprio caminho e busco surpreender o monstro a que transformaram a minha velhice. Muito mais, assim julgo, salvou-se Teseu, por ter uma saída garantida presa a seus pés, que pela valentia e competência em destruir o monstro."

Há uma certeza cada vez maior nos meios científicos sobre as causas afetivas na determinação da saúde humana, a qual resulta da qualidade dos laços sociais. Pessoas solitárias e desorientadas parecem estar mais vulneráveis às agressões físicas, o que é salientado por Frankl (1990), quando diz: *Aparentemente a expressão 'valor de sobrevivência' que a psicologia moderna cunhou vai ao encontro da vontade de sentido. Não foi menos importante lição que eu pude levar para casa de Auschwitz e Dachau: que os mais capazes, inclusive de sobreviver a tais situações-limite, eram os direcionados para o futuro, para algo ou alguém que os esperava* (p. 34).

Enquanto aos animais é dado pelos instintos ou pelos condicionamentos o sentido de orientação, ao homem é dado pela consciência e pela linguagem. Diz Frankl (1990), que esta vontade de sentido está *tão arraigada na condição humana, que nós não podemos nos abster de 'procurar sentido' até que nós criamos tê-lo encontrado* (p. 55).

Assim como nas bases da natureza pode ser vista uma finalidade em tudo, um sentido teleológico e solidário, também o ser humano se consorcia a esta lei de estar sempre carente de sua própria teleologia.

Pelo fato de a categoria populacional dos mais velhos ser nova, são poucos os costumes relativos às opções de objetos de paixão com as quais podem avançar com seu potencial de sabedoria e de intimidade. A tradição cultural e social, portanto, não está suficientemente preparada para oferecer outorgas satisfatórias aos mais velhos. Isso significa que a conquista do envelhecimento traz consigo um desafio para quem quiser buscar alternativas vigorosas para levar adiante sua vida. Disso resulta a responsabilidade do Estado e da universidade.

Se é verdade que todas as instituições e, nelas, os conteúdos e as formas de valor são decisões humanas, então, é possível inventar ensaios de novos costumes, tanto em conteúdos como nas formas de sua expressão. Essa direção do olhar possui implicações de toda ordem.

É conveniente, portanto, que antes do abandono de tarefas da razão social, já outras comecem a ser experimentadas para que, na aposentadoria, não estejam reservados desgastes severos pelo esvaziamento da identidade. Nesse sentido, podem as escolas repensar seu currículo tendo um novo perfil humano a ser delineado pelas internalizações de

recursos mediadas por exercícios que vão além da ordem da lógica instrumental. O espaço do poder disciplinar, concentrado na escola e na família, pode oferecer novos discursos, consensualmente buscados e mediados pelo mundo-da-vida.

Finalizando o capítulo, pode-se pontuar que o discurso advocatoriamente construído apresenta a possibilidade de tornar visível uma zona de desenvolvimento que necessita de expressão.

O Ocidente, em razão da novidade do envelhecimento populacional, avaliada na introdução, e da hegemonia tradicional da primeira e da segunda idade da vida adulta, não desenvolve um acervo de oportunidades durante a vida, nem na emergência do envelhecimento, tornando inexpressiva a construção da identidade no processo tardio da vida adulta. Parecem consistentes os atos de fala do discurso, que afirmam a possibilidade de os indivíduos e as comunidades possuírem seu poder crítico para resolverem os impasses tradicionais da cultura e da sociedade, emancipando os mais velhos da obscuridade e das formas empobrecidas de inserção social. Se é verdade que os discursos culturais possuem poderes de descentrar direções, então, com a proposição vigorosa de argumentos em favor de verdades e de justificativas para uma ética expressiva em todas as idades, pode-se chegar a estratégias consistentes de interpretações renovadas e ampliadoras de identidades existenciais. A aplicação de novos discursos contém, em si, o potencial de constantes e renovados argumentos. A proposta de Habermas, enquanto aponta para novos acordos sociais em torno dos potenciais de protesto, possibilita, por meio dos vetores do conhecimento e de reordenamentos sociais, que se atinja uma gramática e uma pragmática de vida com novos entendimentos. Isso pode ser favorecido pelas mediações do Estado e da universidade.

Propõe-se, também, que pode haver, pelas mediações culturais e sociais, um processo de desenvolvimento no qual despertam a *sabedoria* e a *intimidade*, as quais facultam ao indivíduo idoso um *sentido na vida*. Isso enseja uma compreensão positiva de todo o ciclo de vida. Segundo Baltes e Smith (1995), a *sabedoria* é *caracterizada como conhecimento especializado envolvendo julgamento e aconselhamento excelentes no domínio da pragmática fundamental da vida* (p.51); a *intimidade*, caracterizada como aumento da proximidade emocional em relacionamentos significativos *através da vida adulta, mesmo quando as taxas de interação diminuem* (Idem, p. 120), isto é, as constantes internalizações das representações com os respectivos significados afetivos e

disposições para a ação se despojam de suas necessidades particulares, se generalizam e se revelam nas realidades posteriores, onde renascem. As possibilidades de as conquistas do desenvolvimento se manifestarem positivas dependem de correlações de situações existenciais durante a vida, conforme se apresenta no Quadro 3.

No capítulo, a casa e a imensidão são apresentadas como metáfora para elucidação da *intimidade e da sabedoria* respectivamente. O estudo realizado conduz a uma forma compreensiva mais nítida dos eventos afetivos e cognitivos emergentes na velhice, entendendo-se que a arte se aproxima da ciência e a complementa. No processo comunicativo, a expressividade perfaz uma totalidade na interface que realiza com a justiça e o conhecimento.

O potencial existencial da identidade, identificado com as categorias da *intimidade e sabedoria*, poderá ser objetivado eficazmente em objetos de paixão, os quais, por sua vez, são capazes de promover *um sentido na vida*. Deduz-se disso que a falta de objetivação da *sabedoria e da intimidade* pode desestabilizar as funções mentais superiores; por consequência, o potencial de desenvolvimento, sem as mediações, torna-se empobrecido.

CAPÍTULO III

MEDIAÇÕES DO ESTADO E DA UNIVERSIDADE FACE A LONGEVIDADE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Reafirma-se o que foi proposto no primeiro capítulo: a cultura, a sociedade e a educação constituintes e constituidoras da identidade humana, também no envelhecimento constituem o espaço vital que, muitas vezes, é estrangido pelo sistema, preocupado com os resultados da produção e não com a vida. Esta investigação aproxima-se da razão comunicativa, pois vê nela uma forma de pensar ainda não esgotada. Tanto o conhecimento como a ética podem ser aperfeiçoados por um discurso de antecipação histórica em que se aproximam a razão comunicativa da razão instrumental, probabilizando-se um discurso coerente com a dignidade humana e com a racionalidade.

O Estado e a universidade podem estar atentos e suscitar, pelas leis e políticas e pelas conquistas do conhecimento, oportunidades de acesso a um perfil mais desejado pelas pessoas quando envelhecem. O potencial de desenvolvimento pode ser ampliado pela renovação das interpretações culturais e pela moral, estimulando-se o *sentido na vida* a se revelar em expressões diferenciadas.

Conforme indicam as interpretações dadas a Vygotsky e a Frankl, é necessário que as providências éticas sejam mediadoras da identidade existencial dos mais velhos por meio de recursos institucionais.

Ressalta-se, desse modo, que o Estado e a universidade constituem-se em mediadores qualificados para as proposições de uma identidade humana que rompa com as formas tradicionais de entendimento sobre o desenvolvimento. A suposição inicial é de que o Estado pode ser mais determinadamente constituído por interesses trazidos pela

sociedade civil e de que a universidade pode ser um espaço mediador entre as exigências privadas e as decisões públicas. Nesses contextos e nas referências dos idosos, a universidade pode construir conhecimentos e não somente corporificar em suas investigações aqueles dados constituintes de uma realidade imposta pelos interesses do sistema. A linguagem é, então, o parâmetro de verdade a se expressar em experimentações e nos proferimentos a serem convencionados.

Em seqüência, propõem-se idéias sobre o assédio necessário da sociedade civil junto ao Estado, para que incorpore as coisas dos mais velhos, e sobre a oportunidade de a universidade construir e incorporar um conhecimento em suas pesquisas, nos serviços e no currículo, tendo uma política na qual se aprofunde a identidade dos mais velhos e as formas de expressá-la.

1 - O ESTADO: UM LUGAR DOS MAIS VELHOS

Para iniciar este estudo, é necessário que se faça uma distinção entre nação e Estado. O Estado representa o conjunto daqueles que *estão* no poder (*stande*: alemão, *stare*: latim) de uma nação e *estão*, de direito e de fato, autorizados a controlar os destinos econômicos e sociais; por consequência, em condições de criar leis e de fazê-las cumprir a ponto de constrangerem os indivíduos.

A história registra um processo de conquistas com o propósito de o Estado, de fato, representar a vontade da maioria; contudo mesmo o Estado constitucional apresenta dificuldades em representar a maioria, pois os espaços das leis e costumes estão ocupados pelas hegemonias.

Até a Revolução Francesa, o rei constituía, de direito e de fato, o Estado. Com o Parlamento representativo da nação, foi estabelecido um novo parâmetro de opinião e de vontade, passando a nação a ser entendida como comunidades de pessoas com a mesma ascendência, as quais podem inicialmente não estar vinculadas a um Estado, mas *reunidas por vínculos comuns de moradia, língua, costumes e tradições* (Habermas, 1995, p. 89). Mais recentemente, têm-se acentuado formas alternativas de participação no Estado.

Os movimentos civis organizados em torno de suas necessidades podem deflagrar poder de organização e de pressão para que sejam legalmente reconhecidos e façam parte

das representações sociais e públicas, com isso satisfazendo os desejos coletivamente tidos como desejáveis. A vigência da comunicação para o fomento do mundo-da-vida - para que sejam efetivamente democratizadas as relações de poder das pessoas - não pode acontecer somente no reconhecimento público em forma de leis ou de financiamentos de projetos em implantação, mas o processo comunicativo deve ser assimilado pelo cotidiano da ética de uma sociedade. Bobbio entende a questão da seguinte maneira:

Uma vez conquistado o direito a participação política, o cidadão das democracias mais avançadas tem se conscientizado que a esfera política por sua vez está incluída numa esfera mais ampla, a esfera da sociedade em seu conjunto, e que não tem decisão política que não esteja condicionada ou até determinada por aquilo que sucede na sociedade civil, e por isso uma coisa é a democratização da direção política, o que aconteceu com a instauração dos parlamentos, e outra coisa é a democratização da sociedade. Isto significa que pode haver um Estado democrático em uma sociedade na qual a maior parte de suas instituições, a família, a escola, a empresa, os serviços públicos, não tenham uma orientação democrática (1992, p. 219-220).

Como parece ter se esgotado o universo das energias utópicas previamente definidas, ou seja daqueles projetos idealizados por conta de convicções religiosas ou materialistas, sem a presença do diálogo edificante, parece ter chegado o tempo de o Estado promover uma constante revisão das políticas sociais. Estes, por suas vez, são suscitados de acordo com as mudanças, fruto de acontecimentos nem sempre previstos ou desejados. Aí é que se propõe o exercício da justiça, realizada por interlocutores que se apresentam com justificativas nas suas reivindicações. No presente discurso, quer-se afirmar a promoção de uma ordem pública e civil com uma presença mais expressiva dos mais velhos nas direções de suas necessidades, portanto com uma gestão social alinhada em consequência desses protestos.

Os discursos (conhecimento e ética) e as estratégias (política) para o exercício de uma presença biopsicossocial dos mais velhos não se estabelecem, no entanto, sem a consciência da força inercial. Somente à força de decisivos, constantes e convincentes discursos e estratégias dos interlocutores interessados, as instituições civis e o Estado flexibilizarão suas representações legais, suas formulações éticas, para que se tornem possíveis as construções físicas, psicológicas e sociais dos mais velhos.

1.1 - Os movimentos civis como lugar da ética de um estado com políticas sociais para o envelhecimento.

A metáfora do estrangeiro aplicada ao velho parece ser muito contundente. Jabès em Chambers (1995), descreve sua própria situação: *Então me dei conta de que o estrangeiro, em sua vulnerabilidade, só pode contar com a hospitalidade que os outros podiam oferecer-lhe* (p. 13).

A figura do exilado é uma analogia pertinente no caso dos mais velhos. Em sua própria pátria, eles se vêem despossuídos das coisas familiares, muitas vezes da intimidade de sua casa, dos amigos e dos objetos de paixão necessários à consistência de sua personalidade.

A educação centrada na vida adulta produtiva, com seu universo de expectativas na construção da identidade, torna o sujeito envelhecido incapaz de perceber-se à vontade em seu próprio ambiente. Em consequência, desarraigado de suas fontes históricas de saber, amar e fazer, ele se sente perdido. O exílio, porém, ao mesmo tempo em que pode sugerir abandono, pode suscitar novos investimentos. O *sentido na vida*, a despeito da *sabedoria* e da *intimidade*, pode se ver reduzido ao azar do próprio sujeito, uma vez que as tarefas outorgadas foram dadas como concluídas. O problema da população envelhecida, portanto, reside em não se lhe dar, nem pelas internalizações do aprendizado, nem pelas oportunidades presentes, condições para a sugestiva presença.

Nesta investigação, defende-se a idéia de que o Estado e a universidade, são lugares de constituição de identidades para os mais velhos: no primeiro são avaliados caminhos na constituição do sujeito dentro da sociedade e no segundo, caminhos na constituição do sujeito dentro da cultura. Isto nos leva ao pensamento de Chandra Mohanty, que aponta para uma interminável viagem *entre culturas, linguagens e complexas configurações de significado e poder* (Idem, p. 28). O que se busca problematizar é o espaço social e cultural reservado aos mais velhos, que pode ser feito pela formação da consciência pública e universitária para a negociação de novas linguagens no conhecimento e na ética; o que se defende é que se tenha, na virada demográfica, uma oportunidade e não um peso incompreensível.

Ao Estado, como lugar oficial dos encaminhamentos daqueles que se sentem ameaçados e querem ocupar oportunidades transformadas em costumes, cabe a tarefa de

abrigar em suas leis e em suas instituições oportunidades de construção da identidade existencial para os mais velhos.

O fundamento normativo da proposta de Heidegger coincide com a visão de uma proposição ética comunicativa. A proposição do filósofo não se orienta no sentido de que se dêem respostas consensuais, mas para a existência do ser enquanto capaz de ser representado não mais em regimes permanentes de um ente com palavras repetidas e, sim, em palavras que devem ser constantemente quebradas. Isto significa que o ser-aí, que é o homem, não seja capturado em sua presença, mas consiga ser em novas representações.

Em Habermas, a história da construção política não se faz apenas de preocupações ou do fato de o homem estar jogado no mundo e aberto às circunstâncias do tempo. Entende Habermas que os discursos justificados coletivamente devem resolver os destinos daqueles que estão esquecidos pelo Estado ou pela sociedade civil. Assim, a linguagem não se torna apenas um meio de comunicação, mas de construção social. Entende-se que discursos bem-feitos e solidários podem convencer o Estado a acolher os mais velhos em leis e instituições interpretadoras das suas necessidades, produzindo elaborações contextualizadas de uma identidade expressiva.

Os velhos estão com seus patrimônios históricos desmanchados, em processo de viagem; sentem-se sem habilidades ou virtudes a serem desenvolvidas, sem reconhecimentos. A sensação de estranheza torna-os preocupados e, possivelmente, deprimidos com as perdas e com a insegurança de se sentirem estrangeiros em lugares desconhecidos. As suposições teóricas apontam para a possível bagagem de um tropeiro que vem chegando, cheio de contribuições para o desenvolvimento de uma região que é de fronteira; ele pode tornar-se um sábio e, pela intimidade, ser capaz de oferecer suas escolhas prudentemente decididas. Isso significa que uma nova proposição coletiva deve ser construída sobre a novidade daquele que chega. A interpretação moral e sua aplicação podem ensejar a realização da longevidade desde que os mais velhos tenham indicações sobre seus comportamentos.

Para isso o Estado e a sociedade civil devem constituir-se no espaço possível, onde os mais velhos possam pisar com confiança e merecer o reconhecimento pela presença.

De outra parte, Gadamer (1977), indicando Aristóteles, afirma: *por educação e exercício ele (o homem) deve ter desenvolvido uma determinada atitude em si mesmo, e*

seu empenho constante deve ser, mantê-la ao longo de situações concretas de sua vida e avaliá-la como um comportamento correto (p. 385). Dessa maneira, o homem que envelhece não se sente desconfortado por não saber interpretar a sua realidade, nem a sociedade e o Estado se sentirão injustos por não saberem o que fazer com o viajante que está chegando.

Vale para o caso dizer que não se pode capturar a identidade humana no círculo da vida adulta produtiva, nem se pode esperar muito dos discursos até agora promulgados. O exercício ético se faz necessário para o velho, e bem antes de ele chegar à longevidade. A sociedade civil, como principal mediadora entre a longevidade e o Estado, é responsável pela realização de uma política social com sentido verdadeiro de justiça para todos.

Como já se referiu, o sistema concentrado em torno do dinheiro e do poder tem esquecido, no decurso da história, as questões do mundo-da-vida. Nem a sociedade, nem a cultura, nem a personalidade, na esteira dos acontecimentos, podem esperar muito das decisões do sistema; existe uma lógica burocrática e econômica que parece obedecer a destinos colonizadores das práticas e exigências da própria vida. Somente da solidariedade das pessoas pode-se esperar uma organizada e decidida direção para a proteção das emergências da vida. A veemência dos discursos solidários provenientes da sociedade civil pode demover o poder da inércia e, por conseqüência, promover discursos na economia e em suas relações. A sociedade civil constitui-se, portanto, no lugar privilegiado das mudanças, em outras palavras, a ética se faz em discursos apelativos e coercitivos provenientes daqueles que sentem a urgência de novos costumes em função da longevidade. Nesse sentido, Habermas aponta para a mesma responsabilidade social ao dizer:

Com a mudança republicana da soberania monárquica para a soberania popular, aqueles direitos conferidos de forma paternalista, transformaram-se em direitos humanos e civis. Esses direitos deviam garantir igualmente autonomia cívica e privada... O Estado constitucional é concebido como uma ordem política livremente estabelecida pela vontade do povo, de modo que os destinatários das normas legais podem, ao mesmo tempo, se reconhecerem como os autores da lei (1995, p. 92).

A nação, no instante em que toma consciência de seus costumes, torna-se promotora de sua vontade, o que não significa a ausência de lutas na ampliação da linguagem responsável pelos novos discursos. A comunidade civil organizada e intérprete

das novas pretensões é o único meio disponível de fazer o Estado ordenar, convencer e, mesmo, constranger as instituições e as pessoas a produzirem uma periodização que atenda com justiça aos apelos do novo perfil demográfico.

O discurso moral, portanto, é contingente e contextualizado às circunstâncias dos eventos sociais e às formas de seu existir. O envelhecimento humano, como fato social recente, reclama uma interpretação e se contextualiza de maneiras diferentes. A aplicação da interpretação do envelhecimento e da velhice pode reclamar interpretações diferentes caso se revele a justeza da interpretação das necessidades daqueles que se sentem estranhos em sua própria casa. O que se sugere é que os velhos possam se tornar, pelas habilidades criadas e pelas proposições sociais, capazes de andar de um lugar para outro, livres da sensação de serem inoportunos. Isso só poderá acontecer quando a sociedade civil forçar o Estado a reconhecer em lei novos costumes e conseguir ela mesma realizar a interpretação pela renovação das instituições e, mesmo, pela criação de outras, que venham a responder aos carecimentos de habitação, de saúde, de lazer, de trabalho e de outras formas de entender e se relacionar com a nova realidade existencial e social dos idosos.

Em princípio, a família, a escola, a mídia e as empresas podem ter novas formas de realizar e abrigar as contingências da longevidade, o que vale dizer que as fronteiras de um Estado constitucional são contingentes. Nelas se definem quem pode, quem não pode pertencer e de que maneira podem pertencer ao grupo inserido dentro da nação. Possivelmente, pela globalização, os Estados possam contribuir para a renovação do cabedal cultural e social de outras nações. Dessa maneira, a rigidez de todas as fronteiras pode estar sendo reduzida, mas *para que se possa consumir essa função integrativa, é preciso, entretanto, que a cidadania democrática seja mais que um mero status legal: é preciso que ela se torne o foco central de uma política compartilhada* (Idem, p. 95).

Somente dessa maneira, pode-se regular a questão da responsabilidade pública diante do apelo social a ser interpretado e a ser atendido. A comunicação solidária pode, assim, contribuir para a regulação da trajetória dos interesses da lógica instrumental. O paradigma exclusivo da produção parece não corresponder às outras pretensões da justiça e de poder, particularmente àquelas pretendidas pelos mais velhos no advento da aposentadoria. Pode, assim, tornar-se verdadeiro o que ainda é uma utopia: o ser humano pode, no decurso de seu desenvolvimento, conquistar espaços interiores para ter disponível

as virtudes para envelhecer e ter espaços sociais disponíveis para o pronunciamento da sua longevidade e, dessa maneira, obter uma Identidade Existencial mais interessante.

1.2 - Para a organização civil e pública com vistas a uma política para a longevidade

Cabe, portanto, à esfera pública atuar como instância intermediadora entre os impulsos comunicativos gerados no mundo-da-vida e os colegiados competentes que articulam institucionalmente o processo de formação da vontade política (parlamento, conselhos etc.)... Dessa maneira procura-se assegurar, de forma procedimental, que a força sócio-integrativa da solidariedade, imanente aos impulsos comunicativos do mundo da vida, contrabalance os outros dois recursos que suprem a “carência de integração e direção” das sociedades modernas, a saber, o dinheiro e o poder (Costa, 1995, p. 59).

A sociedade civil, apesar de todo o esforço da razão instrumental, manteve procedimentos de proteção da vida. Os discursos de resistência, denominados de multiculturalismo crítico, ou movimentos sociais de preservação da natureza e dos direitos humanos, ainda mantêm uma marca de fidelidade a uma ciência comprometida com os princípios de uma ética iluminista de solidariedade com o sentido da realização pessoal e social dos indivíduos.

O que se propõe é a confiança em discursos pós-convencionais mediados com sinceridade pela contextualização do mundo-da-vida e discutidos à luz da consistência argumentativa, para a conquista de conhecimentos e de costumes emancipadores dos mitos ou pré-juízos. Esses discursos, via de regra, nascem nos movimentos de resistência às agendas políticas limitadoras da liberdade. Com essas idéias, reforçam-se as questões referidas no primeiro capítulo e, de modo especial, a convicção de que o discurso moralmente justificado pode mediar o caminho das comunidades questionando as imposições discriminadoras e as relações de poder desequilibradas. Uma das condições para sua existência é de que o discurso supere a moral convencional quando o conhecimento da singularidade do objeto do discurso revelar distância entre o ser e o dever-

ser. O discurso revela em seu interior mais uma de suas condições de existência: sua construção pós-convencional. O rompimento das convenções, com certeza, traz resistências, mesmo que se tenha clareza sobre a razão da mudança e das conseqüências nos costumes. O discurso comunicativo traz em si mesmo, como corolário de sua essência, a redefinição do poder. A microfísica do poder, na concepção de Foucault, pode ser estruturada na elaboração de discursos pós-convencionais e isso, por certo, contém em si um grau de tensão entre a política tradicionalmente impressa e aquela que se faz com base no interesse dos discursadores.

Os procedimentos de emancipação se repetem nos movimentos de luta uma vez que os imperativos sistêmicos colidem com a lógica da razão comunicativa e oferecem as mesmas resistências. Tais procedimentos recorrem aos mesmos passos para obter sucesso na superação dos carecimentos.

Em primeiro lugar, é importante ter clareza sobre a interpretação da necessidade social a ser reclamada. Pode-se dizer também que o grau de lucidez de sua reivindicação deve ter elementos de convicção constituidores dos novos entendimentos ao mesmo tempo em que se apresenta o grau de defasagem habitual dos pré-juízos em torno das reivindicações. *A análise das patologias do mundo-da-vida exige uma investigação das tendências e contratendências* (Habermas, 1992, p. 555)

Em segundo lugar, é necessário que a proposição reivindicativa sensibilize a sociedade civil e que novos ensaios possam representar o novo entendimento que está sendo divisado em contraposição às formas tradicionais de opressão. A organização do movimento reivindicador é também significativa para o encaminhamento do potencial de protesto, tendo claras questões tais como:

- a quem são destinados os potenciais de protesto e o que é pretendido em cada lugar de sua recepção;

- o reconhecimento da qualidade dos atos de fala, tanto no que se refere ao mérito cognitivo como ao mérito ético da renovação cultural e social. As resistências são reduzidas pela convicção obtida através do benefício percebido nas conseqüências advindas das mudanças.

Parece generosa a idéia que aponta para uma agenda política, tanto para pretender o esclarecimento como para intervir sobre os costumes resistentes. Assim, a produção da

identidade existencial dos mais velhos não pode ficar à sombra das opiniões e/ou preconceitos, mas deve constituir-se de sinceros e efetivos estudos comprovadores de um universo a ser conhecido e de um espaço social a ser experimentado. Os costumes renovados em torno da prevenção dos limites impostos ao envelhecimento e à velhice podem probabilizar uma condição humana mais generosa, gerando-se novas relações de poder entre as gerações. Somente estudos e costumes podem revelar o potencial de emancipação existente nos propósitos de as comunidades terem no Estado e em si mesmas espaços constituidores de uma expressiva identidade no advento da longevidade. Por isso, é oportuna a idéia de a universidade constituir-se num espaço social expressivo para o potencial emancipador a ser construído.

A aproximação entre a sociedade civil e o Estado contribui para a melhoria dos discursos e para a agilidade de atendimento nos movimentos de reivindicação do mundo da vida: não mais, de um lado, a sociedade com *as mais heterogêneas manifestações de grupos, organismos não-governamentais, empresas privadas e até indivíduos* (Canclini, 1996, p. 33) e, de outro, o Estado, território concedente de identidades. O Estado e a sociedade civil, aproximados pela linguagem descentrada de lugares privilegiados e moderados pela desterritorialização de poderes, podem constituir-se em nova parceria para garantia das reivindicações do mundo-da-vida, aqui objetivadas na longevidade e nas suas implicações.

As reivindicações indicam o estado de luta pelo reconhecimento dos outros como sujeitos de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas. Os conteúdos dos discursos promovidos pelos interlocutores civis e políticos buscam constituir-se *em princípios reguladores das práticas sociais, definindo as regras das reciprocidades esperadas na vida em sociedade através da atribuição mutuamente consentida (e negociada) das obrigações e responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um* (Canclini, 1996, p. 23). Os direitos podem passar dos discursos a uma nova forma da ordem estatal e a uma pragmática civil normalmente assumida quando as políticas culturais e a vontade das comunidades não mais se debaterem sobre essas questões. Os movimentos e suas parcerias passam pelo caminho de uma linguagem renovada e se instituem nas escolas, nas empresas, nas famílias e nos meios de comunicação. Particularmente as escolas e as universidades são caminhos estratégicos de convencimento; também a mídia poderá

construir um imaginário diferente em torno do envelhecimento com base nas decisões políticas e educacionais.

1.3 - Dos lugares concretos para a aplicação do discurso ou da contextualização ética e cultural da linguagem.

O potencial de racionalidade comunicativa contido no mundo-da-vida é notável em todos os movimentos libertários. A reflexão sobre esses movimentos aponta, porém, para a existência de forças resistentes à colonização do mundo-da-vida. As formas das lutas demonstram quase uma determinação essencial de liberdade lá onde a razão comunicativa está desfigurada. Isso pode revelar uma razoável esperança no esgotamento das utopias metafísicas, pois *as fontes de resistência conseguem regenerar-se, mesmo sob condições desesperadoras* (Habermas In: Freitag, 1989, p. 9). A incipiente receptividade que as comunidades estão manifestando em torno da preocupação sobre práticas inovativas referentes à qualidade de vida e à renovação das formas de inserção social no envelhecimento e na velhice demonstra a existência do potencial de emancipação nas situações de ameaça.

A aplicação do discurso é decisiva para que se configurem os delineamentos imaginados como justos. Para superar os constrangimentos a que se vê lançada a população dos mais velhos, submetida aos imperativos da tradição, é preciso escolher os lugares para a demonstração dos novos atos de fala.

A universidade pode ser considerada um lugar para a construção de um conhecimento que revele a singularidade dos eventos biopsicossociais da longevidade. A escola, como mediadora oficial das políticas de verdades renovadas, pode oferecer um currículo que melhore a expressividade da vida para todas as gerações e, portanto, antecipar uma história multicultural em torno das idades. A família talvez seja o lugar das maiores transformações, e o envelhecimento, nesse contexto, tem a necessidade de alterar os rumos em favor da vida. As empresas nas quais se dão significativos exercícios de inserção social apresentam-se ainda como lugares que não se responsabilizam pela mediação entre o trabalho e a ocupação do tempo livre concedido pela aposentadoria. As assembleias legislativas e os poderes executivos das três instâncias de governo são lugares de legitimação e de reconhecimento legal das direções dadas aos ensaios de emancipação. Os

lugares de comunicação de massa, por sua vez, são decisivos na construção das novas formas de representação em torno de costumes biopsicossociais em relação à qualidade de vida.

O Estado, resumido na vontade das assembleias municipais e do prefeito, das assembleias estaduais e dos governadores e do Congresso Nacional e do presidente, pode obrigar por lei e instituir incentivos para que sejam cumpridas as proposições das iniciativas civis.

A população idosa, enquanto indivíduos e enquanto constituídos em associações, constitui o primeiro espaço de concretização do potencial de conhecimento e ética. Os mais velhos podem tornar-se sábios e afetivamente amadurecidos, mas sem *dar sentido ao fluxo rudimentar dos acontecimentos* (Canclini, 1996, p. 59) tornam-se incapazes de realizar sua velhice. O conhecimento universitário; a escola com a mediação curricular, a família como um dos espaços preferenciais da revelação afetiva, a empresa como co-responsável pela inserção social são elementos constituintes e constituidores das identidades que envelhecem. Os discursos práticos feitos à mesa, os livros das escolas, as salas dos recursos humanos, as casas de representação popular, as máquinas eletrônicas de informação tornam-se parte das políticas sociais efetivas e instituem as verdades e os costumes. Isso quer dizer que a sociedade civil, em parceria com o Estado, pode estabelecer uma proposição democrática de ser no advento do envelhecimento. Os limites da verdade podem ser restabelecidos por critérios de negociação com base na ação comunicativa mediada pelo mundo da vida e sustentada pela razão argumentativa.

O conhecimento, a moral e a arte, solidariamente entrelaçados nesses lugares, poderão efetivar um discurso emancipador, particularmente nos modos de vida tradicionalmente realizados em torno da longevidade. *Somente uma análise persistente daquelas intrincadas vias pelas quais as ciências, a moral e a arte se comunicam entre si poderá nos proteger contra uma redução empirista da problemática da racionalidade* (Habermas, 1992, p. 564). A crítica pode ser o caminho da invenção, mas não se revela suficientemente capaz de inibir os entraves das determinações históricas. Os discursos interpretativos e sua aplicação em lugares estratégicos podem promover novas construções para a verdade, a justiça e a beleza, entendidas como linguagem e como possibilidade de resistência diante da inércia política do pensar, do querer e do expressar dos sistemas da economia e da burocracia estatal.

A tematização do envelhecimento em locais diferentes, juntamente com

os argumentos e opiniões compartilhadas no espaço público, com base no convencimento, constituem o poder do qual os atores da sociedade civil querem e podem dispor. Por isso, tais atores procuram, ao contrário dos demais, empenhar-se na reprodução e revitalização da esfera pública, buscando explorar intensivamente as possibilidades comunicativas existentes e ampliar as fronteiras desta esfera, mediante a incorporação de novas minorias e grupos marginais e da invenção de novos meios comunicativos (Costa, 1995, p. 63).

Os locais como as formas de se apresentarem se diferenciam e, por consequência, os atores se diferenciam na interlocução do envelhecimento. Para cada local, as formas desejáveis das identidades se constroem em valores e símbolos muito diferenciados; os mais velhos podem se apropriar dessas convenções socialmente reconhecidas e de outras que podem ser específicas. Os poderes públicos podem contribuir de forma decisiva no delineamento das identidades dos mais velhos, tornando seu potencial singular e desejável para todas as gerações.

1.4 - A lei 8 842 e o potencial emancipador para a longevidade

A lei 8 842, criada em 1994 e regulamentada em 1996, representa um esforço do Estado brasileiro em recolher, em forma de lei, as principais preocupações e exigências da sociedade civil. Ela contém, em seus dispositivos, os entendimentos de uma época e apresenta potenciais a serem interpretados e a serem praticados; representa o conjunto de costumes incipientes e desejados como obrigação para os cidadãos e propostos como inspiração para iniciativas de políticas públicas e privadas; sua promulgação regula os propósitos emergenciais para minimização do exíguo espaço de movimentação dos idosos frente ao aprisionamento a eles reservado em razão de preconceitos e de ausência de mecanismos de liberdade, frente aos riscos em seu desenvolvimento biopsicossocial.

A leitura a ser realizada obedece às considerações da ação comunicativa. Pretende-se interpretar os dispositivos, evitando-se a hermenêutica tradicional que apenas solicita ao leitor de textos uma posição semelhante ou igual à do autor. A leitura integra-se no interior do discurso legal; não prende o texto em seu sentido original, mas compreende-o em seu

potencial de comunicação, em outras palavras, a sua revelação hermenêutica, nessa interlocução, terá conotações de quem realiza a leitura, representando a lei com sentidos reconstruídos, pontuando dispositivos à luz das condições do autor. Não se pretende esgotar o potencial do discurso legal, mas explicitá-lo à luz das referências contidas nesta tese. O discurso da leitura não pretende ser isento dos valores e das posições do autor, que assume uma posição de representante da sociedade civil; em consequência, o discurso é penetrado pela vontade de estender os dispositivos favoráveis à identidade existencial na terceira idade.

A lei tem a pretensão de autorizar uma caminhada histórica; cria dispositivos que testemunham a sensibilidade das obrigações do Estado e, por consequência, de todos os brasileiros no que se refere às relações de políticas públicas e civis para com “*a pessoa com mais de sessenta anos.*” Sua aplicação, portanto, dependerá das decisões políticas centradas nos estados e municípios e, de modo especial, pela sociedade civil enquanto sensível à promoção da *autonomia, integração e participação efetiva (dos mais velhos) na sociedade.* Isso é evidenciado na lei como primeiro princípio ao dizer que à família, à sociedade e ao Estado cabem encontrar as formas que os exercícios de justiça tomarão nas relações de poder. Como segundo princípio, para efeitos dessa lei, aponta-se a necessidade de ser ampliado o conhecimento sobre a longevidade, processo no qual a escola e a universidade, por certo, têm sua responsabilidade, em virtude de seu sentido existencial.

As diretrizes reforçam os princípios, indicando as necessidades de participação dos mais velhos nas conquistas que se fizerem necessárias, na preparação de recursos humanos e na criação de formas alternativas de inserção dos mais velhos no contexto das outras gerações. Em toda a extensão lei, são recorrentes as idéias de que o novo tempo dos mais velhos é um resultado da qualidade da comunicação entre Estado e sociedade.

Tanto a lei como sua regulamentação obrigam particularmente alguns ministérios a cumprir certos dispositivos e a fazê-los cumprir por todos os cidadãos. Desses proferimentos podem ser avaliados potenciais de ações emergenciais e merecem destaque os dispositivos para as áreas que seguem.

Previdência e Assistência Social

Ao Ministério da Previdência e Assistência Social cabe a coordenação dos esforços para a efetivação de uma política nacional do idoso. A extensão do território nacional, a novidade do fenômeno do envelhecimento e as dificuldades financeiras em relação à execução de projetos nas áreas de habitação, saúde e educação serão vetores restritivos para o avanço dos propósitos legais. O que foi decretado pela regulamentação terá vigor e fertilidade se as ações forem agilizadas por redes de comunicação descentradas. Se forem realizados, apoiados e disseminados costumes no âmbito dos estados, dos municípios e das instituições, é possível a efetivação histórica dos propósitos legais. Somente a sensibilidade social, enfim, descentrada, aliada à vontade política dos órgãos superiores, poderá efetivar a gestão social desejada por essa lei.

A legislação insiste na preparação de recursos humanos como primeira providência para a realização de acontecimentos consistentes na área de gerontologia. Aponta-se, na lei, para a necessidade de os municípios e as instituições civis avaliarem as condições de seu pessoal e do potencial de ações para atendimento dos carecimentos na velhice.

Duas outras linhas de preocupações podem ser percebidas nos dispositivos da previdência e assistência social: a primeira refere-se à criação de formas alternativas de atendimento não asilar; dois artigos são dedicados à promoção de saídas para a integração social dos mais velhos. A mudança do estilo familiar parece merecer uma análise mais séria e as perdas sociais devem dar lugar a escolas, clubes, centros-dia, centros de convivência e outras maneiras que revelem uma política social de ligações dos mais velhos com objetos e pessoas destinados a lhes oferecer reconhecimento social.

A segunda diz respeito à realização de estudos e pesquisas sobre a realidade dos idosos no Brasil. Em cada região, se faz necessário promover a reunião dos mais velhos com o pessoal responsável pelas ações para que tenham cada vez mais clareza sobre o perfil humano do envelhecimento com vistas a mediar sua vocação social e histórica.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

A legislação autoriza o atendimento preferencial do idoso, tanto aos aposentados como àqueles que estão em vias de aposentadoria. Ao instituto cabe também a criação e manutenção de programas de preparação para a aposentadoria.

A legislação parece ainda empobrecida, conquanto não se percebe nas empresas uma disposição em avançar na responsabilidade de apoiar o estágio posterior à aposentadoria. Parece justo, nesse sentido, responder à questão: Se, por trinta anos ou mais, houve uma relação vital entre a empresa e o trabalhador, é justa a medida de deixá-lo sozinho quando de seu desligamento? De outra parte, a lei é omissa no que se refere às responsabilidades do Estado frente às condições financeiras dos aposentados e às pensões.

Planejamento e Orçamento

A legislação, nesta área, contempla apenas questões que tratam da habitação e arquitetura urbana. Os dispositivos, porém, são indicativos de uma justa preocupação com as questões da habitabilidade e da moradia. Sugerem-se, nesse tópico, providências para linhas de financiamento de moradias para idosos, incluindo alternativas habitacionais para a população idosa identificada. Os estados e os municípios podem, pela insistência e pela apresentação de projetos habitacionais, promover novos costumes no atendimento da vida dos idosos nessa área de carecimentos. A manifestação legal possui um perfil discursivo com expressões idealizadas, sendo pobres as estratégias e mecanismos obrigatórios para os governos e a sociedade civil.

Ministério da Saúde em articulação com as secretarias dos estados e municípios

O Sistema Único de Saúde (SUS) deve *garantir assistência integral à saúde, entendida como o conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos*. Isso representa desde o fornecimento de medicamentos, órteses e próteses até a elaboração de material educativo para a prevenção de doenças. É também responsabilidade da saúde o controle das casas geriátricas, através de normas e acompanhamento.

Não menos importante é a educação para o envelhecimento. As políticas e o ensino na área da saúde estabeleceram costumes curativos, relegando a segundo plano as verdadeiras origens dos problemas. A lei estimula as iniciativas de auto-ajuda e aquelas que apoiam a inserção social dos mais velhos em atividades comunitárias *com papel social ativo*. É recorrente, portanto, a idéia das formas alternativas de ações para o atendimento da necessidade social ativa.

A ação comunicativa deverá chegar aos extremos de seu potencial para a mudança ética nos costumes, uma vez que os propósitos legais contemplam direções a serem conquistadas.

Educação

Ao Ministério da Educação, articulado com órgãos federais estaduais e municipais de educação, compete, de acordo com o inciso III do art. 10 da Lei n. 8 842, a reformulação de propósitos educacionais formais e informais por meio de:

- adequação curricular, metodologias e material didático destinados à longevidade;
- inserção nos currículos mínimos, nos diversos graus de ensino, de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, de forma a serem eliminados preconceitos e produzidos conhecimentos;
- desenvolvimento de programas educativos em multimídia;
- apoio *a criação de universidade aberta para a terceira idade como meio de universalizar o acesso às diferentes formas de saber;*
- inclusão de disciplinas de gerontologia e geriatria nos diversos cursos superiores para possibilitar a construção de conhecimentos e sua divulgação na universidade e fora dela, por meio de atividades de extensão.

As mediações educacionais estão postas nos diversos graus de ensino como estratégias das mudanças de hábitos em todas as instituições. Parece inserir-se neste contexto legal a proposição de um ensino de biologia, de ciências sociais, de psicologia e sociologia convergente para a realização de um projeto educacional responsável pelo mundo-da-vida.

Os dispositivos relacionados à educação parecem conter uma posição estratégica de efetivação histórica; assim, as escolas e as universidades constituem um potencial de renovação qualificada, juntamente com os meios de comunicação. As mediações curriculares e os enfoques de comunicação de massa podem levar a efeito a renovação de representações, desmanchando os pré-juízos e articulando, pelo ministério e pelas secretarias de Educação, encaminhamentos de redefinição do estoque cultural e social.

Ainda, na lei o legislador imprime orientações para os Ministérios do Trabalho e da Cultura: ao primeiro reforça a necessidade de que ofereça oportunidades aos mais velhos para que se mantenham presentes no mercado de trabalho e aí não sofram discriminações; ao segundo compete *garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais*.

Em todos os dispositivos, perpassam a vontade e a sensibilidade de ser afastada a violência das relações sociais no advento da longevidade, cabendo ao Ministério da Justiça zelar pela aplicação dos dispositivos legais.

As conquistas desenhadas apresentam referências desejáveis mas efetiváveis se a comunidade civil estiver democratizada a ponto de realizar os discursos no interior de suas instituições e, de fato, cobrar do Estado a realização de sua parte. O discurso oficial como vem sendo estabelecido em relação à aposentadoria compromete a sinceridade do discurso legal. De toda forma, está presente uma realidade a reclamar do Estado uma nova política e, da universidade, a urgência de conhecimentos para a renovação do estoque cultural.

Se a lei conseguir revelar seu potencial ético, isso será resultado de renovados discursos da comunidade civil e dos protestos de renovação institucional. Com a mudança republicana da soberania monárquica para a soberania popular, os direitos conferidos de forma paternalista transformaram-se em direitos humanos e civis, sendo permitido por força de lei exigir-se a dignidade na velhice. *O Estado constitucional é concebido como uma ordem política livremente estabelecida pela vontade do povo, de modo que os destinatários das normas legais podem, ao mesmo tempo, se reconhecerem como os autores da lei* (Habermas, 1995, p. 92).

2 - A UNIVERSIDADE: UM LUGAR DOS MAIS VELHOS

Os acontecimentos biológicos propiciaram não somente um perfil demográfico diferenciado, mas possivelmente um perfil ontogênico diferenciado. A longevidade biológica, porém, não é auto-suficiente para a formação do conseqüente potencial psicológico e social representado pela terceira idade da vida adulta. Demandam dos acontecimentos demográficos novos padrões de relações, que devem perpassar os costumes culturais, políticos e educacionais.

Por ser uma questão social emergente, a universidade, por responsabilidade de sua natureza institucional, tem a tarefa de mediar a construção do conhecimento e de avaliá-la no diálogo franco com a realidade social, verificando se realiza uma leitura e uma interpretação adequadas com os interlocutores interessados no afastamento da violência e no realinhamento nas relações de poder.

A idéia tradicional de universidade, dentro do espírito objetivo, é formulada a partir de dentro, como se fossem inerentes a ela certas atribuições, mas a proposta de universidade na confrontação com o envelhecimento pretende assumir um perfil comunicativo; seu destino e natureza, portanto, são limitados pela linguagem e a vocação estabelecida em seu contexto. Isso quer dizer que a universidade perde seu perfil de construtora de uma ciência neutra, passando a cumprir tarefas políticas; sua identidade, portanto, emerge do jogo hermenêutico de parceiros internos e externos a ela.

As conquistas das áreas biomédicas ensejaram, desde o final do século passado, uma significativa mudança no perfil demográfico. A base da pirâmide, que antes apresentava uma população eminentemente jovem, vem se transformando, assemelhando-se sua base ao seu vértice; brevemente, teremos um quarto da população com mais de sessenta anos. A realidade desse perfil sugere diversas implicações que, se não bem avaliadas e socialmente consideradas, podem estabelecer conflitos e, até, relações de violência.

Como já foi dito anteriormente, a longevidade implica a possibilidade de a população não permanecer muito tempo envelhecida, mas de levar mais tempo para envelhecer. Advém disso um potencial biopsicossocial novo, que pode fazer emergir um prolongamento e, mesmo, um aperfeiçoamento na condição humana. A constituição orgânica pode, mediante a longevidade, representar vigor físico aos setenta anos; respostas

afetivas marcadas por densidade; inteligência com níveis de abstração e penetração insuspeitados e relações sociais com potenciais ainda não esgotados.

A história cultural, política e educacional no Ocidente construiu suas teorias de interpretação humana sobre idéias de uma constituição biopsicossocial adulta e tão-somente voltada para a produção e a reprodução; conseqüentemente, as instituições contemplam relações de ajustes sociais tendo em consideração a brevidade da vida. Existe um silêncio ou, até, ausência de iniciativas em relação à realização humana face à longevidade. Assim, à força das pressões sociais e da visibilidade de um novo perfil humano, podem ser levantadas questões referentes à realização humana diante do envelhecimento.

As universidades comunitárias e as universidades públicas estatais podem abrigar, em sua dimensão social, potenciais de responsabilidade política na questão urgente do envelhecimento. A dimensão cultural é, particularmente, de responsabilidade da universidade, pois o mundo-da-vida resulta como espaço a ser esclarecido quando se deseja superar os graves impasses da lógica teleológica consagrada pelos discursos hegemônicos do dinheiro e do poder.

Na universidade, grupos comunicativos, nas diferentes áreas de conhecimento, podem estabelecer conteúdos diferentes de esclarecimentos em torno das questões do envelhecimento. A pesquisa, como o espaço de construção do conhecimento, pode iluminar o ensino e, pelos currículos, pode-se arranjar diferentemente os discursos acadêmicos. A extensão pode constituir-se como o espaço de interpretação das descobertas apontadas pelas pesquisas. Enfim, toda o potencial e as implicações do envelhecimento podem ser objeto de investigação, do ensino e da proposição de projetos experimentais de reinterpretação cultural.

A educação, com seus hábitos defasados e contempladores de hegemonias, as ciências sociais ainda presas aos conteúdos de interesse funcional; as ciências biológicas, com seus discursos curativos e essencialistas em torno da saúde, repetem uma idéia tradicional de universidade. A perspectiva crítica em torno dos currículos, das linhas de pesquisas e dos projetos de extensão pode revelar as defasagens entre o envelhecimento precoce e as alternativas para uma longevidade biopsicossocialmente vigorosa. O potencial de uma vida adulta tardia carece tanto de recursos a serem internalizados no decurso da

vida como de recursos atualizadores de zonas de desenvolvimento potenciais específicos do envelhecimento.

2.1 - Apelos por uma universidade cidadã

Diante do quadro de perplexidades, parece haver solicitações de esclarecimentos culturais nas questões do encaminhamento da longevidade em referência às conquistas biológicas e do encaminhamento das questões psicossociais do envelhecimento. As leituras em torno da dignidade do envelhecimento não são universalmente as mesmas, embora as preocupações com a longevidade biológica e as implicações psicológicas, culturais e sociais tenham conteúdos similares.

Parece até onipotente a idéia de a universidade ficar presa dentro de sua unidade e em torno da qual devem girar todos os propósitos do esclarecimento acadêmico, deixando-a com a aparência de um microorganismo dentro do qual se elaborariam um homem, uma sociedade, uma educação, antecipadores de *uma sociedade de homens livres e iguais* (Habermas, 1993, p. 118). O mundo dos leigos, posteriormente, ajustando-se aos modelos e às fórmulas da razão, guiado pelas descobertas nomologicamente determinadas, encontraria a realização pessoal e social. O mundo da academia representaria com suficiente confiabilidade a interpretação das necessidades a serem pensadas e resolvidas; a filosofia e o fluxo das informações internas seriam capazes de dar a unidade necessária entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O discurso da neutralidade da ciência evitaria que os pesquisadores se contaminassem com os interesses externos à universidade.

A proposta de universidade, cuja lógica é a comunicação, problematiza a idéia de universidade como lugar do privilegiamento cultural isento e põe em dúvida a ingenuidade das intenções neutras, uma vez que a razão esclarecida está vinculada a políticas de conhecimentos. A universidade, cuja lógica é comunicativa, assume a hermenêutica científica do diálogo, contrastando suas interpretações com o mundo-da-vida. Nesse diálogo permanente e sincero, estabelecem-se os critérios de verdade.

A universidade, na medida em que assume a posição comunicativa da adequação da ciência à realidade biopsicossocial dos mais velhos, pode ser analisada sob diferentes aspectos.

a) A universidade como parceira, ampliadora e educadora do capital cultural em torno da longevidade, da qualidade de vida e dos avanços tecnológicos.

As instituições de ensino superior, ao interpretarem os costumes sobre as formas de preservação da vida frente a riscos; ao exercitarem-se em conhecimentos explicadores de novas construções; ao iniciarem qualquer ação que tenha implicação sobre a longevidade, assumem o papel crítico e transformador do estoque cultural. A análise e o respeito pela tradição parecem ser um dos caminhos para um discurso comunicativo das mudanças, tanto para reconstruir as omissões históricas, para produzir novos conhecimentos como para serem aproveitados aqueles conhecimentos resistentes à dominação.

A tradição apresenta a vantagem de conter componentes significativos na conservação da vida. Nas diferentes regiões, a tradição, então, pode, pela sistematização crítica de conhecimentos, representar valores e hábitos de cuja hermenêutica os agentes de mudança não podem prescindir.

A universidade é a primeira instituição que pode exercer o diálogo com as comunidades científicas internacionais, traduzindo para a sua região as conquistas relativas ao envelhecimento e suas implicações, constituindo-se, assim, em interlocutora da história efetiva nas áreas de sua atuação. Outra função, no envelhecimento e na velhice, é traduzir na prática as proposições da lei 8 842. O potencial educacional autoriza um avanço nas relações pedagógicas, ampliando a responsabilidade curricular nos aspectos da qualidade de vida e das relações sociais diante do fato social da longevidade.

A presença da universidade nas escolas, nas secretarias de saúde, nos diversos níveis de governo, na pastoral da saúde e nas organizações comunitárias em prol da saúde, parece ser ainda frágil. A universidade é mais sistemática quando se trata da produção científica em favor do sistema. Esse estrangulamento comunicativo padece do mal da própria instituição universitária, que sofre a dificuldade de constituir-se em uma comunidade interdisciplinar na abordagem das questões do mundo-da-vida.

b) A universidade como espaço interno e potencial externo de comunicação, responsáveis pela história efetiva da longevidade.

Habermas, ao citar Schleiermacher, afirma:

O princípio primeiro de todo o esforço voltado para o conhecimento é o da comunicação; e, dada a impossibilidade de produzir seja o que for, ainda que para nós próprios, sem linguagem, a própria natureza formulou de forma inequívoca este princípio. Isto leva ao ponto de ser posto que as formas comunicativas afinal permitem dar coesão e unidade aos processos de aprendizagem universitária nas suas diversas funções (1993, p. 128).

O autor avança sobre o sentido da comunicação universitária ao propor que a aprendizagem fora da universidade contém elementos legitimadores da política do saber e de que todos os processos de aprendizagem se tornam produtivos num ambiente discursivo. Em outras palavras, pode-se dizer que a universidade possui, nos acontecimentos das mudanças demográficas, uma tarefa de esclarecimento e de emancipação a ser cumprida em comunicação.

O que mais se enfatiza é que se tenham, com maior decisão, as diversas áreas envolvidas na questão da longevidade, uma vez que nenhum lugar particular detém o conhecimento, o qual se faz complementarmente. Assim, a universidade se estabelece comunicativamente em suas instâncias e, sobretudo aprofundando suas possibilidades comunicativas e efetivando esforços para responder às questões sociais de sua inserção. Como consequência, os estudos não podem estar isolados, pois toda argumentação carece de vigor se não for sustentada na interdisciplinaridade.

O encaminhamento comunicativo da ciência para alcançar o objetivo de articular-se com o mundo-da-vida e aí estabelecer entendimentos, necessita receber forma legítima e, principalmente, inspiração para novos conhecimentos; assim, pode arranjar sua vocação de efetivação histórica. O envolvimento da família, da escola, da empresa, dos meios de organização das políticas sociais e outros, conforme os contextos, tornam-se, portanto, necessários para uma prática comunicativa de avaliação e de construção da longevidade.

Uma das formas mais eficazes de superar os limites humanos é, a partir de seu conhecimento, explicitar as virtudes, exercendo-as largamente. Tanto na vida intelectual e afetiva como nas habilidades para fruição do tempo livre, os hábitos condicionam a liberdade. Isto é, um conjunto de disposições culturais pode tornar os mais velhos sábios e íntimos com as realidades-objeto de investimento afetivo e mais flexíveis os hábitos de inserção social. Isso condiz com a afirmação de haver solidariedade entre as faixas etárias,

probabilizando-se, pelas mediações, condições para o envelhecimento, tanto naquilo que se refere à quantidade como à qualidade de vida. A universidade pode ser um laboratório de mecanismos sociais a ponto de se poder facilitar para todas as pessoas e, particularmente, aos alunos a mediação para um projeto de vida, envolvendo o aperfeiçoamento curricular de experiências renovadas nos conteúdos de todas as disciplinas.

A universidade torna-se, então, interlocutora nos exercícios sociais e, mediante projetos integrados de pesquisa e extensão, podem ser desenvolvidas ações com a preocupação de estender a vida nos anos e de qualificar esse tempo. Isso pode ser feito pelos recursos a serem interiorizados já na infância e pela abertura das instituições com vistas a promover papéis significativos na constituição do sentido da vida para os mais velhos. É, portanto, tarefa da universidade fazer com que sejam prolongados os anos ao mesmo tempo em que aprofunda o conhecimento sobre a vida dos mais velhos, considerando alternativas para efetivação de hábitos sociais que visem à conquista de uma expressiva identidade.

Todos os fatores de riscos são objetos a serem avaliados e retomados, e não existem cursos universitários que, dentro de suas áreas de atuação não possam oferecer seus recursos para a melhoria da qualidade de vida. A geografia, por exemplo, pode constituir-se em fonte de novas perspectivas nas relações com o meio ambiente; as engenharias, na fabricação de instrumentos de acuidade sensorial e à locomoção; a arquitetura, na habitação; as ciências biomédicas, com a prevenção e a intervenção nas doenças; as áreas de educação, como o caso da pedagogia, da biologia, de letras de história, artes etc., cada qual na sua vocação, podem trazer sua contribuição no que se refere à qualidade de vida para todas as idades. A especificidade dos saberes pode emprestar a sua vocação para o conhecimento de um ser humano com sua condição redefinida pelo potencial da longevidade, redefinindo-se, assim, as relações de poder e solidificando-se o grau de comunicação.

Essas posições, ao serem retomadas nos contextos acadêmicos, podem aperfeiçoar seus discursos, possibilitando que se potencialize a identidade existencial para novas zonas de desenvolvimento. A universidade, pela sua responsabilidade na conquista da cidadania, pode constituir-se num lugar onde a vida humana é reaprendida em novos discursos, integrando da melhor maneira todas as unidades universitárias. Por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, pode ser mediadora do perfil do último estágio do ciclo de vida, não

só afastando a dor, promovendo a saúde, oferecendo novos objetos de paixão para pensar e amar, novas formas de interação social, mas constituindo-se em elaboradora de novos discursos.

Entende-se, para tanto, que a tarefa universitária consiste, com base em suas descobertas e em seu compromisso ético, em propor e fazer discursos e práticas, consorciando-se com outros movimentos e instituições sociais, seja nos sistemas político e econômico ou junto à sociedade civil.

Dentro dessa nova ordem social a ser construída, pode a universidade estabelecer algumas questões que começam a se manifestar no contexto do potencial de protesto e de estudos.

A questão da integração social e afetiva

As hegemonias sociais contemplam certas preferências em detrimento das alteridades excluídas, como é o caso da velhice em favor da juventude e da vida adulta. Resultam disso relações de poder depauperadas e toda a sorte de disciplina social restritiva na opção dos desejos, a ponto de serem naturalizadas as tendências produzidas e latentes em favor dos preconceitos. Os mais velhos passam a constituir-se nos cânones sociais convencionados, como se fossem, em suas fragilidades, resultados da natureza e não como produtos dos discursos.

As proposições e as estratégias são dificultadas pelas normas vigentes e, pela força da inércia, tendem a sofrer severas restrições na elucidação de uma prática satisfatória para os mais velhos. A universidade, então, pode realizar estudos históricos sobre as relações de poder, produzir conceitos adequados às possibilidades potenciais e experimentar comunicativamente com outras instituições as presenças vigorosas dos mais velhos.

A questão educacional e as mediações curriculares

A política educacional em torno da vida, as implicações em torno do ensino das disciplinas em todos graus de ensino, do currículo oculto, do entendimento das realidades

hegemônicas que perpassam os discursos pedagógicos e de outros vetores responsáveis pela constituição do ideal humano que emergem dos livros didáticos podem ser criticamente avaliadas. A universidade pode contribuir com mais decisão para a disciplina das identidades desejadas e para a percepção da qualidade humana no advento da longevidade. O currículo, juntamente com outras mediações escolares, pode contribuir para o estabelecimento das representações e para os encaminhamentos da gestão social do envelhecimento e da velhice.

A periodização generosa da velhice passa pela consideração da linguagem construída ao longo da vida. As mediações para uma imagem humana fortalecida na velhice compreendem as questões das crises superadoras dos ideais de produção e reprodução e das alianças com um novo estatuto social para os mais velhos. Para tanto, as internalizações de recursos devem fazer parte do capital cultural dos mais velhos, das empresas, da política, da família, havendo, assim, uma revolução nos parâmetros hegemônicos do desenvolvimento. Parece ser oportuna, portanto, a constituição de grupos interdisciplinares nas universidades, com a finalidade de revisar os currículos à luz da melhoria da qualidade de vida, corrigindo-se a trajetória disciplinar da exclusão e dos prejuízos à vida.

A questão das políticas sociais

A construção do conhecimento, com vistas a reajustes na expressividade para todas as gerações, é incompleta se não for socialmente assumida no cotidiano das instituições. As relações sociais, seja no âmbito da responsabilidade do Estado, seja no âmbito das organizações civis, é que elucidam o grau da sinceridade do conhecimento.

A apresentação dos mais velhos com um perfil de um potencial de desenvolvimento em constante processo de ajustamento aprimora-se na comunicação entre a política social dos poderes públicos, a universidade e a sociedade civil. O objetivo da participação universitária é aperfeiçoar o estoque de interpretação da condição humana face à longevidade, melhorar as regulações sociais e estabelecer um perfil autenticamente interessante. A presença responsável do conhecimento universitário pode mediar as relações sociais; o debate aberto por mudanças sinceramente desejadas, na ação comunicativa, pode ser reconhecido quando os interlocutores estiverem convencidos e os discursos forem realizados em diversos lugares de efetivação histórica.

Em princípio, não basta, portanto, a pesquisa, o ensino e a extensão. A universidade conseguirá sua finalidade de construção histórica efetiva mediante a articulação entre o discurso e a ética, possibilitando que, visivelmente, se possa perceber um fluxo de relações de poder satisfatório para todas as idades.

A questão das relações familiares e velhice

Possivelmente, seja ainda a família o lugar de maior proteção dos mais velhos. O relatório da pesquisa sobre o perfil dos idosos do Rio Grande do Sul, divulgado pelo Conselho Estadual do Idoso, realizado com o apoio das universidades gaúchas revela que aproximadamente 60% dos idosos reside com seus familiares: em torno de 30% desse total com seus filhos e 70% com o cônjuge. Os mais velhos que, na década de 1950, eram férteis, possuíam 5,6 filhos por matrimônio, hoje podem contar com relações de razoável proteção. A questão, entretanto, se apresenta crítica na medida em que se considera a precipitada diminuição da fertilidade feminina: 2,93 filhos em 1991 e, possivelmente, hoje em torno de dois filhos por mulher.

Estes dados desestabilizarão, para breve, as formas tradicionais da proteção dos mais velhos. A ausência feminina no lar, a diminuição do número de filhos, a instabilidade do casamento se apresentam como uma questão de sociologia familiar a ser considerada. Assim, quais as formas de proteção que a sociedade poderá oferecer aos mais velhos? As casas geriátricas estão suficientemente aparelhadas para garantir a dignidade na velhice?

A universidade poderá tematizar diversas questões em torno da intimidade humana. A influência da longevidade sobre o casamento e sobre a arquitetura urbanística, a constituição pública e particular de lares substitutos e os cuidados diante da fragilização são preocupações a merecer atenção acadêmica e estudos subsidiários para políticas emergentes. Os discursos não podem somente contemplar as realidades que ferem e subjagam a liberdade da intimidade; deve haver outros que façam antecipações históricas.

- Como tornar expressiva a afetividade daqueles que envelhecem solitários? Será uma questão pessoal a resolução da identidade diante das perdas?
- Quais as características dos elementos constituidores da afetividade e quais as formas e os conteúdos dos objetos de investimento afetivo na terceira idade?

- Quais as funções da universidade frente à desterritorialização das fronteiras nas relações afetivas e quais os arranjos que podem sustentar a intimidade dos mais velhos?

A questão de novos mediadores institucionais

A perplexidade diante do envelhecimento populacional deve ser substituída por discursos inovados e práticas generosas na construção de um espaço humano de ciclo de vida ampliado. A universidade, com seus recursos, pode contribuir para o alargamento das instituições atuais e, mesmo, para propor a inauguração de outras que respondam às necessidades implicadas na terceira idade e no processo do envelhecimento.

O equacionamento das emergências educacionais pode estar abrigado na escola ou nas próprias universidades. O avultamento das demandas na área da saúde, ao ser assumido em organizações atuais, será absorvido por quais planos públicos ou particulares? As providências em torno do lazer serão previstas por quais internalizações habituais?

A associação de esforços com outras instituições pode resultar em uma efetiva história para a construção de uma política do lazer, como é revelado pelos esforços em Requixa (1980)⁵:

- Quais as mediações curriculares no atendimento do lazer?
- A constituição de grupos de convivência pode orientar os diversos apelos na busca de sentido na vida?
- Os cursos de preparação para a aposentadoria são suficientes ou podem se transformar em sistemático e duradouro mecanismo de internalização de recursos para o tempo da aposentadoria?
- A solução adulta da profissão pode ser substituída por formulações de serviços e ou projetos diversificados de segunda ocupação na terceira idade?

⁵ Estudos sobre a metodologia dos trabalhos dos serviços sociais para as questões do envelhecimento a exemplo de produções generalistas do serviço social, contidas em Exercícios de Construção Teórica do Serviço Social (1995) e exemplificados no texto de Kaminski et al., podem ser providenciais para a organização institucional dos mais velhos.

Perguntas diversas podem iniciar a hermenêutica do envelhecimento e, a partir delas, podem desdobrar-se em projetos de inserção social ajustados à existibilidade concreta do envelhecimento.

- Assessoramentos, aposentadorias progressivas, organizações artísticas poderiam dar conta do potencial de sabedoria e intimidade e do sentido na vida?

O desmanchamento de fronteiras na gestão social das idades e a consciência da periodização qualificada para a velhice podem suscitar linguagens abertas para a efetivação de produções sociais ainda não convencionadas. Desde as formas de relações afetivas e das relações de poder podem ensejar instituições e institucionalizações mais adequadas na formulação de uma universidade interessada na comunicação.

A questão das empresas e da aposentadoria

A universidade, enquanto problematiza a questão da empresa e da aposentadoria, permite à sociedade e à cultura assumirem reflexivamente a questão dos trabalhadores que envelhecem: ela estabelece sua unidade não enquanto obedece às intenções corporativas de uma idéia de universidade, mas *enquanto houver unidade de funções enraizadas no mundo-da-vida* (Leite e Morosini, 1992, p. 244). As relações de trabalho e, particularmente, com a empresa talvez sejam a questão mais injusta que se tenha construído no Ocidente.

As formas de desligar os trabalhadores envelhecidos de suas relações de reconhecimento social e de amizade, tendo eles ainda vigor humano, deixam-nos desorientados. Será que o simples fato de não mais trabalharem, tendo sido educados para este fim, permite um consistente perfil de relações consigo e com os outros? Kees aborda com propriedade a questão e faz indicações que merecem consideração pela universidade:

As regras relativas a aposentadoria e ao sistema de pensões remontam ao princípio deste século. Elas foram acolhidas com satisfação tanto pelos empregadores como pelos assalariados: por parte dos empregadores porque era-lhes oferecido um meio jurídico de despedir os trabalhadores velhos e substituí-los por trabalhadores jovens, e por parte dos assalariados, porque estas regras liberavam-nos da obrigação de trabalhar até a morte. Entretanto, um século depois a situação é completamente outra. A esperança de vida tem aumentado, os trabalhos físicos desgastantes tem diminuído e, apesar de uma idade oficial para a aposentadoria - 65 anos para a maioria dos países -, a aposentadoria tem evoluído de uma maneira informal em

função da situação da história do próprio trabalho. Assim, o sistema de aposentadoria - que resolvia, há um século, um certo número de questões candentes - tem se tornado cada vez mais um simples mecanismo de sair do trabalho, acontecendo a exclusão da estrutura social das pessoas com mais de 60 anos e mesmo daquelas com mais de 50 anos. Seja como for, a proporção de pessoas com mais de 50 anos, exercendo uma atividade profissional é cada vez menor, o que faz que um número crescente destas pessoas não sejam mais integradas socialmente num dos domínios mais importantes da existência. É este o resultado esperado das regras iniciais a respeito da aposentadoria? É assim que convém resolver o problema da integração social dos mais velhos? Não devemos, antes de tudo, a obrigação de lhes oferecer novas oportunidades? Ou devem eles ficar sozinhas nesta questão? (Kees, 1993, p. 41).

Pela perspectiva do autor, pode-se perceber um leque de preocupações emergentes. Terão as empresas públicas e privadas somente a responsabilidade de pagar o salário dos trabalhadores ou não será dever qualificá-los para ocupações após a aposentadoria? Não menor é o problema dos valores concedidos aos aposentados.

Tematizar essas questões é envolver a universidade dentro de um problema ainda sem solução.

A solidariedade entre as gerações

A universidade pode mediar a aproximação entre as gerações em ações de ensino, de pesquisa e de extensão. A participação dos mais velhos em programas de educação permanente nas escolas tem sido apresentada como uma forma de integração de gerações. Estudos institucionais de integração de gerações, esforços consorciados da universidade com os movimentos religiosos de apoio às famílias parecem representar um potencial de estudos e de serviço para que se probalizem formas de aproximação de gerações⁶.

As revistas *Europe Sociale e Gérontologie et Société* apresentam sugestivas idéias sobre a solidariedade e a extensão das implicações dos esforços de aproximação entre

⁶ A presença dos mais velhos na formação da identidade infantil através de sistemáticas narrativas da história comunitária, parece constituir-se em meio eficaz de apoiar a integração de gerações. Trabalhos realizados pela Universidade de Passo Fundo e discutidos no texto de Both, (1996) revelam, em parte, o potencial da integração geracional.

as gerações. Dadas as formas atuais da constituição familiar, a universidade pode contribuir para que formas inovadoras de tolerância e estima sejam estimuladas, refazendo as perdas ocasionadas pelas mudanças na instituição da família tradicional.

2.2 - Caminhos metodológicos da universidade e suas práticas face a longevidade

O filósofo gaúcho Ernani Maria Fiori aponta para a importância da "revolução cultural" na medida em que a pesquisa social não só revela os quadros de dor social, mas, efetivamente, encaminha as estratégias modificadoras. Nisso Fiori se aproxima de Foucault (1995) que afirma: *O papel do intelectual não é mais o de se colocar 'um pouco a frente ou um pouco ao lado' para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da 'verdade', da 'consciência', do discurso* (p.71).

Esse é o pensamento também anunciado por Habermas, embora diferente no conteúdo de seu proferimento; nele a proposição é de que a linguagem se constituiria em luta, seja no campo do saber, seja no campo da ética.

A universidade tem a tarefa de argumentar, pelos seus estudos, sobre os aspectos significativos das condições de vida na longevidade e as melhores formas de conceder oportunidades de desenvolvimento. Esse discurso do convencimento confia na própria linguagem e exige transformações provocadas pelo conhecimento e consenso, exige mudanças porque justificadas; assim podem ser geradas a política e a nova antropologia. A universidade é uma das instituições mediadoras, apresentando-se como co-responsável pela racionalidade construída discursivamente, e tais procedimentos discursivos apontam para uma exigência de universalização das conquistas sociais.

A pesquisa social apresentada na proposta da ação comunicativa, como também já propunha Paulo Freire, mudando-se o entendimento da linguagem, compreende-se enquanto esclarecedora não só para os pesquisadores, ou seja, os pesquisados tornam-se sujeitos de seus próprios enigmas e os pesquisadores, seus parceiros. *Em primeiro lugar os intérpretes renunciam à superioridade da posição privilegiada de observador, porque eles próprios se vêem envolvidos nas negociações sobre o sentido e a validade dos proferimentos. Eles não*

estão mais imunes às tomadas de posição por sim/não dos sujeitos de experiência ou dos Leigos, mas empenham-se num processo de crítica recíproca (Habermas, 1989, 430).

A universidade perde, dessa maneira, o seu discurso abstrato e onipotente, fazendo parte de um contexto de relações; estabelece sua caminhada acreditando que sua tarefa é problematizar temas emergenciais reveladores de crises sociais. Não só a explicitação das estratégias construídas sobre grupos humanos subjugados, mas novos arranjos sociais podem ser encaminhados. O conhecimento se torna completo à medida que se concretiza um novo discurso; a pesquisa somente se torna completa na extensão e construída em novo discurso na aprendizagem acadêmica.

As formas de intervenção podem se manifestar de inúmeras maneiras: os mais velhos passam a ser interlocutores para a mudança social, e todo o lugar torna-se parceiro das preocupações. Na família, na igreja, na empresa, no município, nas escolas, nos grupos de convivência, é ali que a universidade pode avaliar os resultados dos conhecimentos e corresponder às questões emergenciais daí emanadas.

Os discursos em torno do mesmo problema podem ser diversos e, preferencialmente, interdisciplinares e comunicativamente descobertos, isto é, a comunidade afetada pelas estratégias limitadoras da dignidade no envelhecimento faz parte da aprendizagem da nova vida que se pretende conquistar com a longevidade. O discurso acadêmico, pelo paradigma comunicativo, passa pelos interlocutores e agentes sociais, com os quais são levadas a efeito normas e pressões para uma nova ética social. O conhecimento pode constituir-se em novas relações de poder.

A universidade pode, além de co-participar mediando acontecimentos com propostas de novos arranjos, sugerir novos discursos, aperfeiçoando o sistema social. O projeto da antecipação histórica pode fazer parte do propósito da universidade. Em todos os casos, a universidade assume um perfil mais humilde e solidário. A ciência perde, dessa maneira, sua dimensão monológica, convertendo-se em conhecimento comunicativo com vistas à emancipação dos mais velhos, afastando os mitos e encontrando um discurso adequado aos potenciais de uma velhice em construção e socialmente inserida.

A universidade, dessa forma, escolhe não uma razão instrumental, mas uma razão comunicativa, buscando validar seu discurso pelo conhecimento coletivo e pela justificativa moral, tendo em mente a universalização dos resultados da ciência e da ética e sendo

coerente com a realização do ser humano na formação permanente do ciclo de vida; seus conhecimentos saem das prateleiras tornando-se costume e vida.

O perfil demográfico altera-se rapidamente; o seu significado social e psicológico está a merecer constantes estudos e adequações. O fato de o ser humano não ficar velho muito tempo, mas de levar mais tempo para ficar velho cria perplexidades, e aí reside uma nova tarefa universitária. A longevidade pode ser entendida como um problema ou, se bem mediada, pode constituir-se num potencial de desenvolvimento social e pessoal. O investimento da universidade nessa questão pode resultar em conquista de novas opções de desenvolvimento não só para aqueles que envelhecem, mas para toda a população. Diversas são as questões trazidas pela longevidade e que, se bem resolvidas e bem praticadas

a vida poderá se tornar mais bela, agradável e harmoniosa, do acender ao apagar das suas luzes.

Mas há inúmeras outras áreas - da engenharia de trânsito à pesquisa esportiva, das descobertas químicas que reduzem a poluição às investigações ecológicas, da tecnologia de alimentos à computação e à automação, que diminuem o esforço físico no trabalho - em que a universidade sempre esteve diretamente envolvida para o prolongamento da vida (Souza, 1996).

O discurso universitário deve ser feito com todas as parcerias possíveis e integrando as diferentes áreas do conhecimento para a questão; o discurso da nova conquista humana deve ser feito em profundidade e em todas as direções. Como prolongar a vida e como qualificá-la é um discurso coletivo, isto é, tanto quanto o avanço científico dos meios de prolongamento da vida, importa a construção de uma ética qualificadora da inserção social dos mais velhos. A aproximação da universidade das propostas de melhoria da qualidade de vida dos mais velhos passa por diversas estratégias, não podendo ser feita nenhuma delas somente pela universidade. A pragmática da intersubjetividade supera o discurso da razão das elites intelectuais, embora não as negue, enraizando-se nas comunidades de inserção da universidade.

Os projetos que buscam a qualidade da vida na longevidade não podem se furtar de parcerias, de modo especial, com o Estado, com o mundo da economia, com a família, com as mediações da escola e diretamente com os mais velhos. Duas questões são levantadas: a

qualidade do conhecimento desenvolvido pelas universidades e a extensão de seus serviços. A proposta é de que o conhecimento e a conseqüente ética perpassem todas as instituições mais diretamente implicadas com o mundo-da-vida, isto é, com a cultura (o universo epistêmico), a sociedade (o universo das leis e das relações) e a personalidade (o universo da expressividade). Isso representa a necessidade de a universidade ter interlocutores que legitimem as descobertas e propostas.

Por certo, o Estado e, nele, os setores das políticas sociais e educacionais têm uma responsabilidade, e a universidade pode, deliberadamente, encaminhar projetos para alargar os conhecimentos e co-responsavelmente dividir a tarefa de uma aprendizagem evolutiva a ponto de responder satisfatoriamente às demandas do envelhecimento populacional. *Se o projeto da modernidade ficou - na hipótese do filósofo Habermas - ainda inconcluso, logo aberto e passível de diferenciações, então será uma alegre tarefa da memória rastrear no pensamento que se formou na Renascença às Luzes uma tradição "moderna" de equilíbrio entre o Homem e a Natureza, indivíduo e sociedade* (Bosi, 192, p. 356).

Esses esforços não se encontram apenas no passado, mas emergem do próprio homem, enquanto capaz de pensar a própria natureza e de equilibrar seu comportamento no confronto consigo mesmo. Se ainda a racionalidade não encontrou o equilíbrio entre a lei e a dignidade, entre as relações de poder e a igualdade, é bem possível que a universidade tenha ainda que encontrar o discurso mais adequado para se candidatar como o lugar preferencial do conhecimento e do exercício de justiça.

A universidade, ao acolher a questão da longevidade com as implicações do conhecimento, educação e justiça social, está investindo na vida. São diversos os caminhos que a universidade pode assumir nesse investimento:

- cursos de pós-graduação com características interdisciplinares parecem ser instrumentos interessantes e relevantes, principalmente porque são meios de multiplicar a sensibilidade, o interesse e o conhecimento na terceira idade;

- programas interdisciplinares de pesquisas podem dar conta da necessidade de um aprendizado holístico sobre as questões do envelhecimento;

- vários lugares e movimentos podem servir de mecanismo, mas, sobretudo, a universidade tem na escola um regime de parceria necessário para agilizar as mudanças de entendimento e de tolerância nas relações intergeracionais e promover a longevidade junto

às crianças, mediando-lhes as representações e internalizações de hábitos que suscitam a qualidade de vida.

- revisão dos currículos universitários, renovando o entendimento e as abordagens das diversas áreas com a intenção de construir um aprendizado voltado para o desenvolvimento humano em todo seu ciclo.

Essas questões revelam que *as três dimensões das atividades universitárias estão diretamente afetadas pelo novo perfil demográfico* (Souza, 1996).

A expansão de valores autênticos e uma disciplinação social discutida podem emergir da periferia para o centro, demonstrando-se que o poder se exerce em redes de comunicação. Os discursos e as práticas sociais, com base em realidades sociais concretas, exercem pressão para a expansão do conhecimento e da justiça; a revolução social é sempre maiúscula mesmo que realizada numa pequena comunidade.

...a partir da destruição do conceito de poder soberano, abre-se a perspectiva de analisar redes de poderes relacionais, ou seja, abre-se a possibilidade de pensar conceitualmente, os poderes e os contrapoderes, as práticas de resistência e as lutas sociais, os múltiplos focos de resistência e da luta, o que, implica, como tarefas dos intelectuais específicos, a de mostrar às pessoas que elas são mais livres do que muitas vezes julgam que são (Santos, 1996, p. 41).

Como fecho deste capítulo, pode-se pontualizar algumas questões mais importantes.

O Estado e a universidade podem estar atentos e suscitar, por meio de leis, de políticas e de conquistas do conhecimento, oportunidades de acesso a um perfil mais desejado pelas pessoas quando envelhecem. O potencial de desenvolvimento pode ser ampliado pela renovação das interpretações culturais e pela moral, estimulando-se, pelo reconhecimento da *sabedoria e da intimidade*, a que *o sentido da vida* se revele em expressões diferenciadas.

A análise do Estado como lugar dos mais velhos demonstrou que os movimentos civis, representantes efetivos da dimensão democrática constituída na sociedade, são os primeiros responsáveis nesse processo de emancipação em marcar presença no Estado com seus protestos reivindicativos. Só com isso serão instaladas estratégias politicamente

autorizadas e capazes de promover uma ética visivelmente instalada. Entende-se, desse modo, que discursos bem-feitos e solidários podem convencer o Estado a acolher os mais velhos em leis e instituições que verdadeiramente interpretem as suas necessidades, produzindo condições contextualizadas para uma identidade expressiva e não violentada.

Dessa maneira procura-se assegurar, de forma procedimental, que a força sócio-integrativa da solidariedade, imanente aos impulsos comunicativos do mundo-da-vida, contrabalance os outros dois recursos que suprem a “carência de integração e direção” das sociedades modernas, a saber, o dinheiro e o poder (Costa, 1995, p. 59).

Para que Estado assuma uma posição política em favor da emancipação dos mais velhos, é preciso clareza e profundidade no discurso e que o poder político se sensibilize com as proposições reivindicativas.

No capítulo, mostrou-se também que o conhecimento universitário, a escola com a mediação curricular, a família como um dos espaços preferenciais da revelação afetiva, a empresa como co-responsável pela inserção social são elementos constituintes e constituidores das identidades que envelhecem. Os discursos práticos feitos à mesa, os livros das escolas, as salas dos recursos humanos, as casas de representação popular, as máquinas eletrônicas de informação tornam-se parte das políticas sociais efetivas e instituem as verdades e os costumes. É aí que o Estado pode exercer seu poder no sentido de produzir mudanças para atender às necessidades dos mais velhos.

Nas questões do Estado e suas mediações indicou-se ainda, como instrumentos de mudanças a lei 8 842, algumas orientações e responsabilidades ministeriais. A contribuição mais forte da lei diz respeito às iniciativas que devem provir da área educacional no que se refere às mudanças vinculadas ao processo do envelhecimento e da velhice; do Ministério da Ação Social enquanto responsável pela preparação de recursos humanos para atender às reivindicações sociais dos mais velhos.

Quanto à proposta de universidade na confrontação com o envelhecimento e a velhice, assume-se um perfil comunicativo cujo destino e natureza são limitados pela linguagem e sua vocação estabelecida em seu contexto. Isso quer dizer que a universidade supera seu perfil como construtora de uma ciência neutra, passando a cumprir tarefas

políticas; sua identidade, portanto, emerge do jogo hermenêutico e reconstrutivo de parceiros internos e externos a ela.

A universidade é uma das instituições responsáveis pela renovação dos discursos para a longevidade e, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, pode ser mediadora do perfil do último estágio do ciclo de vida, não só afastando a dor, promovendo a saúde, oferecendo novos objetos de paixão para o pensar e o amar, novas formas de interação social, mas constituindo-se em elaboradora de novos discursos. Nas relações da universidade com as questões da velhice, são postos como temas desde a inserção social até a questão da solidariedade entre as gerações. Ainda é proposta uma metodologia de ação com a terceira idade a qual propõe uma pragmática da intersubjetividade, isto é, o discurso universitário deve ser feito com todas as parcerias possíveis e integrando as diferentes áreas do conhecimento.

CAPÍTULO IV

POSIÇÕES CONCLUSIVAS SOBRE OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS: OS PÓLOS COMUNICATIVOS DA IDENTIDADE E DAS MEDIAÇÕES

O desenvolvimento desta tese, que trata da identidade existencial na terceira idade e das mediações do Estado e da universidade nas questões das relações sociais e do aperfeiçoamento da cultura, compreende a suposição de que há uma identidade humana diferenciada com o advento da longevidade mediante oportunidades para a sua construção. As intervenções para a realização humana de uma identidade existencial na longevidade compreendem os hábitos culturais, historicamente determinados, os discursos reformadores dos sujeitos capazes de mudança e os mais velhos, que, envolvidos, constituem a fonte e o destino dos esforços de construções cognitivas e éticas.

A linguagem pode conceber estágios de desenvolvimento que obedecem a certa regularidade face aos exercícios do pensamento lógico concreto e abstrato e que, ao final de larga experimentação, conferem aos sujeitos aperfeiçoamento das estruturas mentais denominadas de *sabedoria e intimidade*. Essas permitem operar com destreza as incertezas, probabilizando relações sociais mais justas para as comunidades e para os mais velhos. O que se tem hoje são identidades defasadas, em que as relações de poder desmancham as estruturas mentais e afastam os mais velhos dos significados da linguagem e de seus conteúdos.

Concebe-se que, pela renovação da linguagem científica e ética estabelecidas pela universidade e pelo Estado, em diálogo entre si e com o mundo-da-vida, pode-se desenvolver exercícios antecipadores do processo histórico. Os discursos sinceros e convincentes realizados pela família, pela escola e pelas empresas, e apoiados pelo Estado e pela universidade, podem renovar o cabedal cultural e ético e, por consequência, o modo

de resolver o encaminhamento das identidades no envelhecimento. A interação duradoura entre a sociedade civil, o Estado, a universidade e outros centros de efetivação histórica, mediada pelos conteúdos reivindicativos das formas de preparação para o envelhecimento e de estratégias de inserção social dos mais velhos, poderá constituir conhecimentos e costumes ajustados em discursos contextualizados.

O Estado e a sociedade civil podem encaminhar *a defesa e a restauração de formas de vida ameaçadas ou a implantação de novas formas de vida* (Habermas, 1992, p. 556). Os atos de fala capazes de chegar a novos entendimentos sociais e culturais devem constituir-se, porém, em bases argumentativas de tal forma que possam ser transferidos a quem estiver na mesma situação reivindicativa, respeitadas as enunciações do contexto. De toda forma, isto significa que a construção da identidade no advento do envelhecimento tem na linguagem cultural a sua morada. A identidade existencial dos mais velhos desenvolve-se, aproveitando-se os termos de Larrain, (1996), *em um indivíduo como resultado de suas experiências sociais através da linguagem e da comunicação* (p. 100). Isto é, não basta a sociedade se expressar em forma de conhecimento e lei; precisa-se do estabelecimento, de fato, de uma nova cultura e de uma nova sociedade, para o que conta o grau democrático da sociedade civil e desta no Estado.

Larrain também concorda com as críticas de Habermas e com sua teoria como instrumento de emancipação quando escreve: *A razão instrumental produziu muitas conquistas materiais, mas também, como diz Habermas, é culpada de ter invadido com sua lógica reificada e mercantil os mundos-da-vida onde deveria imperar a razão comunicativa* (Idem, p. 244).

Contra a defasagem entre a lógica instrumental e a lógica comunicativa é que se propõem os discursos multiculturais, ou seja, a soberania da justiça, sem hegemonias tendentes a fazer do homem um instrumento de interesses dos grupos historicamente excludentes. Retornando às origens da virada lingüística, pode-se dizer que vivemos na morada da linguagem, como diz Heidegger, cujas fronteiras são as fronteiras dentro das quais podemos negociar a existência humana e aperfeiçoar o entendimento e a ética para a formulação de uma identidade cultural e social no advento da longevidade.

A lei 8 840, criada para estabelecer a política nacional para o envelhecimento, está posta mais como um potencial a ser explorado que como uma outorga auto-efetiva. Agenciamentos e estratégias têm a tarefa de promover a visibilidade do potencial legal. A

saúde, o exercício da intimidade em ambientes familiares, o afastamento da violência, a construção de conhecimentos, os exercícios escolares e universitários em torno da qualidade de vida, a preparação de recursos humanos, o atendimento preferencial dos idosos nos interesses previdenciários, a responsabilidade da empresa diante do envelhecimento tornam-se sem efeito se não houver um diálogo sincero e consistente entre os interlocutores sociais.

A compreensão do homem como fruto de sua própria linguagem e capaz de discursos passados a limpo por todos os interlocutores interessados no pronunciamento de um consenso pode pôr a razão a descoberto e ainda constituir-se no meio confiável da construção do conhecimento e da sociedade.

A teoria da ação comunicativa, nesta tese, embasa a concepção de que o homem é capaz de superar os impasses limitadores da razão meramente estratégica e, resgatando o fulcro da razão comunicativa, de estabelecer o primado do homem e de seu mundo. Isso compreende o estabelecimento urgente do diálogo do homem com a natureza e com ele mesmo, e não somente o sucesso do domínio, mas o bem-estar dos indivíduos constituintes e constituidores de suas comunidades.

O objeto desta tese, constituído pela identidade existencial dos mais velhos e das mediações do Estado e da universidade como interlocutores para a ética e para a cultura, pode, à luz de discursos abertos e de conclusões consensuais, abrir novas perspectivas frente às questões relativas a terceira idade; discursos sociais e culturais, validados pelas pretensões de verdade, justiça, expressividade e universalidade, garantem a confiabilidade e a solidariedade da linguagem na qual são feitos. Os discursos, além de poderem ser testados em sua consistência interna e na aplicação social, são abertos extensivamente aos lugares de efetivação histórica. O universo da política, da economia e do mundo-da-vida são os locais preferenciais da pragmática dos atos da fala envolvidos com a renovação do conhecimento, das relações de poder e da expressividade.

A metodologia da investigação não persegue, nos confrontos lingüísticos para o entendimento, provar ou comprovar hipóteses rigidamente predeterminadas, mas, pela linguagem, ampliar entendimentos sobre o significado do envelhecimento e sobre as mediações compreendidas no âmbito do Estado e da universidade.

O discurso teórico sobre a identidade existencial foi realizado comunicativamente, levando-se em consideração uma metodologia advocatória com base em diversos autores e será aprofundado com histórias de vida e proferimentos dos mais velhos, os quais serão participantes principalmente da construção das categorias identitárias da *sabedoria, da intimidade e do sentido da vida*. Desses proferimentos, serão reveladas as categorias substanciais que especificam melhor os atos de fala sobre a identidade.

Os discursos teóricos sobre as mediações do Estado e da universidade já foram expressos como referências iniciais para, posteriormente, prosseguir-se na percepção de pessoas com qualificada competência para a crítica e o aprofundamento em outras categorias consubstanciadoras daquelas teoricamente vistas.

Fundamentalmente, a universidade tem a responsabilidade da produção de conhecimentos para a longevidade e na velhice, subsidiando o universo ético de responsabilidade do Estado e da sociedade civil. Tanto na universidade como no Estado, a presença dos mais velhos torna-se necessária sob pena de aí se consagrar o conhecimento e a ética colonizadores do mundo-da-vida⁷.

O recrudescimento da lógica da razão teleológica com vistas ao domínio da natureza e ao predomínio econômico sobre populações excluídas colonizaram o mundo-da-vida, afastando precocemente os mais velhos do sentido da vida e de papéis sociais em nome da reengenharia humana. O ordenamento burocrático no Estado e a renovação dos quadros dos trabalhadores na economia não perguntaram sobre a sorte dos mais velhos; a ciência, de outra parte, conseguiu uma grande número de artifícios dos quais resultou a longevidade.

⁷ Na região Norte do estado do Rio Grande do Sul, conforme pesquisa divulgada (CEI e Universidades, 1997), ficou evidenciado o deslocamento populacional do campo para a cidade, e isso ensejou as perdas das formas tradicionais de envelhecer, remetendo os mais velhos a situações de esvaziamento do sentido-da-vida. Antes do êxodo rural, particularmente ao sexo masculino cabiam papéis e reconhecimento aos mais velhos no testemunho de Alice Costi (1996b):

Os "nonos" em nada se diferenciavam (dos outros que produziam). Suas tarefas eram específicas: poda das parreiras; registro dos animais prenhes e do descascar das ninhadas; cuidados do jardim, horta e pomar; instrumental necessário para o trabalho sempre afiado; curtição dos couros para confecção de chinelos, sapatos e botas; temperavam a massa de carne para o fabrico do salame, lingüiça e demais fiambres; faziam e empacotavam a palha para o "criolo" ou palheiro; graduavam a cachaça e davam o ponto ao melado; eram também chamados para apaziguar os desentendimentos". Este caso típico elucidava toda a realidade sociológica, determinando as perdas sociais dos mais velhos com o processo de industrialização ocidental.

Corpos longevos foram produzidos com identidades carregadas de desmerecimentos em razão do esvaziamento vital dos conteúdos sociais. No entanto, as instituições mediadoras públicas e privadas (escolas, família e empresas) não construíram estratégias centradas no mundo da expressividade humana, deixando os mais velhos com seus aprendizados defasados, com símbolos imaginados sem densidade, presos a seus passados de onde retiram pelas lembranças, conteúdos distantes, quase oníricos. Isso já foi expresso por Sampaio (Costi et al., 1996a, p. 84):

*Eu sou aquela mulher
De pensamentos distantes
Transformando o fruto da saudade
em grãos de esperança.*

As concessões da longevidade expressas pela sabedoria e pela intimidade não apresentam, na solidão social, os resultados possíveis em razão de haver ainda um ser em abandono. A subjugação histórica dos mais velhos, capturados por uma limitada visão da vida adulta, suscitou, com o advento da Revolução Industrial, maior defasagem entre a lógica instrumental e a lógica comunicativa.

Somente uma reflexão dos discursos monológicos do sistema pode fazer a pertinente crítica e apostar na superação das contradições internas dos encaminhamentos parciais da razão teleológica. A retomada do discurso iluminista para a emancipação parece ser necessária. Como foi dito antes: *A hipótese que está sendo apresentada é de que os potenciais no envelhecimento podem aproximar-se de operações competentes e densas de vigor afetivo em busca de objetos ou sentidos facilitadores de uma identidade existencial coincidente com desejos e ações livres dos aprisionamentos severos postos pela tradição. Para tanto o Estado e a universidade podem oferecer mediações decisivas na construção de discursos constituidores efetivos de novos cenários humanos na longevidade, seja nos costumes, seja nas interpretações culturais.*

O processo da longevidade implica, portanto, conhecimento e ética nas variáveis biológicas, psicológicas e sociais. A complexidade dos conceitos e suas reclamações

parecem exigir uma revisão de todas as instituições e, possivelmente, outras devam ser delineadas para abrigar a exigência da dignidade e da liberdade dos mais velhos. Se os hábitos anteriores à velhice probabilizam o grau de liberdade no desenvolvimento, isso exige novas direções na qualidade curricular e na interpretação da família em questões do envelhecimento. A autoridade do Estado, enquanto capaz de corrigir defasagens éticas, e a autoridade da universidade, enquanto produtora de conhecimentos, são meios necessários para a aproximação do mundo dos velhos daquele dos sistemas instaurados.

A linguagem da longevidade está defasada e, por isso, a morada dos mais velhos está empobrecida, pois o modelo reducionista do envelhecimento não cedeu espaço às exigências do curso da vida com suas tendências para a construção de identidades interessantes nas suas formas diferenciadas de ser. A clareira obstruída do ser que envelhece aguarda seus discursos e, possivelmente, a condição humana tenha espaços ainda não convencionados.

Assim como na adolescência são elaborados níveis de estruturas cognitivas capazes de oportunizar operações abstratas e descentração afetiva para objetos abstratos, assim, na vida adulta tardia, os mecanismos cognitivos podem avançar para operações credenciadas pela experiência e seleção de respostas livres de informações erráticas. Essas conquistas suscitam as condições para a integração da personalidade e construção de identidades existenciais diferenciadas, se oferecidas as mediações dos objetos sociais de investimento afetivo. Os objetos se diversificam em razão das mudanças biológicas e da qualidade dos produtos cognitivos. Em todos os casos, o vigor dos conteúdos operados na construção das identidades depende da linguagem social.

As linguagens históricas de dominação são recorrentes em seus discursos, constituindo clientelas e mantendo a ordem de verdades e de políticas de interesses hegemônicos. Isso não representa toda a verdade uma vez que são historicamente visíveis todas as formas de resistência para a construção de discursos emancipadores. A metáfora do colonizado equivale à do velho: em ambos, existe um potencial de reivindicações suscetível de mobilização para o exercício de um novo conhecimento e de uma nova ética. Isso representa o espaço da integração social capaz de resistir à subjugação. Como os indivíduos, as comunidades tendem a resistir diante da opressão mesmo com o sacrifício da vida de seus integrantes.

A metodologia alicerça-se no discurso comunicativo. Assim, para tornar consistentes os pronunciamentos teóricos sobre a identidade existencial, interlocutores idosos participam com suas histórias de vida e com seus atos de fala. A investigação teórica sobre as mediações do Estado e da universidade é ampliada com a interpretação de profissionais preocupados com a construção da realidade do envelhecimento e da velhice. Os consensos resultantes do diálogo edificante são provisórios, mas confiáveis para ilustrar e ensejar novas interpretações e esforços para a liberdade de desenvolvimento ao longo de toda a vida.

Persegue-se, portanto, a continuidade das disposições motivacionais e de papéis interessantes nos quais os mais velhos possam concentrar suas intenções, neles realizando a construção das funções mentais superiores e deles tirando satisfação e prazer de pertencer a um grupo, ao mesmo tempo em que ocorrem as trocas com os objetos de sua paixão. A suposição de a identidade existencial dos mais velhos poder levar a efeito as operações da *sabedoria* e da *intimidade* e de ter a necessidade de um *sentido* constituidor de integração interna e reconhecimento externo é o motivo dos esforços de toda a tese. O que pode ser adiantado é que, pela metodologia de investigação comunicativa, busca-se uma interpretação sincera do conhecimento, regulações sociais mais justas e desenvolvimento de indivíduos expressivos.

Finalizando a etapa teórica da investigação, pode-se afirmar que foi construído um discurso com base na teoria da ação comunicativa cujo objetivo foi a identificação de categorias conceituais e referentes com vistas a aperfeiçoar o entendimento sobre a identidade existencial dos mais velhos e sobre as responsabilidades do Estado e da universidade no que diz respeito ao desenvolvimento humano e social dessa população. Tendo em consideração algumas categorias conceituais da teoria comunicativa, recorreu-se ao diálogo advocatório para se chegar ao entendimento do potencial de desenvolvimento da identidade existencial na terceira idade. Durante o processo advocatório que esclareceu sobre a autonomia humana para o desenvolvimento e sobre a importância da intervenção ética e cultural no processo da formação da identidade, foram definidas algumas categorias referentes do desenvolvimento que regularmente se apresentam, tornando os indivíduos aptos a operar com seu universo pessoal e social através da *sabedoria e intimidade*. Necessitam eles, porém, de um *sentido na vida* com o qual possam ser reconhecidos e firmarem sua expressividade como indivíduos. Em todo o discurso da identidade existencial

na terceira idade, evidenciou-se que essa realidade é um resultado para o qual concorrem as intervenções culturais e sociais. Para tanto, procurou-se esclarecer a respeito da importância do Estado e da universidade nesse processo.

Notadamente a universidade, enquanto capaz de um diálogo sincero com seu contexto, não pode se furtar a aperfeiçoar a construção do conhecimento em torno do envelhecimento e da velhice. Diversas são as questões em relação a isso, as quais reclamam pesquisas e novos entendimentos. Nesse sentido, as funções de ensino, pesquisa e extensão são instrumentos eficazes para que, num processo interdisciplinar, a universidade assumira um papel importante de renovação do discurso cultural e ético em parceria com o Estado. Para isso, a universidade deve refletir sobre seu verdadeiro compromisso emancipatório; o seu discurso sobre o mundo-da-vida pode minimizar ou equilibrar os efeitos da lógica da razão instrumental.

O Estado constitucional, mais democratizado pela presença dos movimentos civis, demonstra sua sensibilidade quando acolhe os protestos de reivindicação emanados das necessidades emergentes na sociedade. As regulações necessárias no mundo-da-vida são urgentes à medida que a população envelhecida cada vez mais reclama a oportunidade de construir expressivamente sua identidade, por carecer de oportunidades de produção, de educação, de saúde, de lazer. Enfim, o Estado cumprirá sua vocação quando exercer a vigilância no sentido de corrigir o discurso tradicional da exclusão.

ETAPA II

A IDENTIDADE NA TERCEIRA IDADE SOB O OLHAR DOS MAIS VELHOS E AS MEDIAÇÕES DO ESTADO E DA UNIVERSIDADE SOB O OLHAR DOS PROFISSIONAIS: PERSPECTIVAS PRÁTICO-EMANCIPADORAS

Esta investigação foi realizada em três etapas: a primeira compreendeu a apresentação das perspectivas teóricas sobre a identidade existencial e as mediações; a segunda abrangeu a ilustração prática com a participação de idosos e profissionais, e a terceira sinalizou para a organização das práticas políticas e educacionais relacionadas ao envelhecimento e à terceira idade. A presente etapa é constituída de três capítulos com propostas diferenciadas mas atreladas aos capítulos anteriores e com a finalidade de encaminhar as questões conclusivas e nelas as proposições políticas para a gestão social da terceira idade.

No capítulo que inicia esta etapa pretendeu-se apresentar a questão metodológica da composição do corpo analítico e da realização de sua interpretação. Inicialmente o capítulo introduziu questões gerais da análise dos documentos e após aprofundou os itens relativos às fontes, às categorias e aos procedimentos. Nos capítulos seguintes foi posta em prática a metodologia de análise dos proferimentos dos idosos e dos profissionais. Os documentos de análise foram obtidos em textos elaborados por idosos para construir as categorias substanciais inicialmente dadas sob as categorias referentes da *sabedoria, intimidade e sentido na vida* (VI). Os documentos dos profissionais da área de gerontologia foram obtidos em textos produzidos por eles com base no capítulo terceiro desta investigação, isto é, das categorias referentes do Estado e da universidade, visando a construção de categorias substanciais organizadas em torno de convergências temáticas emergentes da análise de seus proferimentos (VII).

CAPÍTULO V

PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

A metodologia de análise dos textos dos idosos e dos profissionais obedeceu a alguns princípios da teoria da ação comunicativa. A análise não teve a pretensão de assumir todas as exigências da teoria da ação comunicativa, mas absorver dela a intenção de praticar um discurso coerente sustentado em falas representativas do mundo-da-vida de idosos e profissionais, com pretensões de emancipação das ameaças causadas pela colonização e insensibilidade da racionalidade instrumental. O processo da interlocução foi limitado porque não institucionalizado e sem a presença face a face dos autores. A análise construiu entendimentos provisórios e uma interpretação emancipadora com vistas a identificar políticas que visem atender às reivindicações emanadas dos proferimentos. Os critérios de análise foram, portanto, os de esclarecimento, de aproximação de consensos expressos nas falas e de emancipação. Os proferimentos foram organizados em discursos esclarecedores ao mesmo tempo em que apontam para promessas de mudanças políticas. Como em toda atividade existe um interesse que constitui o saber, na atividade da análise crítico-comunicativa, o interesse final é emancipatório. Na análise das falas dos mais velhos e dos profissionais, o interesse emancipador se deu a partir do esclarecimento prático de categorias que envolvem o potencial de desenvolvimento dos idosos, bem como de categorias de mediações do Estado, da universidade e de outras, ao mesmo tempo em que se revelam reivindicações e possíveis estratégias para encaminhar a superação das distorções sociais apresentadas no mundo-da-vida em ambos os casos.

A metodologia é de análise crítica dos conteúdos das falas que esclarecem o potencial da identidade existencial dos idosos e as mediações do Estado e da universidade, isto é, analisar criticamente é dizer *que a finalidade da crítica consiste em proporcionar*

uma forma de auto-conhecimento terapêutico que liberará os indivíduos das compulsões irracionais de sua história individual através de um processo de auto-reflexão crítica (Carr, Kemmis, p.151,1988).

O limite da interlocução desta investigação não negou o potencial terapêutico, isto é, emancipador, mesmo que a discussão fosse incompleta por ser iniciada pelo autor, continuada pelos participantes idosos e profissionais, cada qual em seu objeto de esclarecimento e de emancipação, e concluída pela análise dos proferimentos.

O corpo analítico constitui-se de seis textos dos mais velhos que tratam de suas histórias de vida após os sessenta anos. O corpo foi acrescido por mais quatro textos opinativos produzidos por quatro dentre aqueles que participaram dos textos de histórias de vida, tratando de sua identidade a partir de categorias referentes da sabedoria, intimidade e sentido da vida. O volume de informações produzido e sua riqueza de conteúdos se prestaram às pretensões da análise para a revelação de categorias explicativas da identidade existencial. Da mesma maneira, pode-se dizer que os textos opinativos de três profissionais constituíram-se em fontes capazes de revelar as categorias mediadoras do desenvolvimento da identidade existencial na terceira idade a partir das categorias referentes do Estado e da universidade. A identificação dos idosos e dos profissionais foi realizada no início da análise.

Os textos produzidos constituíram-se no corpo de análise pelo qual se pretendeu organizar os dois discursos esclarecedores das categorias da identidade existencial e de suas mediações. Os discursos, portanto, foram organizados com base em categorias denominadas referentes, conceituais e substanciais, essas fruto do processo de análise. As categorias foram utilizadas para compreensão dos documentos, pondo em evidência as idéias dominantes dos interlocutores velhos e profissionais sobre a identidade existencial e sobre suas mediações respectivamente.

A produção dos textos sobre a identidade existencial realizou-se em dois momentos distintos. O primeiro possibilitou, por solicitação do pesquisador, a produção de testemunhos de vida representativos da trajetória existencial de um grupo de alunos do Centro Regional de Estudos e Atividades na Terceira Idade da Universidade de Passo Fundo depois dos sessenta anos. O segundo momento consistiu na colaboração de textos de mais quatro alunos, motivados por um texto inicial sobre as categorias referentes da sabedoria, intimidade e sentido na vida e de questões abertas.

A produção dos textos relativos às mediações foi realizada por três estudiosos da área de gerontologia, tendo também um texto inicial sobre as categorias referentes do Estado e da universidade, constituído pelo capítulo III desta investigação. A proposta para os proferimentos constituía-se ainda de questões abertas sobre o tema.

Recolhidos os documentos, iniciou-se o processo de análise com a perspectiva de desvelar categorias fundadoras da identidade na opinião dos mais velhos e das mediações na opinião dos gerontólogos.

Diversas foram as razões para a organização do discurso em categorias como instrumento de investigação. A verdade diluída nos proferimentos sobre os objetos da investigação exige uma determinada organização para a compreensão de temas geradores de entendimento e de ação. A análise constitui-se basicamente, na reunião de proferimentos em categorias, tornando evidentes os eixos dos entendimentos expressos pelos interlocutores. Sem as categorias, a comunicação perderia seu vigor, uma vez que a sistematização fez aflorar as linhas mestras na construção dos entendimentos. As categorias referentes, dadas como início, atingiram sua plenitude na organização de outras que as consubstanciaram, sendo, por isso, denominadas de substanciais. A ação comunicativa manifestou-se melhor uma vez que as categorias articularam entendimentos, tornando consistente o discurso e mais vigorosas as conseqüências para a ética e para a expressividade. Os textos inicialmente desarticulados ganharam, pelo discurso organizado em categorias analisadas, a visibilidade necessária para obter reconhecimento e exigir mudanças.

Dois foram os momentos de análise: em primeiro lugar, foram considerados os proferimentos em torno de cada uma das categorias referentes e, em segundo, uma vez realizadas as primeiras aproximações analíticas sobre as categorias referentes, cada uma delas foi sendo desvelada em eixos explicitadores dos conteúdos, formando-se quadros com categorias emergentes do processo, aprofundadas, a seguir, na análise.

Os interlocutores expressaram também as condições históricas dos conteúdos manifestos nos textos, isto é, os mais velhos e os gerontólogos não foram autores isolados de seus proferimentos; revelaram, nas singularidades textuais, a ideologia com as significações dominantes no momento presente.

Uma das responsabilidades da ciência social crítica é trazer à consciência dos participantes da investigação as concepções e vivências distorcidas pela tradição e as sugestões inerentes às suas falas; na presente tese, de modo especial, foi apreender conceitos expressivos sobre categorias referentes e substanciais sobre a identidade existencial na terceira idade e sobre mediações. O corpo analítico surgiu dos problemas da vida cotidiana e se construiu com o olhar dirigido às estratégias de encaminhamento dos carecimentos. Os entendimentos sobre as categorias dos objetos da investigação (identidade e mediações) estavam expressos no interior dos escritos dos grupos envolvidos (idosos e profissionais). O ideal dos esclarecimentos e de suas implicações se esgotou na própria comunicação, valendo a força da expressão, do sentido de justiça expressos na fala, e sobretudo, dos proferimentos repetidos pelos interlocutores.

Dando seqüência foram inicialmente construídos entendimentos sobre as fontes, sobre as categorias utilizadas na explicitação dos objetos de estudo e, finalmente, sobre os procedimentos na abordagem da investigação.

1 -SOBRE AS FONTES

As fontes do estudo são constituídas de proferimentos dos idosos para elaboração da investigação prática a respeito da identidade existencial na terceira idade (testemunhos de vida e textos opinativos) e de proferimentos de profissionais de gerontologia (textos opinativos) para a investigação sobre as mediações do Estado e da universidade. (*Ver quadro 4*)

Quadro 4: Síntese metodológica da análise dos textos



1.1 - Para a investigação da identidade existencial

Para efeitos da coleta de dados sobre a identidade existencial, foram utilizados recortes de história de vida depois dos sessenta anos e textos opinativos dos idosos, conforme já foi descrito, a partir de categorias referentes reveladas durante o processo de investigação teórica deste objeto de estudo. Os textos em análise ofereceram material suficiente para revelar unidades de entendimentos constituintes das categorias substanciais. Os mais velhos e suas percepções tiveram força para expressar significados comunicativos para deles se retirar posições competentes na definição do perfil humano no advento da terceira idade.

Testemunhos de vida

Nas palavras de Marre (1991), o método de investigação constituído pela *História de Vida* tem o objetivo de *a partir da totalidade sintética que é o discurso específico de um indivíduo - reconstruir uma experiência humana vivida em grupo e de tendência universal* (p. 89).

No primeiro passo, foram tomados registros escritos de seis alunos do Centro Regional de Estudos e Atividades para a Terceira Idade da Universidade de Passo Fundo (Creati), os quais foram convidados a expressarem suas idéias e sentimentos sobre os acontecimentos ocorridos em suas vidas depois dos sessenta anos. O que se pretendeu foi, na espontaneidade de suas narrativas, identificar os significados atribuídos ao mundo vivido por eles a respeito de suas formas de operar diante das solicitações cotidianas, das formas de projetarem seus afetos e de como estabeleceram o sentido na vida. Nesse primeiro contato, a intenção foi entender, pelos acontecimentos, as transformações no entendimento do mundo, as relações afetivas estabelecidas e o sentido que conseguiram imprimir a suas vidas depois dos sessenta.

A pretensão, portanto, foi colher as formas do mundo vivido sob o prisma da identidade existencial tal como é representada por esse grupo de alunos. No universo narrativo, foram preferidos aqueles dados entrelaçados nas narrativas que, de alguma forma, resultassem em compreensão das categorias referentes *da sabedoria, da intimidade e do sentido na vida*.

A sabedoria, enquanto capacidade de lidar com operações ajustadas às exigências das circunstâncias da vida; a intimidade, como aproximação afetiva de um universo humano já compreendido e selecionado e tido como capaz de sustentar satisfatoriamente as escolhas a partir de um mundo já experimentado; o sentido na vida, enquanto direção de ambas as categorias em torno de objetos socialmente autorizados para o exercício da vida dos sujeitos que envelhecem.

No procedimento da História de Vida, *a verdadeira compreensão da realidade ocorrerá na medida em que se levará em conta não somente o que é comum a todas as histórias de vida, mas, igualmente, como esse comum é vivido de um modo singularizado por cada um dos entrevistados* (Idem, p. 132). O que se afirma pelo termo *comum* está

associado ao universo daqueles que convivem num determinado tempo e lugar e não à idéia de essências humanas.

Textos opinativos dos mais velhos

Dos idosos que contribuíram com seus testemunhos de vida depois dos sessenta anos, foram convidados quatro para externarem suas opiniões sobre o sentido que, para eles, possuem a *sabedoria, a intimidade e o sentido para a vida* e sobre suas maiores dificuldades em poderem exercer expressivamente cada uma dessas categorias; esses também puderam falar livremente de outros fatores em seu desenvolvimento. A primeira decisão havia sido dos interlocutores dos testemunhos de vida serem os memos nos textos opinativos, entretanto, um deles por motivos de saúde e outro por não manifestar interesse em participar, fizeram com que se diminuísse o número de participantes na segunda interlocução. O primeiro momento da interlocução ocorreu no instante em que foram solicitados a se expressarem sobre os acontecimentos e reflexões de suas histórias de vida; o segundo a partir da leitura dos escritos sobre as categorias referidas, quando expuseram os sentidos que para eles tinham tais categorias, e a última instância do diálogo constituiu-se pelo discurso final, quando foram organizados os proferimentos em categorias do desenvolvimento representativas da teoria e as emergentes dos textos.

Buscou-se não somente a construção de categorias, mas, de modo especial, apreender a maneira como elas se expressaram em suas vidas e os impasses que foram criados para o seu desenvolvimento. Dessa maneira, explicitou-se a função prática do conhecimento, ao mesmo tempo em que se legitimaram as primeiras indicações das estratégias sociais para a construção de uma política a ser suscitada pela sociedade civil, pelas universidades, e a ser assumida pelo Estado e pela própria sociedade.

1.2 - Para investigação das mediações do Estado e da universidade

Foram exploradas duas fontes para formar o corpo de análise das categorias referentes do Estado e da universidade.

Textos opinativos sobre as categorias referentes do estado e da universidade

Os proferimentos de três profissionais da área de gerontologia serviram de suporte para a construção do discurso sobre as mediações do Estado e a universidade. Os interlocutores, em virtude de seu grau de envolvimento e conhecimento nas questões políticas e culturais sobre o envelhecimento e a velhice, foram considerados capacitados para convencerem sobre as categorias mediadoras do Estado e da universidade e de possíveis categorias delas resultantes. A interlocução desenvolveu-se em três momentos distintos. O primeiro foi realizado no instante em que os interlocutores participantes receberam o capítulo III desta investigação; o segundo constituiu-se na construção de dois textos opinativos sobre a visão que possuíam sobre o Estado e a universidade face ao envelhecimento e à velhice; finalmente, concluiu-se o discurso ilustrativo com categorias organizadas dos proferimentos e suas respectivas análises.

No primeiro momento, os profissionais receberam o referido capítulo acompanhado das seguintes sugestões para redigirem seus proferimentos:

Quanto ao Estado:

- Novas funções do Estado face ao envelhecimento populacional;
- As relações do Estado com a população idosa e os seus movimentos organizados ou em organização;
- O potencial normativo da legislação em vigor;
- Os espaços sociais (empresa, escola, família, etc.) e as interações com o Estado com vistas à melhoria das condições de vida diante do envelhecimento;
- Limites históricos e atuais da participação do Estado na execução de uma política social para a terceira idade;
- Estratégias para agilizar uma efetiva participação do Estado no atendimento social do processo de envelhecimento e dos idosos;
- Papel dos idosos na relação com o Estado.

Esclareceu-se aos interlocutores que tais questões não esgotavam o potencial do discurso sobre a responsabilidade do Estado em relação ao envelhecimento e à velhice. Isso significa que a interlocução poderia avançar livremente, realizando incursões de acordo com

o melhor julgamento do interlocutor, pois o que se queria era organizar um conhecimento com os esforços conjuntos entre profissionais e autor.

Quanto à universidade:

- Reflexos do envelhecimento populacional sobre as funções da universidade;
- A legislação sobre a política nacional do idoso e a universidade;
- A universidade como promotora de ações pela emancipação humana e a construção do conhecimento frente ao envelhecimento;
- A universidade e outras instituições co-responsáveis na promoção da saúde e inserção social dos mais velhos;
- Propostas das responsabilidades inalienáveis da universidade frente ao envelhecimento e à velhice;
- Limites históricos e atuais da universidade face à sua responsabilidade na melhoria cultural e participação social dos idosos.

Ficou claro que a interlocução sobre a universidade também avançou para outros tópicos que foram julgados como relevantes para o entendimento de suas responsabilidades para com o processo de envelhecimento e a terceira idade da vida adulta.

Textos normativos sobre as mediações

O texto legal da lei 8 842, que trata da política nacional do idoso, foi considerado como fonte uma vez que por ela o Estado revelou suas principais intenções em seu compromisso e em suas expectativas sobre o comportamento das instituições a respeito da questão do envelhecimento e da velhice.

2 - SOBRE AS CATEGORIAS

Entendem-se as categorias como forças estruturadoras de informações, sendo por elas, portanto, que se organizam os discursos sobre uma determinada investigação, revestindo-se de importância vital para a análise de conteúdo, isto é, do sentido que estão implícita ou explicitamente expressas em textos ou quaisquer outros documentos. Enquanto as categorias esclarecem o sentido inerente ao próprio discurso, elas se distinguem das

tipologias próprias da análise do discurso *que pretendem destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente lingüístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso* (Orlandi, 1996, p. 117). As tipologias revelam a estrutura do discurso enquanto forma de se revelar, sendo apresentadas por Orlandi como lúdica, polêmica e autoritária. A tipologia é lúdica, quando o discurso for aberto e provocador de polissemia, isto é, de diversos sentidos; polêmica, quando o discurso procura direcionar o referente do discurso; autoritária, quando o discurso se pretende único, sendo fechado o referente do discurso. As categorias relativizam a formação lingüística do discurso e se concentram sobre a semântica dos textos, descobrindo neles o conteúdo das comunicações.

As categorias são recortes textuais que visam apresentar os objetos de comunicação de forma precisa, tornando visível o que estava disseminado ao longo dos textos. Na análise de conteúdo, a finalidade é manifestar em blocos consistentes o que nos textos estava expresso, mas sem os contornos conferidos pelas categorias.

2.1 - Constituindo categorias

A análise de conteúdo é um processo que exige cuidados tanto em relação à coerência com a construção teórica de olhar os documentos em análise como em relação à comunicação inserida nos textos documentais. Nesse sentido, o entendimento de Lüdke (1986) sobre a análise é esclarecedor sobre os procedimentos que o investigador deve levar em conta. A autora entende que

depois de organizar os dados, num processo de inúmeras Leituras, o pesquisador pode voltar a examiná-los para tentar detectar temas e temáticas mais freqüentes. Esse procedimento, essencialmente indutivo vai culminar na construção de categorias ou tipologias. Elas brotam, num primeiro momento, do arcabouço teórico em que se apoia a pesquisa. Esse conjunto inicial de categorias, no entanto, vai ser modificado ao longo do estudo, num processo dinâmico de confronto constante entre teoria e empiria, o que origina novas concepções e, conseqüentemente, novos focos de interesse (p. 42).

A autora entende que a análise documental é um processo de exame de material com vistas à explicitação de certas regularidades as quais são a base para a definição das categorias. Para ela, também é importante a fidelidade à comunicação pretendida pelo texto. Mesmo certas *informações aparentemente isoladas, podem constituir-se em importantes elementos na elucidação das questões em estudo* (Idem, p. 43). A autora afirma que pode haver categorias surgidas eminentemente do arcabouço teórico e outras da força de expressão do material em análise.

Franco entende, por sua vez, que a análise pode ser constituída de três categorias gerais, com vistas à construção dos recortes significativos impressos no corpo analítico: referentes, substanciais e conceituais.

As categorias referentes e conceituais são *estabelecidas a partir de estudos prévios, de noções anteriormente veiculadas* (Franco, 1997).

As *referentes* são categorias iniciais para constituição dos estudos teóricos sobre o objeto de investigação e de informações recolhidas anteriormente; são recortes auxiliares na delimitação do campo a ser pesquisado, servindo como contornos iniciais da investigação. Ao se realizar a leitura do corpo analítico, sinalizam para certas direções, mas são efetivamente firmadas no processo de análise. Podem ser complementadas por outras categorias que estão associadas a elas.

As categorias referentes não constituem, na presente análise, suposições propostas *a priori* no sentido restrito de busca de confirmação, mas a busca de sentidos a serem referidos nos proferimentos textuais. As categorias referentes, portanto, delimitam a direção inicial da investigação, cotejando o universo teórico com o contexto do mundo vivido.

As categorias são *substanciais* por representarem questões centrais de entendimentos sobre o objeto em investigação; esclareceram o universo das representações dos interlocutores, ordenando em conjuntos de idéias os proferimentos dos mais velhos e dos profissionais. O desvelamento das categorias substanciais foi orientado pelas categorias conceituais da ação comunicativa, pois o processo abriga plenamente o pensamento dos interlocutores, fazendo com que seus pronunciamentos se explicitassem e se aproximassem um dos outros. Os textos anteriormente dispersivos constituíram-se em conjuntos vigorosos de entendimentos e são representativos do tempo no qual são produzidos.

Os textos contêm uma ideologia constituída pelas condições de produção, as quais expressam *uma região de formação social, a partir de um certo contexto sociohistórico* (Orlandi, 1996, p. 73). Isso significa que os textos refletiram não somente os autores dos textos, mas uma forma de pensar de um tempo específico.

As categorias substanciais nada mais são que a versão legítima dos pontos principais emanados da linguagem; assim, a sociedade e a linguagem se constituem mutuamente. O discurso, então, a partir das categorias internas dos proferimentos, é *menos transmissão de informação do efeito de sentidos entre locutores, sendo considerado como ação social, ou seja, como parte do funcionamento social* (Idem, p. 73).

A linguagem, então, não é apenas um instrumento, mas se constitui em atos de fala em busca de expressão. Os textos representaram em si mesmo potenciais de racionalidade do mundo vivido, mesmo em situações difíceis ou de ausência de disposição cultural e social para a aceitação dos proferimentos enunciadores de realidades pós-convencionais. Os textos vistos à luz da teoria da ação comunicativa e os seus recortes organizadores constituíram a própria verdade, enquanto contextualizaram referentes teóricos e enquanto revelaram as mais legítimas versões da sociedade e da cultura a respeito dos objetos de investigação.

Desta maneira, pela análise de conteúdo dos documentos sobre a identidade existencial e sobre a mediações, as categorias substanciais constituíram-se, juntamente com as referentes, num discurso de unidades de pensar que tornaram visíveis a produção cultural de um tempo em busca de entendimentos e de expressão social.

As categorias substanciais apresentaram, na análise de conteúdo da pesquisa em questão, subdivisões esclarecedoras da densidade do tema e foram melhor esclarecidas por seus quadros representativos com posterior análise.

As categorias *conceituais* são entendidas como aquelas que *iluminam a organizam e a compreensão das informações, inserindo os resultados em um todo interpretativo. Marcam teórica e metodologicamente o trabalho, dão o fundamento, direcionam o olhar* (Franco, 1997). Na investigação com bases na teoria da ação comunicativa, os princípios da teoria direcionam o olhar, facilitando os recortes a serem realizados, de forma que a comunicação em função deles se torna mais autêntica e o mundo dos interesses melhor entendido e justificado.

Como foi referido na introdução, os princípios comunicativos da análise crítica do conteúdo dos participantes foram os seguintes :

- Princípio do mundo-da-vida;
- Princípio da interlocução e de entendimento democrático como superador da monologia;
- Princípio da emancipação;
- Princípio da construção política como busca de superação de uma ciência neutra;
- Princípio da razão argumentativa.

Princípio do mundo-da-vida

Os atos de fala dos mais velhos e dos profissionais foram acolhidos como expressões da vida entendida, sentidas e desejadas por eles. O discurso a partir de falas pôs em evidência o mundo da cultura, da sociedade e das pessoas, enquanto capaz de revelar sonhos de realização frustrados pela lógica da razão instrumental e pelos preconceitos interesseiros da tradição. Foi importante o olhar atento sobre as queixas relativas às funções não cumpridas ou sobre instituições mediadoras ao se considerar as falas dos participantes, uma vez que nele se revelaram os limites da emancipação: *As estruturas do mundo vivido são as formas de socialidade do entendimento possível: o mundo vivido é o lugar transcendental de encontro entre falante e ouvinte* (Oliveira, p. 94, 1990).

É nesse contexto que os participantes mais velhos e os profissionais, mediados pelo autor, produziram falas e, por elas, as categorias, ao mesmo tempo em que se realizaram os discursos críticos para ambos os casos.

Princípio da interlocução

O mundo-da-vida dos participantes constituiu o elo de união pelo qual os participantes escreveram para compreender uma realidade. Sobre essa, estabeleceram conhecimentos, dela se retirando a compreensão e os carecimentos a serem superados. A

interlocução, nesta investigação, foi realizada por meio de trocas no instante em que os mais velhos apresentaram seus testemunhos de vida e receberam o texto no qual estavam expressas questões sobre as categorias referentes de seu desenvolvimento e no momento em que reagiram, expondo suas vivências e impressões. Realizou-se, então, o cotejo entre os falantes, quando os proferimentos, através da análise, foram se estruturando em núcleos ou categorias explicitadoras da identidade existencial. O registro dos testemunhos de vida e suas opiniões bem como as produções dos profissionais sobre as categorias referentes e questões abertas formaram o corpo de análise, o qual serviu também para revelar as categorias denominadas de substanciais em virtude de se apresentarem como eixos, produzindo e ampliando o entendimento das categorias iniciais da identidade existencial na terceira idade e das mediações.

A investigação acolheu e interpretou os proferimentos dos idosos e dos profissionais, esgotando-se aí o grau de certeza, uma vez que foram postos consistentemente e abertos para novas interlocuções com a finalidade de contextualmente, serem definidos entendimentos e costumes legítimos como aprendizagens que se sucedem em torno do desenvolvimento na terceira idade. A interlocução não solicitou outros fundamentos que não o próprio julgamento dos interlocutores, que, em seus textos, expressaram também as possibilidades de a comunicação estar distorcida. Nesse sentido, a interlocução, além de ser hermenêutica, foi emancipadora, uma vez que, democraticamente, se buscou entender os limites e apontar estratégias para afastar tais limites, estabelecendo-se proposições para novas aprendizagens culturais e sociais. No processo de interlocução textual, buscou-se detectar as situações de violência muitas vezes entendidas como *naturais*. Nesse processo de interlocução, foram refletidas linguagens e nasceram as categorias emergentes, constituindo-se em aprendizagens em processo de construção. Foi pela força da interlocução, portanto, que se expressou a vontade de uma comunidade, a qual assume seu espaço político no Estado e na sociedade civil.

Princípio da argumentação

A busca de uma forma de vida na qual seja possível a comunicação livre e aberta não possui um matiz normativo e político arbitrário que se tenha agregado mecanicamente: se trata meramente do reconhecimento explícito de um ideal que, como

tal, está irrealizado pela própria atividade da linguagem, mas que está prometido e antecipado por ela (Carr e Kemmis, 1988, p. 155). Isso significa que nada é dado pela fala em si mesma, mas que esta deve possuir seu vigor pela consistência de seu pronunciamento. *Nisto consiste precisamente a racionalidade específica da ação comunicativa, isto é, na capacidade de passar da pura fala para o discurso, que se radica na força do melhor argumento. A racionalidade se baseia, então, numa teoria de argumentação* (Oliveira, 1990, p. 94).

O discurso comunicativo, nesta investigação levou em conta, portanto, aqueles proferimentos que se apresentaram como suficientemente capazes de convencer por causa de seu vigor interno. As afirmações foram tomadas em blocos de entendimentos capazes de reflexão de uma realidade sustentada pela força da expressão e capaz de resistir diante da contraposição. Os proferimentos foram reunidos em eixos consistentes, capazes de convencer da existência de certos núcleos temáticos com força de expressão convincentes.

Princípio da Emancipação e da Política

Habermas entende que existem três interesses constitutivos do saber: um interesse teórico e científico, que serve para dominar as diversas realidades, e muitas vezes, motivado pela racionalidade instrumental (Primeira Etapa); um saber prático, cujo interesse consiste em compreender as comunicações não alienadas, capaz de informar e guiar o juízo prático, sobre a realidade investigada (Segunda Etapa). A justiça contribui para com a emancipação, conquanto nascida do diálogo intersubjetivo e não como emanada do simples conhecimento. *Neste sentido, a ciência social crítica ministra o tipo de entendimento autorreflexivo mediante o qual os indivíduos explicarão as razões de suas frustrações sob as quais atuam e serão sugeridas as ações necessárias para eliminar as fontes de seus carecimentos* (Carr e Kemmis, 1988, p. 149).

Isso sugere que a hermenêutica tradicional deve utilizar-se também de uma interpretação mais profunda com intenção de reconstruir os condicionamentos históricos através de uma análise dos constrangimentos e contradições da própria linguagem. O discurso hermenêutico de Habermas aponta para uma autonomia racional e livre *que se traduz em exigir as condições intelectuais e materiais dentro das quais podem dar-se*

comunicações e interações não alienadas (Idem, 148). Nesse sentido, a tarefa do hermeneuta é estabelecer uma crítica infatigável que se aproxime do psicanalista que esclarece as distorções da aprendizagem do paciente de uma neurose, buscando afastá-lo de seu aprisionamento.

Ao se admitir a importância do método crítico, a ciência social crítica fixa sua atenção nas formas de vida social que subjagam os povos, negando-lhes uma vida satisfatória e interessante, enquanto servem aos interesses de outros (Idem, p. 151). O corpo de análise, nesta investigação, foi constituído por testemunhos de vida dos idosos e de seus proferimentos escritos, nos quais se buscou a revelação de categorias enunciadoras da identidade existencial, e de proferimentos de profissionais, que possibilitaram identificar as categorias das mediações em torno do Estado e da universidade. A intenção foi também identificar estratégias inovadoras para que se renove o estoque de interpretação cultural e se renove o cabedal de relações sociais em torno da velhice e do envelhecimento. *Assim como a psicanálise trata de revelar a causa de um entendimento distorcido mediante a revelação da história do processo autoformativo de um indivíduo, a ciência social crítica quer ver na ideologia a causa dos equívocos coletivos dos grupos sociais* (Idem, ibidem).

No discurso sobre a identidade realizado com os mais velhos, houve momentos em que se verificaram os potenciais de desenvolvimento percebidos pelos idosos frente às categorias teoricamente avaliadas no capítulo II e outras emergentes do discurso interlocutório. O discurso não pretendeu confirmar na prática o que teoricamente foi revelado, mas identificar o sentido que as categorias referentes (referidas na etapa teórica) possuíam, revelando categorias substanciais (emergentes da interlocução), representadas pelo grupo de idosos e dos profissionais envolvidos na discussão e os efeitos sociais de seus próprios entendimentos. Enfim, pretendeu-se atender aos diversos interesses que regem o conhecimento: *ao papel da compreensão hermenêutica, ao significado emancipatório da auto-reflexão, à conexão da lógica da investigação com a lógica dos discursos formadores de vontade comum e finalmente à idéia intuitiva de uma racionalidade que só se faz valer sem recortes numa discussão livre de dominação* (Habermas, 1990a, ps. 14-15).

A análise crítica, portanto, completou-se na política quando assumiu proposições para superar os limites pronunciados. O discurso, então, apresentou-se também com pretensão de validade ética. O processo do discurso a partir dos interlocutores, além de

integrar-se à teoria, construiu-se num processo dialético de reflexão e luta política com o objetivo da emancipação dos discursadores.

Pelo método de análise crítica, realizou-se uma investigação de cunho crítico e científico e, por consequência, educacional: crítico, enquanto aportou categorias de conteúdo teórico e prático, propondo uma autocompreensão diferenciada daquela havida pela tradição; científico, porque gerou *um conhecimento auto-reflexivo que se apoia em critérios dependentes de categorias epistemológicas* (Carr, 1996, p. 153), embora abertos e dispostos à revisão uma vez que gerados no processo de interlocução.

3 - SOBRE OS PROCEDIMENTOS

No caminho percorrido para se chegar às fontes constituídas por textos dos idosos para revelação da identidade existencial na terceira idade e por textos de profissionais na área de gerontologia para revelação das suas mediações, foram seguidos os mesmos passos.

3.1 - Obtenção dos textos

Para a obtenção dos escritos dos mais velhos, foram escolhidos alunos do Centro Regional de Estudos e Atividades para a Terceira Idade. Seis de seus membros com mais de sessenta anos contribuíram com escritos para que a intenção fosse concretizada. (Alice, Herbeni, Rosa, Olga, Conrado e Zaida. Quatro das alunas (Alice, Herbeni, Ofélia e Zaida) contribuíram para a obtenção dos escritos sobre as categorias referentes da sabedoria, intimidade e sentido na vida e questões abertas relativas ao desenvolvimento humano na terceira idade. Foram dois momentos diferenciados: para o primeiro houve maior preparação e esclarecimentos; para o segundo os alunos estavam esclarecidos, facilitando a obtenção dos dados.

O convite aos gerontólogos profissionais obedeceu ao critério de trabalhos da área e suas vivências em torno das mediações do Estado e da universidade. Os dados escritos constituíram o corpo analítico para análise de conteúdo. A primeira profissional (PI) pertence ao corpo docente do curso de mestrado e doutorado em Gerontologia da Universidade de Campinas. A segunda profissional (PII) é professora dos cursos de

especialização em Gerontologia e Geriatria no Rio Grande do Sul e prestou efetiva colaboração na organização da lei 8 840/94, que trata das políticas nacionais para os idosos. A terceira profissional (PIII) participa do curso de mestrado em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina e nele orienta as teses da área de gerontologia e de enfermagem geriátrica.

3.2 - Análise de conteúdo

O procedimento da análise dos documentos, nesta investigação, pretendeu revelar a face de natureza qualitativa, contrapondo-se às características quantitativas a ela atribuídas. A sua meta foi captar o entendimento dos mais velhos e de profissionais da gerontologia a respeito da identidade existencial e das mediações para a revelação do desenvolvimento biopsicossocial na terceira idade. Pelas categorias resultantes dos textos, alcançou-se os significados dos entendimentos dos objetos em investigação.

O procedimento da análise dos documentos, atravessado pelo interesse da investigação qualitativa, tomou como relevante a situação dos proferimentos fornecidos pelos interlocutores. A análise utilizada não se orientou por hipóteses rígidas, anteriormente levantadas, mas por algumas categorias iniciais que se aprofundaram em outras as quais revelaram com maior nitidez a identidade e as mediações.

A análise dos documentos, para fins desta investigação, aproximou-se do entendimento que Paulo Freire possui sobre a investigação ao desvelar a cultura popular e dela poder extrair temas geradores a serviço da pedagogia do oprimido. *Em suas visitas os investigadores vão fixando sua 'mirada' crítica na área em estudo, como se ela fosse, para eles, uma espécie de sui-generis codificação ao vivo, que os desafia* (Freire, 1975, p. 122). No caso presente, o investigador visitou os textos, buscando organizar os sentidos conferidos à identidade e às mediações, decompondo os proferimentos em torno de categorias fundadoras do discurso.

Se a análise de conteúdo clássica, como diz Orlandi (1996, p. 12), busca confirmar categorias, a análise de conteúdo, aqui inspirada na teoria comunicativa avançou no sentido de desvelar categorias no corpo analítico. Isso significou que os proferimentos foram auto-suficientes para designar significados e constituir verdades uma vez que suficientemente consistentes. De outra parte também é verdade que *sempre fica algo essencial, um resto*

mais determinante do que se conseguiu aprisionar (Idem, p. 39). As condições de produção da análise compreenderam as condições históricas nas quais os textos foram produzidos, as intenções do analista e as condições imediatas dos interlocutores. As categorias, portanto, não foram vistas como constitutivas da natureza humana, mas revelaram tendências significativas do tempo e, portanto, necessárias para a realização de um discurso que pretendeu identificar entendimentos e políticas.

A análise dos proferimentos foi também crítica enquanto abrigou os legítimos anseios dos interlocutores, apanhando contradições e revelando dizeres ocultados pela disciplina de uma linguagem de grupos hegemônicos que impõem suas verdades. Em outras palavras, pode-se dizer que a análise de conteúdo apresentou-se com um olhar que busca romper com as convenções e implantar costumes inovadores por meio de entendimentos emancipadores.

Muitas das características da análise de conteúdo clássica são mantidas em função da fertilidade das considerações de Grawitz e Bardin. Conforme Grawitz (1967), a análise de conteúdo oferece um tratamento científico às ciências sociais e a condição quantitativa "*não é indispensável e certas análises do tipo qualitativo buscam os temas mais que suas medidas*" (p. 459). A autora insiste, porém, na necessidade de sistematização da análise para que se possa fugir das características subjetivas do tratamento dos dados, com a intenção de reduzir ao máximo as diferenças de pontos de vista entre os analistas; distingue, ainda, entre análises dirigidas e não dirigidas. As primeiras dizem respeito às análises de verificação de hipótese e as segundas, de exploração de categorias resultantes do próprio texto. Na análise qualitativa do conteúdo, conta mais a importância do proferimento que a frequência. (p.490). Mas em todos os casos *é desejável que a interpretação apresente características de constância, repetição e comunicabilidade* (p. 49) para que o discurso não sofra de falta de fidelidade em relação ao corpo analítico. Insiste, finalmente, a autora em que se tenha uma boa idéia a perseguir na interpretação dos textos, um bom material a oferecer conteúdos significativos e, por último, uma boa técnica para aproximar a idéia do material.

Bardin (1979), distingue entre procedimentos fechados e procedimentos de exploração: os primeiros servem para a experimentação de hipóteses e aos segundos podem corresponder técnicas sistemáticas que *permitem, a partir dos próprios textos, apreender as ligações entre as diferentes variáveis, funcionam segundo o processo dedutivo e facilitam*

a construção de novas hipóteses (p. 99). A autora esclarece que os métodos sistemáticos exploratórios são capazes de estabelecer ligações entre as condições de produção originais e as condições de produção enquanto variáveis dependentes, ou seja, aquelas que dependem das condições da análise do texto. Refere, ainda, sobre a importância de haver, desde a pré-análise, a necessidade de determinadas operações, como seja a de recorte de texto em unidades que são definidas por categorias. A categorização é realizada, portanto, pelas aproximações de unidades de registro sobre as quais incide posteriormente a denominação das categorias.

Para os fins da investigação sobre a identidade existencial na terceira idade e as mediações, não foram utilizadas as técnicas de codificação quantitativa mas de sistematização de proferimentos, inicialmente com aproximações sobre cada um dos temas em análise e, posteriormente, sendo desveladas em quadros as categorias substanciais que caracterizam melhor os apelos comunicativos dos interlocutores. Existiu uma forma de organização textual, mas não de ordem quantitativa, cujos critérios obedeceram ao ordenamento do texto em torno de unidades de proferimentos repetidos ou simplesmente relevantes para o esclarecimento dos temas em análise, produzindo-se conjuntos de idéias que esclareceram a identidade e as mediações, as quais, ao final, se constituíram em categorias substanciais. Finalmente, essas passaram por uma análise interpretativa, completando-se o discurso.

Esclarece-se que a categorização foi utilizada de uma forma ampla, o que quer dizer que se afastou a perspectiva quantitativa da análise de conteúdo, seguindo a afirmação de Grawitz, 1967): *“O termo quantitativo hoje não é mais visto como indispensável numa perspectiva mais aberta”* (p. 459).

CAPÍTULO VI

IDENTIDADE EXISTENCIAL NA TERCEIRA IDADE: ESTUDO ANALÍTICO E CRÍTICO DE PROFERIMENTOS DE IDOSOS

Para constituição deste capítulo, foram utilizadas diversas fontes, categorias e procedimentos. Mediante a metodologia centrada em proferimentos, espera-se construir conhecimentos contextualizados em entendimentos legitimados por interlocutores idosos, neles residindo a origem e a força de convicção sobre verdades necessárias para a compreensão de sua identidade existencial.

Fontes - Foram utilizadas duas fontes: a primeira constituída de testemunhos de vida depois dos sessenta anos de seis idosos - Alice, Zaida, Herbeni, Rosa, Olga e Conrado; a segunda, constituída de textos opinativos com a participação de três alunas participantes dos textos representativos dos testemunhos de vida - Alice Herbeni e Zaida e mais Ofélia, outra aluna do Creati. Ambas as fontes foram produzidas em textos escritos, sendo que os textos dos testemunhos de vida foram iniciados a partir de questões semi-abertas, para que as autoras pudessem aproximar-se em algumas experiências comuns. A segunda fonte constituiu-se de textos produzidos com base em três propostas iniciais oferecidas pelo investigador sobre as categorias referentes.

Categorias - Foram usadas categorias referentes, conceituais e substanciais. As categorias utilizadas servem para orientar, organizar e construir o discurso em torno da identidade existencial na terceira idade.

- Categorias referentes - são as categorias de desenvolvimento na terceira idade emanadas do discursos teórico construído a partir de observações do autor e do diálogo advocatório promovido para delinear as referências iniciais da identidade existencial do mais

velhos. As categorias referentes são retomadas nesta etapa elucidativa não para serem confirmadas mas para revelarem as formas reais que possuem e firmar posições efetivas por meio do discurso promovido com base nas falas dos mais velhos - verdadeiros autores do entendimento - mediados pelas categorias referentes. As categorias referentes são constituídas pela sabedoria, intimidade e sentido na vida. A questão fundamental reside no entendimento que os idosos possuem das referências teóricas; o seu discurso coletivo, em razão da consistência de seus proferimentos passa a sugerir conhecimentos.

- Categorias Conceituais - são aquelas que constituem o filtro perceptual para compreensão e organização das informações oferecidas pelos mais velhos. Elas se expressam em princípios iluminadores do processo da investigação anteriormente definidos

- Categorias Substanciais - são as reveladas no processo de análise.

Procedimentos - Nos proferimentos abertos sobre os testemunhos de vida, os interlocutores foram convidados a revelarem acontecimentos, idéias e sentimentos mais significativos recorrentes com o advento do envelhecimento. Nos proferimentos opinativos sobre as categorias existenciais referentes, os interlocutores foram provocados por um texto inicial, mas liberados para se pronunciarem sobre outras questões que julgassem convenientes para explicitar a identidade existencial na terceira idade.

A análise de conteúdo do corpo analítico é um procedimento metodológico facilitador de entendimento das estruturas fundamentais dos proferimentos. Ao longo dos proferimentos, foi possível distinguir núcleos basilares de aglutinação em torno de entendimentos sobre a identidade existencial na terceira idade. (ver quadro 5)

Quadro 5: Fontes, categorias e procedimentos na análise da Identidade na Terceira segundo proferimento dos mais velhos.

IDENTIDADE EXISTENCIAL		
FONTES	CATEGORIAS	PROCEDIMENTOS
<ul style="list-style-type: none"> • Textos produzidos: • Testemunhos de vida depois dos sessenta anos • Textos opinativos sobre as categorias referentes a partir de textos iniciais. 	<p style="text-align: center;">REFERENTES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sabedoria • Intimidade • Sentido na Vida <p style="text-align: center;">CONCEITUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Princípios da Teoria da Ação Comunicativa <p style="text-align: center;">SUBSTANCIAIS (Constituídas no processo de investigação)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Convite aos idosos do Creati • Obtenção dos escritos • Análise de conteúdo • Orientação de atitudes

Este capítulo tem a finalidade de constituir-se num discurso representativo das *categorias referentes (sabedoria, intimidade e sentido da vida)*, colhidas pela observação do autor e no diálogo advocatório do capítulo segundo, a partir das quais busca-se desvelar *categorias substanciais* durante o processo de análise de conteúdo do corpo analítico constituído pelos proferimentos dos idosos. O corpo de análise foi recolhido tendo em seus testemunhos de vida como nos seus textos sobre as categorias referentes do capítulo segundo. A análise também se inspirou nas *categorias conceituais* compreendidas pelos princípios da ação comunicativa (princípio do mundo-da-vida, da interlocução e de entendimento democrático, da emancipação, da construção política, da razão argumentativa).

1 - CATEGORIAS DA IDENTIDADE EXISTENCIAL SOB O TESTEMUNHO DOS MAIS VELHOS

As narrativas particulares de um grupo de idosos do Centro Regional de Estudos e Atividades da Terceira Idade (Creati) da Universidade de Passo Fundo, ilustraram não somente a perspectiva teórica das categorias de sabedoria, intimidade, sentido da vida, como, por elas, foram construídos os seus entendimentos e outras categorias consubstanciadoras de desenvolvimento expressas no discurso organizado em seqüência.

Conforme Grawitz, (1967), a análise compreende a intuição *para perceber o que é qualitativamente importante* (p. 489). O seu resultado não pode deixar de ser objetivo uma vez que deve ser percebido por todos os possíveis analistas. Espera-se acolher nos textos o perfil existencial dos mais velhos e, assim, obter uma visão justa e expressiva de si mesmos.

As categorias da identidade existencial foram reveladas nos estudos teóricos, mas agora assumem sua legitimidade sob o olhar dos mais velhos. O interesse em retomá-las nos proferimentos dos idosos é de revelar o vigor existencial e cotidiano no mundo vivido.

Para abertura da análise, são tomados testemunhos de vida de idosos, constantes no livro coordenado por Berman, *Coragem de Envelhecer*, os quais narram suas experiências sobre o envelhecimento; a seguir, a análise reúne em categorias os proferimentos de Alice,

Zaida, Herbeni, Rosa, Olga e Conrado, alunos do Centro Regional de Estudos e Atividades para a Terceira Idade da Universidade de Passo fundo.

A velhice não é fator suficiente para produzir sabedoria e ou intimidade. O envelhecimento, como foi analisado no capítulo II, pode até trazer um sentido de esvaziamento e insegurança ontológicos quando a história de vida daqueles que envelhecem traz a repressão e a culpa ou foi vazia de sentido. *Na opinião de Jung, a individuação só é possível às custas de um trabalho equivalente em benefício do coletivo. Só os que pagaram seu preço à sociedade, que podem atingir os níveis mais elevados da individuação* (Staude, s/d, p. 107) Essa questão foi referida no capítulo segundo e é reafirmada e evidenciada pelos proferimentos dos mais velhos. As perdas de sócios e de objetos de paixões podem fortificar a solidão e gerar o retorno ao passado; por consequência, a memória torna-se o refúgio na ausência de objetos de paixão atualizados. O sentimento de abandono absoluto e a perda da confiança na vida podem ser acompanhados por depressão, que, quando exacerbada, pode levar ao suicídio.

A consciência moral da perfeição e uma rígida cobrança sobre a falha humana, mesmo que atualmente estejam amenizadas, podem fragilizar o velho, que se torna escrupuloso e inconformado consigo mesmo e com os outros. A perda de *status*, da beleza física e de outras virtudes, quando vistas como únicas e quando ameaçadas, podem deixar os mais velhos sem opção; seu olhar se torna desorientado e a angústia pode deixá-los gravemente perturbados. O que, porém, na maioria das vezes, ocorre atualmente é uma retirada silenciosa dos mais velhos, como se tal fenômeno fizesse parte da natureza humana. As construções sociais, atualmente, concedem privilégio ao homem enquanto está no auge da produção, como se, com isso, se esgotasse o significado humano, o que é denunciado por Bosi.

...dia virá em que as pessoas que pensam como nós irão se ausentando, até que poucas, bem poucas, ficarão para testemunhar nosso estilo de vida e pensamento. Os jovens nos olharão com estranheza, curiosidade; nossos valores mais caros lhes parecerão dissonantes e eles encontrarão em nós aquele olhar desgarrado com que, às vezes os velhos olham sem ver, buscando amparo em coisas distantes e ausentes (Bosi, 1987, p. 33).

Esse quadro revela uma parte da dor quando, por doença, velhice ou, quase sempre, por falta de mediações positivas passadas ou presentes, o velho não consegue expressar a sua identidade de forma satisfatória. As decepções dos mais velhos, principalmente em situação de histórica fragilidade pessoal, podem se tornar insuportáveis, revelando de diversas formas o sofrimento causado pela violência social.

Ao contrário do que foi expresso, e isso será ilustrado por testemunhos, o envelhecimento pode trazer um ciclo com metas e tarefas generosas, possíveis de serem desejadas e praticadas. A educação anterior, as mediações atuais e o talento pessoal podem contribuir para a construção da identidade, contanto que sejam oferecidas mediações.

Os testemunhos comprobatórios das condições e de um envelhecimento bem-sucedido são trazidos de duas fontes: dos pronunciamentos do livro *a Coragem de Envelhecer* (Berman, s/d) e de um grupo de alunas com mais de sessenta anos, que atualmente freqüentam o Centro Regional de Estudos e Atividades da Terceira Idade da Universidade de Passo Fundo. São revelados testemunhos de sabedoria e intimidade, sentido na vida e outras categorias associadas e comuns aos interlocutores.

1.1 - Da sabedoria e da intimidade

É certo que os mais velhos não necessariamente perdem as principais aquisições psicológicas de sua juventude - o pensamento hipotético dedutivo e os desejos marcados com seu nome próprio; entretanto, tanto um como outro sofrem alterações. As operações formais podem ser produzidas sobre uma realidade cada vez mais compreendida e acompanhadas por sentimentos mais abrangentes. A intuição, na qual se reúne um universo de informações, muitas delas sutis, facilita o melhor entendimento e a compreensão da bondade última da natureza, permitindo andar pela vida sem excessivas preocupações. Vale, contudo, o que foi afirmado: a sorte da velhice não é determinada por ela mesma; é mais um resultado que uma fatalidade. Mas é possível obter dela muito mais, pois ela, como tudo o mais que é do homem, pode ser dimensionada pela construção histórica. É o que se pode deduzir daquilo que é dito a seguir:

O velho poeta Cornel Lengyel afirma *A última oportunidade do sobrevivente talvez seja reencontrar a criança outrora promissora que ele foi; avançar para o futuro com admiração, prazer e curiosidade; renovar a capacidade de auto-transformação; partilhar sua liberdade e seu senso de solidariedade com todas as criaturas vivas* (Berman, s/d, p.103).

Isso não é muito diferente do que diz Alfred Painter: *A idade traz duas coisas boas: equipa-nos com um poder maior de percepção que enriquece nossa sensibilidade e nosso entendimento e habitua-nos às mudanças da sorte... A única certeza diante de mim é a mudança, por isso encaro cada dia com uma profunda sensação de respeito, disposto a aceitar o que vier* (Idem, p. 132).

A sabedoria e a intimidade são expressas em Painter quando fala sobre a *percepção que enriquece nossa sensibilidade e nosso entendimento*. O que é dito por Painter avança em profundidade em Trueblood:

As respostas simples, acabamos aprendendo, estão sempre erradas, por que o mundo não é simples! Longe de se dissipar com o aumento dos anos, na verdade o mistério da vida aumenta com a experiência. De modo geral, as pessoas mais cultas são também as mais humildes porque, como herdeiros de Sócrates, descobriram que o progresso implica reconhecimento da ignorância. Alguns anos de vivência verdadeira fazem qualquer um perceber que aquilo que não sabemos excede muito o que sabemos (Berman, p. 278).

As afirmações dos dois últimos parágrafos coincidem com o que se expôs sobre a sabedoria e a intimidade. O texto abaixo contém o mesmo conteúdo:

Vejo tantos escritores e artistas, meus amigos, que têm uma carreira brilhante na juventude, parecem decair ou, pelo menos, se retrair, na meia-idade e, depois, no limiar do que era outrora considerado a velhice, têm um segundo florescimento, que parece verdadeiro milagre, com freqüência produzindo um trabalho de maior riqueza criativa e de compreensão mais profunda do que tudo que fizeram antes (Woodcock, In: Berman, p. 170).

Conforme o que está sendo dito, parece que, quando se é mais jovem, é preciso ver muito para se descobrir pouco e, quando se envelhece, surge, a par das limitações físicas, a possibilidade de se descobrir muito, mesmo que seja pouco o objeto da visão. E não significa perda de tempo o fato de, simplesmente, se ficar em casa. É o que diz Elton Trueblood. *Por isso, quero ficar em casa o maior tempo possível, cuidar do jardim, das flores e refletir com sossego* (Berman, p. 273). Isso não significa viver em solidão, pois a vida possui íntima compreensão do que seja estar em comunhão. Tanto o pensamento como o sentimento estão enriquecidos, pois o pouco pode conter grandes possibilidades de compreensão e satisfação.

O entendimento singular da vida e a afetividade que envolve o cotidiano estão também presentes nos pronunciamentos das alunas do Creati: *Não é apenas mais uma etapa da vida* - diz Zaida. E continua - *é sim um precioso tempo de viver a vida na plenitude madura e usufruir de tudo com serenidade e prazer. E a grande indagação: o que fazer agora que já não tenho o tempo inteiro de uma vida ao meu dispor?*

Zaida, a seguir, enumera, com intensa alegria, todas suas pequenas e grandes motivações, vistas à luz de toda sua vida já vivida: *é tempo de observar e ver a beleza ao redor, tempo de repensar para viver com dignidade.*

Também o testemunho da ex-costureira Rosa revela que ela está possuída de sabedoria e movida pela imensa intimidade quando inicia com humor sua história:

Vou tentar lembrar dos meus feitos, desfeitos, defeitos destes meus mais de sessenta anos e dos meus sonhos a sonhar e sonhados. Lembro dos meus cinquenta e nove para a passagem dos sessenta. Bem cedo levantei-me e dei com a cara no espelho. Quase me assustei. Foi então que eu vi as duas imagens: uma se despedindo e a outra que vinha chegando... Veio a minha vizinha e perguntou-me:

*Que alegria é essa tão cedo assim?
É que estou abrindo os olhos.*

Continua, adiante, o seu testemunho:

Nesta idade que estou devo apoiar a caminhada humana dos mais velhos. Se não tenho muitos estudos, tenho muitos conhecimentos próprios, adquiridos da vida. A terceira idade eu acho uma maravilha e o motivo eu vejo agora: estou mais

amadurecida, mais calma para fazer o que tenho de fazer e o mais importante: estou abrindo um pouco mais os meus olhos neste horizonte infinito de Deus. Estou aprendendo a apreciar o mais belo.

Sou como uma vela acesa que clareia por todos os lados e eu a tenho como um farol que me guia em todas as horas no caminho da minha vida e deixo aqui o meu abraço com um grande sorriso para todos.

Herbeni resume sua sabedoria e intimidade: *Noto que todas as coisas que presenciei ficaram guardadas na mente e também no coração.*

A sabedoria e a intimidade, seja numa operação mental mais complexa seja numa operação mais simples, são percebidas nos mais velhos como um ajustamento funcional com qualidades expressivas. Parece que a verdade e o afeto não precisam de muitos julgamentos e aproximações. O pensamento e o coração penetram nas realidades de forma mais densa, retirando da relação, não importando sua extensão, entendimentos e sentimentos qualificados pela história dos velhos, enriquecidos pelas operações anteriores.

1.2 - O sentido na vida como categoria para a integridade

Nos testemunhos de vida após os sessenta anos, reflete-se a busca permanente do sentido da vida. Para que ocorra um processo mais pleno da individuação do *self*, ou seja, para a realização do ser humano, parece ser necessário que haja um sentido de integração ou solidariedade humana, que se traduz no compromisso em projetos comunitários ou objetos de interesse fora do eu. A necessidade de um sentido na vida continua independentemente da idade, e seu atendimento é normalmente construído em formas de inserção social reconhecidas pelos outros.

Herbeni afirma que o sentido da vida em forma de inserção social é uma conquista e não surge por acaso. *Tenho sempre procurado ser gente, esforçando-me para isso, pois não posso esperar que os outros me ofereçam essa posição de mão beijada.*

As instituições, na opinião de Alice, são fundamentais, pois nelas o idoso *aprende a dar alma e corpo aos seus sentimentos, reedificando sua cidadania, aprende a amar e com isto carrega o perfume da eternidade; aí ele toma consciência do potencial que possui.*

Herbeni afirma também, sobre a importância do presente como conteúdo a ser explorado e condição para um sentido na terceira idade:

E nesta explosão de letras e palavras eu, escrevendo, sou feliz, pois parte de mim mesma aventura-se por outros lugares, perseguindo outras experiências, vivendo uma vida maior, mais rica e mais abrangente, alargando mais horizontes... E o papel na minha frente não está mais vazio e eu estou mais realizada, com meu coração repleto de felicidade e minhas mãos continuando a criar frases, com palavras e letras e um "final".

Charles Edward Eaton diz sobre a condição de realizar o seus dias na velhice: *Contudo, o melhor que temos a fazer é manter um sentido dominante da personalidade que seja viável e produtivo, mas tenha, também, o dom da flexibilidade e da mudança ... pois mesmo o mais diligente e perspicaz estudioso da personalidade não é capaz de prever sua elasticidade e vitalidade* (Berman, ps. 88 e 86).

O sentido da vida não pode ser perdido na proposta de Zaida, para que as rupturas na vida não causem intoleráveis consequências:

*A falta de projetos,
de objetivo, de ideal
traz a amargura
de quem vive por viver
e deixa o tempo passar
cumprindo a linha da vida
do nascimento ao morrer.*

*Todas as grandes obras
de solidariedade e amor
são frutos preciosos
de trabalho e dedicação
e somente podem contar
com a colaboração espontânea
que cada um deve dar.*

*Existem, também
pequenas tarefas
que têm grande valor
cujo retorno certo
é o sentido que dão à vida
e a alegria de servir.*

Entre as linhas das afirmações, particularmente nos proferimentos de Alice, aparecem as instituições como instrumentos para a revelação da identidade. Pode-se desde já afirmar que junto às categorias referentes existem outras substanciais associadas àquelas que foram referidas e que as explicitam com maior evidência.

2 - CATEGORIAS DA IDENTIDADE EXISTENCIAL NOS TEXTOS OPINATIVOS DOS IDOSOS

As categorias referidas em teoria foram apresentadas nos testemunhos dos mais velhos e agora são analisadas nos textos que tratam diretamente sobre elas, para que se entendam os conteúdos e significados que eles atribuem ao pensar (sabedoria), ao sentir (intimidade) e ao agir (sentido). A intenção do discurso, realizada através dos seus testemunhos e, agora, através de seus proferimentos reflexivos, é tornar visível a possibilidade da densidade existencial com vistas à expressividade pessoal e comunitária. Não é intenção esgotar nas referidas categorias a potencialidade de desenvolvimento, mas apresentar seu universo psicológico ilustrado com a verdade inserida no mundo-da-vida dos mais velhos.

2.1 - Da sabedoria

O idoso, pelo caminho andado, tem mais condições de classificar, compendiar e valorizar (Alice). Essa afirmação compreende a qualidade operativa da mente afetiva e cognitiva dos mais velhos. Na proposta de Alice, a sabedoria pode ser entendida também como o ato de compendiar, isto é, de sintetizar respostas conscientes uma vez que a massa crítica das aprendizagens faz com que a inteligência, com sua flexibilidade interpretativa, tenha o potencial de operar com mais justeza sobre as exigências do ambiente. A capacidade de operar sobre as realidades que lhe são familiares compreende um conjunto de experiências pelas quais são intuídas avaliações precisas, podendo juntar-se à consulta de outras informações para adequar a resposta às exigências solicitadas.

As afirmações de Baltes (1995) são recorrentes nas observações dos mais velhos, quando confirmam que a inteligência especializada em determinadas áreas do conhecimento depende do universo experimentado, cujo tirocínio facilita as interpretações mais concisas em razão do teor enriquecido e dinâmico anteriormente internalizado.

Alice aprecia a sabedoria *como fruto do apreço à vida e à persistência em prosseguir*, dando condições a que se saiba melhor. A sabedoria, em sua opinião, vem confirmar o discurso dos testemunhos anteriores. *Para que o saber no idoso seja fonte de crescimento, é preciso desenvolver atividades de integração social e de valorização pessoal através de participação em propósitos diversos.* A sabedoria, porém, não se identifica como um fenômeno nomológico, mas *cada idoso tem o seu tipo, a sua potencialidade, conforme as peculiaridades da vida que teve, conforme as oportunidades de aprender, de inventar e de manejar seus compromissos* (Herbeni).

A qualidade da sabedoria, na observação da autora, depende da qualidade das operações anteriores. Essa concepção está de acordo com a Riegel (1976), quando afirma que a dialética das operações importa mais que a chegada ao ápice das operações abstratas. Existem, portanto, diferentes tipos de sabedorias, conforme os níveis das operações anteriormente produzidas e das oportunidades de continuá-las atualmente. *Além de aprender nos livros, ele aprendeu na vida e, por ter mais anos desta vida e mais vivências das muitas coisas vistas e sentidas, ele obrigatoriamente tem mais experiências e, em alguns sentidos, pode ser mais sábio do que os jovens e discernir melhor* (Herbeni). A autora, ressalta, porém, que a idade não é razão suficiente para a sabedoria, de modo especial quando a educação anterior foi rígida e as oportunidades de continuidade social forem restritas.

O conhecimento, conforme Ofélia, à medida em que se avança na vida, *como se fosse uma escola, amadurece; a pessoa ajusta seus conceitos, tornando-se mais seletiva. Deixa de lado o banal e o supérfluo com o surgimento de conhecimentos. Os valores e os conhecimentos se aprimoram de acordo com a caminhada de cada um, de como resolveu e cresceu com as adversidades que encontrou em sua trajetória. Será sempre sábio o idoso que armazenar o resultado de sua trajetória e souber usá-lo nos acontecimentos ou situações de seu dia-a-dia.* Fica claro que a sabedoria, percebida por Ofélia, constitui-se no exercício das operações mentais favorecidas pela retirada daquilo que é superficial, tornando-se mais simples os juízos sobre a observação atual.

Zaida afirma que *a sabedoria não é mais o caudal que flui da tradição, gerada serena e pacientemente no tempo e transmitida na prática*. Entende que a sabedoria, com a conotação de maturidade e bom senso, é pouco aplicada em função de o conhecimento ser extremamente técnico e descartável. *Cada vez mais, o velho passa a ser aquele que não sabe em relação aos jovens que sabem* (Bobbio, 1997, p. 20). Zaida, porém, reconhece a dimensão da sabedoria não somente como a inteligência das informações técnicas, mas de uma inteligência mais profunda diante de respostas que exigem um encaminhamento mais complexo sobre as decisões. A inteligência das aprendizagens atuais parece à autora que está mais para os jovens, enquanto a inteligência capaz de sintetizar identifica-se mais com os idosos experientes, pois existem (valores) aprendizagens *que o tempo não apaga e nem envelhecem, mas em cada avanço de idade são realçadas, retocadas pelo volume de experiências acumuladas ao longo dos anos, dos muitos anos vividos... a alma é energia infinita e sempre estará em evolução*.

2.2 - Da intimidade

Ofélia entende que *os horizontes dos mais velhos mudam com a maturidade e se tornam mais exigentes e seletivos também no que se refere aos sentimentos... Primam pela qualidade do amor, dos amigos, em função do que já foi conquistado*.

Com a intimidade, ocorre o mesmo que acontece com a sabedoria; pela intimidade com o universo de interesses e por ela, *aprendem a se guiar*. Os contatos podem ser diminuídos uma vez que o universo dos valores já foram fundamentalmente determinados e o exercício dos sentimentos desenvolveu dentro da cultura formas de aplicar a eroticidade. Isso não retira, entretanto, os constrangimentos possíveis da linguagem afetiva seja pela história pregressa, seja pelas possíveis distorções atuais dadas pelos limites dos costumes. Isso pode ser percebido no contexto de suas afirmações.

Os proferimentos de Herbeni não especificam teoricamente a intimidade, mas, ao tocar na forma de apreciar o seu universo, ressaltam-lhe a simpatia pela vida. Mesmo diante da morte, suas impressões se apresentam de forma singular... *que a fé é maravilhosa e que a esperança é eterna. Não tenho medo da morte, mas não tenho pressa nenhuma em que chegue logo. Gosto daqui e tenho ainda muitas metas a cumprir: coisas para começar, projetos para terminar. Não tenho pressa mesmo, e espero que ainda tenha a felicidade de*

ficar por aqui, mesmo que esclerosada, curvadinha e enrugada. Em Herbeni, está presente uma inclinação generosa em relação à bondade última de suas referências. Dessa maneira, dá continuidade à sua vida conforme deseja, tornando-se uma pessoa *com conhecimentos atualizados e experiência de anos de vida bem-vivida para ser ainda uma cidadã atuante e boa conselheira.*

Alice também vê na intimidade um sentido de direção e comunhão densa com suas realidades. A direção e a comunhão são promovidas pela sua proximidade para com o universo de sua cultura. A intimidade concede ao velho uma visão mais larga dos eventos, dialogando de forma transcendental: *Consegue assim aliviar os fardos e fazer das pedras do caminho, degraus e dos impecilhos, impulsos renovadores.* Em Alice, a intimidade proporciona um contato mediado pelo afetos conquistados, assim *ele aprende a amar-se para viver o amor, compreender-se para compreender e perdoar-se para perdoar.* Um sentido possível de infinitude perpassa o ser do mais velho que participou com generosidade afetiva de todas as coisas, como ela complementa: *A intimidade em mim se revela até numa migalha de pão quanto mais ao olhar uma estrela ou ao contemplar uma flor. Nem falo dos meus sentimentos quando converso com Deus ou quando olho para os meus.*

O passado possui, para as interlocutoras, um conteúdo capaz de dirigir e otimizar o sentido da atualidade da vida. O poder de investimento afetivo conquistado pode relativizar os limites que a fragilidade traz e enriquecer o sentido da vida que as oportunidades podem traduzir.

2.3 - Do sentido na vida

Nos testemunhos avaliados e nos textos opinativos sobre o sentido na vida, revela-se a expressão nítida da necessidade de trocas necessárias pelas quais os mais velhos precisam dar contorno e significado à identidade.

Ofélia percebe que as pessoas que são julgadas e aceitam o julgamento medíocre da inaptidão *atrofiam sua memória e inteligência, pois é a época em que a sensibilidade e a ternura estão desenvolvidas em todas os sentidos. Não há limite de desenvolvimento no ser humano.* Concebe, entretanto, que, para efetivar a realização do poder de desenvolvimento

dos mais velhos, é preciso que *se organizem para esta fase da vida. Acredito que devam ser cumpridas exigências antes e durante o envelhecimento.* Sua preocupação se manifesta em três direções: condições de saúde e zelo pelo corpo, condições afetivas e mentais e condições de inserção.

Nesse contexto de bem-estar biopsicossocial, evita-se *a solidão e o tédio.* Ofélia pondera a sua afirmação a partir de seu conhecimento empírico. *Neste sentido a mulher tem mais facilidade em se adaptar à vida no advento da velhice... a mulher, além de desenvolver suas habilidades domésticas, desenvolveu as artísticas, artesanais, literárias.* Conquistou para si tendências maiores para seu potencial de desenvolvimento, *o que lhe concede melhor condição para viver a idade avançada com sentido de vida. O homem em geral se preocupa mais com o sucesso financeiro, político e social, tornando-se ocioso na velhice e com dificuldades de dar um sentido para a vida.* Ofélia avalia a educação para o mundo-da-vida necessária para todos, sendo o universo de interesses do sistema insuficiente para o desenvolvimento. Entende como importante as aprendizagens associadas ao mundo-da-vida, sendo vitais para a liberdade no desenvolvimento.

Herbeni completa o pensamento de Ofélia, dizendo que é importante que as instituições se abram para o envelhecimento, obtendo, em seu ingresso, o apoio da família. Zaida avança mais quando analisa a necessidade de as empresas *descobrirem que é importante manter pessoas experientes em seus quadros, pois elas têm, em geral, contribuição a dar, inclusive na formação dos que estão iniciando.*

Alice, mais enfática, concebe que *os mais velhos devem prosseguir com a certeza de que, com paixão pelo que fazem, conseguirão sentir o quanto são úteis a si e à sociedade. Se acreditarem no fio imaginário do ouvido à palavra, serão eles fonte de informação construtora.* Argumenta: *É pela atividade que (a pessoa) preenche a existência na terra. É pelo trabalho que constrói a sua história. É pela materialidade do seu ser laborioso e é pela alegria que consegue obter satisfação e é muito remunerado em todos os sentidos, enriquecendo sua personalidade.* Alice não esgota o sentido na vida apenas numa inserção laboriosa. Conclui que pode existir uma reserva de chances *para quem vive o verdadeiro amor... um olhar, um gesto carinhoso, uma palavra animadora são centelhas que refazem energias ainda capazes de dar sentido à vida no envelhecimento.*

Os proferimentos animados em torno do sentido na vida, entretanto, não são tão confortáveis quando revelam os limites das construções históricas; esses ainda manifestam a perplexidade e a dificuldade em responder com justiça aos reclamos da expressividade.

O sentido de religiosidade também se traduz na consideração dos mais velhos, uma espécie de transcendência ou comunhão que afasta a solidão e o medo do vazio existencial, concedendo o sentido último da vida e da morte. *A religião é sempre algo indispensável na vida do idoso, pois dá-lhe confiança no futuro e certeza de continuação da vida* (Herbeni). Também Alice percebe na religião um sentido para a vida, principalmente quando diminui o potencial físico, citando para esclarecimento um ditado popular de suas origens italianas: *Quando il corpo si frustra l'anima si justa*. A fé parece ser um corolário da solidariedade que concede transcendência à individualidade. Acrescenta ela: *Como a fé é fonte supridora sempre senti forças para recomeçar com entusiasmo e ser elo resistente para enfrentar as dificuldades, sem temor*.

A fé parece livrar a pessoa do desespero diante das perdas e ameaças sentidas pelos velhos. Nesse caso, o sentido da vida preserva-se, mantendo-se a integridade. *Tenho certeza, que o grande suporte de minha vida é a fé. Nas horas difíceis, peço a Ele que me dê força e coragem para enfrentar as dores e dificuldades que se apresentam* (Olga).

A fé, nos proferimentos, contribui para a manutenção de sentido mesmo após a morte, juntando-se os elos de ligação entre o passado e o futuro:

Prendo-me aos elos do passado que ao presente, pouco a pouco, me trouxeram... como braços que se fecham ao meu redor, na certeza de que um dia, como as folhas da árvore, deixarei, sem mágoa e sem tristezas - começo de vitória ... que a gente, como as folhas, também nasce, também cresce, também morre e um dia volta à terra, afinal, em nova e excitante trajetória (Herbeni).

Diante do impasse da morte ou de perdas que rompem com a identidade, Herbeni e suas colegas buscam na fé o objeto que lhes evita a perda de continuidade. Isso é coerente com o que Bianchi (1993) afirma: *Nestas condições, manter um fluxo de investimento entre o Eu e um espaço fora do Eu, aparece, antes de tudo, como uma condição "técnica" indispensável para que seja garantida a manutenção de uma continuidade de sentido* (p. 92). Ocorre, assim, uma substituição sublimativa *que permite manter uma continuidade*

de natureza ideativa (Idem, p. 93). A fé, constituída como categoria existencial, aceita como verdade apriorística para a manutenção do Eu, com idealizações que comungam com outra realidade e que os salvam das limitações e do aniquilamento, faz parte da sua condição humana, garantindo-lhes a integridade pessoal na solidariedade. Dessa maneira, é afastada a dissolução do indivíduo, mantendo-se a unidade permanente de todas as coisas. O sentido do absoluto constitui-se em força que anima e leva os mais velhos a manterem-se coesos em torno da vida, firmando esse sentido entre os seus.

3 - DESVELANDO NOVAS CATEGORIAS EM TORNO DA IDENTIDADE

As categorias substanciais sobre a identidade existencial são tidas como aquelas que são retiradas da própria análise do corpo de proferimentos dos idosos e concedem-lhe maior clareza. Passam a se constituir, no testemunho de vida e nos textos opinativos, em unidades de entendimentos que aprimoram o universo das categorias referentes sobre a sabedoria, intimidade e sentido da vida, visibilizando melhor os seus contornos, associando-lhes conotações singulares.

3.1 - Desvelando categorias em torno da sabedoria

O processo de análise desenvolveu-se pela construção de um quadro inicial com proferimentos que sintetizam as categorias substanciais da sabedoria, revelando com clareza suas formas enriquecidas pela expressão dos idosos, sobre as quais se faz em seqüência, a análise.

Quadro 6 - Síntese dos proferimentos sobre as categorias substanciais da identidade existencial na terceira idade: a sabedoria

A individualidade e a sabedoria

Os valores e os conhecimentos se aprimoram de acordo com a caminhada de cada um, de como resolveu e cresceu com as adversidades que encontrou em sua trajetória. Será sempre sábio o idoso que armazenar o resultado de sua trajetória e souber usá-lo nos acontecimentos ou situações de seu dia-a-dia. (Ofélia) Cada idoso tem o seu tipo, a sua potencialidade, conforme as peculiaridades da vida que teve, conforme as oportunidades de aprender, de inventar e de manejar seus compromissos. (Herbeni).

A Operacionalidade da sabedoria

O idoso, pelo caminho andado, tem mais condições de classificar, compendiar e valorizar (Alice). Além de aprender nos livros, ele aprendeu na vida e, por ter mais anos desta vida e mais vivências das muitas coisas vistas e sentidas, ele obrigatoriamente tem mais experiências e, em alguns sentidos, pode ser mais sábio do que os jovens e discernir melhor. (Herbeni) Como se fosse uma escola, amadurece; a pessoa ajusta seus conceitos, tornando-se mais seletiva. Deixa de lado o banal e o supérfluo com o surgimento de conhecimentos. (Ofélia)

A Maturidade e a Sabedoria

É, sim, um precioso tempo de viver a vida na plenitude madura e usufruir de tudo com serenidade e prazer. É tempo de observar e ver a beleza ao redor, tempo de repensar para viver com dignidade... as virtudes que o tempo não apaga e nem envelhece, mas em cada avanço de idade são realçadas, retocadas pelo volume de experiências acumuladas ao longo dos anos, dos muitos anos vividos... a alma é energia infinita e sempre estará em evolução. (Zaida) Noto que todas as coisas que presenciei ficaram guardadas na mente e também no coração (Herbeni). Estou aprendendo a apreciar o mais belo. Sou como uma vela acesa que clareia por todos os lados e eu a tenho como um farol que me guia em todas as horas no caminho da minha vida e deixo aqui o meu abraço com um grande sorriso para todos. (Rosa)

A individualidade e a sabedoria

As observações das interlocutoras são recorrentes em sua relação com as afirmações teóricas sobre a individualidade da sabedoria. A capacidade de operar com qualidade sobre as diversas realidades e, particularmente, com aquelas do mundo-da-vida não é uma qualidade natural da velhice, mas uma qualidade que é conquistada pelo envelhecimento na medida em que o potencial for efetivamente desenvolvido. Os mais velhos se tornam sábios conforme as mediações sociais e culturais oferecidas durante o processo da vida. Os desafios, a solidariedade e a qualidade das operações mentais anteriores é que vão mediar a qualidade da sabedoria. *Para que o saber no idoso seja fonte de crescimento, é preciso desenvolver atividades de integração social e de valorização pessoal através de participação em propósitos diversos (Alice).*

A Operacionalidade da sabedoria

A sabedoria se caracteriza, na opinião das interlocutoras, com o poder do pensamento em operar as diversas realidades em vários níveis intelectuais, pois as qualidades das experiências mentais anteriores vão facilitando a interpretação das realidades atuais e, mesmo a qualidade das operações abstratas pode avançar, uma vez que sejam mediadas pelas operações anteriores. A liberdade humana no plano intelectual se torna maior uma vez que a experiência das operações afasta os limites da improvisação. A sabedoria, como já foi dito, pode ser entendida também como o ato de compendiar, isto é, de sintetizar respostas conscientes uma vez que a massa crítica das aprendizagens faz com que a inteligência, com sua flexibilidade interpretativa, tenha o potencial de operar com mais justeza sobre as exigências do ambiente. A capacidade de operar sobre as realidades as quais lhe são familiares compreende um conjunto de experiências pelas quais são intuídas avaliações precisas, podendo juntar-se à consulta de outras informações para adequar a resposta às exigências solicitadas. A sabedoria, entretanto, não significa necessariamente operar em níveis abstratos mas operar bem nos níveis de desenvolvimento intelectual conquistado.

A Maturidade e a Sabedoria

A maturidade, a partir dos proferimentos dos mais velhos, compreende um estado de desenvolvimento vigoroso e satisfatório. As formas ponderadas de lidar com as questões das relações sociais e das relações afetivas e com as interpretações dos acontecimentos a serem medidos para obtenção de uma adequada resposta são temperadas por uma aprofundada compreensão das diversas necessidades a serem atendidas. A personalidade do idoso não está amadurecida pelo fato particular de ele ter envelhecido mas, pelo envelhecimento, ele adquire solidariedade com a vida e, em sua relação, poder deixar de lado o que não é pertinente. Parece existir um equilíbrio maior entre as coisas da paixão e da razão, entre os apelos aparentes e os apelos mais consistentes. A moderação dada pela reflexão e pela mediação de valores justificados pode ser uma conquista dos mais velhos. É o que diz Rosa: *estou mais amadurecida, mais calma para fazer o que tenho de fazer e o mais importante: estou abrindo um pouco mais os meus olhos neste horizonte infinito de Deus.*

3.2 - Desvelando categorias em torno da intimidade

Como anteriormente se fez, apresenta-se um quadro inicial que sintetiza as categorias que consubstanciam a intimidade, revelando com clareza suas formas enriquecidas na expressão dos documentos proferidos pelos idosos, fazendo-se, a seguir, a análise do quadro.

Quadro 7 - Síntese dos proferimentos sobre as categorias substanciais da identidade existencial na terceira idade: a intimidade

O encantamento

A intimidade em mim se revela até numa migalha de pão quanto mais ao olhar uma estrela ou contemplar uma flor. Nem falo dos meus sentimentos quando converso com Deus ou quando olho para os meus. (Alice) O encantamento é observado na maioria dos proferimentos, seja quando expressam fatos, seja quando expressam idéias que dizem respeito à existência que conduzem.

A densidade e a simplicidade

A vida dos mais velhos, dependendo das oportunidades, faz com que tenham brilho nos olhos. (Alice) Ser velho é ter acompanhado, dia após dia, a vida. Ser velho é sentir vontade de dobrar os joelhos e agradecer. (Herbeni)

A valorização da vida

Gosto daqui e tenho ainda muitas metas a cumprir: coisas para começar, projetos para terminar. Não tenho pressa mesmo, e espero que ainda tenha a felicidade de ficar por aqui, mesmo que esclerosada, curvadinha e enrugada. (Herbeni) Lembro dos meus cinquenta e nove para a passagem dos sessenta. Bem cedo levantei-me e dei com a cara no espelho. Quase me assustei. Foi então que eu vi as duas imagens: uma se despedindo e a outra que vinha chegando... Veio a minha vizinha e perguntou-me:

Que alegria é essa tão cedo assim?

É que estou abrindo os olhos. (Rosa)

O encantamento

Esta categoria de desenvolvimento perpassa todo o corpo analítico, mas de modo especial, recebe seu destaque na análise da intimidade. Os proferimentos, tanto nos testemunhos de vida como nos textos opinativos sobre a intimidade, revelam a alegria de viver como elemento indispensável para o desenvolvimento na terceira idade. Particularmente Alice, Herbeni e Rosa testemunham o encantamento como elemento substancial para o desenvolvimento na terceira idade.

A fala de Alice resume essa característica do encantamento conquistado, seja pelo sentido da solidariedade, seja pelo sentido da religiosidade: *A intimidade em mim se revela até numa migalha de pão quanto mais ao olhar uma estrela ou contemplar uma flor. Nem falo dos meus sentimentos quando converso com Deus ou quando olho para os meus.*

A intimidade traduz-se em encantamento quando os significados afetivos concentram-se até em realidades cotidianas, tantas vezes tomadas com vitalidade afetiva. Esta categoria perpassa os textos e a exuberância dos sentimentos está presa no cotidiano; parece possível que esta seja conquistada pela presença solidária testemunhada por suas histórias e manifesta como desejável nos textos opinativos. O encantamento produzido por experiências felizes faz com que a seleção de objetos possa estar suficientemente feita sem a necessidade recorrente de outras buscas.

A densidade e a simplicidade da experiência

Estas duas categorias podem ser observadas na forma e no conteúdo das expressões das interlocutoras. Seja em idéias representativas da realidade concreta, seja em idéias abstratas, as autoras revelam-se capazes de sintetizar, indo diretamente aos aspectos significativos. A experiência suscita a capacidade de abstrair os aspectos menos importantes do assunto a ser refletido ou da tarefa a ser realizada. A simplicidade das operações mentais assim se revela por causa de sua densidade, permitindo, conforme Bergson, uma liberdade maior no julgamento e na condução das ações.

Ofélia resume o que suas colegas dizem em formas diferentes:

O conhecimento, à medida que se avança na vida é como se fosse uma escola, amadurece, a pessoa ajusta seus conceitos, tornando-se mais seletiva. Deixa de lado o banal e o supérfluo com o surgimento de conhecimentos. Os valores e os conhecimentos se aprimoram de acordo com a caminhada de cada um, de como resolveu e cresceu com as adversidades que encontrou em sua trajetória. Será sempre sábio o idoso que armazenar o resultado de sua trajetória e souber usá-lo nos acontecimentos ou situações de seu dia-a-dia.

As realidades anteriormente vivenciadas, perdendo sua singularidade, projetam-se nas operações afetivas e intelectuais realizadas atualmente, imprimindo nelas um sentido

solidário a toda a existência. O passado conquistado não se reduz ao tempo perdido mas sugere o sentido de liberdade na qualidade das experiências. As afirmações dos mais velhos sugerem que eles tanto podem refletir no presente um sentido de ternura intensa como o amargor ao considerarem que a vida psicológica também é um resultado de operações anteriores. Revela-se nisso a importância da categoria das aprendizagens anteriores, a ser analisada adiante.

A valorização da vida

Não importa qual a razão que se interpõe à valorização da vida. No dizer de Rosa: *agora estou abrindo os olhos*, ou de Herbeni: *gosto daqui e tenho muitas metas a cumprir*, percebe-se a finitude da vida e o apreço que se avoluma com a velhice. Não importa em que circunstâncias ocorre a vida; importa vivê-la. Talvez a consciência aguçada em torno da fugacidade torne ainda mais forte o sentimento da valorização. Os cuidados, portanto, redobram e é compreensível, a intensidade dos sentimentos. Os instantes não podem ser perdidos, e os seus conteúdos estão carregados de experiências que concedem significados intensos às vivências atuais.

A valorização marca um novo momento para a vida e suas possíveis metas. Disso resulta clara a importância das mediações para a gestão social da velhice. Sem elas, a vida dos mais velhos se frustra, pois perde-se o conteúdo sobre o qual pode ser depositada a experiência acumulada, comprometendo-se a possibilidade da valorização. A valorização da vida fica tão somente permeada de recordações, perdendo-se a fluidez e a competência do pensamento e da afetividade. Isto leva a se entender que a valorização é também uma conquista e dependente do significado que a vida possui a partir dos espaços sociais construídos para os mais velhos.

3.3 - Desvelando categorias em torno do sentido na vida

A revelação das categorias foi realizada, como anteriormente, a partir de um quadro que sintetiza as categorias pelos proferimentos, as quais consubstanciam o sentido na vida, revelando com clareza suas formas enriquecidas, realizando-se, a seguir, o seu aprofundamento.

Quadro 8 - Síntese dos proferimentos sobre as categorias substanciais da identidade existencial na terceira idade: o sentido na vida.

A fé: um sentido absoluto na vida

A religião é sempre algo indispensável na vida do idoso, pois dá-lhe confiança no futuro e certeza de continuação da vida (Herbeni). Como a fé é fonte supridora sempre senti forças para recomeçar com entusiasmo e ser elo resistente para enfrentar as dificuldades, sem temor. (Alice) Tenho certeza que o grande suporte de minha vida é a fé. Nas horas difíceis, peço a Ele que me dê força e coragem para enfrentar as dores e dificuldades que se apresentam (Olga)...que a gente, como as folhas, também nasce, também cresce, também morre e um dia volta à terra, afinal em nova e excitante trajetória.(Herbeni)

Os lugares do sentido na vida: as instituições

O idoso aprende a dar alma e corpo aos seus sentimentos, reedificando sua cidadania, aprende a amar e com isto carrega o perfume da eternidade; aí ele toma consciência do potencial que possui..... os mais velhos devam prosseguir com a certeza de que, com paixão pelo que fazem, conseguirão sentir o quanto são úteis a si e à sociedade.(Alice)

O sentido na vida: a construção do potencial de desenvolvimento

A falta de projetos, de objetivo, de ideal traz a amargura de quem vive por viver e deixa o tempo passar, não cumprindo a linha da vida do nascimento ao morrer. (Zaida) atrofiam sua memória e inteligência, pois é a época em que a sensibilidade e a ternura estão desenvolvidas em todas os sentidos. Não há limite de desenvolvimento no ser humano .(Ofélia)

O sentido na vida: produzindo a auto-realização

É pela atividade que (a pessoa) preenche a existência na terra. É pelo trabalho que constrói a sua história. É pela materialidade do seu ser laborioso e é pela alegria que consegue obter satisfação e é muito remunerado em todos os sentidos, enriquecendo sua personalidade... para quem vive o verdadeiro amor... um olhar, um gesto carinhoso, uma palavra animadora são centelhas que refazem energias ainda capazes de dar sentido à vida no envelhecimento. (Alice) E nesta explosão de letras e palavras eu, escrevendo, sou feliz, pois parte de mim mesma aventura-se por outros lugares, perseguindo outras experiências, vivendo uma vida maior, mais rica e mais abrangente, alargando mais horizontes...(Herbeni)

A análise é realizada seguindo-se os procedimentos que foram utilizados nas categorias anteriores. A categoria da fé, entretanto, já foi suficientemente analisada anteriormente, sendo aqui apenas reforçada a superação do sentimento de finitude que se aprofunda na velhice.

A fé: um sentido absoluto na vida

A religião é sempre algo indispensável na vida do idoso, pois dá-lhe confiança no futuro e certeza de continuação da vida (Herbeni). O testemunho é suficientemente esclarecedor sobre a necessidade da fé avaliada como sentido na vida dos mais velhos. É como um pano de fundo luminoso que, em última análise, serve para afastar a angústia do limite existencial. Pode-se dizer que a fé preside como garantia de um significado absoluto, preexistindo aos sentidos passageiros que a cultura e a história possam oferecer.

Os lugares do sentido na vida: as instituições

Os textos das autoras revelam-se esclarecedores sobre a importância da presença dos mais velhos nas instituições e aí cumprindo papéis significativos pelos quais possam ser reconhecidas. Perpassa pelos textos a necessidade da presença em instituições. Em diversos proferimentos, é revelada a satisfação de pertencer ao CREATI (Centro Regional de Estudos e Atividades para a Terceira Idade/UPF), onde renovaram suas atividades coletivas e desenvolvem sua inserção social. O sentido na vida revela-se na conspiração conjunta entre os idosos e as instituições. Faltando a densidade do espaço social manifesta-se a queixa sobre a frustração que afeta aos mais velhos. A falta de costumes na construção da identidade na velhice parece ser o motivo fundamental das instituições não terem espaços para encaminhar com naturalidade o potencial concedido pela sabedoria e a intimidade.

O sentido na vida: a construção do potencial de desenvolvimento

Não há limite de desenvolvimento no ser humano (Ofélia). O proferimento revela a confiança da interlocutora sobre a modificabilidade do desenvolvimento. É revelada, por conseguinte, a capacidade de expansão do potencial humano a partir das construções históricas oportunizadas na sociedade. O sentido na vida em forma de projetos concede contornos à personalidade, fazendo com que se manifestem níveis diferenciados de qualidade pessoal; confirma-se o que foi teoricamente proposto por Vygotsky. Suas investigações induzem para as possibilidades de se afastar a violência histórica e de criar-se um novo espaço social para a preservação do direito humano da inserção social. A primeira questão, portanto, está em compreender que o envelhecimento não é fator de impedimento na tarefa de promoção do desenvolvimento. O que se pretende é construir a identidade humana com as características específicas de cada faixa etária. A questão, assim, não é de se perguntar se o idoso já atingiu a maturidade ou se já cumpriu sua tarefa social: *a questão é de se perguntar qual é a sua próxima etapa de desenvolvimento.*

O sentido na vida: produzindo a auto-realização

As interlocutoras apontam para um qualificado nível de satisfação à medida que os mais velhos encontrarem um sentido na vida.

Diversas são as palavras e expressões para demonstrar a auto-realização que se promove nos mais velhos à medida que encontram um destino social a cumprir. As palavras *alegria e satisfação* e as expressões *centelhas que refazem energias e coração repleto de felicidade* expressam o quanto as motivações dadas pelas tarefas a cumprir podem agradar e contribuir para a plenificação dos mais velhos.

Herbeni elucida concreta e simbolicamente o significado da presença efetiva dos mais velhos na realização de atividades expressivas e que concedem expressividade: *E o papel na minha frente não está mais vazio e eu estou mais realizada, com meu coração repleto de felicidade e minhas mãos continuando a criar frases, com palavras e letras e um "final".*

3.4 - Desvelando categorias comuns à sabedoria, intimidade e sentido na vida

A seguir são consideradas as categorias substanciais que emergiram dos proferimentos dos idosos, ampliando-se o sentido do discurso referente àquelas que são comuns, à sabedoria, à intimidade e ao sentido na vida.

Quadro 9 - Síntese dos proferimentos sobre as categorias substanciais comuns à identidade existencial na terceira idade: a solidariedade da vida anterior, as aprendizagens e o protesto.

A solidariedade durante o ciclo de vida anterior

Assim que todos os atributos e homenagens como reconhecimento, não pertencem só a mim mas à minha família sempre disponível e a toda a comunidade. A maior obra da humanidade é a promoção humana e eu acrescento: A gente só se promove, promovendo (Alice). Ao semear semente boa sempre se colhe bons frutos e estou colhendo lindos e gostosos como uma maçã madura e com muito perfume (Rosa)...um cotidiano ocioso relega o ser humano à condição de ninguém (Zaida)

As aprendizagens anteriores ao envelhecimento: uma categoria condicionadora

Nossa geração não recebeu a atenção necessária ou não quis conhecer sobre o envelhecimento. Mas, como mudar, agora, que conhecemos melhor nossas deficiências? Penso que deve começar muito cedo, ainda em casa e nas escolas primárias (Conrado). Para nós os idosos não existe um só padrão de comportamento, mas diversos... dependendo da abertura que encontramos em nossos caminhos e do esforço que empreendemos (Herbeni). Como não acompanhou as mudanças do mundo, tudo o intimida. Parou no espaço e, embora lúcido, sua situação passa a ser regressiva (Alice).

O chamado para a emancipação: o protesto presente nas categorias referentes.

Para a construção de uma mudança em relação à velhice, há necessidade de uma profunda conscientização ao longo de gerações. Discriminado e com sentimento de perda, de status e de referência...como os direitos estão sempre no fundo da gaveta o idoso dá sempre com o nariz na porta e não poucas vezes tomba na fila de espera (Alice). Há idosos que, tendo perdido seus companheiros de vida, tendo falta de recursos, precisam viver com outros familiares onde são isolados como se fossem um traste sem valor... (Herbeni). Eles se limitam com medo do que o outro possa dizer deles, principalmente no campo da intimidade. É o arraigamento de uma cultura que domina seu subconsciente...(Ofélia). É pena que o homem não acredita na terceira idade. Há pouco se aposentou e vive sentado na praça e diz para o amigo: 'ainda bem que agora posso fumar o meu cigarro e meu charuto bem descansado' (Rosa).

A solidariedade durante o ciclo de vida anterior

Paul Arthur Schilpp reconhece que a principal condição para que se alcance um envelhecimento sadio é ter a sorte da solidariedade. O equilíbrio do desenvolvimento parece acontecer diante do fato de a pessoa não poder ter queixas profundas da falta de solidariedade; ao contrário, é essa que permite a sensação de ter valido a pena envelhecer e estar, com os outros, diante da vida. É esse o entendimento do autor referido quando diz:

Estou em harmonia com que Einstein afirmou: Estamos aqui por causa de outros homens - acima de tudo por causa daqueles de cujo sorriso e bem-estar depende nossa felicidade e também por causa de inúmeras criaturas desconhecidas a cujo destino estamos ligados por laços de simpatia. Muitas vezes por dia percebo o quanto minha vida interior e exterior baseia-se no trabalho de meus semelhantes, vivos e mortos, e o quanto devo esforçar-me a fim de retribuir tudo que recebi (Berman, p.294).

Alice concorda com essa afirmação, dizendo: *Assim que todos os atributos e homenagens como reconhecimento não pertencem só a mim, mas à minha família, sempre disponível, e a toda a comunidade.* Avança, quando diz, com Einstein também, que o benefício recebido dos sócios deve ser recíproco: *A maior obra da humanidade é a promoção humana. E eu acrescento: A gente só se promove, promovendo.*

Em todos os testemunhos de vida, as alunas do Creati apontam como necessária a solidariedade nas relações anteriores. Iniciam seus proferimentos dizendo quais foram seus compromissos com a vida, mesmo que esses pudessem evidenciar exigências dramáticas, como é o caso de Rosa, ou doação extrema em serviços, como é caso de Alice. A idéia de generatividade proposta por Erikson (1970) coincide com o enfoque dado pelos testemunhos, mudando-se apenas as formas de sua expressão. *A generatividade, então, é em essência a preocupação por proteger e guiar a nova geração, mesmo que haja indivíduos que não aplicam este impulso à sua própria descendência (p. 240).* Com o advento da velhice, então, gera-se um sentido de integridade que se afirma no sujeito pela auto-avaliação, na qual se percebe como autor solidário de uma história marcada de

interesses e esforços sociais coletivos. Na proposta do autor, o esforço social na direção dos outros deve ser realizado para que, na fase da velhice, possa haver integridade do eu, como resultado de uma experiência humana fortificada para além dos seus próprios limites. Essa também é a percepção de Lígia Py (1996) ao falar sobre o sentido da solidariedade como determinante de realização das pessoas mais velhas, dizendo que elas necessitam de *algo que dota sua existência de um sentido e as impulsiona na direção do outro, fazendo-as incluírem-se no pensamento coletivo* (p. 17).

As autoras dos testemunhos são mais radicais quando apontam para a necessidade de acúmulos de aprendizagens solidárias com o mundo-da-vida, denunciando os limites da preocupação da razão quando objetivada apenas na produção.

As aprendizagens anteriores ao envelhecimento: uma categoria condicionadora

Assim como Habermas aponta para a possibilidade de aprendizagens construídas em discursos emancipadores e o malefício das aprendizagens meramente instrumentais, assim também as autoras dos testemunhos do presente discurso apontam os limites das aprendizagens instrumentais acumuladas e a força de seu condicionamento na construção do envelhecimento.

Conrado inicia o seu texto sobre a necessidade de aprendizagens anteriores ao dizer que *nossa geração não recebeu a atenção necessária ou não quis conhecer sobre o envelhecimento. Mas, como mudar, agora, que conhecemos melhor nossas deficiências? - Penso que deve começar muito cedo, ainda em casa e nas escolas primárias.*

Conrado avalia, convictamente, que o discurso educacional resulta em possibilidade de desenvolvimentos diferenciais. Herbeni confirma o que é proposto: *Para nós, os idosos, não existe um só padrão de comportamento, mas diversos... dependendo da abertura que encontramos em nossos caminhos e do esforço que empreendemos.*

Os autores dos textos entendem que a educação formal e informal é responsável por uma construção definidora das formas de fazer emergir o envelhecimento; o que propõem, então, é que a vida e sua expressividade podem constituir-se em razão de mudança curricular. Pretendem pôr em primeiro plano aquilo que é politicamente desconsiderado, suscitando um movimento de resistência à colonização do mundo-da-vida, ressaltando

aqueles aspectos que venham pôr em relevo os objetivos e as experiências que promovem a qualidade de vida para todas as gerações e para todas as classes sociais.

Naturalmente, a mudança que apresentam possui exigências de conhecimentos e de estratégias a serem apresentadas aos professores para que, uma vez motivados, consigam pôr em evidência a possibilidade da extensão qualificada da vida. O que Conrado afirma pode ser proposto da seguinte maneira: a experiência curricular é efetivamente produzida pelas experiências do ambiente escolar, o que acontece pela vontade e motivação de professores e alunos em alcançarem aprendizagens correspondentes às novas exigências conscientemente assumidas. Isso equivale a que os alunos e professores devam estar atraídos e instrumentalizados para tomar conta de conceitos e hábitos que expressem o novo projeto pedagógico, qual seja o de entender o processo do envelhecimento qualificado, a ampliação da vida e os meios de produzir os recursos para levar adiante a realização humana em todo o ciclo de vida.

A proposta das autoras dos textos é de se pôr em relevo aqueles conhecimentos que possam promover comportamentos em relação à qualidade de vida. A escola e, nela, o professor, advertidos pelas limitações da lógica da razão instrumental, podem organizar experiências mediadoras entre o mundo dos sistemas da economia e da política e o mundo-da-vida. Apontam, particularmente em seus textos, para as aprendizagens constituídas e constituidoras da construção limitada da masculinidade e seus reflexos no envelhecimento. As críticas apontadas pelas autoras, se hoje não se ajustam mais tão radicalmente às fronteiras entre a masculinidade e a feminilidade, procedem uma vez que a orientação da educação formal e informal continua a contemplar, agora para todos, a ordem disciplinar voltada para o sucesso e para as finalidades produtivas. Alice condensa o pensamento de todos os autores:

Então, nascido o filho homem, já lhe era predestinado ser um patriarca. O machismo, por indução, uma outorga; a megamania de idéias dominantes(com as devidas imposições) robustecia-lhe o temperamento, criando-lhe uma personalidade inflexível. Ter era meta única; o estrelismo, sua ambição. O melhor em tudo, sem medir as conseqüências, às vezes, como dever a cumprir. Esqueciam das orientações e cuidados especiais e permanentes que a vida oferece como um conjunto de meios e recursos que, armazenados, são força vital, não só na juventude, na idade adulta, mas, principalmente, na

velhice. Esqueciam que o hoje, principalmente na formação do homem, é fermento para o amanhã. Como para quem não semeia não há colheita, sem prover, prever e coexistir os talentos que Deus lhe deu foram se enterrando, sem nada ou pouco ficar para uma velhice bem vivida. Iludido pela aposentadoria, passa a ser um excluído e, abraçado a uma saudade despida de valores, sente-se amordaçado pela solidão: como elemento social, um excluído; como pai ou avô, um ausente, isolado de tudo o que ajudou construir. Como não acompanhou as mudanças do mundo, tudo o intimida. Parou no espaço e, embora lícido, sua situação passa a ser regressiva.

Ao menos três questões são postas pela autora do texto ao analisar o envelhecimento masculino. Apresenta, em sua opinião, a construção dos princípios da educação masculina dentro dos parâmetros da rigidez de caráter, os quais não permitem o desenvolvimento da sensibilidade, nem os cuidados pelo mundo-da-vida. A ele compete o sucesso na produção e isso ficou mais evidente na educação do homem imigrante que estava sem proteção política. Praticamente cabiam somente a ele as garantias da sobrevivência; daí o recrudescimento das exigências e das expectativas sociais em torno do homem como o provedor da família e das instituições comunitárias. Sobre essa questão, afirma Ofélia: *A vida do homem dessa geração (da sua) não evoluiu muito. Continuaram machistas, cheios de preconceitos, sempre tendo mais direitos que as mulheres, e tudo lhes era permitido.* Zaida também analisa a questão, considerando, porém, a austeridade da educação masculina no que se refere aos sentimentos: *O homem, desde a infância, sofre uma espécie de censura social que interfere em sua afetividade, atuando como agente repressor de suas emoções: o homem não deve chorar, o homem tem que resistir à dor, não pode desvendar seus sentimentos. Homem não realiza certas atividades (privativas da mulher), especialmente atividades domésticas.*

A segunda questão apontada pela autora diz respeito ao grau de rigidez de práticas culturais relacionadas à vida. O sistema exigia do homem uma entrega absoluta às questões de provedoria e os cuidados pessoais relegados e, pelo relato, desprezados. A terceira idéia incide sobre o descaso social do provedor no advento do envelhecimento. Não mais necessário na provedoria das instituições e carente de recursos internos para a ocupação do tempo livre, ou ele investe sobre suas memórias, ou sobra-lhe a depressão; viveu estoicamente e o sofrimento não lhe causou temor. *O homem quer saúde, mas não acredita*

em profilaxia (Alice). Isso também é observado por Ofélia: *O homem, raramente procura um urologista. A maioria nem sabe que o sexo forte também tem seu climatério, que também afeta seu psiquismo e metabolismo, seu comportamento, sua maneira de ser e de agir.*

A formação voltada para o poder e a produção deixa seus resultados inscritos no coração, na mente e no corpo daqueles que sofrem a modelação. Isso é percebido claramente pelas alunas do *Creati* ao detectarem as formas finais da construção da masculinidade. Zaida faz as seguintes observações nos resultados finais da educação para a masculinidade:

Inegavelmente, o envelhecimento do homem e da mulher se processa de maneira diferenciada. Ocorre por circunstâncias ligadas à natureza das atividades exercidas, por fatores de ordem biológica e por determinantes culturais. É notório que o homem envelhece mais cedo do que a mulher. Na realidade que nos cerca, no dia-a-dia, vamos encontrar o embasamento para tal afirmativa:

- É comum... encontrarmos casais cujos maridos, alquebrados, apoiam-se em bengalas ou nos braços da mulher para andar;

- as estatísticas nos dão conta de um elevado número de mulheres viúvas e menor número de homens viúvos;

- muitas mulheres, sexagenárias até, exercem atividades importantes em vários setores da atividade humana, após a aposentadoria, especialmente como voluntários no campo da assistência social. Com isso, permanecem ativas, vivas, atuantes, otimistas, sem tempo para pensar em si mesmas e nas dificuldades que a velhice traz. Os homens, em geral, com a aposentadoria, preferem ficar em casa, alegando o direito ao descanso após anos de trabalho. A falta de objetivos e a vida sedentária, torna-os tristes, ranzinzas e pessimistas, com grandes prejuízos à saúde.

- O homem, fruto de uma sociedade machista, acha que "essas coisas" (todos os cuidados com o corpo) são só para as mulheres, descuidando-se de sua aparência, cai no desleixo, parecendo sempre mais velho;

- a natureza das atividades exercidas pelo homem, exigindo mais força física e exposição às intempéries geram desgaste e apressam o envelhecimento.

Ofélia também aponta para o esvaziamento do sentido na vida, uma vez que não existem internalizações capazes de fazer o homem inclinar-se para direções mais densas de significado após a aposentadoria: *Vidas fúteis e vazias, sem crescimento cultural, sem um projeto de envelhecimento. São vidas estagnadas mediocres, revoltados.*

Conrado, além de analisar os vários medos masculinos que incidem sobre o advento do envelhecimento em função de suas aprendizagens anteriores, comenta sobre ... *a gabolice quanto às conquistas junto às mulheres; retrospecto do 'tempo bom da vida'; evita a culpa de não ter estudado/aprendido/usado chances de melhorar a vida/conhecimentos/saber; lamenta a falta de companhia; às vezes, começa a beber/jogar. Se é um meio de 'matar o tempo', também cria novos caminhos para a depressão/caída/desgostos.*

O chamado para a emancipação: o protesto presente nas categorias referentes

Se é verdade, conforme Zaida, que o mais velho pode versar sobre a vida em palavras, *vejo refletido, no espelho da minha alma, ganhos de vida, muitas poupanças, bens espirituais, valores que o tempo não apaga e nem envelhecem*, não pode ser negado um ser que ainda não se completou ou porque os discursos foram ou são frustrantes, oprimindo desejos ainda não narrados pela história, ou porque, diante do desconhecido, não se fez ainda o conhecimento necessário.

Entende-se que a reflexão crítica sobre as dores e impedimentos dos desejos humanos revelados entre linhas ou palavras não é o remédio suficiente, mas pode ser o primeiro passo para os velhos e a comunidade tomarem consciência, aliviarem-se e decidirem sobre seus caminhos emancipadores. Isso está de acordo com o que já foi dito: *Neste sentido, a ciência social crítica ministra o tipo de entendimento auto-reflexivo, mediante o qual os indivíduos explicarão as razões de suas frustrações sob as quais atuam e serão sugeridas as ações necessárias para eliminar as fontes de seus carecimentos* (Carr e Kemmis, 1988, p. 149).

O sofrimento dos mais velhos não reside absolutamente em sua vontade, mas na vontade política de uma cultura que constrói contornos humanos submissos a interesses da colonização do mundo-da-vida. Por certo, a vida dos mais velhos está capturada nos

entendimentos e no poder restrito de suas relações estabelecidas dentro de um quadro de exclusão. As narrativas culturais a respeito de sua inserção social impedem que se aproximem de formas vitalizadoras de realização. Pesa-lhes sobre os ombros, mais que os anos, a inaptidão forjada sobre o pensar, o amar e o fazer na qual são aprisionados e aí se constroem, como se fossem naturais o seu desligamento e a ausência de objetos de paixão. É uma espécie de tecido invisível que amarra o ser, impedindo-o de estender seus anos e de qualificá-los. O casulo imaginário limita a sua forma; os laços estreitados revelam a base do sofrimento dos mais velhos. Ainda, muitas vezes, se interpõe a culpa sobre o limite construído. Não havendo clareza e valor sobre o destino social dos mais velhos é lhes atribuída culpa pela forma desorientada de se comportarem.

Com Alice, inicia-se a análise dessa dor da obscuridade cultural e social em torno da velhice. *Para a construção de uma mudança em relação à velhice, há necessidade de uma profunda conscientização ao longo de gerações. A situação de hoje tem raízes muito profundas.* Alice continua apontando para as razões da dor quando revela o seu entendimento sobre a construção da velhice. Apresenta sua insatisfação nos procedimentos destituídos de cuidados. Indica a aposentadoria precoce como um instrumento legal que inibe a continuidade de participação social: *para muitos, já no decurso da segunda idade da vida adulta, o que trouxe conseqüências funestas: inativo, inútil, quando ainda sentia capacidade física e psicológica. Discriminado e com sentimento de perda, de status e de referência... como os direitos estão sempre no fundo da gaveta o idoso dá sempre com o nariz na porta e não poucas vezes tomba na fila de espera.*

A intervenção de Herbeni dá continuidade à verbalização sobre os vícios históricos: *Há idosos que, tendo perdido seus companheiros de vida, tendo falta de recursos, precisam viver com outros familiares onde são isolados como se fossem um traste sem valor.* Na avaliação de Herbeni, a situação de perdas que não são reparadas e a ausência de um fluxo contínuo de relações satisfatórias *tornam o idoso tímido, indeciso e inseguro; outras vezes, é revoltado e agressivo, reclamando contra tudo e contra todos pelas faltas e perdas que sofreu.* A maior dor reclamada reside no estreitamento ou na ausência de instituições capazes de mediar uma presença humana expressiva pela qual os mais velhos possam investir com reciprocidade de resultados.

Ofélia acrescenta às dores anunciadas a passividade dos velhos em dirigirem-se segundo a vontade social, deixando *de tomar decisões por causa de preconceitos. Eles se*

limitam com medo do que o outro possa dizer deles, principalmente no campo da intimidade. É o arraigamento de uma cultura que domina seu subconsciente... Dizem que não querem aprender mais nada e que já adquiriram os conhecimentos necessários. Com esta mentalidade castram suas potencialidades

As autoras apresentam o quadro de dor e nele é percebida a deterioração psicológica diante das limitações culturais e sociais, comprometendo-se a expressividade. As aprendizagens acumuladas apresentam-se como importantes apenas pelo uso, mas lhes falta espaço para sua revelação. As convenções ainda não estão acostumadas a um tempo que apresenta uma nova condição humana: a face longeva das populações.

Quando analisam a agressividade da cultura, a mulher ainda capturada pela dominação masculina e o afastamento do homem em relação ao mundo-da-vida, consolam-se porque sentem que as fronteiras da educação masculina e feminina estão sendo desmanchadas. *Hoje ela não está somente dentro do lar e ele não marca sua vida só fora deste. Nessas circunstâncias, o jovem de hoje terá mais alternativas (Alice).*

O descanso masculino é visto por Rosa como um descaso. *É pena que o homem não acredita na terceira idade. Há pouco se aposentou e vive sentado na praça e diz para o amigo: 'ainda bem que agora posso fumar o meu cigarro e meu charuto bem descansado'.*

Todas as autoras reconhecem a crise emergente no envelhecimento. Não são ingênuas as suas observações; são objetivas enquanto coincidem com afirmações teóricas e estão de acordo umas com as outras. Elas confessam suas vidas como interessantes porque são participantes, mas percebem que as instituições são incipientes no apoio à construção da identidade. Manifestam o estranhamento em torno do seu envelhecimento e apelam para sua visibilidade mais expressiva, trazendo em conta sua vitalidade psicológica e seu desejo de encontrar um fazer respeitável com o qual possam aplicar sua sabedoria e sua intimidade. Os seus proferimentos apelam para um discurso a ser inscrito no entendimento e nos costumes de suas comunidades.

Diversos são os proferimentos de protestos velada ou explicitamente pronunciados pelos idosos: queixas sucessivas são postas entre linhas ao perceberem que foram inscritas em seus corpos e em suas mentes limitações biopsicossociais. Suas dores se revelam nas limitações presentes; dores não menos pronunciadas são denunciadas por todas nas formas

ausentes ou limitadas de a sociedade encaminhar projetos que ainda não conferem suficiente reconhecimento. Há reclamos de justiça que apelam para estratégias culturais e sociais emancipadoras de mitos e solicitações de conhecimentos ainda não conhecidos para a vida que se instala como novidade, não somente com a função de esclarecer sobre o novo perfil demográfico, mas como a função de produzir um novo perfil existencial para o indivíduo que envelhece.

Quadro 10 - Síntese da análise sobre as categorias referentes:

REFERENTES	SUBSTANCIAIS
A sabedoria	A individualidade e a sabedoria A operacionalidade da sabedoria A maturidade e a sabedoria
A intimidade	O encantamento A densidade e a simplicidade A valorização da vida
O sentido na vida	A fé: um sentido absoluto na vida Os lugares do sentido na vida: as instituições O sentido na vida: a construção do potencial de desenvolvimento O sentido na vida: produzindo a auto-realização
Categorias comuns às referentes	A solidariedade durante o ciclo de vida anterior As aprendizagens anteriores ao envelhecimento: uma categoria condicionadora O chamado para a emancipação: o protesto presente nas categorias referentes.

Ao final do capítulo quinto, tornaram-se visíveis algumas categorias que revelam a identidade humana a ser conquistada. A performance comunicativa da investigação indicou um caminho para uma condição humana com possíveis potenciais a serem revelados. A verdade sobre o ser humano que envelhece não residiu dentro das pessoas, mas entre as pessoas que realizaram um discurso solidário. A investigação comunicativa propôs que a construção da identidade pode ser viabilizada em entendimentos, revelando, na prática, o paradigma da linguagem solidária como instrumento de construção de um processo de expansão seja para o corpo, para as virtudes psicológicas e para o destino social dos mais velhos.

O discurso realizado com base nos testemunhos e nos textos opinativos revelou a existência de verdades provisórias, mas legítimas, de conteúdos humanos que apelam para a expressividade a ser construída em interação com instituições mediadoras.

As categorias referentes da sabedoria, intimidade e sentido na vida foram firmadas na conversação dos mais velhos, produzindo efeitos esclarecedores pela análise das categorias substanciais no discurso. O que antes fora apenas pronunciado em discurso advocatório com autores tornou-se efetivamente visível na linguagem dos mais velhos. As categorias referentes da sabedoria, intimidade e sentido na vida tornaram-se mais precisas e substancialmente legítimas pela revelação das categorias resumidas pelo Quadro 10. A análise das categorias revelou as possibilidades sociais, culturais e pessoais das quais pode resultar uma gestão social da velhice com maior expressividade para as comunidades e para os indivíduos. Isso revela, na prática, que a identidade, o conhecimento e a justiça se realizam como fruto do diálogo aberto entre as pessoas ao tratarem de si mesmas num determinado contexto histórico. O tecido da identidade necessita, portanto, de flexibilidade cultural e social durante a vida e o potencial de desenvolvimento a ser revelado na velhice pressupõe mediações para a sua construção. As categorias podem ser construídas a ponto de afastar a debilidade pessoal, podem ter diversos entendimentos mas, em todas as formas de se apresentar, revelam a necessidade humana de vinculações com realidades vigorosas fora do eu.

Os proferimentos dos mais velhos revelam ainda as frustrações provocadas pelas exigências implicadas na linguagem cotidiana e historicamente reproduzidas. Os proferimentos dos mais velhos reclamam uma permanente crítica sobre os aprisionamentos

convencionais nem sempre condizentes com seus desejos; solicitam a emancipação por meio de novos entendimentos.

Ao final do processo analítico, pode-se dizer que surgiram categorias *substanciais* as quais emanaram do processo da investigação prática com base nos textos produzidos. Essas categorias são veiculadoras de sentido específico a respeito da identidade existencial para os interlocutores da investigação.

Em tudo se estabelece a relevância das mediações. No capítulo seguinte, tem-se como finalidade identificar as categorias mediadoras da identidade existencial da terceira idade a partir do Estado e da universidade.

CAPÍTULO VII

O ESTADO E A UNIVERSIDADE: MEDIAÇÕES PARA A IDENTIDADE EXISTENCIAL NA TERCEIRA IDADE: ESTUDO ANALÍTICO COM BASE EM PROFERIMENTOS DE GERONTÓLOGOS

O objetivo deste capítulo é revelar as categorias mediadoras do desenvolvimento da identidade existencial do Estado e da universidade face ao envelhecimento e à velhice, por meio da análise de um corpus documental escrito por profissionais da área de gerontologia. Não se pretende esgotar as categorias, mas ressaltar aquelas que representam os conhecimentos contextualizados manifestos nos entendimentos de três profissionais experimentados e considerados suficientes, porque traduzem o pensar sóciohistórico de seu tempo. Mesmo assim, os escritos dos três interlocutores são cotejados com algumas fontes por eles indicadas.

Fontes - Desde o início da investigação, foi entendido como suficiente o corpo analítico de três profissionais para servirem de interlocutores na mediação da universidade e do Estado: os interlocutores são os profissionais PI⁸, professora do curso de mestrado e doutorado em Gerontologia na Universidade Estadual de Campinas, especialista e escritora em sua área; PII, professora dos cursos de pós-graduação de Gerontologia e Geriatria de três universidades do Rio Grande do Sul, membro do Conselho Estadual do Idoso e da Associação Nacional de Gerontologia, especialista em política nacional do idoso; PIII professora do mestrado e doutorado em enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, pós-doutorado em Enfermagem Geriátrica. Os interlocutores foram escolhidos

⁸ O corpo analítico dos profissionais PI, PII e PIII está sob os cuidados do autor e da orientadora da tese.

pela força de suas participações em estudos e atividades gerontológicas. Foram convidados em função de sua representatividade histórica e geográfica, garantindo-se através deles o pensamento de uma larga região do Brasil onde os estudos sobre o tema estão avançando significativamente.

Por sugestão das três interlocutoras, o corpo analítico foi ampliado, incluindo-se material escrito de alguns autores indicado por elas, afastando-se, assim, os limites da tendenciosidade.

Categorias - Serão utilizados os mesmos tipos de categorias do capítulo anterior:

- Categorias referentes - Estado e universidade que foram selecionadas na fase inicial da investigação tendo como fundamento o conhecimento prévio de sua importância para as questões sociais e culturais do envelhecimento e da terceira idade. O estudo teórico sobre as mediações para o desenvolvimento da identidade existencial na velhice, realizado em capítulo anterior (III), reafirmou a relevância das categorias do Estado e da universidade. As categorias são retomadas não para se confirmar apenas as afirmações anteriores, mas manifestar no entendimento desses profissionais as mediações do Estado e da universidade em suas formas contextualizadas.

- Categorias conceituais - que serviram de filtro perceptual para o capítulo anterior e, como nele foi dito, *se expressam em princípios iluminadores do processo da investigação e podem ser citados como princípio do mundo-da-vida; da interlocução e de entendimento democrático; da emancipação; da construção política; da razão argumentativa*

- Categorias substanciais - que foram reveladas no decurso da análise dos escritos dos profissionais, explicitando-se os conteúdos das categorias referentes. Dessa maneira, o discurso abrigou com mais evidência os atos de fala dos interlocutores.

Procedimentos - Os profissionais receberam em mãos um texto contendo o capítulo III e questões abertas sobre o Estado e a universidade, e a partir dele apresentaram suas opiniões. Por sugestão dos interlocutores foram incluídos os seguintes materiais: Ribeiro (1996), Demo (91 e 96) Saúde e Previdência-Fundap (1991), Zaluar (1992), Debert (91, 96), Caponi (1997). As informações sugeridas pelas obras indicadas foram relevantes no sentido de contejá-las com os pronunciamentos dos interlocutores.

O material recebido foi submetido à análise e em seu processo foram reveladas as categorias substanciais (quadro 11)

Quadro 11 : Fontes, categorias e procedimentos na análise das mediações do Estado e da universidade sobre a identidade na terceira idade segundo proferimentos dos profissionais

FONTES	CATEGORIAS	PROCEDIMENTOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Textos produzidos pelos profissionais • Textos indicados 	<p style="text-align: center;">REFERENTES</p> <p style="text-align: center;">Estado Universidade</p> <p style="text-align: center;">CONCEITUAIS</p> <p style="text-align: center;">Princípios da Teoria da ação comunicativa</p> <p style="text-align: center;">SUBSTANCIAIS (a serem construídas no processo de análise)</p>	<p>Convite aos profissionais.</p> <p>Obtenção dos escritos</p> <p>Análise de conteúdo</p>

1 - CATEGORIAS MEDIADORAS DA IDENTIDADE EXISTENCIAL NA TERCEIRA IDADE A PARTIR DO ESTADO E DA UNIVERSIDADE SOB O OLHAR DOS GERONTÓLOGOS

A análise dos proferimentos dos profissionais de gerontologia e de estudos por eles indicados contextualiza o entendimento sobre as categorias mediadoras do Estado e da universidade e de outras que se manifestarem no decurso desta investigação.

As categorias substanciais emergirão dos textos dos interlocutores, as quais, possivelmente, acrescentarão contornos mais precisos sobre as mediações para o

desenvolvimento da identidade adequado às exigências do contexto sociohistórico onde os proferimentos se localizam.

As sinalizações do capítulo III iniciaram a discussão comunicativa, contudo as categorias do Estado e da universidade foram legitimadas pela organização do discurso com base nos atos de fala dos profissionais e nos textos indicados por eles, os quais constituem os entendimentos sobre o perfil do Estado e da universidade nos contextos nos quais são pronunciados.

1.1 - O estado como categoria mediadora no pronunciamento dos profissionais

A primeira profissional (PI) entende que o Estado *deve exercer sua função reguladora das políticas de saúde, educação e seguridade de todos os cidadãos, garantindo equidade na distribuição dos bens materiais e espirituais que serão responsáveis pela qualidade de vida de todos, pela continuidade e progresso da sociedade. Vale o mesmo raciocínio para os movimentos sociais do próprios idosos. Não acredito que o Estado deva chamar a si a responsabilidade de promover ou mesmo acompanhar esses movimentos. Não é sua função. É função dos grupos sociais organizados em associações não governamentais e de movimentos sociais em favor da cidadania. O Estado tem que estar sensível às suas reivindicações e criar mecanismos de apoio para que esses grupos promovam as mudanças desejadas.*

PI aponta para as responsabilidades do Estado, mas prenuncia as dificuldades em relação às suas mediações e, para tanto, indica alguns exemplos históricos que demonstram o quanto é difícil o Estado brasileiro acolher os discursos reivindicadores para a igualdade social. Enquanto outros países promoveram mais atentamente suas questões sociais, o Brasil tenta resolvê-las tardiamente e de uma forma a não atender plenamente as pretensões solicitadas. A autora apresenta até sua descrença na boa vontade no Estado brasileiro, *que não tem condições de oferecer soluções amplas e generalizadas para as necessidades e desigualdades sociais que emperram a vida do país e a qualidade de vida da população. Analisa a seguir o que a leva a manifestar sua descrença: Nunca tivemos e não teremos um Estado provedor, ou um Estado de Bem Estar social como muitos países da Europa no pós-guerra. Perdemos essa possibilidade, sem nunca tê-la experimentado.* A interlocutora

exemplifica a dificuldade histórica de o Brasil resolver suas pendências sociais ao indicar as dificuldades que a administração federal está tendo em implantar as condições mínimas para a reforma agrária. *Todos os países resolveram isso há muito tempo e criaram suas agro-indústrias, educação básica para todos, inclusive os do campo, disseminação de tecnologias e equipamentos por toda a parte.*

Para elucidar sua opinião, indica a leitura do livro *O Povo Brasileiro* de Darcy Ribeiro. PI baseia sua descrença num Brasil provedor, com base nas distâncias sociais manifestas pela hegemonia da classe rica nas relações de poder. *Com efeito, no Brasil, as classes ricas e as pobres se separam uma das outras por distâncias sociais e culturais quase tão grandes quanto as que medeiam entre povos distintos* (Ribeiro, 1996, p. 210). O autor torna-se enfático ao abordar o continuísmo das relações de poder apesar das mudanças nas formas de produção e do objeto da economia. É o caso da passagem entre a fase açucareira da economia para a cafeeicultura, e mais tarde para a industrial. No Estado e, nele, a direção política não contemplaram os interesses do povo, mas a construção política obedeceu aos interesses daqueles que detinham o poder. Tanto no Império como na República as classes detentoras do poder econômico utilizam *o poder político na defesa de seus interesses econômicos* (Idem, 396).

Movimentos, como o de Canudos na Bahia, do Contestado em Santa Catarina, dos Muckers no Rio Grande do Sul, acreditavam em solução de um Estado salvacionista, apelando para o imperador quando a República já imperava. Os resultados da intervenção do Estado na mediação dos conflitos demonstram as dificuldades de se obter conciliação positiva entre os desejos populares e do poder político. PI possivelmente esteja convencida das dificuldades em tornar o Estado sensível aos clamores populares pelas afirmações finais do livro de Ribeiro:

Nunca houve aqui um conceito de povo, englobando todos os trabalhadores e atribuindo-lhes direitos. Nem mesmo o direito elementar de trabalhar para nutrir-se, vestir-se e morar...O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores explorada, humilhada e ofendida por uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente (Idem, 452).

É previsível a força social que deverá ser feita para contrabalançar as relações de poder, concedendo-se para todos apropriações mais iguais sobre os bens culturais. Essa é também a esperança de Ribeiro para toda a América Latina: *Somos povos novos ainda na luta para nos fazermos a nós mesmos como um gênero humano novo que nunca existiu antes. Tarefa muito difícil e penosa, mas também muito mais bela e desafiante* (Idem, p. 454).

PI suscita, com seu entendimento, a necessidade de interpor, entre o desejo de construção de providências para a dignidade dos mais velhos e a assistência financeira e legal do Estado, uma proeminente presença da sociedade civil organizada a se impor e indicar, em projetos definidos, aqueles meios e forças para fazer prevalecer o que é reivindicado.

Tendo como referência o Estado brasileiro, sem garantias históricas para o exercício político do bem-estar social, são introduzidos os proferimentos da segunda profissional (PII) a qual tem participado na organização da Política Nacional do Idoso e, possivelmente, fale do prisma de quem percebeu as dificuldades de produzir a lei 8 842. A interlocutora inicia seu texto avaliando a direção dos interesses políticos e econômicos que se sobrepõem aos interesses do mundo-da-vida; questiona e tece comentários muito preocupantes sobre os destinos da lei a se considerar os costumes sociais vigentes.

Até que ponto há uma preocupação em se formar pessoas, desenvolver valores, formar-se o verdadeiro cidadão com direitos e deveres, apto a exercer sua cidadania na família, no trabalho, na comunidade em que vive e na sociedade em geral?

PII põe em questão o Estado, enquanto sistema político, e a sociedade, colonizados pela racionalidade instrumental e alienados, portanto, da vida com seus apelos.

Ou o importante é formar técnicos, cientistas, profissionais liberais, industrialistas, comerciantes, atletas, visando a um desenvolvimento econômico, com estabilização da moeda, domínio da inflação, privatizações de empresas estatais, grandes investimentos em infra-estrutura?

A interlocutora PII continua, lastimando que o mesmo investimento não seja feito para produzir saúde, educação, principalmente ao se tratar das pessoas idosas. Ela concorda com PI no que diz respeito às resistências do Estado em prover as questões sociais.

A começar pela Previdência e Assistência Social, no que diz respeito às pensões de aposentadoria (segundo dados do Instituto Nacional de Seguridade Social - 80% dos aposentados recebem apenas um salário mínimo - R\$ 120,00 - de pensão). Além disso, o idoso com 65 anos ou mais, que nunca contribuiu para a Previdência, faz juz ao “benefício de prestação continuada”, cujo cálculo é extremamente cruel. É necessário que a família em que vive o idoso tenha uma renda familiar mensal que não exceda a um quarto do salário mínimo per capita, no caso R\$ 30,00.

A interlocutora tempera com reservas o resultado de seus esforços e de outros advogados da causa da velhice, constituído pelo teor da lei 8 842. Parece, pois, preocupada com o sucesso das pretensões da legislação, uma vez que o mínimo constituído pela pensão e pela saúde são oferecidos com tanta resistência. Afirma, resumidamente, os ganhos prometidos pela lei:

Todas as ações referentes ao Ministério da Previdência e Ação Social, constam no Plano Integrado de Ação Governamental para o desenvolvimento da Política Nacional do Idoso, nas suas interfaces com os demais ministérios. Assim, para a realização do Centro de Convivência para idosos, seria necessária a colaboração de mais seis ministérios; para o Centro de Cuidados Diurnos a de mais três; para a Casa-Lar, a de mais dois; para a das Oficinas Abrigadas de Trabalho a de mais quatro; para a do Prô-rendas a de mais um; para o Atendimento Domiciliar a de mais um; para a do Atendimento Asilar a de mais três.

A complexidade para o atendimento das necessidades indicadas é tamanha que na prática se inviabiliza o discurso legal.

A interlocutora entende que, para a efetivação da política expressa em lei, são necessárias duas definições :

- decisão política nos três níveis do Estado de priorizar o atendimento ao idoso e “alocação de recursos nos orçamentos dos nove ministérios envolvidos, bem como nas secretarias estaduais e municipais responsáveis pela saúde, educação trabalho, habitação, transporte, habitação, cultura e lazer, assistência social, esportes e atividades físicas”.

PII enfatiza a necessidade absoluta de o Estado assumir a política proposta e alocar recursos, sem o que o Programa Integrado de Ação Governamental se torna “letra morta”. A interlocutora entende que a passagem da letra para o costume não ocorrerá sem o clamor dos idosos *através de suas organizações, grupos de convivência, clubes de maior idade, associações de aposentados, federação destas associações.*

A reflexão de PII torna ainda mais visível a questão social dos mais velhos, explicando sobre a multiculturalidade do envelhecimento:

Hoje em muitos países se está produzindo um “envelhecimento do envelhecimento”, quer dizer há um incremento de subgrupos de mais idade dentro do grupo de pessoas idosas. Já há denominação de “velho jovem” - 65 a 79 anos e de “velho velho” dos 80 anos em diante. Está havendo um rejuvenescimento dessas pessoas. As de 65 e mais anos aparecem dentro de cada subgrupo, mais ativas, tanto por seu estado de saúde, vitalidade, formas de atuar, atividades desenvolvidas, como por suas atitudes, valores e aparência física. É o resultado de processos de mudanças estruturais. As mudanças havidas nas gerações de jovens e de adultos, principalmente em termos de educação, renda, estrutura ocupacional, estilos e qualidade de vida, se traduzem em modelos diferentes de velhice.

PII entende que o poder público não pode ignorar esse novo evento social caracterizado no perfil demográfico movel e diferenciado. Os investimentos públicos não podem continuar os mesmos uma vez que o envelhecimento populacional está aí a exigir novos contornos para as instituições e o encaminhamento para novos entendimentos. A mesma interlocutora aponta para um tipo novo de sociedade mas o desenho de seus contornos é responsabilidade de todos; também tem consciência das dificuldades para plasmar com justiça a matéria social historicamente constituída em hegemonias. Compreende que somente a democracia social habitando o interior da sociedade poderá resultar na pressão necessária para que o ajustamento seja também veiculado pelos ministérios. O discurso da justiça para atendimento dos desejos ainda não completamente expresso, deve ser feito na *família, sociedade e Estado, instituições sociais governamentais e não governamentais, nas escolas superiores e de ensino médio e fundamental.* A política de valorização dos mais velhos é uma construção de conhecimentos e, para tanto, a escola é

o lugar preferencial para formular-se a nova visibilidade humana; é uma construção com exigências de novas articulações que perpassam a sociedade, mas a dificuldade é evidente quando, de uma vez, tantos ministérios devem ser convencidos a apoiar as reivindicações dos mais velhos. As articulações entre eles e o Estado são alcançadas, à medida que, conforme PII, houver um convencimento social e organização social capazes de romper com a lentidão e complexidade da vontade pública em mover-se na direção dos desejos populares.

PI, para demonstrar a extensão das dificuldades do diálogo solidário entre Estado e a terceira idade, refere-se a duas questões preocupantes: a saúde e a previdência. Para tanto, indica o estudo crítico da Fundação do Desenvolvimento Administrativo da Secretaria Administrativa de São Paulo.

A ruptura mais radical com a concepção contributiva e de seguro social encontra-se nas seções 2 (Previdência Social) e 3 (Assistência Social) do capítulo II (Direitos Sociais) da Constituição (Dain e Junqueira, 1990, p. 29).

Na seção 2, *afirma-se que nenhum benefício de prestação continuada será inferior a um salário mínimo*, o que implica assegurar aos trabalhadores rurais um benefício na inatividade, mas financiado por uma contribuição adicional sobre a folha de salário do trabalhador urbano. *Mas é sobretudo na seção 3, referente à Assistência Social, que se configura a universalização desse benefício, no valor do salário mínimo, a 'todos os deficientes e idosos que comprovadamente não possuem meios de prover a sua manutenção, ou de tê-la provida por sua família'* (Idem, 30). O estudo no plano ético é justo, mas a exequibilidade financeira do projeto apresenta extremas dificuldades, o que demonstra, antecipadamente, a geração de graves tensões tanto no que se refere ao atendimento dos benefícios prometidos como no equacionamento da arrecadação relativa à obtenção de recursos para atender às demandas da lei.

Não menor preocupação causam as exigências no atendimento da saúde. O estudo da fundação referido anteriormente revela as dificuldades de atender as diretrizes para a saúde definidas pela Constituição de 1988. A implantação de um sistema único de saúde, o atendimento universal, equânime e integral exigem a reorganização da rede de serviços, o aprimoramento da relação entre o setor público e o setor privado e a gestão descentralizada e participativa. Enquanto a cultura da saúde girava em torno da assistência podia-se articular esforços facilitados pela objetividade do conceito, porém a ampliação do

entendimento sobre saúde, se, de um lado, é generosa, de outro é um fator complicador no atendimento. Além disso, o envelhecimento populacional traz questões específicas, atropelando ainda mais o sistema incipiente, dificultando o cumprimento da lei.

A ampliação do conceito de saúde, agregado ao Plano de Ação Governamental Integrado para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso, representa avanços significativos sobre as responsabilidades do Estado no que se refere ao atendimento dos níveis tradicionais de atenção. *A oitava conferência Nacional de Saúde, em seu relatório final, ampliou o conceito de saúde, afirmando que 'Em seu sentido mais abrangente, a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, lazer, liberdade, acesso à posse da terra, acesso a serviços de saúde* (Pacheco, 1997 p. 79). A saúde assim entendida, portanto, não significa somente o afastamento da doença mas a produção de condições de otimização da vida ao longo desta. Isso representa multiplicidade de serviços articulados com a sociedade, mas, de modo especial, com a escola e a família onde preferencialmente a comunidade oferece o suporte mediador para a equalização dos meios de inserção social. *As práticas sociais voltadas à promoção da saúde integral do idoso devem estar voltadas ao entendimento de que saúde é um processo, envolvendo todas as condições que permitam ao ser humano uma vida digna e um conseqüente envelhecimento saudável* (Idem, p. 82). As instituições sociais remodeladas e um Estado solicitado poderão realizar a saúde mediante uma constante exigência mediada pelo mundo-da-vida e isto se constrói, conforme PII, por um discurso renovado dentro da sociedade e por sua organização voltada para esse novo ordenamento.

PI, com as indicações feitas, mostra as tensões de um diálogo que vão exigir a presença continuada e atenta dos mais velhos. As mediações do Estado são possíveis uma vez que já foram oficializadas. Entre o prometido e o exercício final da administração, porém, deverão ocorrer muitos extenuantes esforços para viabilizar as conquistas a serem realizadas entre o Estado e a sociedade civil. O bem-estar biopsicossocial, compreendido pela OMS a partir da Conferência de Alma-Ata, 1978, é entendido como uma disposição da realização atual e das condições realizadoras das funções físicas, mentais e sociais dos indivíduos. A presença social e a conseqüente realização psicológica e reflexos somáticos exigem um diálogo constante entre os ministérios e, particularmente, com a organização da categoria social dos mais velhos. Os custos e os esforços a serem empreendidos pela sociedade civil com o Estado e deste com aquela na questão da construção do

envelhecimento e da velhice, pelo discurso das três interlocutoras, não serão fáceis, contudo os desafios estão lançados.

A terceira profissional PII, ancorada em Demo, acredita que somente as exigências da cidadania emancipada são capazes de fazer o Estado cumprir suas obrigações políticas. O primeiro passo para tanto reside no desafio de destruir a pobreza política; somente a consciência e o destemor podem tornar visíveis os clamores próprios dos mais velhos. O segundo desafio reside em propor projetos consistentes nas áreas de responsabilidade pública, como saúde e prevenção, educação permanente, participação e seguridade social. Esse passo não se esgota em exigir do Estado o cumprimento de sua função social, mas se expressa também em iniciativas civis com ou sem apoio oficial. O terceiro passo se desenvolve pela capacidade de organização de pessoas livres com a competência de autodeterminação. Isto é, a consciência crítica coletiva não é suficiente para a promoção de mudanças de uma política social permanente e cotidiana: *participação sem auto-sustentação é farsa* (Demo, 1996, p. 136).

Os pensamentos de PIII, de PII e de PI revelam que as mediações do Estado são complexas e envolvem esforços educacionais, de mudanças institucionais, de organização da sociedade e dos idosos no sentido de promover a visibilidade renovada da condição humana a ser redefinida pelo envelhecimento. A história revela que os espaços sociais estão ocupados e que as hegemonias sociais estão limitadas a uma faixa estreita da população. Isso evidencia o grau de dificuldades para a desocultação dos mais velhos e a revelação de sua desejada visibilidade.

PI acredita que a lei e o Plano de Ação Governamental Integrado representam um ideal a nortear as ações dos grupos da sociedade mais que determinar com seriedade as reais intenções do Estado. *Por outro lado, a lei geral é um grande equívoco, ao não considerar a enorme necessidade que temos de descentralização de práticas, políticas e procedimentos.* A interlocutora quer dizer que a efetivação das mudanças para inserção social e continuidade de condições plenas para a realização biopsicológica dos indivíduos acontece em níveis descentralizados, pois as promessas centralizadas não possuem visibilidade das realidades diferenciadas nem se ajustam às necessidades dos beneficiados. A interlocutora, indiretamente, afirma que o movimento para a realização humana dos mais velhos resultará em responsabilidade das *políticas locais e específicas, regionais, municipais e estaduais*, sendo o governo central, com seus ministérios, incapaz de gerar o

atendimento, repassando equivocadamente recursos ou simplesmente não ouvindo, pela distâncias, os protestos dos mais velhos.

PI, ao realizar sua crítica do Estado como gestor, baseia sua opinião em Zaluar, que analisa as principais características da intervenção do período autoritário e que ainda se mantém: *grande centralização de decisões e comando financeiro, fragmentação institucional e programas superpostos que resultaram na atuação de forma compartimentada e competitiva, burocratização e emperramento dos órgãos da área social, ausência de participação e controle dos interessados, manipulação e vinculação dos serviços aos interesses político e eleitorais e descontinuidade da ação* (1992, p. 193).

A maior preocupação subjacente às afirmações conjuntas de PI e Zaluar reside na política centralizada dos recursos e, por consequência, na inaptidão de lidar com a realidade que é descentralizada. Zaluar, em sua abordagem, denuncia vícios históricos manifestos na docilidade dos estados e municípios em aceitar a distribuição dos recursos públicos, lesiva às políticas sociais, na má distribuição dos recursos e na conseqüente falta de recursos e abusos nos ajustes fiscais e nos desvios de toda ordem.

O apelo de PI concentra-se na construção de uma política descentralizadora do uso dos recursos públicos, cabendo ao Estado a função de fiscalizar o cumprimento dos projetos que visam a atender uma política integrada e participativa e gerida onde a realidade social se apresenta.

1.2 - A universidade como categoria mediadora no pronunciamento dos profissionais

A universidade, como o Estado, somente se move ao peso das necessidades manifestas no seio da sociedade. A ação do Estado, conforme as interlocutoras, é sempre tardia. Não é costume o Estado e a universidade se anteciparem aos clamores sociais, tanto que a primeira universidade só se abriu à terceira idade por pressão da sociedade. Um universo significativo de *adultos se aposentando em boas condições de saúde e atividade* (PI) foi o impulso para que a instituição responsável pelo aprimoramento cultural se sensibilizasse pela educação permanente.

Não é somente o envelhecimento populacional o deflagrador do interesse da universidade pelo novo perfil demográfico. Na opinião de PI o mundo do sistema coloniza

também a universidade; assim, somente reiteradas manifestações junto dela podem fazê-la se abrir ao mundo-da-vida no caso da vida dos mais velhos. As primeiras produções universitárias sobre o conhecimento da população idosa devem-se, segundo PI, ao fato de que muitos dos pesquisadores *que haviam feito suas carreiras pesquisando a infância e a adolescência, estavam envelhecendo. Possivelmente não encontravam na psicologia do desenvolvimento que praticavam, uma resposta satisfatória para a realidade pessoal de envelhecimento, nem para a velhice enquanto fato social, fenômeno sem precedente na experiência da humanidade.* A interlocutora afirma que o universo de conhecimentos psicológicos, sociológicos, fisiológicos não respondia às perguntas que os autores se faziam; por isso, iniciou-se, por pressão das circunstâncias, estudos teóricos e práticos *tais como satisfação na velhice, perspectiva de tempo futuro, atitudes em relação à velhice, relações familiares, identidade, auto-estima, autoconceito, senso de controle, dentre outros sugeridos pelo cotidiano dos mais velhos.*

A mesma interlocutora entende que as universidades no Brasil têm se mostrado sensíveis às questões da velhice, levando-se em conta a rapidez com que elas se abriram aos apelos dos mais velhos. De uma universidade aberta à terceira idade em 1982, passaram para 52 em 1995. Embora criticáveis, os primeiros esforços revelam porém o potencial de um novo campo de produção científica e de preparação de profissionais. Apenas iniciados os esforços,

começam a se fazer ouvir vozes que reclamam por formação mais específica para os professores (que atuam em serviços de extensão na área gerontológica), bem como por projetos pedagógicos mais definidos, de forma a potencializar ao máximo os benefícios sociais dessa nova instituição social. Parece também, que já é hora de sistematizar o conhecimento adquirido em anos de prática, de modo a poder transmitir e reciclar os resultados da expediência.

PII, a par da responsabilidade cultural da universidade, entende que sua vocação não se esgota no produzir e transmitir um estoque organizado de conhecimentos. A universidade *deve ser entendida como uma entidade crítica da cultura e do trabalho, fazendo parte, assim de toda a elaboração da sociedade. Em âmbito geral, o seu objetivo é formar recursos humanos especializados em diferentes áreas de conhecimento, recursos*

esses capazes de não apenas preservarem, como também transformarem e expandirem o legado humano, cultural, científico e tecnológico.

PII indica diversas responsabilidades da universidade face à educação, fazendo suas aquelas prescritas pela Unesco em 1980, as quais se definem em

considerar menos o conteúdo e mais em despertar na pessoa idosa a capacidade de confiança em si mesma, de sua autonomia e o de destruir os estereótipos negativos que poderão estar influenciando em sua vida. Aumentando o senso de suas responsabilidades poderá melhorar sua saúde física e mental o que contribuirá para se afirmar cada vez mais na sua vida do dia-a-dia e no seu comportamento social.

A interlocutora, mais que pesquisas sobre as inúmeras questões do envelhecimento e seus reflexos na identidade existencial, aponta para uma universidade ética, isto é, diretamente envolvida com as relações sociais e fundamentalmente dirigida para as relações de poder e suas conseqüências no resgate da confiança e autonomia na terceira idade. Ela aponta para uma universidade sinceramente envolvida com um discurso voltado à presença comunitária dos mais velhos. O que é reclamado pela pensadora é que a universidade trabalhe num processo participativo, envolvendo os mais velhos no processo de reconquista de espaços sociais. Pretende, em seus proferimentos, uma universidade que parta do *princípio de que os mais velhos são agentes do processo*. O trabalho que envolve os mais velhos, preferencialmente deve constituir-se *com eles e não por eles e para eles*. *O trabalho não pode ser de tarefas repetitivas, de atividades mecânicas, de ações irrefletidas, mas aquelas que dêem uma resposta às suas necessidades biopsicossociais e espirituais, para que seja um cidadão competente, apto a viver numa sociedade.*

PII pretende uma universidade tão ética quanto intelectual e afirma que a universidade começa a voltar-se para o velho *mas, isso ainda é insuficiente, pela simples razão de que o produzir conhecimento, seja pela via da pesquisa ou do ensino, não garante o processo da transformação social*. A autora entende que a universidade terá assumido sua responsabilidade quando equilibrar o conhecimento produzido e iniciado no diálogo, com a realidade dos idosos e aí avaliar a eficácia social dos conhecimentos. A metodologia apontada é participante, pois faz refletir o universo da universidade em seu contexto. A verdade, então, é comunicativa, e o discurso final não só depende da sua

coerência e resistência frente às contraposições, mas da sua força transformadora e diretamente imbricada na cultura e na sociedade onde se movem os mais velhos.

A universidade, então, na opinião de PII, deve *minimizar o isolamento, a solidão, em que vivem muitos idosos, estimulando as relações com as pessoas de sua geração e, também, com as das outras pessoas*. A concepção desta responsabilidade educacional da universidade revela a preocupação da interlocutora em avançar com o sentido da generatividade, relativizando a rigidez das etapas propostas por Erickson (1970, p. 240-241), o qual põe na vida adulta a responsabilidade da construção social, da produtividade e do exercício da criatividade; na velhice o reconhecimento da pessoa em ter sido parceira da história humana e ter contribuído com seu estilo de vida para o desenvolvimento de sua cultura. PII pretende que a educação universitária contribua para que o cidadão idoso continue a assumir o sentido da generatividade e não fique somente repetindo em si mesmo a glória de suas contribuições.

Com a intenção de esclarecer ainda mais o sentido educacional da universidade, a interlocutora aprofunda as idéias anteriores ao falar que ela *deve proporcionar conhecimentos práticos, específicos sobre, por exemplo, a passagem da vida ativa para a de aposentado, além dos conhecimentos teóricos relativos ao processo de envelhecimento e, ainda, as atividades físicas, socioculturais e artísticas que possam interessar aos idosos*. Essa opinião contém, implicitamente, a necessidade de parceria da universidade com outras instituições responsáveis pela promoção de aprendizagens promotoras de costumes, conhecimentos e habilidades voltados à perspectiva da qualidade da vida. A autora, com sua opinião, tenta superar a rigidez dos conceitos de desenvolvimento pessoal, criticando-os e propondo a estruturação de um ciclo de vida plenificado de sentido pessoal e social e vigorosamente integrado com todas as gerações. Opina, portanto, que a universidade deve *proporcionar a tomada de consciência das pessoas idosas da riqueza de sua vida pessoal e profissional e a importância da comunicação de sua experiência a outras gerações, desenvolvendo a compreensão mútua num mundo conflituado*. Por certo, a autora propõe, em função da família tradicional ter-se transformado em nuclear, a instituição escolar como espaço otimizador da tolerância entre as gerações.

PII conclui sua reflexão propondo que a universidade permita *aos estudantes da terceira idade a oportunidade de se expressarem, de aprenderem, de realizarem suas*

aspirações educativas, de concretizarem seus sonhos e desejos, que foram impossíveis de serem satisfeitos nas etapas anteriores da vida. A interlocução da autora problematiza a tarefa tradicional da universidade, na qual competia aos jovens primordialmente estudar. Propõe romper o entendimento no qual a educação tem a responsabilidade de educar as futuras gerações. Existe em seu conceito uma elasticidade radical e enunciadora de uma universidade e, mais amplamente, de uma escola responsável por dar conta de um universo humano não resolvido, qual seja o dos mais velhos, que solicitam mediações para o seu desenvolvimento ainda não esgotado. Os proferimentos de PII são reforçados por PIII quando diz que a universidade, ao lado de suas vocações específicas, deverá estar atenta às grandes transformações que ocorrem na micro e macro sociedade e interferir através do ensino, na dimensão maior de comunicação/transmissão de novos fatos e saberes, com a maior difusão possível; da pesquisa na geração de conhecimentos/tecnologias para responder às questões emergentes; e tomadas de posições políticas contundentes que repercutam nas definições de políticas públicas e sociais do Estado.

De acordo com PIII, a universidade tem a responsabilidade de definir em estudos o perfil demográfico e superar os arraigados *estereótipos, mitos, crenças que depõem contra a dignidade e o viver com qualidade das pessoas idosas.*

PIII depõe exemplarmente sobre a responsabilidade da universidade, apresentando o testemunho da Universidade Federal de Santa Catarina frente às questões do envelhecimento e da velhice. O Núcleo de Estudos da Terceira Idade, atento aos desafios trazidos pelo envelhecimento populacional, desenvolve interdisciplinarmente iniciativas de ensino pesquisa e extensão. A preparação de recursos humanos, a liderança regional para estudos conjuntos sobre o envelhecimento e a velhice, a introdução de estudos geriátricos e gerontológicos nos diversos cursos, a estruturação de diversos grupos de convivência com diversos objetos de interesse, o resgate da memória regional através de oficina com idosos, as propostas de encontros com vistas a melhor visibilidade dos mais velhos, os cursos de preparação para a aposentadoria, a mobilização estadual para as questões do envelhecimento e da velhice, a participação na formulação da política nacional do idoso, teses de mestrado problematizadoras de questões geriátricas e gerontológicas exemplificam sobre o perfil de uma instituição preocupada com os problemas advindos daquele fato. A sensibilidade da universidade de Santa Catarina testemunha as

possibilidades e responsabilidades da universidade face às necessidades emergentes de seu contexto.

PI, além de reafirmar os proferimentos de PII e de PIII, aprofunda a questão da responsabilidade universitária na preparação dos recursos humanos no trabalho com a terceira idade. Apresenta suas opiniões em quatro itens, alguns deles presentes na interlocução das outras duas participantes do discurso comunicativo. Inicia, dizendo que é responsabilidade da universidade a *formação de profissionais críticos em relação às várias realidades de velhice e aos vários cenários em que ela pode ocorrer, dando-lhes condições de perceber e lidar com a variabilidade interindividual, isto é, a heterogeneidade da velhice.*

A interlocutora apresenta um proferimento representativo da multiculturalidade no interior da própria velhice, insiste na importância de uma educação voltada para as diferenças, em contraposição a uma educação essencialista e universal. Aponta para os diversos lugares onde ela pode ser tratada; lugares diferentes teriam diferentes discursos e, em todos eles, a visibilidade do envelhecimento e da velhice deve ser percebida criticamente. PI, por certo, refere-se aos lugares da família, da escola, da empresa, dos centros especializados em lidar com a questão da velhice, das instituições de saúde, de ação social das comunidades que, pela proximidade, são mais sensíveis aos clamores do mundo-da-vida. A heterogeneidade das ações deve revelar, na opinião da autora, a compreensão das formas diversificadas das expressões do envelhecimento e, possivelmente, os encaminhamentos devam atender aos níveis de satisfação conforme o estágio de desenvolvimento atingido ou a ser pretendido através de significativas mediações.

O segundo item focado por PI diz respeito *ao desenvolvimento de atitudes pró-ativas em relação à velhice, em profissionais das diversas áreas que se ocupam do atendimento e do estudo do idoso e, ao mesmo tempo, de uma atitude crítica em relação ao discurso tradicional da geriatria e da gerontologia, que vincula estereótipos sobre a velhice.* A autora propõe a superação de atitudes preconceituosas negativas e de crenças românticas em relação à velhice. A atitude crítica da universidade em relação à preparação de profissionais revela a necessidade da construção de conhecimentos para dizer o desconhecido e fazer o costume lá onde a obscuridade e a violência se manifestam em categorias de discursos fortemente reveladores de hegemonias da vida adulta idealizada pela lógica instrumental. A autora propõe, como consequência, a pesquisa da singularidade

expressiva dos grupos de idosos para que daí se extraia a construção de um projeto educacional inserido e comunicativo. A aprendizagem dos profissionais deve compreender, portanto, a análise adequada do imaginário da população-alvo dos trabalhadores de gerontologia.

A terceira questão levantada refere-se *à promoção, através dos profissionais preparados pela universidade, de atitudes pró-ativas quanto à realização de esforços educacionais para engendrar mudanças culturais compatíveis com o progresso individual e cultural numa sociedade que envelhece*. As mudanças sugeridas pela ação de profissionais são conseguidas, na universidade, pela construção de conhecimento capazes de aperfeiçoar o estoque cultural, o qual somente pode estar alicerçado em pesquisa e extensão e na conseqüente sistematização do conhecimento. A integração das funções universitárias para atingir as finalidades de mudança cultural não pode fugir da contextualização dos estudos e de uma efetiva demonstração da procedência da leitura realizada pela pesquisa, o que somente pode ser feito por meio de parcerias para divulgação e implantação de costumes emancipadores. Essas são as opiniões também das outras duas interlocutoras.

Os estudos, na opinião de PI, baseada em Sá, teóricos ou resultantes das investigações, são melhor adequados numa *abordagem multidisciplinar que permita esgotar a complexidade do tema em todos os seus contornos e vislumbrar os constrangimentos que a realidade impõe à velhice e as decisões que visam sua proteção* (Sá, 1992, p. 249). A autora indicada sugere que as investigações contemplem fundamentalmente quatro grandes temas: necessidades de sobrevivência, da construção da identidade, da integração societária e da atividade criativa. Os profissionais, portanto, para a construção de uma aprendizagem significativa, estarão melhor iniciados nos trabalhos de gerontologia se os cursos de formação de recursos humanos oferecerem entendimentos consistentes emanados das pesquisas e, preferencialmente, com a participação direta dos alunos. Isso significa que o universo das políticas sociais e da legislação, dos contornos biopsicossociais, das distorções, dos fundamentos gerontológicos, dos procedimentos na construção e inauguração de novos discursos teóricos e éticos relativos aos mais velhos deve estar suficientemente dominado a ponto de os profissionais se sentirem encorajados a promover seus próprios discursos comunicativos e nova gestão social em seus contextos de ação.

O último item relaciona-se à *instrumentação dos profissionais de gerontologia e, através deles, das pessoas que envelhecem, dos profissionais que lidam com elas e da sociedade de um modo geral, para perceberem os vários aspectos da velhice e principalmente o seu potencial de desenvolvimento*. A função universitária, portanto, é também de contribuir na abertura de espaços sociais onde os mais velhos possam investir sua sabedoria, e sua intimidade, ampliando os contornos pessoais e da sociedade, reconstruindo relações de poder e de expressividade.

2 - DESVELANDO CATEGORIAS MEDIADORAS EM TORNO DO ESTADO E DA UNIVERSIDADE

As categorias substanciais abaixo analisadas sobre o Estado e a universidade foram retiradas, através de análise, do corpo de proferimentos dos profissionais, concedendo maior clareza e legitimidade ao discurso teórico das categorias referentes. Especificam nos textos opinativos, unidades de entendimentos que aprimoram o universo das categorias referentes sobre o Estado e a universidade, visibilizando melhor os seus contornos, associando-lhes conotações singulares. Concedeu-se, dessa maneira, melhor expressão e autenticidade às intuições teóricas anteriormente delineadas, facilitando-se posterior encaminhamento político.

2.1 - Desvelando categorias em torno do estado

Foi realizado o mesmo processo dado na análise da identidade existencial, isto é, um quadro inicial que sintetiza as categorias que consubstanciam o Estado, revelando com clareza as formas enriquecidas na expressão dos documentos proferidos pelos profissionais, realizando-se, a seguir, a análise do quadro.

Quadro 12 - Síntese dos proferimentos relacionados às categorias substanciais do Estado

A responsabilidade dos cidadãos e da sociedade civil

A responsabilidade de promover ou mesmo acompanhar os movimentos sociais é função dos grupos sociais organizados em associações não governamentais e de movimentos sociais em favor da cidadania. Empresas, escolas, família e outras instituições sociais aos poucos pressionarão o Estado por providências, que serão tomadas, portanto, a reboque das ações dos grupos e movimentos sociais.(PI) Na construção da legislação em favor dos idosos foi pela primeira vez que as suas associações e seus movimentos organizados tiveram visibilidade neste país, lutando por seus direitos. (PII) A cidadania assistida tem por objetivo avançar em seus direitos, manifestando seu sentido de política social e afastando a tutela do Estado (PIII)

O Estado como regulador e incentivador

O Estado deve exercer sua função reguladora das políticas de saúde, educação e seguridade de todos os cidadãos, garantindo equidade na distribuição dos bens materiais e espirituais que serão responsáveis pela qualidade de vida de todos, pela continuidade e progresso da sociedade.(PI) Alocação de recursos nos orçamentos dos nove ministérios envolvidos, bem como nas secretarias estaduais e municipais responsáveis pela saúde, educação trabalho, habitação, transporte, habitação, cultura e lazer, assistência social, esportes e atividades físicas .(PII)

O equívoco da legislação

Por outro lado, a Lei geral é um grande equívoco, ao não considerar a enorme necessidade que temos de descentralização de práticas, políticas e procedimentos.(PI)

A atenção à insensibilidade histórica

Até que ponto há uma preocupação em se formar pessoas, desenvolver valores, formar-se o verdadeiro cidadão com direitos e deveres, apto a exercer sua cidadania na família, no trabalho, na comunidade em que vive e na sociedade em geral? (PII) Nunca tivemos e não teremos um Estado provedor, ou um Estado de Bem Estar social como muitos países da Europa no pós-guerra. Perdemos essa possibilidade, sem nunca tê-la experimentado.(PI) Parece haver ausência de lógica comunicativa e, ao contrário, é importante formar técnicos, cientistas, profissionais liberais, industrialistas, comerciantes, atletas, visando a um desenvolvimento econômico, com estabilização da moeda, domínio da inflação, privatizações de empresas estatais, grandes investimentos em infra-estrutura? (PII)

A aproximação com as diversas instâncias da sociedade civil e do Estado

Cabe à família, à sociedade e ao Estado, às instituições sociais governamentais e não governamentais, às escolas de primeiro, segundo e terceiro graus a gestão social dos idosos (PII) Quanto ao papel dos idosos na relação com o Estado, acho que é uma questão que depende da educação para a cidadania, isto, é coisa para mais de uma geração de maior igualdade de oportunidades.(PI)

Atenção do Estado e da sociedade para as diferenças de faixas etárias na Terceira Idade

As mudanças havidas nas gerações de jovens e de adultos, principalmente em termos de educação, renda, estrutura ocupacional, estilos e qualidade de vida, se traduzem em modelos diferentes de velhice.(PII)Hoje em muitos países se está produzindo um “envelhecimento do envelhecimento”, quer dizer há um incremento de subgrupos de mais idade dentro do grupo de pessoas idosas. (PII)

As categorias substanciais do discurso com os interlocutores revelam em seu interior a necessidade de o Estado constantemente ser assediado e até constrangido para legislar e pôr em prática as promessas inscritas em lei, além da elaboração de outras que explicitem e atualizem as exigências nacionais e regionais para o envelhecimento e a velhice.

A responsabilidade dos cidadãos e da sociedade civil

Esta categoria constitui-se em elemento fundamental na reconstrução do discurso sobre a identidade existencial dos idosos. Isso foi percebido por PIII ao apontar para a necessidade de um vigor político por parte dos cidadãos. O que se afirma respalda-se também no dizer de PI uma vez que o Estado *não tem condições de oferecer soluções amplas e generalizadas para as necessidades e desigualdades sociais que emperram a vida do país e a qualidade de vida da população.* Dessa maneira, os esforços dos cidadãos mais velhos e de suas associações deverão contextualizar os discursos e, mediados por sua realidade, organizar seus apelos para vê-los transformados em normas e obrigação social.

A categoria do primado civil sobre o Estado no encaminhamento das proposições sociais havia sido levantada na constituição do discurso teórico sobre o Estado e foi ressaltada também nas indicações de PIII. Ela acredita que somente as exigências da

cidadania emancipada são capazes de fazer o Estado cumprir suas obrigações políticas. O primeiro passo para tanto reside no desafio negativo de destruir a pobreza política; o segundo desafio reside em propor projetos consistentes nas áreas de responsabilidade pública, como saúde e prevenção, educação permanente, participação e seguridade social; o terceiro passo se desenvolve pela capacidade de organização de pessoas livres com a competência de autodeterminação: *participação sem auto-sustentação é farsa* (Demo, 1996, p. 136).

O Estado regulador e apoiador

As interlocutoras entendem que ao Estado cabe uma presença obediente aos apelos da população envelhecida. Para PI, o Estado deve permitir a descentralização de poder e de recursos, e PII compreende que os nove ministérios envolvidos pela lei 8 842 terão condições de desenvolver a política nacional para os idosos quando tiverem os recursos disponíveis no seu orçamento. De um modo geral, as gerontólogas são reticentes quanto à vontade política do Estado brasileiro no que se refere ao desenvolvimento social. O costume parece privilegiar o mundo do sistema, que reforça o que é dito na categoria anterior. A lei aponta, porém, para alguns caminhos que potencializam projetos voltados para a saúde, habitação, aposentadoria e educação voltada para a qualidade de vida. Esses, entretanto, serão acolhidos somente diante de propostas exigentes e consistentes o que demanda organização e autodeterminação.

O equívoco da legislação

PI denuncia o vício centralizador da lei que estabelece a política nacional do idoso e sua interpretação se ancora na tradição de legislações amplas, generalistas e irresponsáveis, temendo que o mesmo aconteça com a legislação da política nacional do idoso. A interlocutora entende que os esforços públicos devem acontecer lá onde os projetos civis se manifestam, justamente onde os recursos devem ser alocados. O distanciamento entre o apelo e o local da resposta inibe a providência. Propõe, portanto, que os discursos dos mais velhos em sua relação ao Estado sejam próximos da autoridade que os possa atender, o que significa que seus apelos sejam estabelecidos nos municípios e nos estados da União.

A atenção à insensibilidade histórica

Os proferimentos de PI e PIII manifestam preocupação em torno das dificuldades para com o atendimento às necessidades sociais que se expressam no decurso da história. Nesse sentido, PI aponta para os históricos limites sociais em torno das desigualdades que se transformaram em normalidade, e PIII, para a necessidade de uma política assistida. As interlocutoras se dão conta da amplitude e vigor das discussões e da clareza e profundidade das idéias a serem expressas por todos os meios para o atendimento dos projetos sociais, abordando a questão de uma forma direta e indireta. PI indica Ribeiro como fonte comprovadora de seu entendimento, o qual, como já foi visto, analisa de forma direta e contundente a questão das exclusões; PIII, por sua vez, aponta para Demo como referência para a necessidade de superação da pobreza política. A instalação histórica da insensibilidade política para com as questões sociais referenda, portanto, a necessidade comunicativa e, nela, de modo especial, a força da argumentação e o poder da interlocução.

A aproximação entre as diversas instâncias da sociedade civil e o Estado

Cabe à família, à sociedade e ao Estado, às instituições sociais governamentais e não governamentais, às universidades e ao ensino médio e fundamental a gestão social dos idosos (PII).

Quanto ao papel dos idosos na relação com o Estado, acho que é uma questão que depende da educação para a cidadania, isto é coisa para mais de uma geração de maior igualdade de oportunidade (PI).

Para as interlocutoras, são diversas as instâncias de conhecimento, justiça e expressividade em favor dos mais velhos. Existem instâncias preferenciais para a reconstrução dos entendimentos culturais, dos costumes e da personalidade dos idosos, isto é, a gestão social dos mais velhos deve ser localizada preferencialmente em alguns espaços que devem agir conjuntamente para produzirem os efeitos desejados. As interlocutoras, entretanto, dão a entender que a escola (PI e PII) pode ser o lugar de onde a sociedade fala sobre as pretensões em torno da vida e onde os próprios velhos (PIII) devem tomar a frente para transformar suas reivindicações em conhecimento e reconhecimento sociais. As

empresas e a família são outros espaços importantes para a gestão social das idades e, particularmente, da gestão social do envelhecimento e da velhice.

As instâncias sociais citadas na sua relação com o Estado podem reivindicar mudanças na legislação e obrigar a sociedade civil a reorientar os procedimentos na construção de um envelhecimento e de uma velhice ajustados aos apelos emergentes.

Atenção do Estado e da sociedade para as diferenças de faixas etárias na Terceira Idade

A interlocução de PII faz lembrar uma questão importante na relação da terceira idade com o Estado, a saber: a longevidade atualmente, em função de sua extensão, diferencia-se acentuadamente em seu processo do envelhecimento. Dessa maneira, a velhice apresenta um potencial diferenciado de desenvolvimento e de reivindicações. A idéia de que as pessoas levam mais tempo para apresentar as características pronunciadas do envelhecimento biopsicossocial faz com que o tempo da presença vigorosa nas instituições possa se prolongar ainda mais, constituindo-se, assim, um novo perfil social das instituições e da sociedade. O envelhecimento do envelhecimento suscita mudanças nas instituições e, possivelmente, novas institucionalizações devam ser produzidas por uma adequada gestão social da velhice. As idades da terceira idade da vida adulta podem ser resolvidas de forma a se constituírem em etapas desafiadoras para as comunidades e de modo especial para o Estado e, nele, o ordenamento das leis e dos incentivos torna-se um clamor.

2.2 - Desvelando categorias em torno da universidade

Foi realizado o mesmo processo da análise do Estado, isto é, um quadro inicial sintetiza as categorias que consubstanciam a universidade, revelando com clareza suas formas enriquecidas na expressão dos documentos proferidos pelos profissionais, sendo, a seguir, realizada a sua análise.

Quadro 13 - Síntese das categorias substanciais relativas à universidade

A universidade democrática e cidadã

(Surgindo daí preocupações) tais como satisfação na velhice, perspectiva de tempo futuro, atitudes em relação à velhice, relações familiares, identidade, auto-estima, autoconceito, senso de controle, dentre outros sugeridos pelo cotidiano dos mais velhos. (PI) Parece também, que já é hora de sistematizar o conhecimento adquirido em anos de prática, de modo a poder transmitir e reciclar os resultados da experiência. (PI) Aumentando o senso de suas responsabilidades poderá melhorar sua saúde física e mental o que contribuirá para se afirmar cada vez mais na sua vida do dia-a-dia e no seu comportamento social (PII). A universidade, ao lado de suas vocações específicas, deverá estar atenta às grandes transformações que ocorrem na micro e macrosociedade e interferir (PIII).

Uma universidade responsável

começam a se fazer ouvir vozes que reclamam por formação mais específica para os professores (que atuam em serviços de extensão na área gerontológica), bem como por projetos pedagógicos mais definidos, de forma a potencializar ao máximo os benefícios sociais dessa nova instituição social. (PI) Em âmbito geral, o seu objetivo é formar recursos humanos especializados em diferentes áreas de conhecimento, recursos esses capazes de não apenas preservarem, como também transformarem e expandirem o legado humano, cultural, científico e tecnológico. (PII) deve proporcionar conhecimentos práticos, específicos sobre, por exemplo, a passagem da vida ativa para a de aposentado, além dos conhecimentos teóricos relativos ao processo de envelhecimento e, ainda, as atividades físicas, socioculturais e artísticas que possam interessar aos idosos (PII).

Uma universidade crítica

e tomadas de posições políticas contundentes que repercutam nas definições de políticas públicas e sociais do Estado. Afastar "estereótipos, mitos, crenças que depõem contra a dignidade e o viver com qualidade das pessoas idosas (PIII). deve ser entendida como uma entidade crítica da cultura e do trabalho, fazendo parte, assim, de toda a elaboração da sociedade. (PII) desenvolver atitudes pró-ativas em relação à velhice, em profissionais das diversas áreas que se ocupam do atendimento e do estudo do idoso e, ao mesmo tempo, de uma atitude crítica em relação ao discurso tradicional da geriatria e da gerontologia, que vincula estereótipos sobre a velhice (PI). "formação de profissionais críticos em relação às várias realidades de velhice e aos vários cenários em que ela pode ocorrer (PII).

Uma universidade parceira

princípio de que os mais velhos são agentes do processo... com eles e não por eles e para eles... aos estudantes da terceira idade a oportunidade de se expressarem, de aprenderem, de realizarem suas aspirações educativas, de concretizarem seus sonhos e desejos, que foram impossíveis de serem satisfeitos nas etapas anteriores da vida. (PII) "à promoção, através dos profissionais... para engendrar mudanças culturais compatíveis com o progresso individual e cultural numa sociedade que envelhece (PI) à instrumentação dos profissionais de gerontologia e, através deles, das pessoas que envelhecem, dos profissionais que lidam com elas e da sociedade de um modo geral, para perceberem os vários aspectos da velhice e principalmente o seu potencial de desenvolvimento (PI).

A análise foi realizada com base nos proferimentos e na interpretação conferida pelo autor.

Uma universidade cidadã e democrática

As afirmações dos interlocutores são recorrentes na relação que possuem com a análise teórica anteriormente realizada. O entendimento de PIII reforça a necessidade de a universidade voltar-se para a sociedade, isto é, a legitimidade de suas ações emana do contexto de sua inserção. *A universidade, ao lado de suas vocações específicas, deverá estar atenta às grandes transformações que ocorrem na micro e macrosociedade e interferir através do ensino, na dimensão maior de comunicação/transmissão de novos fatos e saberes, com a maior difusão possível; da pesquisa na geração de conhecimentos/tecnologias para responder às questões emergentes (PIII).*

A universidade, no entendimento das interlocutores, uma vez inserida e convencida de sua vocação democrática, deve sistematizar os conhecimentos e ou produzi-los e, permanentemente, interagir com seu meio, perguntando-se sobre as aproximações que realiza sobre seu objeto de investigação. A questão do envelhecimento como evento emergente não pode escapar à vocação de sua cidadania. Para além dos interesses do sistema, os interlocutores estão avisados sobre os interesses da qualidade de vida e solicitam a atenção da universidade sobre temas que esclareçam o envelhecimento e a velhice, respondendo às demandas sociais e refazendo os entendimentos culturais.

A universidade, em última análise, tem a responder pelo mundo-da-vida, e não este ficar a mercê de uma ciência desarticulada dos verdadeiros interesses da população dos mais velhos.

Uma universidade responsável

A responsabilidade da universidade vincula-se, no entendimento dos interlocutores, às funções básicas da pesquisa, ensino e extensão. Mas, particularmente, a vocação da universidade é a de preparar recursos humanos qualificados para responder aos apelos sociais do envelhecimento e da velhice. O apelo dos interlocutores é tão veemente que, possivelmente, seja tempo de a universidade aprofundar estudos no sentido de preparar um

currículo voltado para a formação de gerontólogos em nível de graduação. A formação gerontológica, entretanto, não se restringe a um currículo específico para essa área; visa, sim, a todas as áreas uma vez que todas elas estão, de alguma maneira, envolvidas com o ser humano que envelhece. Todos os cursos podem emprestar seu apoio no atendimento dessa emergente demanda social. O que os interlocutores pretendem é solicitar que a universidade possa responder aos clamores do perfil demográfico alterado, trazendo para os currículos uma discussão sistemática e eficiente em torno dos apelos dos mais velhos. Parece oportuno lembrar o que foi evocado por PIII quando insiste para que se ponha em evidência o que foi proposto no capítulo III item 3.2: *A Universidade : um lugar dos mais velhos.*

Uma universidade crítica

Esta categoria consubstancia de modo especial o que é pretendido da universidade no que se refere ao desenvolvimento cultural e social sobre a identidade na velhice. Os interlocutores, pela categoria crítica, insistem na construção de uma política justa e de avanços no conhecimento para superação dos preconceitos e renovação do cabedal cultural das referências em relação à velhice: da discussão e das práticas sociais em relação ao potencial de desenvolvimento da identidade existencial na terceira idade. Pode essa categoria levar a rever os currículos e propor um perfil profissional que atenda à emergente questão. Dessa maneira, é possível que seja efetivada a *formação de profissionais críticos em relação às várias realidades de velhice e aos vários cenários em que ela pode ocorrer, dando-lhes condições de perceber e lidar com a variabilidade interindividual, isto é, a heterogeneidade da velhice.* (PII)

A efetivação da vocação crítica acontece particularmente quando a universidade estiver atenta aos acontecimentos institucionais da sociedade e aí puser em dúvida sistemática as formas da gestão social do envelhecimento e da velhice, bem como propuser novas relações de poder dos mais velhos em relação às instituições. A universidade terá parcialmente cumprida a sua função extensionista à medida que, juntamente com os mais velhos, afastar os *estereótipos, mitos, crenças que depõem contra a dignidade e o viver com qualidade das pessoas idosas* (PIII).

Uma universidade parceira

A construção comunicativa do conhecimento sobre o envelhecimento e a velhice e as implicações da política universitária com práticas interdisciplinares e comunitárias não podem se afastar dos próprios idosos e de outras instituições tão relevantes quanto a própria universidade frente à questão.

Em seqüência será retomada a questão de instituições fundamentais mais diretamente implicadas na renovação cultural e da gestão das idades, mas aqui convém salientar que a universidade se equivoca se não agir conjuntamente com esses lugares preferenciais para a mudança social. A família e as escolas são as primeiras parceiras na abordagem comunicativa do entendimento renovador da condição humana face ao envelhecimento e a velhice. Em outro plano de produção de políticas transformadoras estão as empresas e os meios de comunicação. As formas alternativas de produção da vida privada e pública, quais sejam os lares substitutos e grupos de convivência para as práticas da gestão social dos mais velhos, possivelmente venham a se tornar lugares de estudos e atuação preferenciais das universidades. A formação de recursos humanos, as pesquisas e as ações comunitárias da universidade, no entendimento dos interlocutores, terão que ser aprofundadas se a universidade quiser cumprir sua cidadania, democracia e, particularmente, exercitar sua solidariedade. A liberdade humana das instituições pode ser ampliada se forem suficientemente inspiradas pela renovação cultural. Desta maneira, espera-se que pode-se chegar à *promoção de esforços educacionais... para engendrar mudanças culturais compatíveis com o progresso individual e cultural numa sociedade que envelhece* (PI) e, também, à *instrumentação dos profissionais de gerontologia e, através deles, das pessoas que envelhecem, dos profissionais que lidam com elas e da sociedade de um modo geral, para perceberem os vários aspectos da velhice e principalmente o seu potencial de desenvolvimento* (PI).

2.3 - Desvelando categorias comuns em torno do estado e da universidade

As diversas leituras dos proferimentos das três interlocutoras apontam para categorias mediadoras as quais se complementam e dizem respeito tanto ao Estado como à universidade. A primeira será denominada de categoria das mediações fundamentais e a outra, da renovação conceitual e atitudinal em relação à compreensão do envelhecimento e da velhice. Essas categorias revelam mediações que evidenciam instâncias que fundam e efetivamente, instituem o desenvolvimento na terceira idade da vida adulta e que se interligam com as mediações do Estado e da universidade.

Quadro 14 - Síntese dos proferimentos sobre as categorias substanciais comuns ao Estado e à universidade: as mediações fundamentais e a renovação conceitual e atitudinal.

As mediações fundamentais

Segundo PII os primeiros lugares mediadores são a família, creche, escola maternal, jardim de infância, recantos infantis, praças de recreação e televisão. Após, as escolas primária, secundária, profissional, parques esportivos, clubes sociais, locais de trabalho, meios de comunicação em geral (PII), a redação dessa Lei diz do ideário dos grupos de pressão no que tange a importância da formação de recursos humanos para lidar com idosos. Os termos da lei são provavelmente preditivos de iniciativas que deverão multiplicar-se, Brasil afora, por força de atuação desses mesmos grupo (PI).

A renovação conceitual e atitudinal

Do antigo discurso relativo à velhice em que os velhos eram sempre enfocados como 'coitadinhos', como merecedores de nossa caridade para um discurso de vigor humano capaz de fazê-los cidadãos iguais aos demais brasileiros, com direitos e deveres, capazes de exercerem sua cidadania (PII). Qualidade de vida compreende longevidade, saúde biológica, saúde mental, satisfação, controle cognitivo, competência social, produtividade, atividade, eficácia cognitiva, status social, renda, continuidade de papéis familiares e ocupacionais, continuidade de relações informais em grupos primários (principalmente rede de amigos) (PI).

As mediações fundamentais

A interlocutora PII, antes de iniciar a análise do Estado e da universidade, sinaliza para espaços mediadores básicos, isto é, para aqueles que operam com os conteúdos históricos e determinam as formas da linguagem e, por consequência, do pensamento, dos sentimentos e das ações sociais. Os lugares mediadores primeiros são, na opinião da interlocutora, *a família, creche, escola maternal, jardim de infância, recantos infantis, praças de recreação e televisão. Após, as escolas primária, secundária, profissional, parques esportivos, clubes sociais, locais de trabalho, meios de comunicação em geral.* A categoria fundadora de discursos disciplinadores da velhice é constituída das falas pronunciadas nesses lugares e condiciona fortemente a disciplina interna daqueles que envelhecem. A interlocutora compreende que o rompimento das estruturas sociais passa por esses lugares e, para tanto, a universidade e os interessados pela promoção de uma nova ética em relação aos mais velhos possuem nestes lugares espaços privilegiados para a renovação cultural e o exercício de novas tarefas humanas, mormente aquelas que vêm estabelecer promoção da expressividade e supressão de conceitos não pertinentes à dignidade dos mais velhos.

É desses lugares que surgem as pressões para a renovação ética e o efetivo cumprimento da legislação em vigor. A promoção de uma educação para as diferenças e do multiculturalismo nos espaços civis, na opinião de PI, é o caminho para a renovação da percepção de todo o ciclo de vida, sendo válidos os investimentos sociais.

PIII é enfática na consideração de a terceira idade ser ela mesma o lugar privilegiado de mediação. Em sua opinião o exercício da cidadania dos mais velhos é condição para que a universidade e o Estado possam assumir suas responsabilidades, descentralizando os benefícios culturais e materiais necessárias para a promoção dos serviços e agilizando projetos promotores de desenvolvimento biopsicossocial. Nesse sentido, a interlocutora se sustenta nos pontos de vista de Demo, expressos nas obras de 1991 e 1995, que fala do sentido de cidadania e da conquista dos direitos frente ao Estado. Se as instituições da educação básica formal e informal são lugares preferenciais para reconstrução de entendimentos e costumes, PIII, apoiada em Demo, entende a organização dos mais velhos como instrumento mediador na revelação da identidade existencial, principalmente na interface com o Estado. Nesse sentido, o velho

cidadão, para não ser vítima, precisa organizar-se, defender-se, em nome de seus direitos, e construir uma sociedade que funciona por regras de jogo democráticas. A capacidade de controlar o Estado e a economia é uma dimensão insubstituível da cidadania, o que coloca, para ser competente, a necessidade de organização da sociedade civil. Estado é delegação. O cidadão é seu mantenedor e mandante (Demo, 1991, p. 34).

A primeira interlocutora está fortemente inclinada a dizer que a universidade e o Estado se movem de acordo com os movimentos sociais, pois essas duas instituições *não costumam se antecipar* aos problemas emergentes. Na percepção da autora, o Estado somente age posteriormente aos acontecimentos sociais, legislando e ordenando as conquistas e os discursos sugeridos pela base.

No caso específico da organização da lei 8 842, ela afirma : *a redação dessa lei diz do ideário dos grupos de pressão no que tange a importância da formação de recursos humanos para lidar com idosos. Os termos da lei são provavelmente preditivos de iniciativas que deverão multiplicar-se, Brasil afora, por força de atuação desses mesmos grupos.* A sociedade, com suas instituições e a família, dará forma à própria legislação que, nessa perspectiva, se torna um instrumento meramente autorizador dos desejos dos grupos inclinados a construir hábitos sociais em favor dos mais velhos. As interlocutoras propõem que, em primeiro lugar, as comunidades e, nelas, as instituições primárias e secundárias sejam as articuladoras da gestão social e das alianças necessárias para a constituição de maior justiça nos costumes para todos os ciclos de vida. Os gestores primeiros da política social dos mais velhos são eles próprios, tanto no que se refere à mobilização do Estado como da universidade. O afastamento da pobreza política, no entendimento de PIII, é uma necessidade urgente na construção da identidade existencial na velhice, e isso se faz mediante o despertar de uma cidadania exigente. São politicamente pobres *o idoso e o aposentado que não reagem à marginalização social, que vivem das sobras e da piedade, que não se organizam para se defender* (Demo, 1991, p. 23).

A renovação conceitual e atitudinal

A reformulação da linguagem histórico social é uma tarefa árdua, mas necessária uma vez que, por ela, constituem-se discursos, disciplina-se a sociedade, os indivíduos estabelecem suas verdades e por elas se governam.

Os esforços culturais e sociais com a intenção de sair “*do antigo discurso relativo à velhice em que os velhos eram sempre enfocados como 'coitadinhos', como merecedores de nossa caridade*”, para um discurso de vigor humano capaz de fazê-los *cidadãos iguais aos demais brasileiros, com direitos e deveres, capazes de exercerem sua cidadania* (PII)), são considerados como mediações importantes pelas interlocutoras. É notável nos proferimentos das três interlocutoras a necessidade de veicular proposições sobre a complexidade humana suscitadas pela envelhecimento e pela velhice, em vez de generalizações centradas em particularidades.

A renovação das condições sociais para a presença expressiva dos mais velhos e a renovação do estoque de interpretações sobre o processo de envelhecimento se constituem numa necessidade para afastar a violência e redistribuir as relações de poder, pois *não se instiga impunemente o temor humano da impotência radical* (Sá, 1992, p. 263)

A renovação do estoque interpretativo, pelas sugestões de Sá, inicia no fato de “*escutar o velho*”. A singularidade explícita e implícita pode revelar, nas circunstâncias em que o velho vive, um universo de verdades que apelam para políticas preventivas e antecipadoras de ações educacionais para as gerações jovens.

PI concorda com PII sobre a importância de se constituir um entendimento renovado sobre a velhice e indica os estudos de Debert como referência para a superação de conceitos tradicionais carregados de obscurantismos e pré-juízos.

Debert realiza sua reflexão sobre a periodização da vida humana e as tarefas tipificadas como controle social em cada etapa da vida. Os discursos sobre cada período da vida constituem, então, formas de entendimento, imprimindo determinada realização social. O Ocidente, conforme refere a autora, foi aos poucos construindo categorias de grupos etários para organização social, atribuindo-lhes funções que variam de época para época. A infância e a adolescência, por exemplo, foram tendo visibilidade e funções que anteriormente não possuíam; por sua vez a terceira idade, como categoria social, ainda é

obscura e pouco visível. Dessa realidade, emana a importância da constituição de discursos teóricos e práticos que referendem novos entendimentos e que fundem novos símbolos que se agregam a esta etapa da vida. *As formas pelas quais a vida é periodizada, as categorias de idade presentes em uma sociedade e o caráter dos grupos etários nela constituídos são, do ponto de vista da Antropologia, um material privilegiado para pensarmos a produção e a reprodução da vida social* (Debert, 1994, p. 7). Debert diz que a velhice não é uma categoria natural, o que significa que os costumes e as atribuições sobre ela não são imutáveis. Isso quer dizer que a seqüência concebida para o curso da vida não possui um caráter nomológico e universal. As categorias de idade são, portanto, construções aleatórias formuladas de acordo com os interesses dos grupos hegemônicos, que se constituem em autoridade para realizarem as construções históricas que se transformam em costumes e verdades.

O entendimento linguístico sobre a construção da realidade social possibilita para todos os educadores da terceira idade uma mediação fértil, pois, permite a relativização das imposições históricas e a agregação de novas conotações sobre a institucionalização do curso da vida em seus diversos períodos e, particularmente, a agregação de novos conceitos e convenções para a terceira idade. A proposição e expressão de novos projetos de vida para os mais velhos, a redefinição de discursos mediada pela qualidade de vida com vistas à longevidade flexibilizam as noções estereotipadas da velhice. Neri, (1993), propõe critérios para a realização da qualidade de vida na terceira idade: *longevidade, saúde biológica, saúde mental, satisfação, controle cognitivo, competência social, produtividade, atividade, eficácia cognitiva, status social, renda, continuidade de papéis familiares e ocupacionais, continuidade de relações informais em grupos primários (principalmente rede de amigos)* (p. 10). Essas características perfazem um discurso atual e podem fundar uma visibilidade renovada para a terceira idade na qual ocorre um desmanchamento de fronteiras, apontando para um tempo de vida com características que carregam sinalizações evidentes de renovada representação.

Debert, (1997), confirma as afirmações de PI ao fazer notar *dois processos aparentemente contraditórios que parecem caracterizar a experiência cotidiana nas sociedades ocidentais contemporâneas: por um lado, o apagamento das idades como um marcador importante das experiências vividas, e por outro lado, e ao mesmo tempo, a*

transformação das idades em um mecanismo privilegiado na criação de atores políticos e na definição de novos mercados de consumo (p. 3).

A autora revela duas características que podem constituir diferentemente o ser humano: a primeira é constituída pela flexibilização das fronteiras atribuídas às gerações, possibilitando-se interpenetrações de tarefas semelhantes para todas as elas; assim, o que ocorre na desterritorialização das nações, também ocorreria com as gerações. A segunda característica representa o movimento contrário que revela a conquista de uma cultura emergente com uma visibilidade própria para os mais velhos e com significados superadores dos estereótipos.

A interlocução à luz das idéias de Debert sinaliza para uma realidade mediadora capaz de provocar mudanças em todas as instâncias educacionais, uma vez aceita a presença institucionalizada dos mais velhos com renovado sentido de vida social.

PIII concorda com a categoria mediadora da renovação do estoque interpretativo sobre os conceitos e atitudes em torno da velhice; para tanto, faz uso das idéias de Caponi (1997), introduzindo nesse campo percepções pelas quais podem ser compreendidas novas direções para as instituições comprometidas com o bem-estar humano. O texto indicado pela interlocutora refere-se ao pensamento contraditório da velhice retratado por Jorge Luís Borges em *Obra Poética*. Nos versos do poeta,

O sentimento de não carregar um corpo desejado, um corpo que é mais dependente dos outros do que gostaríamos, é um fato que não podemos descuidar, mas esse sentimento parece ser menos doloroso e essa impotência menos determinante, no momento em que o idoso se pode reconhecer a ele próprio (e é reconhecido pelos outros) como um sujeito que é algo mais que um corpo, como alguém que é também o ator de uma história que é a sua e que, agora parece tornar-se inteligível (Caponi, 1997, p. 5)

O texto revela uma possível realidade embutida na velhice, qual seja, a de o idoso reconhecer-se na integridade humana e no seu significado como autor de sua história pessoal e social. Pode surgir disso a direção de ações de reconhecimento social pela qual tanto o idoso toma sua função social como as gerações ouvintes assimilarem sua identidade histórica, sua singularidade e capacidade criativa, evitando-se o desmanchamento

provocado pela exclusão. Existem, portanto, singularidades pessoais a serem conquistadas, as quais podem fomentar legitimamente a realização do ser humano e, se coletivamente representadas, contribuem para a constituição da identidade de todos que pertencem à comunidade.

Pois é no momento em que uma vida pode ser narrada que ela chega a adquirir certa inteligibilidade, e é então que ela pode ingressar no âmbito da narração histórica. Assim, é no momento de nossa velhice, que se faz possível falar de nossas vidas como sendo belas, dignas ou exemplares, pois é nesse momento que se atinge essa 'inteligibilidade retrospectiva' que faz que nossa existência passe a formar parte de um relato (nem sempre bom) mas que pode finalmente ser narrado (Idem, p.3).

O texto indicado por PIII mostra que a revelação do desconhecido em torno da velhice faz descobrir o que ainda está oculto e que a mediação do conhecimento desperta novos entendimentos e pode renovar a ética social. As impressões de Borges revelam o lado pacificado de um ser humano que entra em plenitude; então, seu corpo fragilizado pode ser contrabalançado com a fortaleza de uma existência carregada de intimidade a ser revelada.

*Llego a mi centro
a mi álgebra y mi clave,
a mi espejo.
Pronto sabré quien soy.*

A criação da visibilidade renovada, ao se manifestar, remete para novos avanços e investigações. Nesse sentido, a responsabilidade política e cultural do Estado e da universidade se associa às afirmações das interlocutoras das mediações, isto é, o Estado e a universidade contribuem significativamente quando apoiam os eventos sociais indicadores da renovação dos discursos sociais na terceira idade. A universidade e, nela, o investigador pode iniciar sua contribuição

pela análise das seguintes questões: quem são os agentes envolvidos nessa luta em torno de definições?, qual o tipo de arma que utilizam?, que estratégias põem em ação e como definem as relações de força que se estabelecem?, quais são as representações dominantes na organização das práticas legítimas associadas à definição das idades e como a partir delas definem-se os comportamentos corretos ou adequados?, como os indivíduos de mais idade, vivendo em condições distintas, reelaboram essas representações e redefinem novas práticas? (Debert, 1994, p. 22)

A universidade não cabe a solução dos problemas sociais relativos à terceira idade, mas contribuir na compreensão das representações e dos desejos, revelando os estrangulamentos que impedem a emancipação, preparando recursos humanos e, mesmo, organizando e ou acompanhando experiências definidoras de papéis facilitadores de realização humano face ao envelhecimento. Caberia, portanto, à universidade estar na fronteira dos rompimentos, facilitando o diálogo social e nele se envolvendo.

Ao Estado caberia a responsabilidade de apoiar o universo expressivo das proposições reveladas e promissoras de renovação política; contudo, para tanto, se faz necessária a definição de problemas e os encaminhantes pertinentes consistentemente elaborados. De acordo com as três interlocutoras, parece haver pouca sensibilidade social do Estado brasileiro; por isso urge a pressão para que tome a si o apoio mediante a legislação e incentivos fiscais. A sociedade civil se apresenta, portanto, como espaço determinante nas representações e renovação do estoque interpretativo e ético em torno da geração dos mais velhos.

A construção de conceitos e de experiências renovadas em torno da velhice não pode ficar restrita aos grupos onde ela ocorre; o reconhecimento social *implica em tornar visível a situação particular e supõe a ação de grupos socialmente interessados em produzir uma nova categoria de percepção do mundo social* (Debert, 1994, p. 23).

O problema, uma vez reconhecido, passa a ser formulado, mas isso não se constitui em processo gratuito. Os atores sociais, no caso, os idosos, e seus sócios ou agentes especializados encarregados de dar credibilidade ao projeto social, representam fatores positivos quando propõem construções teóricas e demonstrações convincentes da oportunidade e mérito dos discursos reivindicativos, isto é, as representações com seus

conteúdos simbólicos, efetivam-se nas práticas que solicitam a percepção social e seu reconhecimento.

A questão do envelhecimento, no entendimento das interlocutoras e de suas referências, assume um desafio para a ciência, para a cidadania dos mais velhos, para a educação e para a política.

A seguir é apresentado o resumo das categorias referentes e as respectivas categorias que dão os contornos definidores da identidade existencial e das mediações.

Quadro 15 - Síntese da análise sobre as categorias referentes:

CATEGORIAS	
REFERENTES	SUBSTANCIAIS
O Estado	Responsabilidade dos cidadãos e da sociedade civil O Estado como regulador e incentivador O equívoco da legislação A atenção à insensibilidade histórica A aproximação com as diversas instâncias da sociedade civil e do Estado Atenção do Estado e da sociedade para as diferenças de faixas etárias na terceira idade
A Universidade	A universidade democrática e cidadã Uma universidade responsável Uma universidade crítica Uma universidade parceira
Categorias comuns ao Estado e à universidade	As mediações fundamentais A renovação conceitual e atitudinal

Finalizando o capítulo, pode-se dizer que somente os clamores dos mais velhos, solidariamente organizados, moverão a universidade e o Estado de para a constituição de estruturas culturais e éticas adequadas aos contextos de sua inserção. A base sustentadora, portanto, das mudanças culturais e sociais, não se centraliza, inicialmente, nas mediações do Estado e da universidade, mas no sentimento de cidadania e senso de justiça que perpassam as instituições civis.

O Estado realiza sua tarefa, somente se o fizer descentralizadamente, e sobre isso convergem as críticas sobre a própria lei da Política Nacional do Idoso.

Conta também a categoria das instituições básicas como determinante nas mediações para a revelação da identidade existencial na terceira idade. De modo especial a família e a escola e, particularmente, na visão de PIII, a organização dos mais velhos é que determinarão os rumos mediadores de seu próprio desenvolvimento biopsicossocial.

Seja no Estado, seja na universidade ou nas mediações de outras instituições civis, contam, sobremaneira, a concentração de esforços em promover a superação de conceitos estereotipados sobre a velhice. A renovação do estoque interpretativo da terceira idade e do processo de envelhecimento parece ser uma categoria decisiva para a flexibilização dos entendimentos e da prática reveladora da vontade em reconhecer a geração dos mais velhos penetrada de dignidade e de potencial de desenvolvimento, conquistados pela trajetória realizada e por aquela a ser feita. Em todos os casos a preparação de recursos humanos é um dos fatores importantes na gestão social do envelhecimento. O Estado e a universidade, nesse ponto, não podem estar afastados um do outro.

ETAPA III

DOS ENCAMINHAMENTOS CONCLUSIVOS PARA A GESTÃO SOCIAL DO ENVELHECIMENTO E DA VELHICE

A terceira etapa da investigação tem a finalidade de alcançar definições conclusivas e propor políticas sociais com vistas a criar institucionalizações públicas e civis ajustadas às exigências da condição humana provocada pela velhice. As propostas conclusivas e as proposições de gestão social para o envelhecimento e a velhice são oferecidas com base no discurso inicial sobre a ação comunicativa e nas perspectivas teóricas e práticas da identidade existencial e das mediações do Estado e da universidade.

Os conhecimentos gerados, ou a serem gerados, não são suficientes para a emancipação humana. É possível que esses já tenham sido parcialmente produzidos e fossem capazes de promover efeitos mais justos se houvesse boa vontade social em acolher os clamores daqueles que se aposentam ou estão em suas casas desejando participação. A proposta, portanto, da terceira parte consiste em pontuar as posições alcançadas pela investigação e propor alternativas de ordem social para ajustamento na justiça e na expressividade humana a partir do discursos teórico e prático-emancipador, constituintes da primeira e da segunda etapas.

Os fundamentos comunicativos e as versões teóricas e práticas sobre a identidade, a sabedoria, a intimidade, o sentido na vida e as mediações relativas ao Estado e à universidade, têm nesta etapa um momento de posições transparentes e de proposições provocadoras. O conhecimento produzido mostra sua face integrada e desafiadora. O discurso científico produzido nesta investigação não se esgota no conhecimento das posições conclusivas, mas avança para as proposições voltadas às instituições onde os cidadãos realizam, efetivamente, a gestão social do envelhecimento e da velhice.

CAPÍTULO VIII

POSIÇÕES CONCLUSIVAS: REVISITANDO OS FUNDAMENTOS, A IDENTIDADE E AS MEDIAÇÕES

Pretende-se, neste capítulo, precisar solidariamente as posições da investigação, avaliando as etapas com o olhar de integração e pontuando com transparência as idéias que perpassam os discursos da identidade existencial na terceira idade e das mediações. As posições conclusivas têm a finalidade de marcar com nitidez os caminhos e os resultados da investigação. O olhar experiente sobre os fundamentos comunicativos e sobre as posições teóricas e empíricas da identidade existencial, à luz de todo o percurso da investigação, esclarece remarcando todo o percurso e, especialmente, as categorias da identidade e das mediações, conduzindo para além do plano do conhecimento e provocando o último capítulo que pretende encaminhar a gestão do desenvolvimento tardio das idades.

1 - A COMUNICAÇÃO À LUZ DA INVESTIGAÇÃO: DA CONSTRUÇÃO AOS FUNDAMENTOS

A retomada do discurso comunicativo agora é vista à luz da investigação. A diferença reside, ainda mais, sobre a idéia de uma síntese integradora dos resultados com as categorias conceituais que deram suporte à investigação.

A investigação fortalece a idéia do quanto a racionalidade ocidental está impregnada da lógica manipuladora sem interesse no mundo-da-vida. Isso não significa a morte da esperança, mas a urgência de se mediar o discurso dos interesses, pelo sucesso e pelo domínio da natureza, com o discurso da justiça e da expressividade, trazendo para a consideração não somente o argumento do conhecimento, mas o argumento do bem-estar

social de todos os cidadãos. Para tanto, aponta-se para a interlocução contextualizada, em que falam a sociedade, a cultura e os indivíduos. Não basta, portanto, a voz dos entendidos nas diversas áreas do conhecimento; é necessário ouvir as conseqüências na ordem social e na sorte dos indivíduos que participam das proposições culturais. A investigação demonstra o quanto foi relevante ouvir os proferimentos dos mais velhos e definir através deles a sua verdade; o seu universo revela categorias esclarecedoras a respeito dos discursos teóricos sobre a identidade, podendo-se dizer o mesmo da interlocução com os profissionais.

A interlocução demonstrada na investigação aponta para novos ensaios da racionalidade que ainda não se esgotou. Os dois discursos da investigação prática demonstram o quanto é necessária a construção de um conhecimento ajustado ao campo dos interlocutores. Tanto é o lucro do conhecimento como é o lucro moral e ambos se intercomplementam na revelação da expressividade dos mais velhos. A investigação esclarece sobre a comunicação enquanto demonstra verdades instaladas no âmbito sociocultural dos interlocutores, assim como pretende avançar em outros esclarecimentos que se ajustam a outros contextos. Os resultados construídos não se esgotam, mas proclamam novas possibilidades. As percepções sobre a identidade existencial e sobre as mediações não significam uma utopia e, sim, um discurso inacabado, mas que contém verificações e indicações para tomadas de decisões.

O olhar voltado para a realidade e para convenções a serem renovadas, traduz o quanto foram oportunas as categorias teóricas à luz da teoria da ação comunicativa. Ao abrigar os proferimentos, organizando-os e constituindo-os em categorias substanciais, foi possível aproximar saberes que, em seu vigor, se constituem em conhecimentos a alimentarem transformações. Os falantes e seus atos de fala constituem-se no centro da investigação. Os entendimentos, tanto dos mais velhos como dos profissionais, não somente representam indivíduos, mas a realidade sociohistórica na qual estão inseridos. Transparece, em toda a análise do proferimentos, conhecimentos significativos tanto para a construção de saberes como para o encaminhamento de conclusões políticas definidas no último capítulo. Os saberes contextualizados e revelados não esgotam, entretanto, o potencial de conhecimentos, mas suscitam novas aprendizagens a serem construídas.

A investigação, por abrigar documentos escritos dos interlocutores e expressar vidas envelhecidas e mediações através de profissionais responsáveis, quer representar

sinceramente o universo de potenciais humanos e de exigências sociais. A consciência, porém, da fragilidade dos falantes diante de instituições resistentes suscita a idéia da necessidade de as falas se traduzirem em justiça. O discurso do conhecimento é inoperante se não se esclarecer na concretude dos costumes e se não redundar na qualidade biopsicossocial da vida dos mais velhos. As falas e sua análise, mesmo não sendo suficientes para afastar os distúrbios sociais percebidos nas relações de poder e na angústia dos indivíduos, interpretaram o ser de velhos e as mediações a partir do Estado e da universidade. Os dois discursos práticos, de modo especial, concedem ao menos *uma orientação geral da qual se possa partir para falar sobre os tipos de coisas que constituem manipulações diretas e indiretas da consciência* (White, p. 89).

O discurso com categorias conceituais comunicativas revela conforme diz Pinto, (1992): *um mundo para o domínio subjetivo, como conjunto das experiências às quais o ego tem um acesso privilegiado* (p. 230). Os efeitos sociais e as aprendizagens sucessivas que ainda podem ser realizadas precisam ser conquistadas. As construções da investigação anunciam que os falantes podem constituir atos de fala e revelar a propriedade de se buscar a verdade entre as pessoas que detêm o conhecimento e que devem manifestar a justiça.

A análise dos documentos e a construção de categorias mostraram-se válidas uma vez que se constituíram numa maneira de entender a mensagem dos falantes e de revelar seu conhecimento. A análise proporcionou vigor às mensagens isoladas e sua transparência tornou visível o que possivelmente permaneceria oculto. A identidade dos mais velhos e as mediações aparecem com seus contornos. Particularmente os quadros sintéticos sobre as categorias substanciais da identidade e das mediações deixam nítidos o que os interlocutores pretenderam dizer, precisando suas intenções. De outra parte, a aproximação entre os dois discursos facilita a comunicação do universo dos velhos e do universo dos profissionais. Torna-se transparente a reciprocidade dos objetos da investigação: tanto os mais velhos se apresentam com seu potencial como as mediações se apresentam como capazes de contribuir na gestão de seu desenvolvimento.

O discurso comunicativo, à luz da investigação, demonstra ser capaz de colher do cotidiano e das falas reunidas em categorias os conhecimentos necessários para a promoção social e a emancipação dos indivíduos. Os resultados da investigação demonstram a validade das categorias conceituais com base na comunicação. A física da palavra proposta

pela teoria da ação comunicativa apresentou-se fértil. a utopia não precisa ser buscada fora da realidade daqueles que sabem de suas vidas e de suas instituições.

Em resumo pode-se dizer que

- os princípios, do mundo-da-vida, da interlocução, da emancipação, da construção política e da razão argumentativa revelaram-se significativas como base conceitual de toda o processo da investigação;
- os atos de fala dos mais velhos e dos profissionais foram relevantes para a revelação dos objetos investigados, demonstrando-se, desta maneira, que a verdade e a justiça podem ser conquistadas sem utopias anteriormente estabelecidas;
- o discurso clama por outros interlocutores para avançar na física das palavras e com seus atos ajustar-se o conhecimento e a justiça em torno dos mais velhos;
- as categorias substanciais em torno da identidade e em torno das mediações constituem-se na expressão vivida de um contexto, mas deve se configurar e se aperfeiçoar na universalização;
- os entendimentos sobre os potenciais dos mais velhos e as mediações para o seu desenvolvimento, colhidos na investigação, demonstram, enfim, o quanto foram significativos os fundamentos da teoria da ação comunicativa.

2 - DO OLHAR DOS MAIS VELHOS AO DIÁLOGO TEÓRICO DOS AUTORES: CAMINHOS PARA SER

Os resultados da investigação elucidam potenciais dos mais velhos, contudo não os esgotam. Demonstraram a adequação das categorias referentes, seja pelos resultados teóricos advindos do diálogo advocatório, seja pelos resultados da investigação colhidos pelas construções das categorias substanciais.

Ao final do discurso sobre a construção da identidade existencial dos mais velhos, transparece, como conhecimento e responsabilidade, o potencial real de desenvolvimento

dos mais velhos. Em consequência dessa realidade biopsicossocial, manifestaram-se as aspirações dos indivíduos para constituírem sua significação, sendo a partir delas invocadas as mediações. A casa, traduzida na pesquisa como a alegoria da intimidade e a imensidão da sabedoria, necessitam ser habitadas e quem as preenche são as mediações inicialmente propostas pela vontade política do Estado e da universidade, a ser comandada pela sociedade civil e onde os mais velhos possuem a primeira e a palavra final.

A investigação realizada junto aos mais velhos mostra os conteúdos da sabedoria, da intimidade e do sentido na vida. Os proferimentos organizados deram contorno e substância às categorias reveladas no diálogo advocatório realizado com autores. O perfil dos idosos manifesta-se com maior nitidez quando é percebido pela individualidade da sabedoria, pelo grau de operacionalidade e de maturidade conquistadas pela educação dos indivíduos, os quais historicamente marcaram presenças e, portanto, ainda estão disponíveis e competentes para assumirem destinos interessantes para si e para as suas comunidades. Parece emergente e fértil a idéia de que o sentido da integridade em Erikson representa uma possível característica dos mais velhos, porém não suficiente para representar o potencial de desenvolvimento contido na sabedoria.

A intimidade, aliada às representações de encantamento e densidade de vida, revela que a vida humana tardia possui intensidade capaz de produzir efeitos satisfatórios, diferentemente do que se julga ao se pensar que existe um desmanchamento de sentimentos e de prazeres. Associada à intimidade está a valorização da vida. Os proferimentos dos velhos interlocutores demonstram o quanto existe de potencial para a valorização da vida. A auto-estima referente à identidade pode ser constituída uma vez que haja para tanto objetos com os quais os mais velhos possam lidar e, pelas relações, serem reconhecidos dando continuidade ao desenvolvimento pessoal e de suas comunidades. A casa e a imensidão, portanto, não são desenhos apagados ou sem conteúdos; podem ser espaços a serem habitados e caminhados.

O que ficou definido também pela análise dos proferimentos foi a dimensão da fé inscrita no cotidiano dos mais velhos, o qual parece conter luz própria no que se refere ao sentido na vida. A produção da confiança religiosa estabelece um sentido independentemente do grau de fragilidade que possivelmente atinja o grupo dos interlocutores. A confiança na bondade última da vida parece superar-lhes a angústia da morte.

Na abordagem que realizaram ainda sobre o sentido na vida, eles apontam para as instituições como os lugares da constituição de significados para a identidade existencial. Parece que elas contêm o fulcro pelo qual pode ser decidida a gestão social das idades e a realização do desenvolvimento tardio. As queixas recorrentes em seus textos revelam que as instituições, pela mudança no perfil demográfico, não podem continuar as mesmas. É preciso instalar nelas a política do ser, construindo-se novas relações de poder. São as instituições que conferem as oportunidades para o desenvolvimento proximal dos idosos. As famílias, as empresas, as escolas, os meios de comunicação, a saúde, a seguridade social e a habitação são instâncias de mobilização para a conquista do desenvolvimento para todas as idades. A auto-referência das comunidades e dos indivíduos parece oportuna e necessária para abrigar os desafios da nova condição humana produzida pelo envelhecimento das populações.

Três das categorias substanciais construídas: o grau de solidariedade, as aprendizagens no ciclo de vida anterior ao envelhecimento e o chamado para a emancipação revelado pelos protestos são comuns às categorias referentes. Assim, o desenvolvimento da identidade, a ser revelado pela sabedoria a intimidade e sentido na vida, é regulado pela força da relações solidárias anteriormente estabelecidas, pela competência das aprendizagens e pelo atendimento dos protestos que atualmente são realizados. Conclui-se, portanto, que o vigor da vida social e o seu sentido de solidariedade modulam as oportunidades no advento do envelhecimento. Isso faz crer que a fragilidade das relações anteriores pode inibir a qualidade de vida, entendida por Neri, (1993), como *saúde biológica, saúde mental, satisfação, controle cognitivo, competência social, produtividade, atividade, eficácia cognitiva, status social, renda, continuidade de papéis familiares e ocupacionais, continuidade de relações informais em grupos primários (principalmente rede de amigos)* (p. 10). Pode-se supor que as pessoas com déficit de relações na vida pregressa podem aumentar a probabilidade de abandono com perdas no *status* social, na continuidade de papéis familiares e ocupacionais e na continuidade de relações informais em grupos primários (principalmente rede de amigos) e com perdas na saúde biológica e mental, na satisfação, no controle cognitivo, na competência social, na produtividade, na atividade e na eficácia cognitiva.

As aprendizagens anteriores ao envelhecimento são, na percepção dos interlocutores, a outra força condicionadora da qualidade de vida tardia. Aqui se desdobra

toda a responsabilidade sobre os educadores quer nas famílias, quer nas escolas. As construções curriculares não podem se furtar às exigências da qualidade de vida. As políticas educacionais são produzidas pelas intenções da racionalidade dominante, o que significa que as intenções subjacentes à educação escolar possuem limitada preocupação com a produção de conhecimento, habilidades e hábitos voltados para a vida qualificada em toda sua intenção. Isso pode valer novos projetos, de responsabilidade particular do Estado e da universidade, associados a todas as instituições de parceria educacional.

Os interlocutores põem, principalmente nas condições presentes das vidas dos mais velhos, o seu protesto, indicando com veemência as dificuldades em manterem sua competência social, eficácia cognitiva e satisfação afetiva; solicitam com veemência reajustes na cultura e na sociedade

Os recortes da identidade dos mais velhos, a partir da sabedoria, intimidade e sentido na vida, foram férteis tanto para que se pudesse perceber o grau de desenvolvimento a ser alcançado como a responsabilidade educacional das mediações, o que enseja a que se avance na gestão social das idades e nas ações que efetivam o desenvolvimento.

Portanto em relação aos caminhos para a construção da existência dos mais velhos pode-se dizer que

- a idéia da integridade, possivelmente resultante do envelhecimento, não basta, uma vez que os mais velhos possuem um potencial inesgotável na sabedoria que clama por desafios;
- a intimidade e com seus corolários substanciais de encantamento, densidade e valorização da vida demonstram o acerto de Castersen em considerar a operosidade afetiva dos mais velhos;
- a sabedoria, a intimidade e o sentido na vida necessitam de aprendizagens e de experiências solidárias constituídas durante todo o ciclo de vida;
- a fé, na proposição dos interlocutores, concede um sentido de confiança na bondade última do universo;
- o sentido na vida possui nas instituições um lugar preferencial e as mediações aí concedidas podem regular a identidade existencial dos mais velhos;

- as queixas direta ou indiretamente reveladas constituem-se em fundamento para a emancipação;
- a importância dos vínculos sociais permanecem sempre e sua limitação constitui-se em risco para o desenvolvimento.

3 - DO OLHAR DOS PROFISSIONAIS AOS ENTENDIMENTOS TEÓRICOS DAS MEDIAÇÕES: CAMINHOS POR FAZER

A primeira conclusão sobre as mediações que salta aos olhos, após a investigação, e a importância do Estado para a construção de espaços legais e instrumentais voltada para as mudanças da sociedade, e da universidade para as mudanças culturais. A investigação e, particularmente, a análise dos proferimentos dos interlocutores revelaram, entretanto, a necessidade de os interessados nas mudanças marcarem suas presenças em ambas as instituições. As afirmações de Habermas sobre as relações da sociedade civil com o Estado foram recorrentes e, mesmo, incisivas junto aos interlocutores profissionais. Se é verdade que, para Habermas, 1995, *o Estado constitucional é concebido como uma ordem política livremente estabelecida pela vontade do povo, de modo que os destinatários das normas legais podem, ao mesmo tempo, se reconhecerem como os autores da lei* (p. 92), na concepção dos profissionais, o espaço da ordem pública somente se torna sensível mediante a pressão realizada através de movimentos constituídos e capazes de afastar a insensibilidade governamental uma vez que, historicamente, os costumes em relação ao bem-estar social são frágeis no Estado brasileiro.

Fica evidenciada a responsabilidade dos cidadãos e da sociedade civil na construção da gestão social dos idosos a ponto de os interlocutores reconhecerem que as conquistas legais que obrigam o governo a assumir as providências na saúde, previdência, educação, habitação se tornarão realidade pelas mãos daqueles que contribuíram na elaboração da lei.

A lei 8 842, na opinião instigante de uma das interlocutores apresenta-se excessivamente centralizadora, assumindo o entendimento de que os estados, os municípios e as instituições devem tomar os recursos e os destinos sociais dos mais velhos. Aos ministérios caberia a responsabilidade de regular, incentivar e fiscalizar as políticas

descentradamente construídas. Parece, então, que a legislação está comprometida pelo costume da excessiva centralização do poder e pela distância entre autoridade e autores na gestão do envelhecimento e da velhice. Isso significa que os projetos motivados pelos potenciais reivindicativos e dirigidos à melhoria da qualidade do desenvolvimento da identidade existencial devam ser constantes, consistentes e contundentes para atualizar as defasagens diagnosticadas e exigidas por seus movimentos gestores.

É transparente na pesquisa a necessidade de aproximação entre as mediações do Estado e da universidade e, dessas, com as instituições que diretamente agem sobre a gestão social das idades. As políticas que administram as institucionalizações e as instituições, as construções culturais realizadas na universidade e fora dela e o disciplinamento da sociedade é que, integradamente, outorgam as formas da periodização da vida. O envelhecimento do envelhecimento com perfis diferenciados reclama oportunidades diferenciadas. Os abandonos afetivo, intelectual e social a que sistematicamente são relegados os mais velhos, com seus potenciais diferenciais, ocultam o ser humano, aprisionando-o em espaços vitais reduzidos e sem reconhecimento. Isso significa que as instituições responsáveis pelos caminhos da sociedade e da cultura possuem tarefas novas a cumprir.

A universidade, entendendo-se como cidadã e não como autoridade isolada e dominadora, possui a tarefa de tornar-se mais democrática e democratizar seus alunos e as instituições para as quais prepara recursos humanos. Um projeto multicultural e solidário implica escolhas acadêmicas constituidoras de discursos e de ações interessadas em construção curricular, em presença formadora nos meios de comunicação, em relações de poder nas empresas e nas famílias. Cursos de formação em diversos níveis podem estabelecer um caminho para uma visibilidade vigorosa para o envelhecimento. Parcerias podem ser realizadas com os conselhos estaduais de idosos, com a Associação Nacional de Gerontologia e, mais contextualizadamente, com os diversos lugares da existência social dos mais velhos.

O Estado constitucional, mais democratizado pela presença, pela força do diálogo e pela pressão dos movimentos civis, tende a afastar-se de sua insensibilidade. As regulações necessárias no mundo-da-vida são urgentes à medida que a população envelhecida cada vez mais reclama a oportunidade de construir expressivamente sua identidade, por carecer de oportunidades de produção, de educação, de saúde, de lazer. Enfim, o Estado cumprirá sua

vocação quando exercer a vigilância no sentido de corrigir o discurso tradicional da exclusão.

A consistência dos discursos com elementos significativos de convicção para a renovação das políticas em favor da gestão expressiva das idades tardias possui na universidade um espaço privilegiado e, portanto, de efetivação histórica.

A universidade dirigida pela presença da realidade existencial pode significar a expansão de redes de comunicação e de contextualização de verdades. Dessa maneira, a universidade contribui para que a trajetória da racionalidade seja mediada pelo mundo-da-vida. As parcerias, a atenção sobre as distorções e, sobretudo, a reciprocidade dialógica entre Estado-sociedade civil-universidade na construção de costumes podem transformar as dores não claramente expressas em clareiras a serem percorridas sem lamentações.

Em relação aos caminhos por fazer pela mediação do Estado e da universidade pode-se dizer que:

- cabe aos cidadãos e à sociedade civil a responsabilidade de guiar o Estado e habitá-lo com suas reivindicações e, a partir dessas, constituir as políticas do interesse das comunidades e dos mais velhos;
- cabe ao Estado regular de acordo com as emergências sociais e incentivar as iniciativas dos movimentos sociais em transformação;
- é necessário rever a lei 8 842/94 considerada centralizadora, responsabilizando e concedendo recursos às autoridades regionais e locais na questão das políticas sociais para os mais velhos;
- é necessária atenção sobre a histórica insensibilidade dos governos em relação às questões que envolvem o bem-estar social;
- é necessário aproximar as diversas instâncias da sociedade civil para que se obtenha melhores resultados em relação às ações e às reivindicações em torno das necessidades das diferentes faixas etárias do desenvolvimento tardio;

- a universidade, juntamente com o Estado, deve avançar no sentido de preparar recursos humanos habilitados, nos diversos níveis de ensino, para atender às demandas sociais provocadas pela alteração do perfil humano e demográfico;
- a universidade deve assumir um papel emancipador, quando crítica em relação às construções convencionais constrangedoras, e anunciadora de novas convenções, quando ensaia e promove pela pesquisa e pela extensão a renovação do estoque interpretativo sobre a periodização da terceira idade;
- tanto o Estado como a universidade possuem nas instituições primárias e secundárias o início e o fim de suas ações e dessa forma assumem um sentido democrático pela promoção de conceitos e atitudes ajustados à promoção da visibilidade expressiva do período do desenvolvimento tardio.

4 - OS DISCURSOS DA IDENTIDADE EXISTENCIAL NA TERCEIRA IDADE E DAS MEDIAÇÕES DO ESTADO E DA UNIVERSIDADE: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA

A investigação sobre a identidade existencial na terceira idade e suas relações com as mediações do Estado e da universidade revelou uma fonte de entendimentos e de responsabilidades capazes de dar novos sentidos tanto ao perfil demográfico como ao perfil pessoal dos mais velhos.

Com base nas posições teóricas e práticas da identidade existencial a ser construída no desenvolvimento tardio, evidenciou-se a relevância das mediações do Estado e da universidade. A sociedade terá no Estado o regulador e o apoiador das mudanças nas relações de poder e, na universidade, um espaço qualificador de entendimentos justificados, avançando a racionalidade com a presença do mundo-da-vida.

Com uma comunicativa ação do Estado e com esclarecimentos apropriados na gestão social do envelhecimento e da velhice oferecidos pela universidade, ambos obedientes aos clamores da cultura, da sociedade e dos indivíduos, pode-se encaminhar a perplexidade do fenômeno inarredável do envelhecimento populacional; pode-se ter perspectivas de uma visibilidade expressiva para os mais velhos.

Ficou evidenciada na investigação a fertilidade do intercurso entre a peridiação da velhice e as mediações a serem promovidas pelo Estado e a universidade. Por meio dos conhecimentos em torno da identidade e das mediações, desvelados na primeira e segunda etapa da investigação, foram firmadas posições para a interpretação da identidade e, pelas análises com vistas à gestão social das idades, podem ser firmadas proposições para sua promoção. As duas etapas revelaram a interdependência entre os dois objetos da investigação.

5 - REVISITANDO CATEGORIAS: AS RELAÇÕES ENTRE A IDENTIDADE E AS MEDIAÇÕES

A investigação demonstrou o potencial do desenvolvimento real da identidade existencial no advento da velhice, mediante a construção individual da sabedoria, seu grau de operacionalidade e sua influência na maturidade. Não menos significativo pode tornar-se o potencial afetivo, com sua expressão de encantamento, densidade e, por consequência, o aumento da valorização da vida pelo sentido da integridade pessoal, quando o indivíduo se reconhece sujeito de sua história conquistada e ainda presente. Essas categorias do desenvolvimento são acompanhadas da necessidade de encontrar um sentido em torno do qual o ser humano que envelhece possa encontrar consistência real ou imaginária para o pensar, amar e agir, enfim, deixar fluir seu existir.

A identidade existencial, entretanto, não se esgota em suas formas de ser, necessitando-se reinventá-la nos contextos de sua inserção e em projetos ainda não construídos. O Estado e a universidade, diante do fenômeno do perfil demográfico e ontológico transformado, possuem responsabilidade em conceder visibilidade ao rosto dos mais velhos, ampliando seu sentido social e oportunizando ao indivíduo caminhos para que se complete em objetos culturais e sociais o seu potencial conquistado, aperfeiçoando o desenvolvimento da identidade.

Para tornar viável a visibilidade na velhice e, portanto, torná-la realizável, duas questões são postas como fundamentais: a renovação interpretativa do estoque cultural em torno das idades, particularmente, a velhice e as relações de poder na sociedade. As duas questões são intercomplementares, tornando o Estado e a universidade co-responsáveis. A

função de esclarecer sobre os limites culturais é, de modo especial, da universidade; a do Estado é de reordenar as relações de poder. Ambas as funções são absolutamente necessárias para revelação existencial dos mais velhos. Para que, em ambos os casos, a construção da identidade dos mais velhos torne-se legítima, sincera e não tutelada é necessária a comunicação com os destinatários das mudanças. Tanto os clamores que solicitam o afastamento da subjugação como os proferimentos reveladores de potenciais ainda não explorados são motivos de investigação e de reordenamento social. Portanto, a verdade e a moral devem surgir do diálogo edificante a ser estabelecido pela universidade, pelo Estado, obedientes aos interlocutores que são a origem e os destinatários de seus esforços.

Transpareceu na investigação a importância das instituições civis como suscitadoras de descobertas e produtoras de costumes. A universidade como o Estado, ao serem possuídos por elas, conseguem traduzir melhor os caminhos do envelhecimento e da velhice. A gestão social da terceira idade, portanto, não deve ser produto dos intelectuais e dos políticos, mas resultado de seu diálogo com as questões emergentes do envelhecimento e da velhice, isto é, para que a construção da identidade existencial na velhice seja realizada é necessário, de acordo com os proferimentos dos profissionais, que ambos tenham sua autoridade na sociedade civil; que a legislação e os incentivos promotores de políticas da gestão da identidade existencial sejam sensíveis para com a história do mundo-da-vida. Para tanto, a legislação e os incentivos devem ser descentralizados para superar o vazio das propostas generalistas. A universidade torna-se transformadora no desvelamento da identidade existencial quando assume uma postura crítica, eficaz e sincera ao realizar parceria com as instituições onde se produz, de fato, a gestão social dos mais velhos.

Tanto o Estado como a universidade, ao terem na construção da identidade existencial dos mais velhos um objeto significativo de seus cuidados, possuem na qualificação dos recursos humanos uma instância privilegiada para construir a visibilidade expressiva dos mais velhos.

CAPÍTULO IX

OS POTENCIAIS POLÍTICOS DA INVESTIGAÇÃO: PROPOSIÇÕES PARA O ESTADO, PARA A UNIVERSIDADE E PARA OUTRAS INSTITUIÇÕES

As posições reveladas no decurso da investigação trazem a possibilidade de se chegar a proposições para a gestão social da vida em seu desenvolvimento tardio. As afirmações da teoria da ação comunicativa, as posições teóricas sobre a identidade existencial e sobre as mediações do Estado e da universidade e, sobretudo, as revelações prático-emancipadoras desveladas pelas categorias substanciais levam a propor alternativas políticas para o Estado, para a universidade, para a sociedade civil e para todas as instituições que direta ou indiretamente estão envolvidas com a questão do envelhecimento e da velhice.

1 - DO DISCURSO DA AÇÃO COMUNICATIVA PARA AS PRÁTICAS POLÍTICAS: PROPOSIÇÕES GERAIS

A contribuição da teoria da ação comunicativa para com o exercício de políticas sociais reside no restabelecimento da confiança no diálogo responsável sobre o destino dos mais velhos em substituição às utopias predeterminadas. Nesse sentido, retoma-se a confiança na racionalidade uma vez que o diálogo face ao tema é sincero, justificado e mediado pelo mundo-da-vida.

O fato de se pôr a descoberto os interesses da justiça e da expressividade, em pé de igualdade com o conhecimento, contribui para a renovação do entendimento em torno dos mais velhos. Os discursos convencionais podem ceder aos apelos do conhecimento

fortalecido pelo argumento, das orientações sociais justificadas e do desenvolvimento dos indivíduos.

A teoria da ação comunicativa é entendida também como uma forma de efetiva produção política isto significa que as utopias anteriormente estabelecidas por interesses predeterminados, por força do paradigma da linguagem, perdem suas determinações para o diálogo contextualizado, sendo por ele, sim, propostas as políticas legítimas e necessárias. Se a irracionalidade dogmática e a imposição de discursos parciais e de interesse instrumental não resolveram os apelos para a equidade é porque, possivelmente, não foram esgotados os recursos humanos da racionalidade e da sensibilidade prometidos pela proposta comunicativa. Na proposta da teoria comunicativa para a renovação das aprendizagens nas relações sociais, *os sistemas sociais podem formar novas estruturas esgotando as capacidades de aprendizagem de sujeitos socializados, a fim de resolver problemas de comando que ameaçam sua integridade. É por isso que o processo de aprendizagem evolutivo das sociedades depende das competências dos indivíduos que pertencem a ela* (Siebeneichler, 1994, p.135).

As propostas políticas baseadas na teoria da ação comunicativa têm por função criticar os efeitos dos preconceitos e assumir uma posição de decisões e estratégias resultantes dos esclarecimentos postos em comum e mediados pelo mundo-da-vida. A formulação de proposições para as relações de poder na sociedade possui compromissos não somente com a verdade, mas com a justiça e tendo em vista o bem-estar dos indivíduos, exigindo-se que ninguém fique de fora do discurso e das conquistas relacionadas ao poder social.

Como já foi dito, a tarefa será a de ampliar o potencial de identidade dos idosos com vistas a que seja reconhecido por eles mesmos e em instâncias sociais facilitadoras do desenvolvimento. As políticas, portanto, emanadas quer dos lugares públicos quer dos lugares civis, sob o olhar comunicativo, não podem esquecer os proferimentos dos mais velhos e, dessas manifestações, exaurir o potencial das ações a serem implementadas. Os protestos reivindicativos são, no caso, o início e o fim último de um discurso político. Dessa maneira, tem-se em atenção a superação do processo histórico que, no Ocidente, foi produzido sob a ética de interesses manipulativos e não do mundo-da-vida.

É significativa também a análise das conquistas globais, construindo-se uma rede de novas relações sociais, com aprendizagens de perfis humanos diferenciados para o

desenvolvimento humano tardio. A contextualização de conquistas globalizadas pode, por outra parte, despertar novos espaços; assim, a construção humana constituir-se-á diferenciada e solidariamente.

Tanto quanto os desejos e as conquistas globais, é importante o poder do convencimento do discurso reivindicativo. A política reivindicativa no discurso comunicativo tem sua força não somente em seu conteúdo, mas na expressão argumentada. A força do conhecimento e sua expressão contribuem para as mudanças provocadas pela interpretação dos proferimentos dos mais velhos. Existe, portanto, a preocupação da construção de entendimentos pós-convencionais, isto é, voltada para direções sugeridas pelo poder da comunicação.

A política com base na ação comunicativa exige a existência de redes de comunicação, perseguindo não mais ideais propostos *a priori*, mas proposições e experiências capazes de promover aprendizagens sociais coletivamente construídas. As ações não são promovidas pelo interesse pessoal mas emanam dos desejos e propósitos auferidos entre as pessoas. O resultado de toda a ação é acompanhado de crítica, que estabelece suas direções à luz do bem-estar social e individual. O fim último, portanto, da ética do discurso é o homem contextualizado, e sua palavra sinceramente dita e justificada é o critério final da ação política.

Na ação política, não pode ser descuidada a irracionalidade da cultura. O inconsciente histórico, com suas raízes fortemente implantadas, tende a dar continuidade à lógica dos discursos tradicionais onde se instalam as vontades particularmente favorecidas. O discurso comunicativo pressupõe o sentido da luta, porquanto persiste a tendência para os ranços continuados de hegemonias, com suas verdades e costumes. Parece que somente estratégias conseqüentes, transparência, persuasão e paciência podem determinar a mudança em favor da lógica do mundo-da-vida. A colonização dos desejos dos mais velhos em favor do sistema voltado para fins desconectados dos interesses da justiça e da expressividade para todos possui inclinações com base na engenharia cultural das civilizações. A autoridade da política comunicativamente estabelecida apresenta-se tardiamente, e suas proposições tendem a sofrer resistências; contudo possui sua legitimidade e força na organização das populações desejosas de verem novas regras impressas no ordenamento social. A política, comunicativamente proposta prioriza, portanto, suas reivindicações em projetos específicos e ordenados dentro da cultura onde devem ser realizados. Dessa forma, na educação, na

construção institucional, na saúde, na intimidade e em outros espaços de constrangimento social dos mais velhos, é preciso organizar projetos e grupos de pressão para a mudança. A construção da violência instrumental não se afasta apenas pelo esclarecimento. A lógica da racionalidade com base no poder, historicamente, resistiu, nada existindo que a detenha, a não ser o que historicamente a deteve: o fato da continuada resistência do mundo-da-vida. O despertamento para a comunicação é um resultado da presença humana inquieta diante da violência, apelando para a força da lógica da realização social solidária.

Os atos de fala a serem promovidos, além de convencerem devem encontrar efeitos práticos em todos os lugares. Os gestores sociais localizados na sociedade civil possuem a tarefa de convencer, de romper e de promover a visibilidade expressiva dos mais velhos diante do sistema, onde as leis são, muitas vezes, apenas indicações de propósitos a serem conquistados. Para tanto, os seus projetos se prendem fortemente à análise do universo existencial da população envelhecida. Os mais velhos, ao reclamarem novas direções na gestão social, podem ser postos em tutela, constrangendo-se a fala e a política organizada, limitando-se o poder dos falantes, desconsiderando-se os compromissos sociais através de paliativos. O caminho da comunicação, portanto, não se realiza sem a presença decidida dos falantes.

A gestão social comunicativa é exigente e, por se basear em diversidades de falantes, se inaugura diferenciada e continuamente. Não existe um cumprimento legal definitivo, nem ideais preestabelecidos e o conflito entre a razão comunicativa e colonizadora é constante. Neste caso a razão comunicativa também é operatória e instrumental, sendo sua finalidade constituída, porém, pela justiça e pela expressividade.

A política para a emancipação dos mais velhos, na linguagem comunicativa, compreende o alargamento do discurso solidário no interior do sistema e da sociedade civil. A apropriação que o Estado e a economia realizaram sobre os indivíduos, conferindo períodos e determinando funções, restringiu a visibilidade positiva do envelhecimento. No período histórico em que havia prevalência da autoridade familiar sobre as gerações aí constituídas, os mais velhos tinham suas tarefas mais bem definidas. Atualmente, pela relativização da presença familiar na definição dos significados da identidade humana, a sociedade precisa fornecer novos elementos simbólicos e institucionais para definição da existência dos mais velhos. Os mais velhos e aqueles que estão chegando ao envelhecimento não podem se furtar aos esforços de delinear os espaços sociais para sua qualificação; suas

palavras e desejos devem constituir a palavra de ordem para a gestão social das idades. O obscurecimento da visibilidade dos mais velhos pode ser superado por representações de qualificação social existencial. É natural que a construção da realidade social dos mais velhos tenda a preservar a figura do velho como incapaz de produzir uma trajetória vigorosa, a menos que se produza um discurso coerente capaz de convencer do contrário.

A gestão social do envelhecimento e da velhice tem no potencial mediador da comunicação uma estratégia para aprendizagens no conhecimento e nas normas das relações de poder; é importante, para isso, a excelência da palavra e a excelência dos falantes. Os discursos que descrevem os mais velhos como sujeitos com categorias de desenvolvimento e que oferecem ilustrações de novos encaminhamentos normativos são necessários para a emancipação.

Os princípios fundadores da prática comunicativa oferecem a possibilidade de haver renovação política quando discursivamente construída. Assim, propõe-se que a gestão social para a renovação da identidade na terceira idade bem como suas conseqüências sociais devem passar pelo discurso alcançado pela racionalidade argumentativa e mediada pelo mundo-da-vida. A gestão social da vida na terceira idade é sempre *a posteriori*, isto é, as decisões públicas ou em espaços privados emanam de conhecimentos frutificados na solidariedade e na sinceridade dos discursadores, sendo provisória, falível, aberta e sempre em busca de novos encaminhamentos sociais. Portanto, a política com base na ação comunicativa é proposta como um projeto de diálogo edificante.

Isso não significa que as práticas políticas em torno do aperfeiçoamento da identidade na terceira idade da vida adulta e das mediações seja feito sem dificuldades, pois, se a linguagem fosse completamente desimpedida, já teriam sido colhidos melhores resultados sociais e culturais na construção da ética. Entretanto, à política construída com base na verdade, na justiça e na expressividade, interpõem-se os privilégios constituídos. Isso, porém, não limita o potencial do discurso comunicativo como meio da gestão social com vistas ao desenvolvimento do ser humano em todo seu ciclo de vida.

1.1 - Desvelando proposições gerais com base no discurso comunicativo

Com base nas das considerações realizadas, propõe-se a organização de um quadro de proposições e, logo a seguir, a sua análise com ações que expressam, como exemplos, o seu teor:

Quadro 16 - Síntese das proposições políticas gerais com base na teoria comunicativa

Para ações de políticas participadas

A contribuição da teoria da ação comunicativa para com o exercício de políticas sociais reside no restabelecimento da confiança no diálogo responsável sobre o destino dos mais velhos em substituição às utopias predeterminadas. A gestão social da vida na terceira idade é sempre *a posteriori*, isto é, as decisões públicas ou em espaços privados emanam de conhecimentos frutificados na solidariedade e sinceridade dos discursadores, sendo provisório, falível, aberto e sempre à busca de novos encaminhamentos sociais.

Para a crítica das convenções

As propostas políticas baseadas na teoria da ação comunicativa tem por função criticar os efeitos dos preconceitos e assumir uma posição de decisões e estratégias resultantes dos esclarecimentos postos em comum e mediados pelo mundo-da-vida. A formulação de proposições para as relações de poder na sociedade possui compromissos não somente com a verdade, muitas vezes apenas instrumental, mas com a justiça e tendo em vista o bem-estar dos indivíduos, exigindo-se que ninguém fique de fora do discurso e das conquistas relacionadas ao poder social.

Para a produção efetiva de propostas pós-convencionais

os sistemas sociais podem formar novas estruturas esgotando as capacidades de aprendizagem de sujeitos socializados, a fim de resolver problemas de comando que ameaçam sua integridade. O obscurecimento da visibilidade pode ser superado por representações de qualificação social e pelas quais eles possam obter reconhecimento. Dessa forma, na educação, na construção institucional, na saúde, na intimidade e em outros espaços de constrangimento social dos mais velhos, é preciso organizar projetos e grupos de pressão para a mudança.

De uma ética universal para uma ética contextualizada

É significativa, também, a análise das conquistas globais, construindo-se uma rede de novas relações sociais, com aprendizagens de perfis humanos diferenciados para os mais velhos. A contextualização de conquistas globalizadas pode, por outra parte, despertar novos espaços e, assim, a construção humana constituir-se diferenciada e solidariamente. As políticas, portanto, emanadas quer dos lugares públicos quer dos lugares civis, sob o olhar comunicativo, não podem esquecer os proferimentos dos mais velhos e, dessas manifestações, exaurir o potencial das ações a serem implementadas.

Para uma gestão social em rede e reciprocamente comunicativa

A política com base na ação comunicativa se estabelece em redes de comunicação, perseguindo não mais ideais ditos aprioristicamente, mas na abertura de proposições e experiências capazes de promover aprendizagens sociais coletivamente construídas. As ações não são promovidas pelo interesse pessoal mas emanam dos desejos e propósitos auferidos entre as pessoas.

Para a construção de projetos convincentes

Os gestores sociais localizados na sociedade civil terão a tarefa de convencer, de romper e de promover a visibilidade expressiva dos mais velhos diante do sistema, onde as Leis são, muitas vezes, apenas indicações de propósitos a serem conquistados. Para tanto os seus projetos se prendem fortemente à análise do universo existencial da população envelhecida.

Para uma ação constante e exigente em função das resistências

A construção da violência instrumental não se afasta apenas pelo esclarecimento. A lógica da racionalidade com base no poder historicamente resistiu, e não existe o que a detenha, a não ser o que historicamente a deteve: o fato da continuada resistência do mundo-da-vida, firmemente decidida. Os atos de fala a serem promovidos além de convencer devem produzir efeitos práticos em todos os lugares.

A análise é constituída de ações, dadas como exemplo, com a finalidade de definição de políticas gerais sobre as questões do envelhecimento e da velhice:

Para ações de políticas participadas

A proposição compreende ações:

- com a participação dos mais velhos, definindo-se as atividades a partir das suas reivindicações;
- com a participação dos movimentos constituídos em favor da renovação da gestão social das idades;
- com a participação de instituições responsáveis imediatas pela discussão e promoção da gestão social dos mais velhos;
- com ampla discussão de projetos com vistas a corrigir possíveis tendenciosidades;

- com a disposição de constantemente rever o discurso de políticas renovadoras do estoque das interpretações e dos costumes.

Para a crítica das convenções

A proposição pode levar a ações que:

- detectem as queixas dos mais velhos em questões biopsicossociais de sua identidade existencial;
- se ajustem aos reclamos reivindicados e proponham constante revisão das atividades com vistas à expressividade das comunidades e dos mais velhos nelas inseridos;
- fomentem a igualdade de oportunidades para todas as gerações, consideradas as diferenças do potencial de desenvolvimento;
- abram espaços em todas as instâncias sociais resistentes e aí realizem o discurso esclarecedor com vistas à justiça e à expressividade.

Para a produção efetiva de propostas pós-convencionais

A análise compreende diversas ações que:

- demonstrem com excelência as possibilidades de renovação do cabedal ético a ser conquistado;
- sejam multiplicadoras e abertas a outros empreendimentos que despertem a compreensão para os direitos humanos dos mais velhos;
- que possam ser argumentadas e convençam sobre a propriedade da promoção inovadora;
- que a configuração renovadora da representação seja iniciada pelos mais velhos e estes possam assumir sua defesa e demonstrar a adequação do propósito.

De uma ética universal para uma ética contextualizada

A análise da proposição, embora inesgotável em seu potencial político compreende ações que:

- atendem para os esforços internacionais na promoção da visibilidade social dos mais velhos;
- respeitem as formas específicas de ser da comunidade no cotejo com as conquistas universais em favor das políticas gerontológicas;
- levem em conta as iniciativas locais para a gestão social da velhice e estejam abertas às críticas de outros lugares e com outras posições;
- considerem o potencial reivindicador compreendido nas iniciativas emergentes, promovendo seu atendimento.

Para uma gestão social em rede e reciprocamente comunicativa

A análise desta proposição pode compreender ações que:

- tenham em vista diversos lugares interligados de ações, uma vez que as direções unívocas não possuem os mesmos efeitos;
- sejam dirigidas aos lugares de força social capazes de garantir influência e excelência no pronunciamento de atos de fala;
- formem um conjunto consistente de propostas cada qual respeitosa das responsabilidades institucionais de sua fala, tendo-se no Estado, na universidade e nas instituições escolares, de saúde e de comunicação, um conjunto solidário de ações;
- sejam suscitadas por estudos conjuntos entre as instituições parceiras no projeto da gestão social da velhice.

Para a construção de projetos convincentes

A proposição do convencimento compreende ações:

- suficientemente capazes de promover elementos de convicção ao público para o qual é dirigido;
- com qualidade de linguagem, seja pelo conteúdo dos argumentos seja pela clareza da exposição dos motivos em questão;
- com participações dos proferimentos emanados da realidade à qual a proposta de ação está vinculada;

- sustentadas em justificativas reveladoras do conhecimento do problema a ser equacionado, das promessas de justiça contidas no projeto e da expressividade a ser colhida com a iniciativa.

Para uma ação constante e exigente em função das resistências

Essa proposição compreende ações:

- cujos autores tenham consciência das dificuldades em superar as convenções históricas favorecedoras de hegemonias;
- com esforços educacionais com vistas a uma consciência esclarecida sobre os preconceitos inibidores das transformações;
- com flexibilidade de estratégias de convencimento uma vez compreendidas os núcleos motivadores das resistências;
- com efeitos testemunhais favoráveis à demonstração da excelência das mudanças;
- a longo prazo com vistas a minimizar os efeitos das convenções históricas.

2 - PROPOSIÇÕES POLÍTICAS A PARTIR DAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A IDENTIDADE EXISTENCIAL NA TERCEIRA IDADE

A idade pode trazer sensação de frustração ou de realização, seja em função das alterações orgânicas, seja em função das atribuições sociais dadas ao sujeito na passagem de suas diversas idades. O gerenciamento das idades e a configuração resultante sobre a identidade existencial dependem, portanto, das normas e das efetivas oportunidades levadas em consideração numa determinada cultura e numa determinada sociedade. A gestão social das pessoas proporciona espaços diferenciados e sua linguagem é mais flexível ou mais restrita, conforme o tempo da construção das identidades. A identidade feminina foi afetada pela revolução industrial, e o perfil feminino transformou-se ao sair de casa; o homem do campo, ao envelhecer, perdeu oportunidades de auto-realização ao buscar a cidade para sobreviver. Pode-se dizer, com Roger Chartier (1995) que *a civilidade é acima de tudo*

uma arte, sempre controlada, da representação de si mesmo para os outros, um modo estritamente regulamentado de mostrar a identidade que se deseja ver reconhecida (p. 166).

O que pode, porém, animar aos agentes políticos da gestão das idades dos mais velhos é que isso significa que as regulamentações são frutos da linguagem e como tal podem ser transformadas. Por mais reificados que sejam os protótipos sugeridos pelas máximas sociais, esses revelam sempre sua fragilidade; podem ser alterados assim que se alterarem as linguagens e a solidariedade recebida para suas novas regulamentações.

Por outro lado, percebe-se também um tempo ágil para o rompimento dos binômios homem/mulher, sujeito/objeto e velho/adulto, propiciando-se deslocamentos da percepção da identidade hegemônica da vida adulta. A sociedade civil parece estar autorizada a também privatizar as interpretações e direções para seus membros. De toda a forma, a organização de conhecimentos e de exigências de grupos pode interferir sobre as representações das idades e sobre o que estiver regulamentado em lei.

A gestão política dos mais velhos é tanto mais competente quanto mais clara for a intenção de propor um discurso gerador de deslocamentos e capaz de ampliar o enfoque cultural centrado na vida adulta. A clareza numa nova zona de desenvolvimento dependente das mediações favorece a gestão das idades dos mais velhos uma vez que se tem a consciência do poder da linguagem e da culturalidade de suas regulamentações.

A identidade existencial dos mais velhos está à mercê dos discursos e da pressão dos seus organizadores. A visibilidade comunicada e sua argumentação em torno de ilustrações podem transformar a civilidade. O fato de se compreender que a identidade existencial depende da cultura e de que esta pode auto-referir-se pelas falas de seus gestores leva à construção de desejos localizados nos lugares de suas manifestações, ao mesmo tempo em que sofre o discurso da globalização. Os sujeitos históricos andam, portanto, entre a cultura universal e a autonomia pessoal e comunitária.

A política das idades dos mais velhos pode lucrar com ambas as direções: de um lado, a pressão para a singularidade e, de outro, a força da desterritorialização dos símbolos, as quais podem levar a perspectivas insuspeitadas.

Todos aqueles que quiserem participar do processo da gestão das idades, além de avaliarem a circunscrição do discurso, não podem se furtar de atender aos apelos e às

manifestações universais em torno da igualdade entre as gerações. Se, por um lado, as convenções históricas tendem à repetição, por outro, existem resistências, capazes de realinhar as direções impressas na sociedade, nas mentes e nos corpos das pessoas.

A gestão da identidade dos mais velhos passa, portanto, pela crítica da política social existente, pela qualidade do discurso inovador e pelas estratégias de reconstrução das regulamentações. Avaliar os impedimentos inerentes às linguagens históricas, centrar-se nos proferimentos dos interessados e apelar para os lugares de autorização dos regulamentos são possibilidades potencializadoras de mudança. Os lugares de autorização podem hoje ser entendidos como as instituições gestoras de opinião, realizadoras das institucionalizações e iniciadoras das regulamentações. A família, a empresa, os meios de comunicação, os espaços de política pública e a escola constituem os lugares onde os discursos pronunciados devem convencer. Vale repetir o já foi dito: *No medium constituído por comunicações formadoras de normas e valores, e penetradas de experiências estéticas, os conteúdos culturais herdados não são mais simplesmente os marcos de modelação dos carecimentos; ao contrário em tal medium, os carecimentos podem buscar e encontrar as suas adequadas interpretações* (Habermas, 1990b, p. 72).

A política para o envelhecimento e a velhice pode realizar seu discurso adequado, tendo em vista a concepção de crise etária diante das perdas que ocorrem, significando não o fim da identidade existencial, mas o início de um novo perfil a ser produzido. Se não houver esse entendimento, ocorre a exclusão. A crise existe por força da inexistência de padrões regulamentados, uma vez que o envelhecimento das populações é um fato recente, de forma que os mais velhos e aqueles que envelhecem ainda estão surpresos com a condição humana dada pela velhice. A realidade, portanto, é emergente.

Os gestores sociais das idades, antes não tinham por que se preocupar com os poucos que envelheciam; hoje, porém, os mais velhos constituem um índice populacional considerável. A tradição via na velhice uma vida adulta degradada; agora a presença significativa dos mais velhos obrigou a ver esta nova condição humana em sua singularidade e não apenas nas atribuições relacionadas à vida adulta produtiva. De um modelo deficitário de velhice, pode-se passar, então, para um modelo de desenvolvimento do curso de vida.

A mudança de abordagem na consideração da velhice traz consigo um paradigma positivo para a gestão social das idades. A proposta de um modelo teórico que aponta para

um potencial de desenvolvimento ainda não esgotado inclui o entendimento da possibilidade de despertar categorias ainda não conquistadas e mediações sociais constituidoras de sentido de vida para os mais velhos.

O potencial de desenvolvimento humano está inserido entre a história individual e a história social. A produção humana da velhice, portanto, depende das iniciativas culturais suscitadoras de categorias de desenvolvimento que assumem proporções diferenciadas de acordo com a política educacional impressa nos costumes. A política se torna autêntica e produtiva quando dirigida pelos interesses que ditam os padrões referenciais a serem. A invasão do Estado nas questões da disciplina dos valores e dos hábitos pôs em relevância a produção de bens e a reprodução. Com o advento da velhice populacional, porém, o Estado não ofereceu ainda condições para a realização de representações sociais para os mais velhos.

A expressão humana dos indivíduos e seus reflexos na construção da cidadania e das comunidades dependem de práticas reconhecidas e oferecidas. As interpretações de Vygotsky sobre o potencial humano a ser descoberto suscitam o reconhecimento da importância de uma política social de oportunidades, o que significa que a constituição biopsicológica se estrutura a partir das condições estimuladoras da cultura e da sociedade. A gestão social, pretendendo manter as condições mínimas de igualdade para todas as idades, possui, portanto, a tarefa de oferecer constantes outorgas para a elaboração atualizada do perfil humano. As categorias do desenvolvimento são garantias pelas quais os responsáveis pela gestão social podem oferecer espaços de expressividade para os mais velhos.

Os estudos teóricos revelam a existência de categorias de desenvolvimento a serem conquistadas no decurso da vida e que podem ser expressas na velhice. A sabedoria, a intimidade e o sentido na vida foram apresentadas e teoricamente analisadas, configurando-se como fundamento de valorização da velhice e, mais que tudo, como oportunidade de expressividade das comunidades e dos indivíduos que envelhecem. Assim como os jovens, por meio da capacidade de operar abstratamente com a realidade e de nela investir afetivamente, podem dar conta dos problemas emergentes, os mais velhos podem operar de forma penetrante suas realidades e delas se aproximar com a afetividade densificada e ali, uma vez autorizados, organizar um sentido para suas vidas e, possivelmente, aperfeiçoar o destino social das comunidades de sua área de inserção. Disso emanam potenciais de desenvolvimento a serem explorados pela gestão social das idades.

Se é verdade que a adaptação humana na atualidade não depende tanto da memória da tradição cultural, não é verdade que a qualidade das interpretações e das ações culturais possa dispensar aqueles que construíram os entendimentos, a tecnologia. e as formas de se apresentar as instituições. As formas específicas de ser de nossas comunidades podem revelar aos mais jovens as diferenças da política do ser, ao contrário da globalização, que imprime formas generalizadas de ser e de ter.

Se é verdade que precocemente os indivíduos podem ser dispensados de seus trabalhos, não é, porém, vantajoso para o desempenho humano pessoal e comunitário a perda do cabedal humano dos mais velhos. O universo psicológico enriquecido pelas operações mentais e pelos esquemas afetivos reveladores de uma cultura construída não pode ser dispensado sem frustração. O mundo-da-vida constituído não pode ser dispensado em favor de interpretações precipitadas pelo lucro sob pena de se estabelecer o critério dos meios sobre os fins.

Tanto os mais velhos necessitam das instituições para mediar seu desenvolvimento como essas necessitam dos mais velhos. As operações bem-sucedidas nas formas afetivas de amar e pensar a realidade têm nos mais velhos um instrumento qualificado para levar a efeito o desempenho das instituições.

No último estágio do desenvolvimento humano, que é o da qualificação das representações, graças às possibilidades criativas, emergem também os significados resultantes da síntese das interpretações e de seu conteúdo afetivo. Os significados aí inseridos, além da história pessoal, revelam a densidade interpretativa e emocional da história das comunidades, o que equivale a dizer que a qualidade das representações, seu grau de verdade e verificabilidade, insinuações afetivas dependem da qualidade das mediações da linguagem histórica e da qualidade das operações pessoais. Disso resultam, *a intimidade e a sabedoria*.

O grau de satisfação da existência, portanto, não se esgota nas oportunidades de oferta atual de contato com a realidade, mas também emerge das disposições representativas, facilitadoras da contemplação, da crítica, da criação e da densidade afetiva anteriormente elaboradas.

A construção social das instituições e das pessoas pode ser enriquecida pela presença dos mais velhos, pela interpretação e pela forma de emprestar seu cuidado, ao

mediarem o sistema com o mundo-da-vida. A originalidade comunitária e das pessoas pode estar prejudicada sem a colaboração dos mais velhos; o mundo-da-vida em seu contexto pode ter nos mais velhos o fundamento de sentidos próprios, sem o qual as instituições perdem sua consistência original. As empresas, as casas, as escolas, enfim, todos os lugares onde se realizam discursos disciplinadores do ser humano necessitam de sua história original e daqueles que participativamente os construíram.

A massa crítica e afetiva dos mais velhos pode redundar em benefício humano, pois a memória ativa não se constitui num passado inútil, mas dispõe-se como instrumento de fertilização original para as decisões que envolvem senso de justiça e de expressividade.

A presença institucional dos mais velhos não representa uma presença inócua. Sua presença antes pode constituir-se numa fala construída entre interlocutores e o conhecimento não é fruto de apelos de indivíduos que aplicam seus entendimentos de uma forma unilateral mas fruto de um diálogo edificante que acontece entre sujeitos que falam da realidade dos mais velhos. Andreola comunga dessa importante questão ao dizer que *a construção de uma nova civilização, de uma nova ordem internacional, exige que se parta do ser humano, das pessoas, inseridas em seus grupos e em suas comunidades, dos valores que lhes são próprios, de suas experiências, de suas expectativas, de seus interesses, de suas formas de vida, de sua cultura enfim. A redescoberta da cultura, em sua força revolucionária e transformadora e a instauração do diálogo entre as diferentes culturas, se não são o único caminho para as soluções, são, contudo, fatores importantes nesta retomada de caminhos menos sombrios* (Andreola, 1985, p. 294).

A longevidade das populações transformou o perfil demográfico, a concepção institucional e a condição humana, significando novas referências nas relações de poder. As categorias de desenvolvimento demonstram que é possível a conquista de níveis de competência diferenciados nas formas de operar a realidade, as quais suscitam ajustes nas relações sociais e interpessoais para a obtenção do benefício adequado à nova expressão humana. A gestão social das idades não pode lidar convenientemente com a realidade do envelhecimento se não ajustar os meios para a periodização a ser ressignificada. A tarefa compreende a flexibilidade de mediações da família, da escola, das empresas e do poder

público. O Estado e a sociedade civil possuem interlocutores com exigências próprias e, enquanto não se tomar a palavra dos falantes com seus desejos, labora-se autoritariamente.

O sentido na vida dos idosos não reside apenas em sua boa vontade nem recai somente sobre eles o benefício do destino qualificado que lhes possa ser conferido. A gestão social das idades, sob a luz das categorias de desenvolvimento dos idosos, necessita de concepções com renovadas outorgas. Os discursos comunicativos realizados pela sociedade com os idosos podem prover de novos significados a estrutura das outorgas sociais.

2.1 - Desvelando proposições com base no discurso teórico sobre a identidade existencial na velhice

Com base nas considerações realizadas, propõe-se a organização de um quadro de proposições, as quais são analisadas logo a seguir:

Quadro 17 - Síntese das proposições políticas com base no discurso teórico sobre a identidade existencial na terceira idade

Das representações históricas para as representações conquistadas

O que pode, porém, animar aos agentes políticos da gestão das idades dos mais velhos é que isso significa que as regulamentações são frutos da linguagem e como tal podem ser transformadas. Por mais reificados que sejam os protótipos sugeridos pelas máximas sociais estes revelam sempre sua fragilidade. Podem ser alterados assim que se alterarem as linguagens e a solidariedade recebida para suas novas regulamentações.

Para uma identidade construída entre as linguagens locais e universais

A identidade existencial dos mais velhos está à mercê dos discursos e da pressão dos seus organizadores. A visibilidade comunicada e sua argumentação em torno de ilustrações pode transformar a civilidade. O fato de se compreender que a identidade existencial depende da cultura e de que esta pode auto-referir-se pelas falas de seus gestores leva à construção de desejos localizados nos lugares de suas manifestações ao mesmo tempo que sofre o discurso da globalização. Os sujeitos andam entre a cultura universal e a autonomia pessoal e comunitária.

De uma identidade em potencial em busca de mediações

A expressão humana dos indivíduos e seus reflexos na construção da cidadania e das comunidades depende de práticas reconhecidas e oferecidas. As interpretações de Vygotsky sobre o potencial humano a ser descoberto suscitam o reconhecimento sobre a importância de uma política social de oportunidades. Isso significa que a constituição biopsicológica se estrutura a partir das condições estimuladoras da cultura e da sociedade. A gestão social, pretendendo manter as condições mínimas de igualdade para todas as idades, possui, portanto, a tarefa de oferecer constantes outorgas para a elaboração atualizada do perfil humano.

A exacerbação da crise da identidade como instrumento de libertação

A política para o envelhecimento e a velhice pode realizar seu discurso adequado tendo em vista a concepção de crise etária diante das perdas que ocorrem, significando não o fim da identidade existencial, mas o início de um novo perfil a ser produzido. Se não houver este entendimento, ocorre a exclusão. A crise existe por força da inexistência de padrões regulamentados uma vez que o envelhecimento das populações é um fato recente e os mais velhos e aqueles que envelhecem ainda estão surpresos com a condição humana dada pela velhice. O realidade, portanto, é emergente.

O clamor das categorias referentes

As categorias de desenvolvimento demonstram que é possível a conquista de níveis de competência diferenciados com qualificação enriquecida nas formas de operar a realidade, as quais suscitam ajustes nas relações sociais e interpessoais para a obtenção do benefício integral da nova expressão da face humana. A gestão social das idades não pode lidar convenientemente com a realidade do envelhecimento se não ajustar os meios para a periodização a ser ressignificada. A tarefa compreende a flexibilidade de mediações da família, da escola, das empresas e do poder público.

A análise é estendida, em forma de estratégias para cada uma das proposições apresentadas, com a finalidade de definição de políticas sobre as questões do envelhecimento e da velhice:

Das representações históricas para as representações conquistadas

Esta proposição compreende um conjunto de ações que:

- tenham em consideração, além da hermenêutica da tradição - a qual pode estar colonizada pela racionalidade instrumental -, o olhar crítico dos interlocutores, os quais podem superar os bloqueios que impedem a renovação das linguagens;
- traduzam um perfil de identidade representativo de mensagens, que efetivamente repensem os costumes usuais em favor dos desejos colhidos em leitura honesta da realidade existencial dos mais velhos;
- oportunizem o rompimento dos binômios extremados entre vida adulta produtiva/reprodutiva e velhice, ampliando as relações de poder em favor dos mais velhos e deslocando, por consequência, o entendimento da identidade existencial para patamares constitutivos de representações que se ajustam ao potencial reivindicativo.

Para uma identidade construída entre as linguagens locais e universais

Esta proposição, entendida como corolário da anterior, pode ser traduzida em ações:

- que promovam expectativas sociais em torno dos mais velhos, revelando-se *um modo estritamente regulamentado de mostrar a identidade que se deseja ver reconhecida*;
- que representem o potencial da periodização de diversos lugares cotejado com as proposições da comunidade, a qual promove a efetiva regulamentação de oportunidades a serem reconhecidas;
- que tenham sua origem na casa dos mais velhos e não sejam tuteladas pelo poder público ou qualquer outro que não o da necessidade e expressão dos destinatários.

De uma identidade em potencial em busca de mediações

Esta proposição relativa ao potencial de desenvolvimento associada às representações mediadoras pode ser traduzida em ações:

- instaladas em instituições existentes uma vez conscientes de suas responsabilidades face ao envelhecimento;

- em instituições a serem construídas para atender às demandas sociais portadoras das expectativas dos mais velhos;
- que protagonizem experiências com novos exercícios sociais capazes de prover as comunidades de uma cultura interpretativa e de uma sociedade aberta a constituir identidades expressivas para o envelhecimento e a velhice;
- com avaliações continuadas sobre a justeza das iniciativas em seu projeto comunicativo.

A exacerbação da crise da identidade como instrumento de libertação

Esta proposição expressa a necessidade de demonstrar com contundência as situações de exclusão e de sofrimento a par das virtudes e possibilidades do envelhecimento e da velhice. As propostas podem ser reveladas em ações que:

- tenham a finalidade de provocar o desequilíbrio no ordenamento das atribuições oferecidas nas instituições ao abordarem o envelhecimento e a velhice;
- tornem visíveis as contradições, as injustiças, os sofrimentos e os apelos dos mais velhos;
- sejam dirigidas em rede, revelando-se no interior do sistema e da sociedade civil a negação de espaços e as alternativas superadoras dos aprisionamentos aos quais a vida e os mais velhos estão submetidos;
- sejam contundentes no conteúdo, na forma de dizer e, ao mesmo tempo, capazes de serem racionalmente justificadas;
- possuam linguagens de ordem científica, política e estética, tornando visível a proposta de uma periodização mais justa e expressiva para a velhice.

O clamor das categorias referentes

Adiante serão especificadas as ações correspondentes a cada uma das categorias, sendo vistas agora aquelas que se referem ao conjunto das categorias da identidade.

A proposição do clamor das categorias referentes suscitam ações que:

- comprovem a competência humana do pensar nas questões que exigem ponderação na tomada de decisão;
- traduzam o universo da afetividade com a qual os mais velhos se envolveram e ainda podem se envolver
- possam representar a continuidade da identidade das comunidades e instituições da inserção dos mais velhos;
- suscitem sentimentos de participação social e conseqüente reconhecimento;
- reforcem o sentimento de integridade face aos esforços realizados em favor da construção da cultura e da sociedade.

3 - AS CATEGORIAS SUBSTANCIAIS DA IDENTIDADE EXISTENCIAL: DESAFIOS PARA A GESTÃO SOCIAL DAS IDADES

Nos proferimentos dos mais velhos, revela-se a urgência dos ajustes na gestão social das idades e o testemunho de Alice é representativo dos outros:

Concebe ela que os mais velhos devam prosseguir com a certeza de que, com paixão pelo que fazem, conseguirão sentir o quanto são úteis a si e à sociedade. Se acreditarem no fio imaginário do ouvido à palavra, serão eles fonte de informação construtora. Argumenta: É pela atividade que (a pessoa) preenche a existência na terra. É pelo trabalho que constrói a sua história. É pela materialidade do seu ser laborioso e é pela alegria que consegue obter satisfação e é muito remunerado em todos os sentidos, enriquecendo sua personalidade. Alice não esgota o sentido na vida apenas numa inserção laboriosa: Conclui que pode existir uma reserva de chances para quem vive o verdadeiro amor... um olhar, um gesto carinhoso, uma palavra animadora são centelhas que refazem energias ainda capazes de dar sentido à vida no envelhecimento.

A renovação da função social a ser conferida em todos os ambientes permitirá o aproveitamento das conquistas psicológicas que o tempo e a educação produzem na vida, afastando-se a esterilização do potencial real já conquistado.

As categorias substanciais analisadas exemplificam a possibilidade de uma participação fértil dos mais velhos nas questões sociais. O quadro-síntese das categorias substanciais pode constituir-se em uma riqueza inesgotável de proposições políticas e, para efeito da gestão social do envelhecimento e da velhice, analisamos algumas propostas emanadas do quadro 10.

A sabedoria pode levar a que os empreendimentos humanos tenham maior vitalidade e ajustamento uma vez que podem ser mediados pela qualidade de operações produzidas pela penetração dos entendimentos sobre questões que exijam capacidade de síntese. A sociedade, e nela os mais jovens, possui nos mais velhos uma fonte de inspiração para constituição de uma personalidade básica diferenciada e de compreensão das lutas e projetos sociais a serem cumpridos. É com eles que o tecido psicológico e os sabedores originais possuem sua continuidade. As instituições, por outro lado, podem contar com o tirocínio do entendimento dos mais velhos e, dessa maneira, avançar sem se perder em questões não pertinentes aos objetivos e aos problemas que devem ser solucionados.

A intimidade pode levar a que a sociedade e suas respectivas instituições tenham em questão todo o universo de responsabilidade e de justiça, mediando a racionalidade instrumental com a racionalidade comunicativa. A amabilidade cuidadosa das experiências anteriores determina a capacidade de relações em torno do universo das instituições. Os mais jovens podem desenvolver o senso de admiração e auto-estima pelas narrações e pelas virtudes humanas contidas em suas histórias de vida, as quais contém núcleos temáticos para uma educação firmemente contextualizada.

O sentido na vida tanto pode ser revelado pela fé - um sentido absoluto na vida - como pelas instituições, as quais podem se constituir em meio para a construção do potencial de desenvolvimento e a auto-realização.

As três categorias do desenvolvimento da identidade existencial não são acontecimentos naturais, mas são produzidos e, por conseqüência, dependem das aprendizagens anteriores e das vivências da solidariedade anterior.

As frustrações na ausência de sentido na vida pode levar a protestos veementes, os quais podem ser objeto primeiro das políticas sociais para a gestão da velhice. Os mais velhos demonstraram que, pelo sentido de fé e por sua presença vigorosa em seus ambientes, é afastada a dissolução do indivíduo, mantendo-se a unidade permanente de

sentido em todas as coisas. O sentido do absoluto constitui-se em força que anima e leva os mais velhos a manterem-se coesos em torno da vida. Os discursos de uma identidade pós-moderna, onde o ideal do ser é desarraigado de qualquer sustentáculo consistente, onde o sujeito é migrante e constituído de proferimentos contraditórios, sincréticos e híbridos, podem ser relativizados por um fio unificador que se estabelece integrando todas as coisas. A fé e instituições protetoras podem conceder sentidos que sustentam a vida dos mais velhos.

A angústia diante do estranhamento provocado pelas mudanças pode ser minimizada pela serenidade e encantamento dos mais velhos ao mesmo tempo em que ficam junto dos acontecimentos e neles imprimem sua boa vontade.

A falta de intimidade provocada pelas relações virtuais pode ser equilibrada pelos testemunhos dos mais velhos, ao revelarem em seu contexto os significados afetivos das realidades cotidianas.

É possível que as iniciativas geradas na vida privada e na vida pública sejam comedidas pela capacidade crítica dos mais velhos, pois a experiência suscita a capacidade de abstrair os aspectos menos importantes do assunto a ser refletido ou da tarefa a ser realizada. As realidades anteriormente vivenciadas, perdendo sua aparência imediata, se projetam nas operações afetivas e intelectuais realizadas atualmente, imprimindo nelas um sentido solidário a toda a existência.

Ao se pensar, portanto, a questão da gestão social das idades parece haver mais que compaixão na busca de outorgas. Principalmente o equilíbrio nas decisões humanas pode produzir efeitos menos precipitados e nutrir de alegria as instituições ao se inserir toda ação humana em laços de fraternidade que transcendem as exigências da lógica manipulativa e consumista. Nesse sentido, os mais velhos podem contribuir e obter seu reconhecimento social.

As categorias substanciais das aprendizagens e da solidariedade anteriores ao envelhecimento induzem a proposições significativas para a gestão social das idades.

A primeira questão é da própria sociedade reconhecer-se como envelhecida e, então, em estudos contextualizados e convincentes, estabelecer experiências de toda ordem na ressignificação conceitual e atitudinal da velhice. A inserção solidária das crianças e jovens na vida social, a construção curricular voltada para a qualidade de vida e para a construção

de um perfil humano flexível e não apenas produtivo e consumidor, e as oportunidades sociais com o advento da velhice são meios capazes de estabelecer novos padrões na gestão social das idades.

Isso significa que, além dos propósitos da tradição, compreendidos pela cidadania e pelo trabalho, pode-se produzir a vida das pessoas dentro de uma reflexão denunciadora e de uma proposição anunciadora de metas educacionais com vistas à expressividade individual e comunitária. Além da reengenharia das instituições que encaminham a produtividade e a qualidade exigidas pela globalização, as categorias das aprendizagens solidárias e de um renovado estoque de interpretações educacionais voltadas para o mundo-da-vida podem ressignificar a periodização da vida, ampliando funções e relações e afastando as dores das linguagens limitadas.

Os agentes sociais para a produção de uma política igualitária para todas as gerações possuem diferentes frentes de convencimento e com diferentes estratégias. Os discursos esclarecedores ou éticos solicitam parcerias com a finalidade de convencer a sociedade e, nela, certos lugares, como a família, a escola e a universidade, as autoridades políticas, as empresas e os movimentos reivindicativos e de convivência, sobre a construção expressiva do desenvolvimento tardio. As mediações são caminhos para o estabelecimento de potenciais ainda não resolvidos.

3.1 - Desvelando proposições com base nas categorias substanciais da identidade existencial na velhice

Com base nas considerações realizadas, propõe-se a organização de um quadro de proposições com a apresentação de ações propostas a seguir.

Quadro 18 - Proposições políticas com base nas categorias substanciais da identidade existencial na terceira idade

Para a continuidade existencial garantida pela excelência de papéis sociais

Alice diz que os mais velhos devam prosseguir com a certeza de que, com paixão pelo que fazem, conseguirão sentir o quanto são úteis a si e à sociedade. Argumenta: É pela atividade que (a pessoa) preenche a existência na terra. É pelo trabalho que constrói a sua história. É pela materialidade do seu ser laborioso e é pela alegria que consegue obter satisfação e é muito remunerado em todos os sentidos, enriquecendo sua personalidade.

Para o aperfeiçoamento contínuo do potencial de desenvolvimento com base no desenvolvimento real dos mais velhos

A renovação da função social a ser conferida em todos os ambientes permitirá o aproveitamento das conquistas psicológicas que o tempo e a educação produzem na vida, afastando-se a esterilização do potencial real já conquistado.

Para políticas sociais com base na sabedoria

A sabedoria pode levar a que os empreendimentos humanos tenham maior vitalidade e ajustamento uma vez que podem ser mediados pela qualidade de operações produzidas pela penetração dos entendimentos sobre questões que exijam capacidade de síntese. A sociedade, e nela os mais jovens, possui nos mais velhos uma fonte de inspiração para constituição de uma personalidade básica diferenciada e de compreensão das lutas e projetos sociais a serem cumpridos.

Para políticas sociais com base na intimidade

A intimidade pode levar a que a sociedade e suas respectivas instituições tenham em questão todo o universo de responsabilidade e de justiça, mediando a racionalidade instrumental com a racionalidade comunicativa. A amabilidade cuidadosa das experiências anteriores determina a capacidade de relações em torno do universo das instituições. Os mais jovens podem desenvolver o senso de admiração e auto-estima pelas narrações densas de significado e pelas virtudes humanas contidas em suas histórias de vida, as quais contem núcleos temáticos para uma educação firmemente contextualizada.

Para a constituição de projetos constitutivos de sentido para a vida dos mais velhos

O sentido na vida tanto pode ser revelado pela fé - um sentido absoluto na vida - e pelas instituições, as quais podem se constituir em meio para a construção do potencial de desenvolvimento e a auto-realização. As frustrações na ausência de sentido na vida pode levar a protestos veementes, os quais podem ser objeto primeiro das políticas sociais para a gestão da velhice.

Para a institucionalização de ações preparadoras de uma longevidade expressiva

Os agentes sociais para a produção de uma política igualitária para todas as gerações possuem diferentes frentes de convencimento e com diferentes estratégias. Os discursos esclarecedores e ou éticos incluem parcerias com a finalidade de convencer a sociedade e, nela, certos lugares como a família, a escola e a universidade, as autoridades políticas, as empresas e os movimentos reivindicativos e de convivência, sobre a construção do desenvolvimento tardio. As mediações são caminhos para o estabelecimento de potenciais ainda não resolvidos.

A análise compreende a abertura política para cada uma das proposições apresentadas, com a finalidade de definir ações sobre as questões do envelhecimento e da velhice.

Para a continuidade existencial garantida pela excelência de papéis sociais

A proposição da continuidade existencial suscita ações que:

- definam papéis sociais para a continuidade concedida pela capacidade de pensar, sentir e agir adquirida pela experiência, os quais podem ampliar as qualidades do potencial real e produzir seus efeitos nos próximos desenvolvimentos;
- promovam papéis ajustados às condições de inserção social dos mais velhos;
- promovam papéis geradores de satisfação e expressividade pessoal para aqueles que se envolvem nas tarefas a serem realizadas;
- estabeleçam a visibilidade renovada da periodização iniciadora de uma gestão social generosa;
- fomentem atividades em torno de práticas sociais com reconhecimento, perfazendo-se sentidos para a realização pessoal.

Para o aperfeiçoamento contínuo do potencial de desenvolvimento com base no desenvolvimento real dos mais velhos

Esta proposição expressa a necessidade de ofertas mediadoras de desenvolvimento para a velhice e durante a vida. As propostas podem ser reveladas em ações que:

- se expressem tanto em atividades pessoais como em atividades comunitárias, contanto que suficientemente ajustadas ao potencial de desenvolvimento;
- ampliem as opções ocupacionais antes do período das rupturas das atividades da vida adulta, evitando-se a perplexidade e os possíveis constrangimentos na falta de preparação;
- ampliem as experiências educacionais no decurso da vida, flexibilizando-se as exigências educacionais impostas pelo sistema;
- promovam desafios e interesses suscitadores de avanços psicológicos e reconhecimento social, evitando-se a regressão do potencial já desenvolvido.

Para políticas sociais com base na sabedoria

A proposição contém um potencial político que pode ser expresso em ações que:

- revelem a identidade das instituições e da comunidade regional para que as gerações mais jovens tenham o sentimento de sua historicidade, auto-referência e auto-estima;
- promovam a integridade dos mais velhos por fazê-los perceber com clareza a extensão de sua participação na construção cultural e social de suas comunidades;
- promovam o desenvolvimento das diversas áreas de conhecimento e de ação social uma vez que os mais velhos podem oferecer um entendimento ponderado e abrangente sobre as invenções e decisões que competem às instituições e às comunidades desenvolver;
- promovam atividades que tenham por finalidade avançar no desempenho intelectual, fazendo com que os mais velhos revelem novos potenciais psicológicos e nova visibilidade,

- promovam pesquisas sobre as operações mentais e particularmente sobre a gênese do desenvolvimento intelectual na vida adulta tardia.

Para políticas sociais com base na intimidade

A proposição contém um potencial político que pode ser expresso em ações que:

- revelem o grau de sensibilidade adquirida pelos mais velhos, fazendo com que ampliem a densidade afetiva que reside nas relações com o universo de realidades e experiências constituidoras da cultura e da sociedade de sua inserção;

- aproximem as gerações em torno de valores que constituem o fio condutor e crítico do ordenamento social;

- gerem a valorização da vida e de questões primordiais constituidoras da identidade pessoal e comunitária;

- gerem o sentido de satisfação e encantamento de toda a comunidade em torno das conquistas realizadas;

- desenvolvam a compreensão das alterações afetivas, de sua densidade e ou de seu fracasso no decurso da vida adulta tardia.

Para a constituição de projetos constitutivos de sentido na vida dos mais velhos

A proposição articula-se com as mediações do Estado e da universidade adiante analisadas, expressando-se em ações que:

- fomentem atividades estimuladoras da fé uma vez que ela constitui em sentido na vida para os idosos e pode dar continuidade ao mesmo sentido;

- flexibilizem os sentidos que podem ser conferidos nas relações sociais, além daqueles que o sistema costuma constituir como significativos, fomentando atividades relevantes para consistência da identidade, projetando novas representações para a periodização da velhice.

Para a institucionalização de ações preparadoras de uma longevidade expressiva

A proposição pode constituir-se em ações que:

- considerem a velhice como um resultado de mediações anteriores ao envelhecimento;
- promovam articulações entre diversas instituições e com diversas estratégias para a promoção de atitudes favoráveis à construção da longevidade qualificada;
- estimulem lugares preferenciais com sensibilidade e decisão política para assumirem a educação para o envelhecimento e a velhice;
- estimulem pesquisas e serviços com intenção de ampliar e promover a qualidade de vida, objetivando uma qualificada longevidade.

4 - IMPLICAÇÕES POLÍTICAS COM BASE NAS MEDIAÇÕES DO ESTADO E DA UNIVERSIDADE

A expectativa inicial da investigação era de se chegar ao final tendo na universidade e no Estado mediações suficientes para causar mudanças significativas na sociedade e na cultura em relação à gestão social do envelhecimento e da velhice. O tecido da cultura e da sociedade mostra-se, porém, complexo, e as mediações, respeitando o apoio das referidas instituições, parecem exigir com maior veemência a parceria mediadora de atitudes e instituições básicas para mover a cultura e a sociedade a novas posições frente ao envelhecimento e à velhice. O Estado e a universidade se movem sob pressão da visibilidade instrumental ou comunicativa. Os costumes históricos se inclinam para os interesses hegemônicos da burocratização e da economia, e a consideração do mundo-da-vida é resultado de forte pressão social.

As categorias mediadoras do Estado e da universidade são instituições constituintes do processo civilizatório e são condicionadas também pelos entendimentos da sociedade ao se tratar da gestão social das idades e, de modo especial, das necessidades sociais exigidas para a periodização e para o significado das gerações mais velhas.

O Estado, ao assumir sua função reguladora e educadora das emergências sociais, reconhece e faz reconhecer a legitimidade das pretensões dos idosos e pode favorecer as condições materiais para a produção da visibilidade conformada aos seus apelos reivindicativos, suscitando-se uma ética igualitária para todas as gerações.

A universidade, convencida das exigências existenciais do perfil demográfico e da condição humana e ao revisar a gestão social das idades, pode constituir-se em espaço de mudanças nas convenções uma vez que pode realizar a produção do conhecimento e, assim, efetivar o discurso do convencimento.

A comunicação dispõe os seres humanos de acordo com as representações que deles se fazem e isso é feito através dos conhecimentos e das regulamentações construídos e emergentes dos interesses hegemônicos ou de conquistas de movimentos civis organizados. Os gestores sociais das políticas para a constituição da velhice, com uma visibilidade justa e expressiva, têm, portanto, duas perspectivas. A primeira constituída pelo entendimento das formas de como se reproduz a reificação social, e a segunda, pela ressignificação dos conhecimentos e das regulamentações.

A gestão social da velhice tem na universidade um lugar privilegiado para a constituição de discursos socialmente fortes e credenciados para convencer sobre a ressignificação da periodização da vida na velhice. As pesquisas podem reconstituir a gênese dos discursos com linguagens estereotipadas e excludentes ao mesmo tempo em que podem estabelecer novos entendimentos para a emancipação daqueles que foram capturados nas redes de uma comunicação colonizada. Nos serviços, a universidade pode abrir-se para parcerias efetivas. As escolas, as famílias, os meios de comunicação, as empresas, e os lugares públicos de regulamentação social são lugares preferenciais para parcerias. Nesse contexto de relações, a universidade poderá avançar com a produção de conhecimento e renovar o estoque acadêmico das informações curriculares.

O Estado, com suas funções executiva, legislativa e judiciária se move na gestão social de acordo com as exigências dos cidadãos. A qualificação do período compreendido pela terceira idade da vida adulta e de suas várias idades, depende da força dos protestos reivindicativos e dos resultados práticos nas diversas áreas de carecimento. A sistematização de programas na área da educação, da saúde, da seguridade social, da inserção social incentivada, da habitação e da habitabilidade pode revelar uma nova face humana para a velhice.

Pela análise de conteúdo dos proferimentos das interlocutoras sobre as mediações, ficou esclarecida a importância de categorias substanciais como fundamentais, devendo perpassar o interior da sociedade e sinalizar para a renovação de conceitos e atitudes. Essas duas categorias representam de outra maneira a citação anterior de Bobbio:

Uma vez conquistado o direito a participação política, o cidadão das democracias mais avançadas tem se conscientizado que a esfera política por sua vez está incluída numa esfera mais ampla, a esfera da sociedade em seu conjunto, e que não tem decisão política que não esteja condicionada ou até determinada por aquilo que sucede na sociedade civil, e por isso uma coisa é a democratização da direção política, o que aconteceu com a instauração dos parlamentos, e outra coisa é a democratização da sociedade (1992, p. 219-220).

Isso significa que a categoria fundamental diz respeito à renovação de toda a sociedade civil, com suas instituições dispostas a autorizar e a exigir do Estado a criação e o controle de regulamentações ordenadas a atender os desejos de seus cidadãos. A categoria fundamental, porém, é produzida pela variável independente constituída pela renovação de conceitos e atitudes. Enquanto os autores pretendentes de uma gestão social de uma velhice expressiva não conseguirem suspender a torrente de pré-juízos e não renovarem o estoque interpretativo sobre a periodização proposta, os mais velhos andarão como estrangeiros em sua própria terra à espera da *hospitalidade que os outros podiam oferecer-lhe* (Chambers, 1995 p. 13).

4.1 - Da gestão social da velhice a partir das perspectivas teóricas do estado

Ao Estado e à universidade, como foi suficientemente afirmado anteriormente, cabem funções diferentes. Ao primeiro cabe a regulamentação social dos indivíduos, imprimindo, por suas decisões, formas diferenciadas de ser. Apesar de seu poder ser relativizado pela autonomia da sociedade civil e seus meios de comunicação e da desterritorialização das fronteiras comportamentais, ele ainda detém formas expressivas de categorizar os indivíduos, identificando-os pelas oportunidades que oferece aos sujeitos em

suas respectivas instituições. A escolaridade obrigatória para as crianças, os benefícios sociais dos trabalhadores e as regulamentações profissionais indicam o quanto o Estado está presente na formação das identidades. Os benefícios da aposentadoria, os programas de saúde, a autorização das escolas para responder aos clamores da educação permanente, os paradigmas curriculares, voltados também para a ética e a qualidade de vida, indicam ainda mais o quanto o Estado pode marcar as identidades no advento da velhice.

A institucionalização dos apelos sociais dos mais velhos, mesmo que haja a disposição legal para tanto, depende, entretanto, da força dos movimentos reivindicadores e do grau de democracia social. A organização dos agentes sociais, e especialmente dos mais velhos, com seus projetos convincentes, é o primeiro passo para a gestão social promotora de regulamentações com novas imagens de identidade tardias. O ordenamento social ajustado ao discurso revelador do potencial existencial na velhice tem possibilidade de ser mais amplo que aquele aprisionado pela tradição. Diversos são os lugares e diferentes discursos podem ser enunciados para todas as idades como forma de afastar preconceitos e de instituir, no decurso de todas as faixas etárias, o perfil que visibiliza um sentido de vida expressivo e de acordo com as proposições culturais suscitadoras da mudança.

A lei 8 842, que trata da política nacional dos idosos, contém apelos nacionais que apreciam reivindicações suficientemente capazes de inaugurar direções interessantes e legítimas. São ressaltadas necessidades urgentes para organização de apelos e fazer sair do universo das intenções o que nela se encerra. Conforme já foi analisado, isso pode ser feito mediante a descentralização de recursos e ações mas amparada em legislação superior e com força aplicativa. As propostas da gestão legítima da velhice, com base nas posições teóricas, dependem, em primeiro lugar, da vontade política dos interessados e do Estado, o qual poderá vir como ordenação e suplemento à organização civil.

A preparação de recursos humanos, apontada pela lei, poderá ser oferecida em diversos níveis de cursos, os quais podem se constituir em instrumento ousado e necessário para revelar ainda melhor a categoria social dos mais velhos. Cursos de pós-graduação poderão contribuir com a revelação da face autêntica e exigente do envelhecimento. A lei pretende apontar para a necessidade da interpretação das exigências sociais e humanas dos idosos por meio de representantes qualificados e de reconhecida atuação profissional ao mesmo tempo que em reforça a presença ativa dos mais velhos na direção de sua

organização. Parece oportuno, portanto, o estudo sobre o encaminhamento profissional e sobre cursos que graduem os interessados em atuação responsável.

A lei solicita que os esforços devam ser encaminhados com responsabilidade da família, do Estado e da sociedade, orientando-os no sentido de suscitarem experiências de integração social e de apoio asilar, mas, particularmente, a questão educacional passa pela escola e a universidade, através de um currículo voltado para a qualidade de vida em todo o ciclo de desenvolvimento. O mundo do trabalho também deve ser mediado com programas de preparação para a aposentadoria e de integração social dos servidores nas empresas.

Desvelando proposições a partir das perspectivas teóricas do estado

Embora não se tenha a pretensão de esgotar as proposições, tampouco as ações que delas podem emanar, é produtivo detectar aquelas que saltam aos olhos e que respondem a certas urgências.

Quadro 19 - Proposições políticas com base nas perspectivas teóricas do Estado

Em busca dos lugares do poder

O Estado ao assumir sua função reguladora e educadora das emergências sociais reconhece e faz reconhecer a legitimidade das pretensões dos idosos e pode favorecer as condições materiais para a produção da visibilidade conformada aos seus apelos reivindicativos, suscitando-se uma ética igualitária para todas as gerações.

Para a implementação dos apelos reivindicativos

O Estado, com suas funções executiva, legislativa e judiciária, se move na gestão social de acordo com as exigências dos cidadãos. A qualificação do período compreendido pela velhice depende da força dos protestos reivindicativos e dos resultados práticos nas diversas áreas de carência. A sistematização de programas na área da educação, da saúde, da seguridade social, da inserção social incentivada e da habitação e da habitabilidade, pode revelar uma nova face humana para a velhice.

Para a consciência e organização da sociedade civil

Isso diz respeito à renovação de toda a sociedade civil, com suas instituições dispostas a autorizar e a exigir do Estado a criação e controle de regulamentações ordenadas a atender aos desejos de seus cidadãos. Enquanto os autores pretendentes de uma gestão social de uma velhice expressiva não conseguirem suspender a torrente de pré-juízos e renovar o estoque interpretativo sobre a periodização proposta, os mais velhos andarão como estrangeiros em sua própria terra à espera da *hospitalidade que os outros podiam oferecer-lhe* (Chambers, 1995 p. 13).

Para efetivação dos dispositivos legais

A lei solicita que os esforços devam ser encaminhados com responsabilidade da família, do Estado e da sociedade, orientando-os no sentido de suscitar experiências de integração social e apoio asilar, mas particularmente a questão educacional passa pela escola e a universidade através de um currículo voltado para a qualidade de vida com vistas ao envelhecimento e à velhice. O mundo do trabalho também deve ser mediado com programas de preparação para a aposentadoria e de integração social dos servidores das empresas.

A análise das proposições pretende visualizar as ações que podem emanar das afirmações sobre cada uma delas, entretanto não esgotam outras que podem enriquecer as relações entre Estado, sociedade civil e o processo de envelhecimento e da velhice.

Em busca dos lugares do poder

Essa proposição suscita ações que:

- sensibilizem e promovam alternativas que atendam os discursos reivindicativos da sociedade civil nas instâncias executiva, legislativa e judiciária do poder. Em nossas comunidades as prefeituras e o governo do estado, com seus aparelhos, devem ser movidos e, por sua vez, suscitar no governo federal direções que fomentem o atendimento aos protestos reivindicativos;

- integrem os diversas ministérios e secretarias com vistas a harmonizar e potencializar os esforços no atendimento especialmente das reivindicações de seguridade, saúde, habitação/habitabilidade, integração social e educação permanente;

- respeitem o princípio da descentralização das decisões e dos recursos com vistas à autonomia dos investimentos, estimulando as ações de acordo com as prioridades do contexto.

Para a implementação dos apelos reivindicativos

Os protestos reivindicativos podem ser encaminhados por meio de ações que:

- emanem de levantamentos participativos, refletindo amplamente o cabedal de protestos dos idosos e auferidos em leituras representativas de seus desejos;

- sejam conduzidas com a participação dos mais velhos, atendendo à extensão de suas exigências e avançando para outros protestos conseqüentes;
- tenham efeitos positivos em intensidade e extensão, erradicando na origem as distorções sociais reclamadas;
- sejam acompanhadas de estratégias preventivas com vistas a afastar os prejuízos historicamente constituídos.

Para a consciência e organização da sociedade civil

A proposição da consciência e organização civil para a promoção do envelhecimento e a velhice pode ser expressa em ações que:

- sejam propostas com decisão e sinceramente voltadas para a posição política em favor do mundo-da-vida e a partir da força da pressão civil para a reformulação das instituições e das institucionalizações;
- revelem estratégias globais com discursos claros e consistentes em torno dos propósitos a serem alcançados;
- iniciem com as intenções dos agentes sinceramente interessados e preocupados em dizer as representações dominantes na organização da gestão social dos mais velhos;
- esgotem todos os recursos mediadores para a revelação das representações dominantes e, dessa maneira, perpassem em toda a sociedade as intenções renovadoras que, então, organizadamente, exige e promove as mudanças a serem realizadas em seu seio;
- sejam preparadas em diversas instâncias sociais, incluindo a universidade, para que as moções tenham elementos de convicção.

Para efetivação dos dispositivos legais

A proposição para a efetivação dos dispositivos legais da lei 8 840 pode compreender ações que:

- pressionem os ministérios a cumprirem suas responsabilidades conforme os dispositivos expressos na lei;
- revelem, na prática e nos seus respectivos contextos, as promessas com seus potenciais;

- corrijam as distorções centralizadoras da maioria de seus dispositivos, chamando para as comunidades de inserção dos mais velhos os recursos para a educação, saúde, habitação/habitabilidade, seguridade e outros apoios por eles reclamados;
- reforcem a necessidade da preparação de recursos humanos com vistas à formulação de políticas de toda ordem para o envelhecimento e a velhice;
- integrem os esforços de todas as instituições sociais: públicas e privadas ou não governamentais.

4.2 - Da gestão social da velhice a partir das categorias substanciais do estado

A análise das categorias substanciais do Estado explicitou com mais clareza os entendimentos já vistos na análise das perspectivas teóricas. A partir dos proferimentos dos profissionais, porém, outras categorias mediadoras suscitaram proposições importantes para o encaminhamento de condutas públicas em favor da identidade existencial no processo do envelhecimento e da velhice.

As categorias substanciais expressam mais uma vez a relevância da responsabilidade dos cidadãos e da sociedade civil uma vez que o Estado não possui condições de oferecer soluções amplas para necessidades que se contextualizam. Isso leva a que, em primeiro lugar, se tenha a consciência da formação democrática de direitos para todos na construção de suas identidades. A gestão social do envelhecimento e da velhice passa pelos caminhos da participação dos interessados e, particularmente, dos agentes envolvidos com as políticas sociais. A gestão social, na opinião dos profissionais, compreende, portanto, um Estado apoiador e regulador, mas somente efetivo na proporção de massivas pressões e projetos definidos.

O equívoco da legislação, na opinião de PI, está em que há necessidade de descentralização para que as sugestões dos potenciais legais sejam transformadas em costumes no cotidiano dos mais velhos e das instituições competentes para que se amplie preventivamente o cabedal ético e cultural das comunidades. A pouca confiança na centralização do poder se dá em razão da pouca sensibilidade histórica na promoção de políticas sociais, o que induz a que constantemente os gestores sociais da velhice, em suas comunidades, assumam a superação dos conflitos e das violências. Para tanto faz-se

necessária a aproximação da sociedade civil do Estado ou, mais precisamente, a presença determinante da sociedade civil no Estado.

Na gestão social do envelhecimento e da velhice merece destaque a necessidade de haver padrões de relações diferenciadas para as diferentes idades da velhice, pois esforços generalistas podem desmanchar a riqueza de atividades sociais a serem assumidas pelas competências diferenciais das idades.

Desvelando proposições com base nas categorias substanciais do estado

As proposições a serem agora desveladas, juntamente com as proposições desveladas e analisadas a partir das perspectivas teóricas do Estado, tratam de um conjunto de conclusões em favor da revelação de uma identidade existencial na velhice. A análise das proposições com base nas categorias substanciais pretende visualizar as ações que podem emanar das afirmações dos profissionais, não esgotando, porém, as relações entre Estado e sociedade civil com vistas à gestão social do desenvolvimento tardio.

Quadro 20 - Proposições políticas com base nas categorias substanciais do Estado.

Para uma formação democrática dos direitos para todos

As categorias substanciais expressam mais uma vez a relevância da responsabilidade dos cidadãos e da sociedade civil uma vez que o Estado não possui condições de oferecer soluções amplas para necessidades que se contextualizam. Isso leva a que, em primeiro lugar, se tenha a consciência da formação democrática de direitos para todos na construção de suas identidades.

Para regulações e apoios descentralizados: a sensibilidade próxima

O equívoco da legislação, na opinião de PI, está em que há necessidade de descentralização para que as sugestões dos potenciais legais sejam transformadas em costumes no cotidiano dos mais velhos e das instituições competentes para que se amplie preventivamente o cabedal ético e cultural das comunidades. A pouca confiança na centralização do poder se dá em razão da pouca sensibilidade histórica na promoção de políticas sociais.

Em busca de padrões diferenciais face às idades da velhice

Na gestão social do envelhecimento e da velhice, merece destaque a necessidade de haver padrões de relações diferenciados para as diferentes idades da velhice, pois esforços generalistas podem desmanchar a riqueza de atividades sociais a serem assumidas pelas competências diferenciais das idades.

A análise das proposições pretende suscitar ações que se complementam com aquelas representativas das perspectivas teóricas do Estado vistas anteriormente.

Para uma formação democrática dos direitos para todos

A posição pode se revelar em ações que:

- superem os preconceitos manifestos, estimulando a percepção social para a presença igualitária das diferentes formas dos cidadãos expressarem suas identidades;
- demonstrem as diversas formas de construir as diferenças, revelando as qualidades específicas dos mais velhos e suas possibilidades de inserção social;
- desenvolvam uma educação voltada para espírito crítico na leitura das relações sociais, avaliando a arqueologia e os interesses dos saberes tradicionais;
- exercitem os cidadãos em relações transformadas e transformadoras, emprestando à sociedade novas relações de poder.

Para regulações e apoios descentralizados: a sensibilidade próxima

A proposição da descentralização e da sensibilidade próxima às comunidades suscita ações que:

- promovam contextualizadamente os potenciais propostos em lei e revelem uma cultura e uma ética diversificadas e multiplicadoras;
- estimulem a responsabilidade de todas as instituições direta ou indiretamente envolvidas com o desenvolvimento social das comunidades;
- provoquem ações necessárias e adequadas ao potencial real de desenvolvimento e ajustes nos carecimentos localizados;
- estimulem a autodeterminação das comunidades e dos movimentos do idosos e seu potencial comunicativo, ampliando-se o grau de criticidade e politização em torno da periodização da velhice;
- estructurem redes de comunicação e de poder para a formulação de aprendizagens cumulativas de parâmetros sobre a gestão social da identidade existencial dos mais velhos.

Em busca de padrões diferenciais face às idades da velhice

A proposição pode levar a ações que:

- avaliem diferenciadamente as necessidades e ajustes ao longo da vida depois dos sessenta anos;
- avaliem o potencial de desenvolvimento e as atividades para sua promoção no avanço da longevidade;
- promovam estudos e serviços nas diversas instituições e particularmente naquelas onde o processo de envelhecimento e a velhice mais se ressentem da exclusão social;
- suscitem estudos e pesquisas sobre a qualidade dos cuidados e propostas para a melhoria das relações de poder entre as diferentes idades da velhice.

4.3 - Da gestão social da velhice a partir das perspectivas teóricas da universidade

A gestão social do envelhecimento e da velhice pode consubstanciar-se parcialmente na universidade uma vez que ela pode constituir-se em lugar privilegiado para a renovação do estoque cultural. O ensino, a extensão e particularmente, a pesquisa podem qualificar os entendimentos e mediar os discursos sociais para o desenvolvimento tardio. A universidade, ao assumir uma proposta comunicativa, possui, nos perfis demográfico e ontológico envelhecidos, objetos que, uma vez esclarecidos, são capazes de influenciar as instituições parceiras, como a escola, a mídia, a família, a empresa e o Estado, a assumirem novas direções.

A contribuição da universidade, então, pode tanto empreender esforços no sentido de promover a saudável longevidade como tê-la existencial e socialmente vigorosa. A universidade, em virtude de sua vocação voltada para a produção do conhecimento, tem a tarefa de passar a limpo a tradição e aí exercer sua crítica, ao mesmo tempo em que força a renovação da ética social. Além da reinterpretção das categorias de desenvolvimento, a universidade pode contribuir com as diversas áreas de conhecimento, superando limites e reinventando abordagens nas funções biopsicossociais.

A universidade, uma vez assumida sua vocação de pesquisadora e prestadora de serviços, não pode fugir da responsabilidade de preparação de recursos humanos,

obedecendo aos dispositivos legais e ao princípio da sua inserção comunitária. Diversas podem ser as ações de sua política de preparação dos recursos humanos para o envelhecimento e a velhice.

Questões como a preparação dos recursos humanos, integração social dos idosos, novas fronteiras curriculares em todos os graus de ensino, gestão social do envelhecimento, abordagens multidisciplinares da família e casamento à luz do envelhecimento, a implementação de mediações habitacionais e habitabilidade, de convivência e residência, de apoio às empresas em referência à continuidade de inserção social após a aposentadoria, saúde curativa e preventiva, revelam alguns aspectos do potencial da produção do conhecimento e das possíveis implicações sociais dessas demandas.

Desvelando proposições a partir das perspectivas teóricas da universidade

A análise das proposições com base nas perspectivas teóricas da universidade não pretende esgotar todas as ações que dela podem emanar, mas é produtivo detectar aquelas que saltam aos olhos e, como na análise anterior, propõe-se responder a certas urgências.

Quadro 21 - Proposições políticas com base nas perspectivas teóricas da universidade.

Para uma universidade aberta à gestão cultural do envelhecimento e da velhice

A gestão social do envelhecimento e da velhice pode consubstanciar-se parcialmente na universidade uma que ela pode constituir-se em lugar privilegiado para a renovação do estoque cultural. O ensino, a extensão e particularmente a pesquisa podem qualificar os entendimentos e mediar os discursos sociais para o envelhecimento e a velhice.

Para uma universidade em parceria

A universidade, ao assumir uma proposta comunicativa, possui, nos perfis demográfico e ontológico envelhecidos, objetos que, uma vez esclarecidos, são capazes de influenciar as instituições parceiras como a escola, a mídia, a família, a empresa e o Estado a assumirem novas direções.

Para uma universidade responsável pela capacitação de recursos humanos

A universidade, uma vez assumida sua vocação de pesquisadora e prestadora de serviços, não pode fugir da responsabilidade de preparação de recursos humanos, obedecendo aos dispositivos legais e ao princípio da sua inserção comunitária. Diversas podem ser as ações da política de preparação dos recursos humanos para o envelhecimento e a velhice.

Para uma universidade crítica

A universidade, em virtude de sua vocação voltada para a produção do conhecimento, tem a tarefa de passar a limpo a tradição e aí exercer sua crítica ao mesmo tempo em que força a renovação da ética social. Além da reinterpretação das categorias de desenvolvimento, a universidade pode contribuir com as diversas áreas de conhecimento, superando limites e reinventando abordagens nas funções biopsicossociais.

A análise das proposições pretende suscitar ações que se complementarão com aquelas representativas das categorias substanciais a serem vistas posteriormente.

Para uma universidade aberta à gestão cultural do envelhecimento e da velhice

Esta proposição pode levar a ações inesgotáveis mas aqui são indicadas algumas, como as que:

- tenham em vista considerar e propor soluções nos constrangimentos sociais a que estão submetidos os mais velhos;
- tenham a finalidade de avançar na construção do conhecimento, propondo conhecer o desconhecido e realizando experiências com novo disciplinamento para o envelhecimento e a velhice;
- revelem o compromisso universitário de promover a cultura, a justiça e a expressividade, com a visão de um ciclo de vida pleno, definindo-se projetos preventivos e curativos e revendo-se os limites do sistema;
- integrem os mais velhos no processo da educação permanente e sistematizem conhecimentos comunitários em torno da gestão social e cultural dos mais velhos;

- envolvam todas as unidades universitárias e, nelas, os currículos com vistas a mobilizar os alunos a recomponem suas interpretações e relações com o processo de envelhecimento e com a velhice.

Para uma universidade em parceria

A proposição pode ser expressa em ações que:

- se estendam sólida e solidariamente com outras instituições movidas pela mesma causa ou a serem despertadas para o processo de envelhecimento e a velhice;

- se associem às escolas de ensino fundamental e médio com vistas à promoção de estudos curriculares centrados na melhoria da qualidade de vida e de experiências de integração de gerações;

- se associem a todas as instituições públicas, privadas e não governamentais com vistas à promoção de discursos comunicativos com intenção de revisitar e promover entendimentos conceituais e atitudinais emancipadores no processo do envelhecimento e da velhice;

- estabeleçam projetos subsidiados de pesquisa para facilitar a participação dos mais jovens na iniciação científica dos projetos da área;

- se integrem aos esforços do Estado em fomentar a participação comunitária dos mais velhos ou cooperem nas atividades de apoio às necessidades emergentes.

Para uma universidade responsável pela formação de recursos humanos em gerontologia

A proposição da universidade como formadora de recursos humanos em gerontologia suscita ações que:

- atendam, em nível de extensão, a preparação de monitores responsáveis pela atenção de cuidados específicos na área de gerontologia;

- iniciem propostas e discussões sobre a formação do gerontólogo em nível de graduação, visando à preparação de profissionais especializados para atender as demandas existentes e organizar outras emanadas da sociedade;

- preparem recursos humanos em pós-graduação *lato et stricto sensu*, com a finalidade de desenvolver pesquisas e estudos esclarecedores da identidade existencial na terceira idade, do processo de envelhecimento e da gestão social das idades;
- preparem recursos humanos em estudos seqüenciais com a finalidade de aproveitar os diversos campos do saber a serviço das demandas em relação aos mais velhos;
- ampliem de modo especial a compreensão e a responsabilidade dos professores na aprendizagem de entendimentos e atitudes em relação à produção da qualidade de vida.

Para uma universidade crítica

A proposta de uma universidade crítica sugere ações que:

- analisem criticamente as formas preventivas e curativas de lidar com a inserção social, com a educação, a saúde, a seguridade, a habitação/habitabilidade e outras exigências em relação ao processo de envelhecimento e da velhice;
- apresentem propostas consistentes na alteração de diversas áreas de carecimentos a ponto de seus argumentos resistirem às críticas em oposição às mudanças sugeridas;
- ponham em questão os currículos da universidade sob o prisma da identidade existencial e das relações de poder dos mais velhos;
- analisem a oferta de cursos relativos à preparação dos recursos humanos face ao envelhecimento e à velhice;
- revejam as suas relações com outras instituições na construção da periodização da velhice.

4.4 - Da gestão social da velhice a partir das categorias mediadoras substanciais

O espaço instaurador de mudanças reside nas instituições onde se realiza o curso de vida. As instituições da sociedade civil através das quais se formulam as experiências em torno das idades é que possuem a tarefa de rever sua cultura e sua ética. A lógica da razão instrumental, conforme Habermas, tem colonizado o mundo-da-vida e, por conseqüência promovido um projeto de gestão social das idades apenas interessado em tipificações que

instituem o ser humano nos interesses da burocracia e da economia, ou seja, nos limites do poder e do dinheiro.

A investigação, com base nos proferimentos dos interlocutores, aponta para a necessidade de se imprimir em todas as instituições básicas da vida humana a possibilidade de um novo estilo de vida, com tipificações mais flexíveis. A conquista de uma periodização humana que inclui a velhice com representações e direções socialmente apreciáveis pode determinar identidades densamente expressivas. Os padrões comportamentais desejados pelos mais velhos, assumidos pela sociedade e experimentados desde a infância, podem instituir uma expressiva condição humana, uma vez que os preconceitos sejam substituídos por expressões singulares e por mediações culturais e sociais vitalizadoras das conquistas de seu potencial de desenvolvimento.

PI manifesta seu receio sobre a universidade uma vez que seu costume é atender à solicitações do mundo-do-sistema, ficando de lado os interesses do mundo-da-vida que clamam por respostas afastadas das exigências da tradição. Para tanto, PIII sugere que a universidade esteja atenta às transformações que ocorrem na micro e macrosociedade e aí possa inspirar-se para a produção do conhecimento e do ensino e para o ajuste de seus serviços.

O entendimento lingüístico positivo comunicativamente construído possibilita para todos os educadores da terceira idade uma mediação fértil, pois permite a relativização das imposições históricas e a agregação de novas conotações sobre a institucionalização do curso da vida em seus diversos períodos e, particularmente, a agregação de novos conceitos e convenções para o processo de envelhecimento e da velhice. A proposição e expressão de novos projetos de vida para os mais velhos, a redefinição de discursos mediada pela qualidade de vida com vistas à longevidade, a preparação de recursos humanos capazes de estabelecer patamares qualificados de conhecimento e de ação são fatores importantes na gestão social das idades.

Substituídas as utopias preconcebidas por revelações expressivas de experiências com base na leitura fiel dos sentidos que os mais velhos e seus sócios mediadores realizam, é possível imprimir convenções diferentes das formas de opressão. A lógica da razão comunicativa, historicamente, resistiu aos desvios da opressão e, apesar do sofrimento, percebe-se uma tendência atualizante para a construção da liberdade.

As queixas dos mais velhos ao se transformarem em projetos sociais e seu potencial histórico ao se revelar nas instituições podem sinalizar para uma nova condição humana.

Desvelando proposições a partir das categorias substanciais da universidade

Foram detectadas duas proposições uma vez que a maioria dos pontos de vista das interlocutoras foram coincidentes com aqueles das categorias referentes. O processo de análise das categorias foi positivo enquanto elucidador e legitimador das categorias referentes teoricamente analisadas. As proposições retiradas das categorias substanciais são, portanto, complementares às proposições teóricas.

Quadro 22 - Proposições políticas com base nas categorias substanciais da universidade

Para uma universidade voltada para o mundo-da-vida

PI manifesta seu receio sobre a universidade uma vez que sua tradição é atender às solicitações do mundo-do-sistema, ficando de lado os interesses do mundo-da-vida que clamam por respostas afastadas das exigências da tradição. Para tanto PIII sugere que a universidade esteja atenta às transformações que ocorrem na micro e macrossociedade e aí possa inspirar-se para a produção do conhecimento e do ensino e para o ajuste de seus serviços.

Para uma universidade preocupada com a periodização qualificada da velhice

A conquista de uma periodização humana que inclui a velhice com representações e direções socialmente apreciáveis pode determinar identidades densamente expressivas. Os padrões comportamentais desejados pelos mais velhos, assumidos pela sociedade e experimentados desde a infância podem instituir uma expressiva condição humana, uma vez que os preconceitos sejam substituídos por expressões singulares e por mediações culturais e sociais vitalizadoras das conquistas de seu potencial de desenvolvimento.

A análise das proposições pretende suscitar ações que se complementam com aquelas representativas das perspectivas teóricas anteriormente analisadas.

Para uma universidade voltada para o mundo-da-vida

A proposição sugere ações que:

- analisem os discursos e as relações de poder estabelecidas no mundo-da-vida e possivelmente colonizadas pelo mundo-do-sistema;
- proponham constantes revisões na construção de conhecimentos uma vez que o processo de envelhecimento populacional é acelerado, trazendo tensões que exigem intervenções com vistas à sua redução;
- promovam estudos e ações com as instituições públicas, privadas e não-governamentais, visando atender aos apelos da cultura, da sociedade e dos indivíduos em particular;
- promovam aproximações comunicativas entre o mundo-do-sistema e o mundo-da-vida, escolhendo estratégias e promovendo esclarecimentos.

Para uma universidade preocupada com a periodização qualificada da velhice

A proposição suscita ações que:

- viabilizem com clareza as funções sociais dos mais velhos, ampliando os papéis sociais da vida adulta;
- reflitam concordância entre as representações desejadas dos mais velhos e suas possíveis manifestações;
- flexibilizem as experiências em gestão na sociedade e proponham outras ainda não usuais;
- levem em consideração as manifestações populares em torno da velhice, as expressões da afetividade, os potenciais de trabalho e de lazer.

4.5 - Da gestão social da velhice a partir das categorias comuns ao estado e à universidade

As políticas e as ações a serem propostas são complementares às proposições anteriores, entretanto reforçam questões voltadas às parcerias que o Estado e a universidade têm a realizar. A gestão social a partir da renovação dos conceitos e das atitudes é que funda e institue os comportamentos sociais, e é por essa renovação que se pretende construir uma cultura movida pela comunicação de proferimentos autenticamente ditos pelos mais velhos e uma sociedade justa nas relações de poder.

Os gestores sociais da velhice, tanto representantes do Estado como da universidade, possuem nas instituições os seus lugares de trabalho: o Estado, para descentralizar ações e promover e ordenar aquelas que são gestadas nas comunidades, e a universidade para avançar no conhecimento, desenvolvendo participativamente pesquisas de cunho reconstrutivo. Isso significa que os gestores sociais devem instituir costumes de pressão para dentro do Estado e da universidade, por meio da sociedade, uma vez que ambos *não costumam se antecipar aos problemas emergentes*. As mediações fundamentais, como a família, a escola e outros lugares de disciplina social, são os lugares que os gestores mais devem frequentar.

A renovação do estoque de atitudes e de interpretações sobre o envelhecimento e a velhice é, em última análise, a primeira preocupação dos gestores sociais. Para tanto, estes contribuem quando convencem e pressionam a que se tenha um novo perfil demográfico.

As verdades e os costumes surgidos das intenções comunicativas e constantemente renovadas pela realidade constituída pelo imaginário dos mais velhos podem revelar um estágio singular da lógica da racionalidade humana.

A reciprocidade comunicativa entre o Estado, a universidade e sociedade civil nas questões do delineamento voluntário da gestão social do envelhecimento e da velhice, com seu potencial promissor para todas as idades, podem constituir-se em aprendizagem a imprimir mais dignidade para o curso da vida. A circulação dos entendimentos lingüísticos e das atitudes emancipadores, dessa maneira, pode ser realizada em redes de comunidades científicas e redes de agentes políticos irmanados em torno da gestão social dos mais velhos.

Desvelando proposições a partir das categorias substanciais comuns ao estado e à universidade

As proposições perfazem um todo com aquelas já analisadas em relação ao Estado e à universidade e tratam das possibilidades de ações que demonstram as aproximações que as duas instituições podem realizar com aquelas em que as pessoas formam seu caráter social e constituem seus entendimentos sobre a qualidade e o sentido da longevidade.

Quadro 23 - Proposições políticas com base nas categorias substanciais comuns ao Estado e à universidade

Para a construção de laços do Estado e da universidade com as instituições de base

Os gestores sociais da velhice tanto representantes do Estado como da universidade, possuem nas instituições básicas os seus lugares de trabalho: o Estado para descentralizar ações e promover e ordenar aquelas que são gestadas nas comunidades, e a universidade para avançar no conhecimento desenvolvendo participativamente pesquisas de cunho reconstrutivo. Isso significa os gestores sociais devem instituir costumes de pressão para dentro do Estado e da universidade, através da sociedade, uma vez que ambos *não costumam se antecipar aos problemas emergentes*.

Para a periodização da velhice

As verdades e os costumes surgidos das intenções comunicativas e constantemente renovados pela realidade constituída pelo imaginário dos mais velhos podem revelar um estágio singular da lógica da racionalidade humana. A reciprocidade comunicativa entre o Estado, a universidade e sociedade civil nas questões do delineamento voluntário da gestão social do envelhecimento e da velhice com seu potencial promissor para todas as idades, pode constituir-se em aprendizagem a imprimir mais dignidade para o curso da vida.

A análise das proposições pretende suscitar ações que se integrem com aquelas representativas das perspectivas teóricas e das categorias substanciais anteriormente analisadas, firmando duas posições: as relações com as instituições de base na formação da identidade social e com a periodização da velhice como estágio visível e realizável.

Para a construção de laços do Estado e da universidade com as instituições de base

A proposição pode conter ações que:

- desvelem costumes permanentes de inserção do Estado e da universidade na realidade social em gestão;
- demonstrem a necessidade de as instituições de base marcarem presença com suas reivindicações, dúvidas e conflitos no Estado e na universidade;
- demonstrem que a história das políticas sociais é adequada quando iniciada a partir dos proferimentos que traduzem carecimentos e apontam para ressignificações em todas as áreas de desenvolvimento biopsicossocial;
- instiguem definitivamente a descentralização de projetos e, dessa forma, as comunidades e, nelas, as instituições formadoras de interpretações e de costumes assumam a sua emancipação pelo espírito de crítica e justiça a ser promovido.

Para a periodização da velhice

O Estado e a universidade possuem responsabilidades conjuntas na periodização da velhice que podem revelar ações que:

- se comuniquem entre si, evitando-se a dispersão de recursos sociais e acertos na formulação dos projetos;
- suscitem, nas diversas áreas de conhecimento e nos diversos campos do saber, entendimentos capazes de formular atividades ressignificadoras da vida no viés da longevidade;
- alterem reciprocamente as abordagens em relação à velhice e ambas as instituições aprendam da sociedade civil e de suas formas de regulação frente ao envelhecimento e à velhice;
- constituam aprendizagens a serem promissoras no desenvolvimento das relações de poder e na visibilidade dos mais velhos como seres humanos, tendo na velhice um período realizável;
- constituam a longevidade, antecipando os conflitos e as violências, revertendo o processo histórico de descaso em relação à sorte social dos cidadãos.

A seguir apresenta-se um quadro resumo das proposições com a finalidade de se visualizar globalmente o que anteriormente foi considerado.

Quadro 24 - Síntese das proposições formuladas para o Estado, a Universidade e outras instituições com vistas à gestão social do envelhecimento e da velhice.

PROPOSIÇÕES COM BASE:	
a) no discurso comunicativo	<p>Para ações de políticas participadas</p> <p>Para a crítica das convenções</p> <p>Para a produção efetiva de propostas pós-convencionais</p> <p>De uma ética universal para uma ética contextualizada</p> <p>Para uma gestão social em rede e reciprocamente comunicativa</p> <p>Para a construção de projetos convincentes</p> <p>Para uma ação constante e exigente em função das resistências</p>
b) nas perspectivas teóricas da identidade existencial na terceira idade	<p>Das representações históricas para as representações conquistadas</p> <p>Para uma identidade construída entre as linguagens locais e universais</p> <p>De uma identidade em potencial em busca de mediações</p> <p>A exacerbação da crise da identidade como instrumento de libertação</p> <p>O clamor das categorias referentes</p>
c) nas categorias substanciais da identidade existencial na terceira idade	<p>Para a continuidade existencial garantida pela excelência de papéis sociais</p> <p>Para o aperfeiçoamento contínuo do potencial de desenvolvimento</p> <p>Para políticas sociais com base na sabedoria</p> <p>Para políticas sociais com base na intimidade</p> <p>Para a constituição de projetos constitutivos de sentido para a vida dos mais velhos</p> <p>Para a institucionalização de ações preparadoras de uma longevidade expressiva</p>
d) nas perspectivas teóricas do Estado	<p>Em busca dos lugares do poder</p> <p>Para a implementação dos apelos reivindicativos</p> <p>Para a consciência e organização da sociedade civil</p> <p>Para efetivação dos dispositivos legais</p>

e) nas categorias substanciais do Estado	Para uma formação democrática dos direitos para todos Para regulações e apoios descentralizados: a sensibilidade próxima Em busca de padrões diferenciais face às idades da velhice
f) nas perspectivas teóricas da universidade	Para uma universidade aberta à gestão cultural do envelhecimento e da velhice Para uma universidade em parceria Para uma universidade responsável pela capacitação de recursos humanos Para uma universidade crítica
g) nas categorias substanciais da universidade	Para uma universidade voltada para o mundo-da-vida Para uma universidade preocupada com a periodização qualificada da velhice
h) nas categorias substanciais comuns ao Estado e à universidade	Para a construção de laços do Estado e da universidade com as instituições de base Para a periodização conjunta da velhice

Ao final deste capítulo, pode-se dizer que a investigação sobre os dois objetos - identidade existencial-Estado/universidade - foi produtiva, revelando alternativas para a gestão da vida longa e a responsabilidade de periodizar um tempo ainda não constituído. Particularmente as falas dos mais velhos e dos profissionais legitimaram verdades, ainda que provisórias, mas suficientemente autênticas e consistentes para serem confiáveis e suscitadoras de novos encaminhamentos por parte do Estado e da universidade e de todas as instituições.

5 - REVISITANDO PROPOSIÇÕES: AS RELAÇÕES ENTRE A IDENTIDADE E AS MEDIAÇÕES

A fertilidade e a compatibilidade entre a identidade existencial na terceira idade e as mediações do Estado e da universidade revelam-se principalmente ao se cotejar as proposições resultantes dos dois objetos desta investigação.

O atendimento de todas as proposições sugeridas pela análise teórica como aquelas aferidas a partir das categorias substanciais da identidade existencial, passam, de alguma

forma, pela autorização e ou incentivo do Estado e podem constituir-se em práticas acadêmicas da universidade.

Para a superação das representações históricas em torno da identidade existencial, a universidade possui tarefas em função da necessidade da produção do conhecimento, do ensino e de seu serviços sociais. O Estado, por sua vez, através da legislação e ou incentivos, pode determinar cursos novos para a gestão das relações sociais. A universidade e o Estado possuem condições de agilizar a mediação entre as conquistas realizadas em outros países e aquelas a serem promovidas nos contextos de inserção da população.

O Estado e a universidade possuem condições de promover experiências na expressão do potencial real dos mais velhos, tanto na cultura como na sociedade. A sabedoria e a intimidade, com suas variáveis de expressão clamam por exercícios, e torna-se recorrente dizer que eles se vinculam às condições e proposições das próprias comunidades de inserção dos mais velhos. De modo especial, os cuidados curativos e preventivos são objeto de preocupação das duas instituições em todas as áreas de carecimentos.

Dentre as proposições sugeridas, destacam-se aquelas representativas da categoria do sentido na vida. É em relação a elas que a universidade e o Estado possuem suas principais obrigações, uma vez que é o sentido na vida que garante o desenvolvimento das categorias da identidade existencial. A restrição dos espaços sociais, as limitações das funções institucionais, a ausência de reconhecimento tornam a velhice irrealizável. Isso significa que as proposições com base nas perspectivas teóricas e nas categorias substanciais do Estado e da universidade podem subsidiar uma presença densa de significados aos mais velhos. As diversas instâncias do poder político, e aí a atenção aos apelos reivindicativos provenientes das organizações civis, a efetivação dos dispositivos legais assegurados na Lei 8 840 podem promover uma gestão com relações de poder facilitadores de sentido na vida para os mais velhos.

A descentralização política para a periodização da velhice pode construir melhor as formas de expressão da sabedoria e da intimidade e todas as conquistas relativas à constituição da expressividade psicológica, bem como as formas de expressá-las em participações na sociedade. Em outras palavras, pode-se dizer que o Estado, pelas regulações incentivadas, e a universidade, pelas descobertas científicas, ensino e serviços, podem flexibilizar as formas contextualizadas das relações sociais e os entendimentos sobre o envelhecimento e a velhice.

A identidade humana, tendo a universidade assumido sua posição de diálogo comunicativo e tendo a consciência de seu compromisso para com construção cultural da periodização a partir dos proferimentos dos mais velhos, pode ser promovida a parâmetros insuspeitados de desenvolvimento. O poder da linguagem justificada e interdisciplinar pode produzir conhecimentos e provocar políticas em favor de categorias instituidoras de identidades para todas as idades do desenvolvimento tardio. As parcerias a serem instituídas, os recursos humanos qualificados e os discursos críticos e sinceros podem estabelecer redes de comunicação multiplicadora de aprendizagens, renovação de encaminhamentos por gestores comprometidos e avisados para desmanchar as regulamentações reificadas. As aprendizagens para a vida qualificada podem testemunhar um perfil social e pessoal de pessoas instituídas pelo diálogo edificante. As mediações de um Estado moral e de uma universidade aberta ao conhecimento podem confirmar a imensidão e uma casa habitável para os mais velhos.

O mundo-da-vida e, de modo especial, o universo humano dos mais velhos tem a ganhar pela solidariedade comunicativa do Estado e da universidade em cujos espaços o universo dos discursos e das ações podem redesenhar o perfil humano em toda sua extensão.

BIBLIOGRAFIA

- ALCOFF, Linda. Feminismo Cultural versus Pos-estruturalismo: a Crise da Identidad en la Teoria Feminista. In: **Feminaria**, II (4), novembro, 1989.
- ALLPORT, Gordon. **Personalidade**. São Paulo: Herder, 1969.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. A Educação do Ser Poético. **Rev. Brasileira Estudos Ped.** Rio de Janeiro, v. 61-593-594. Outubro a dezembro de 1976.
- ANDREOLA, Balduino. **Emmanuel Mounier e Paulo freire: Uma Pedagogia da Pessoa e da Comunidade**. Tese de Doutorado, 1985.
- ARAGÃO, Lúcia M. de Carvalho. **Razão Comunicativa e Teoria Social Crítica em J. Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- ARIÈS, Ph., CHARTIER, R. **História da Vida Privada III. Da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
- BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BALTES, Paul; SMITH, Jaqui. Psicologia da Sabedoria: Origem e Desenvolvimento. In: **Psicologia do Envelhecimento**, Campinas: São Paulo: Papyrus, 1995.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Persona, 1979.
- BEAUVOIR, Simone. **A Velhice**. São Paulo: Dif. Européia do Livro, v. I, 1987.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BERMAN, Philip L. (org). **A coragem de Envelhecer**. São Paulo: Editora Gente. s/d.
- BIANCHI, Henri. **O Eu e o Tempo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.
- BINSWANGER, L. et alii. **Psicoanálisis y Filosofia Existencial**. Buenos Aires: Paidós, 1965.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Gobierno y Sociedad**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1989.
- BOBBIO, Norberto. **O Tempo da Memória**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

- **La Logica de las Ciencias Sociales.** Madrid: Editorial Tecnos, S.A., 1990 a.
- **Para a Reconstrução do Materialismo Histórico.** 2 ed., São Paulo: Brasiliens, 1990b.
- **Pensamento Pós-metafísico.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990c.
- **Teoria de la Acción Comunicativa, I e II.** Madrid: Taurus, 1992.
- **Dialética e Hermenêutica.** Porto Alegre: L&PM, 1987a.
- **Teoría y Práctica.** Madrid: Editorial Tecnos, 1987b.
- **Uma Conversa sobre Questões da Teoria Política.** Entrevista de Habermas com Carlehedem e Gabriels. **Novos Estudos**, Cebrap, p.85-102 1997.
- HALL, Stuart. **A Questão da Identidade Cultural.** In: S. Hall: D. Held & T. Mc Grew (orgs.), *Modernity and its futures.* Cambridge. Polity/ Open University. 1992: pp. 274-316.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo.** Petrópolis: Vozes, 5 ed., 1995.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KAMINSKI, Ana Paula et al. **Ensaio de uma Construção Metodológica para o Serviço Social à Luz do Referencial Habermasiano.** Edi-PUC/RS. **Exercícios de Construção Teórica do Serviço Social**, 1995.
- KASTENBAUM, Robert. **Velhice: Anos de Plenitude.** São Paulo: Harper & Row do Brasil 1981.
- KEES, Knipscheer. Os Idosos na Europa: Integração ou Exclusão? **Rev. Europa Social**, 1993.
- KOMULAINEN, Seppo P.J. **Creative Abilities as a Life-Span Phenomenon**, a Crosscut Survvey in Finland. *The Creative Child and Adult Quaterly*, VI. X N.3, 1985.
- LARRAIN, JORGE, **Modernidad, Razón y Identidad en América Latina.** Santiago de Chile: Andres Bello, 1996.
- LÉGER, J. M.; TESSIER, J. F.; MOUTY, M. D.; **Psicopatologia do Envelhecimento.** Petrópolis: Vozes, 1994.
- LEHR, Ursula. **Psicologia de la Senectud.** Barcelonna: Editorial Herder, 1980.
- LEITE, Denise; MOROSINI, Marília. Universidade no Brasil: A Idéia e a Prática. **Rev. Bras. de Est. Pedagógicos**, v. 73, 1992.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ M. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

- MACLAREN, Peter. **Pedagogia Crítica e Cultura Predatória: a política oposicional numa era pós-moderna.** Londres/Nova York: Routledge, 1995. p. 117-144.
- MARRE, Jaques. **Cadernos de Sociologia.** Porto Alegre: PPGS/Ufrgs, v. 3, n. 3 p. 89-14, 1991.
- MAY, Rollo et al. **Psicologia Existencial.** Buenos Aires: Paidós, 1963.
- MESSY, Jack. **A Pessoa Idosa não Existe.** São Paulo: Aleph, 1993.
- MORAGAS, Ricardo. **Gerontologia Social.** São Paulo: Paulinas, 1997.
- MOSQUERA, M. Juan José. **Psicologia Social do Ensino.** Porto Alegre: Sulina, 1973.
- NERI, Anita Liberalesso (org). **Psicologia do Envelhecimento.** Campinas: Papyrus, 1995.
- NERI, Anita Liberalesso et al. **Qualidade de Vida e Idade Madura.** Campinas: Papyrus, 1993.
- OLIVEIRA, Manfredo A. Dialética e Hermenêutica em Jürgen Habermas. **Dialética Hoje.** Petrópolis: Vozes, 1990.
- OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky.** São Paulo: Scipione, 1995.
- ORLANDI, Eni. **A Linguagem e seu Funcionamento: As Formas do Discurso.** Campinas: Pontes, 1996.
- PACHECO, Jaime. Práticas Sociais na Promoção da Saúde no Idoso. **Arquivos de Geriatria e Gerontologia, SBGG/RJ,** 1997.
- PIAGET, Jean; INHELDER, Barbel; **A psicologia da Criança.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- PINTO, F. Cabral. **Leituras de Habermas: Modernidade e Emancipação.** Coimbra: Cia. Editorial de Coimbra, 1992.
- PRETTI, Dino. **A Linguagem dos Idosos.** São Paulo: Contexto, 1991
- PY, Lúcia. **Testemunhas Vivas da História.** Rio de Janeiro: Científica Nacional, 1996.
- REIS, Wanderley. **Mudança Racionalidade e Política.** In: Lamounier, Bolívar. **A Ciência Política nos Anos 80.** Brasília, UNB, 1982.
- REQUIXA, Renato. **Sugestão de Diretrizes para uma Política Nacional de Lazer.** São Paulo: SESC, 1980.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RIEGEL, Klaus. Operações Dialéticas do Desenvolvimento Mental. In **Dialética, Humanística Racional para Conduta e Desenvolvimento.** Basileia: Karger, 1976.

- RODRIGUES, Nara da Costa. **Gravações em Arquivo**, aos cuidados do autor, 1995.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **Ética Iluminista e Ética Discursiva**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. n. 98, jul.set/1989, p.23-78.
- SÁ, Alda et al. População Idosa em Minas gerais e as Políticas de Atendimento: Metodologia de Pesquisa. **Seminário Nacional de Especialistas Multidisciplinares em Terceira Idade**, 1992.
- SANCHES, Maria Dolores Prieta. **Modificabilidad Cognitiva y P.E.I**. Madrid: Editorial Bruño. S/D.
- SANTOS, José Vicente T. Subjetividade e Poder. **Rev. Educação, Program PG em Educação**, Ufrgs, p. 14, 1996.
- SIEBENEICHLER, Flávio Beno. **Jürgen Habermas: Razão Comunicativa e Emancipação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- SILVA, Tomaz Tadeu. O Projeto Educacional Moderno: Identidade Terminal. **Crítica Pós-Estruturalista e Educação**, Porto Alegre: Sulina, 1995. p. 245-260.
- SOUZA, Paulo Renato. Jornal : **Folha de São Paulo** de 2 de julho de 1996.
- STAUDE, John-Raphael. **O Desenvolvimento Adulto de C.G. Jung**. São Paulo: Cultrix, 1995.
- STEGLICH, Luiz Alberto. **Crises Normais da Vida Adulta**. Passo Fundo RS: Editora UPF, 1992.
- VARGAS, Herber Soares. **Psicogeriatría Geral**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1994.
- VISCA, Jorge, **Psicopedagogia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- VYGOTSKY, Lev, S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- VYGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- ZALUAR, Alba, A Política Social Brasileira: Práticas e Representações. **Seminário Nacional de Especialistas Multidisciplinares em Terceira Idade**, 1992.
- WHITE, Stephen K. **Razão, Justiça e Modernidade: A Obra Recente de Jürgen Habermas**. São Paulo: Ícone Editora, 1995.